

NOVA REVISTA AMAZÔNICA

Vol. VIII - Nº 02 - Setembro 2020 - ISSN 2318-1346

Foto: Adaptado de Google Maps, 2019.



"CORPOS, ESTADOS E CRISES"



**SUSTENTABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL E
DIVERSIDADE NA
AMAZÔNIA**

Foto: Indra, Alan e Daniel

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E
SABERES NA AMAZÔNIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – CAMPUS BRAGANÇA

VOLUME VIII – NÚMERO 02 – SETEMBRO 2020 – ISSN – 2318-1346

QUALIS B3

Os artigos publicados na Nova Revista Amazônica são indexados por:

Periódicos – CAPES; Diadorim; LivRe – Revistas de Livre Acesso; latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal; ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources; CiteFactor – Academic Scientific Journals

NOVA REVISTA AMAZÔNICA
DOSSIÊ 1 - CORPOS, ESTADOS E CRISES

APRESENTAÇÃO

Denise Machado Cardoso

Luísa Maria Silva Dantas

Segone Ndangalila Cossa _____ 05

SUSSURROS E VOZES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Mariluci Guberman _____ 09

AGRO y POLÍTICA EN LA NORPATAGONIA ARGENTINA DURANTE EL PERONISMO (1946-1955)

Martha Ruffini _____ 31

MEDIAÇÕES VISÍVEIS NA CIDADE: OLHARES SOBRE O RACISMO EM BELÉM DO PARÁ

Tainara Lúcia Pinheiro

Carmem Izabel Rodrigues _____ 47

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E QUILOMBOS: DOS CONHECIMENTOS SOCIOCULTURAIS AOS CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Raquel Amorim Santos

Simei Santos Andrade _____ 65

NA SALETA SEM VIVER NEM MORRER: ANOTAÇÕES SOBRE LITERATURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE NA AMAZÔNIA

Elizabeth Teixeira

Fernando Jorge dos Santos Farias _____ 87

DOSSIÊ 2 - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO

César Augusto Martins de Souza

Marcos Murrelle Azevedo Cruz _____ 100

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Carla Siqueira Moreira

Tânia Guimarães Ribeiro _____ 103

“QUE RUFEM OS TAMBORES”: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A DIMENSÃO CULTURAL DE UMA BANDA ESCOLAR EM SANTARÉM/PA

Renata Souza da Silva _____ 117

IMERSÃO VIRTUAL NO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM, PARÁ, BRASIL

Gutemberg Armando Diniz Guerra

Oswaldo Mesquita _____ 127

A FARINHA D'ÁGUA DE BRAGANÇA: SUA ROTA TURÍSTICA E SEU PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Miguel de Nazaré Brito Picanço _____ 141

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA COOPERATIVA NA AMAZÔNIA

José de Moraes

Teresinha Valim Oliver Gonçalves _____ 159

SEÇÃO LIVRE

ASPECTOS DO NOVO ROMANCE HISTÓRICO NA OBRA OS PARDAIS ESTÃO VOLTANDO DE GILVAN LEMOS

Luciano Ferreira da Silva _____ 177

O CURRÍCULO PÓS-CRÍTICO: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM VITÓRIA/ES

Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva

Raquel Amorim dos Santos _____ 195

ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

DA TERRA FIRME AOS ESTUÁRIOS: TRAÇOS DE TERRITORIALIDADES NOS SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Indira Angela Eyzaguirre

Alan Crhistian Quadros Alvão

Daniel Gomes Sousa _____ 211

A FÍSICA DA ARGILA: UM ESTUDO VISUAL SOBRE A PRODUÇÃO DE CERÂMICA NA COMUNIDADE VILA QUE ERA

Samuel Antonio Silva do Rosario

Carlos Aldemir Farias da Silva _____ 221

CRÔNICAS ETNOGRÁFICAS

DONA MARINA

Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro _____ 231

MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO E PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS

Gutemberg Armando Diniz Guerra _____ 237

VÍDEO ETNOGRÁFICO

O DOM DE CURAR

Ana Maria Chaves de Chaves

Luis Junior Costa Saraiva _____ 246

CORPOS, ESTADOS E CRISES

APRESENTAÇÃO

A proposta do dossiê *Corpos, Estados e Crises* objetivou articular essas três categorias e/ou sujeitos em trabalhos, sobretudo de autoria periférica, que reflitam e debatam os impactos da atuação dos Estados e das crises nos corpos de indivíduos inseridos em relações assimétricas de poder. Nesse contexto, a pandemia tem propiciado reflexões sobre as mais diversas situações vivenciadas em diferentes contextos socioculturais. Percebemos que as sociedades humanas têm enfrentado os impactos da COVID-19 com ações relacionados ao chamado mundo do trabalho, às políticas públicas sociais e de saúde, ao planejamento voltado para a educação escolar, violência de gênero, entre outras. Há uma série de situações que emergem na maneira como as pessoas se adequam à essas realidades cotidianas que nos foram impostas e o confinamento social trouxe à tona inúmeras questões.

Focar o olhar em violências cotidianas e na precarização do trabalho enquanto produtos cada vez mais sofisticados do ultraliberalismo e do avanço da direita em diversas escalas, também nos possibilita identificar processos e mecanismos de luta e resistência para a construção de um novo tempo e mundo, pautados pela justiça social e cognitiva, com a valorização de narrativas contra-hegemônicas que possam afetar, ensinar e reestruturar o centro.

É neste sentido que o artigo *Sussurros e vozes da Amazônia Brasileira* de Mariluci Guberman contribui com nossa proposta, posto que chama atenção para a importância de se estudar e valorizar outras lógicas para a construção de um mundo mais harmônico, no caso em questão, o pensamento indígena, historicamente alijado e desrespeitado pelo Estado. O artigo apresenta vários autores e obras que alertam para o perigo das forças produtivas em voga e propõem uma reconciliação com a natureza por meio de uma intensa “alfabetização ecológica” (Carvalho, 2008), em que arte e ciência dialoguem em uma “prática pedagógica complexa”, em que a educação apenas fará sentido se envolva por valores de cidadania, diversidade e sustentabilidade.

A partir da análise crítica do discursos (Teun Van Dijk) e da abordagem do jornal como um ator político (Héctor Borrat), o artigo *Agro y Política en la Norpatagonia Argentina durante el peronismo (1946-1955)*, de autoria de Martha Ruffini, reflete como o Estado Nacional, de vertente populista-nacionalista, censurou e se apropriou da imprensa para corroborar seu “processo civilizatório”, por meio de projetos de “desenvolvimento” e “modernização”, que visavam superar “os efeitos culturais da coexistência com etnias indígenas” como prerrogativa para promover cidadãos com direitos políticos; além de controlar críticas e movimentos contra-hegemônicos. O artigo analisa o periódico *La Nueva Era* (1906-1976) que atuava criticamente, mas que foi transformando em forte entusiasta do peronismo. O periódico abarcava duas regiões bastante distintas politicamente - Rio Negro e Patagones (Norpatagonia) - mas economicamente similares, com problemas relativos à irrigação dos rios e terras fiscais, o que demandou diferentes estratégias de informação e opinião.

Assim como os *sussurros de vozes da Amazônia* foram e são continuamente silenciados em detrimento a uma lógica que obedece apenas aos interesses do capital, impactando indígenas, ribeirinhos e a humanidade de forma mais ampla, o controle estatal da liberdade de imprensa e a exacerbação autoritária de governos, como o peronismo na Argentina, são mecanismos de imposição de lógicas e valores, que ainda que tenham proporcionado alguma dignidade e direitos políticos para setores marginalizados da

população, tutelaram, violentaram e silenciaram outras narrativas e práticas políticas que poderiam traçar caminhos diversos para os países da América Latina.

Em continuidade aos processos de colonização de corpos e mentes (Fanon, 2008), sobretudo o investido pelo Estado brasileiro em seu projeto de nação “embranquecida”, com modos europeus, o artigo *Mediações visíveis na cidade: olhares sobre o racismo em Belém/PA* de Tainara Lúcia Pinheiro e Carmem Izabel Rodrigues analisam esses impactos na produção do construto da morenidade enquanto traço cultural central da identidade da cidade de Belém do Pará. As autoras realizam uma etnografia no mercado do Ver-o-Peso e no complexo Estação das Docas, em busca de marcas e sons nos diferentes espaços que atuam como mediações urbano-raciais. Ela constata a predominância do paradigma da morenidade nos dois lugares, ainda que no Ver-o-Peso as casas de artigos afro-religiosos enfatizem a predominância de corpos negros, ainda que mascarados no linguajar: “Morena é ‘flerte’, ‘elogio’, e isso evidencia que o discurso social sobre negritude é de algo negativo, que não deve ser verbalizado”. Em contiguidade e contraposição ao mercado, as autoras nos apresentam a Estação das Docas enquanto produto do projeto civilizatório perpetuado pelo Estado e pelas elites locais tanto no que diz respeito à higienização e à “brancura”, pelo menos dos que consomem no local, como pelo silêncio comedido, norma burguesa importada da Europa.

Importante notar na materialidade da cidade mediações que remetem ao paradigma ou construto da morenidade enquanto construção principal identitária da população em contraposição a uma afirmação negra. Além do enorme paradoxo entre lugares contíguos, cartões postais da cidade, mas que os equipamentos repressivos do estado não deixam de lembrar o quanto são distintos e desiguais, seja pela grade de ferro, seja por quem pode consumir.

O quarto artigo de nosso dossiê é pautado em pesquisa realizada em duas comunidades quilombolas do Nordeste paraense, Comunidade Quilombola América em Bragança/PA e Comunidade Quilombola Jurussaca em Tracateua/PA, visando analisar se os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas respeitam os parâmetros e leis voltados para a Educação Escolar Quilombola. *Relações Étnico-Raciais e Quilombos: dos conhecimentos socioculturais aos currículos de Educação Escolar Quilombola na Amazônia Paraense* de autoria de Raquel Amorim Santos e Simeia Santos Andrade, nos oferece, por meio de texto e imagens, aproximação com duas comunidades produtoras de farinha e que, à despeito das diferenças, são próximas geograficamente e pela base econômica. O PPP de Jurussaca ainda estava em construção, mas a partir da observação e da pesquisa qualitativa, as autoras identificaram em América práticas e currículo voltados à educação antirracista e enquanto um projeto emancipatório, ainda que envolto de conflitos, lutas e resistências; portanto levando em consideração a memória, história, valores, crenças e o que realmente importa para a comunidade.

O último artigo também é centrado em um processo educativo que pode ter a escola como palco, em *Na saleta sem viver nem morrer: Anotações sobre literatura, educação e saúde na Amazônia*, Fernando Farias e Elizabeth Teixeira propõem a obra *Chove nos Campos de Cachoeira* [1941], de Dalcídio Jurandir, especificamente a análise do personagem *Eutanásio*, homem amazônico que vive nesta cidade do Marajó e convive com uma doença *inominável*, provavelmente sífilis ou gonorreia, enquanto uma possibilidade de recurso de ensino-aprendizagem.

Os autores chamam atenção para a potencialidade que a literatura tem para o processo educativo de saúde-doença e para a análise e reflexão de várias dimensões da vida cotidiana em determinado contexto socio-histórico. No caso analisado, defendem a possibilidade que um personagem da ficção tem para refletir a vida simples e repleta de intempéries do caboclo amazônico.

Neste volume da Nova Revista Amazônica apresentamos artigos que nos remetem às inquietações e pesquisas sobre corpos, estados e crises, notadamente nesses tempos nos quais as incertezas são comuns. Com exceção do artigo sobre o jornal argentino, todos os trabalhos refletem o contexto amazônico, seja chamando atenção para o conhecimento produzido pelos povos indígenas e quilombolas, que devem ser escutados, estudados e respeitados; seja, pela valorização da linguagem literária enquanto potência para nos aproximarmos do passado ou, pelo menos, de diferentes momentos da história e como podem impactar regiões mais periféricas, em diálogo com os próprios costumes e problemas locais romantizados. Esse chamado à valorização de narrativas contra-hegemônicas pode nos possibilitar caminhos para um mundo mais justo social e cognitivamente, ainda que repleto de desafios e violências, como o paradigma da morenidade, tão perpetuado em relação às identidades amazônicas, silenciando e invisibilizando histórias, ancestralidades, lutas e corporalidades negras tão presentes, mas mascaradas, nos espaços, ruas e rios de nossa cidade.

Os organizadores

Dra. Denise Machado Cardoso

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Programa de Pós-graduação em Cidades: Territórios e Identidades (UFPA). Email: denisecardosoufpa@gmail.com;

Dra. Luísa Maria Silva Dantas

Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: luisadantas@ufpa.br;

Dr. Segone Ndangalila Cossa

Professor do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Unidade Acadêmica de Palmares. Email: cossa.segone@unilab.edu.br;

DOSSIÊ AMAZÔNIA

SUSSURROS E VOZES DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Mariluci Guberman¹

RESUMO

Os pensamentos, as emoções, o modo particular de cada civilização ver o mundo e a si mesma formam sua filosofia. Busca-se, neste estudo, o pensamento desses povos e de seus descendentes, pois já se esgotou a época em que se acreditava numa só filosofia para a humanidade. Diferenças entre os povos no campo das ideias são características: o pensamento dos ocidentais se revela em um tempo linear e finito, como "início e fim", já o pensamento dos orientais se revela em um tempo cíclico e infinito. Os povos pré-hispânicos, embora integrem o Ocidente, mantêm um pensamento similar ao do Oriente, principalmente, em relação ao homem e à natureza. Portanto, deve-se discutir o pensamento indígena e o ocidental, tanto no que diz respeito à valorização da cultura indígena, quanto no que concerne à preservação da natureza.

Palavras-chave: Civilizações. Pensamento. Amazonia. Preservação.

RESUMEN

Los pensamientos, las emociones, el modo particular de cada civilización ver el mundo y a sí misma forman su filosofía. Se buscan, en este estudio, el pensamiento de esos pueblos y sus descendientes, pues ya se agotó la época en que se creía en una sola filosofía para la humanidad. Diferencias entre los pueblos en el campo de las ideas son características: el pensamiento de los occidentales se revela en un tiempo lineal y finito, como "inicio y fin", ya el pensamiento de los orientales se revela en un tiempo cíclico e infinito. Los pueblos prehispánicos, aunque Occidente, mantienen un pensamiento similar al del Oriente, principalmente, en relación al hombre y la naturaleza. Por tanto, se debe discutir el pensamiento indígena y el occidental, tanto en lo que atañe a la valoración de la cultura indígena, como en lo que concierne a la preservación de la naturaleza.

Palabras clave: Civilizaciones. Pensamiento. Amazonía. Preservación.

ABSTRACT

Thoughts, emotions, the particular way of each civilization seeing the world and itself form its philosophy. This study seeks the thought of these peoples and their descendants, because the time when one believed in a single philosophy for humanity has already been exhausted. Differences between peoples in the field of ideas are characteristic: western thinking is revealed in a linear and finite time, as "beginning and end", while the thought of the Orientals is revealed in a cyclical and infinite time. The pre-Hispanic peoples, although they are part of the West, maintain a thought similar to that of the East, mainly in relation to man and nature. Therefore, it is important to discuss indigenous and Western thought, both with regard to the valorization of indigenous culture, and with regard to the preservation of nature.

Keywords: Civilizations. Thought. Amazonia. Preservation.

Data de submissão: 15.07.2020

Data de aprovação: 06.08.2020

¹ Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) com Bolsa Doutorado Sandwich no Exterior na Universidad Complutense de Madrid. Realizou Estágio Pós-doutoral em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Mestrado em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). É Bacharel e Licenciada em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985). Pesquisadora do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NEOLATINAS UFRJ desde 1996. É Pesquisadora do Núcleo de Estudos das Américas– Nucleas (UERJ/CCS/IFCH) desde 2010. E-mail: mariluciufrj@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

A unidade continental da América no plano geográfico é indiscutível, entretanto, sua estrutura social e política não corresponde a essa unidade pois, conforme o antropólogo Darcy Ribeiro¹, “Toda a vastidão continental se rompe em nacionalidades singulares, algumas delas bem pouco viáveis como um quadro dentro do qual um povo possa realizar suas potencialidades” (RIBEIRO, 1986, p. 11).

Se a diversidade da América Latina é real, torna-se difícil encontrar um símbolo que represente essa variedade de culturas. Para o antropólogo Darcy Ribeiro existe uma matriz genética comum aos latino-americanos: “Todos estes povos têm no aborígine uma de suas matrizes genéticas e culturais [...]” (RIBEIRO, 1986, p. 13). Verifica-se, então, que o indígena, como “matriz genética” e, por conseguinte, produtor em grande parte do imaginário amazônico, deve ser valorizado, assim como seus conhecimentos, sua cultura e seus costumes devem ser preservados.

1 O INDÍGENA CALADO...

Várias expedições² foram enviadas ao Brasil, principalmente, à Amazônia, mas somente em inícios do século XX, foi constatada a decadência da população indígena pelo etnólogo alemão Curt Nimuendajú³(1883-1945), que, ao chegar a terras brasileiras (1903), empreendeu três viagens ao rio Solimões (1929, 1941 e 1942). Logo depois de sua chegada, Nimuendajú encontrou, em 1927, a população indígena da bacia do rio Negro, mais precisamente em São Gabriel da Cachoeira, em um processo decadente, conforme se verifica a seguir:

A decadência da cultura indígena é espantosa; todos para isto se coligam: os colombianos que, espezinhando e vitimando o índio pela maneira mais bárbara, lhe tiram o último vestígio de brio e consciência; os brasileiros com a sua mania de civilizar índios, cujo ideal é fazer deles eleitores e cuja prática consiste principalmente em arrumar-lhes nas costas um débito e cobrá-lo depois por bem ou por mal [...]; os padres salesianos que na sua intolerância extirpam sistematicamente tudo que difere da chamada civilização cristã, proibindo a construção de malocas, o uso do cachiri [bebida fermentada extraída da mandioca], do trocano [instrumento de percussão], dos enfeites de penas e de pedra, as danças e o culto do Yurupari. (NIMUENDAJÚ, 2000, III).

Com a mecanização e a automatização do homem na Modernidade, não somente a decadência indígena, mas também as habilidades de grandes civilizações se desvalorizaram,

¹Darcy Ribeiro (1922-1997) realizou expedições (1949 e 1951), que geraram o livro *Diários Índios: os Urubus-Kaapor* (1996), reprodução dos diários de campo. Preocupado com o impacto da civilização sobre os indígenas brasileiros, elaborou um estudo sobre essa situação (UNESCO). Darcy Ribeiro criou, também, o *Museu do Índio* (Rio de Janeiro, 1953). Colaborou com a *Organização Internacional do Trabalho*, preparando um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo (1954). Após 1968, Darcy Ribeiro escreveu a Série *Estudos de Antropologia da Civilização (O Processo Civilizatório, As Américas e a Civilização*, além de outros livros.

²As várias expedições, missões e comissões científicas foram integradas por viajantes estrangeiros e brasileiros, como: antropólogos, arqueólogos, artistas plásticos, bacteriologistas, biólogos, cartógrafos, cientistas, educadores, engenheiros, fotógrafos, geógrafos, médicos, militares, naturalistas, ornitólogos, religiosos, zoólogos. Ver a obra de João Meirelles Filho (2011).

³Curt Nimuendajú, nascido com o nome de Curt Unckel, naturalizou-se como Curt Nimuendajú (1921), nome dado pela tribo dos Guarani-Ñandeva, em 1906, e que significa “o que cria seu próprio lar”. Após sua morte, o Museu Paraense Emilio Goeldi recebeu coleção etnográfica da coleta intensiva realizada por Curt Nimuendajú, como vocabulários de idiomas indígenas, coletânea de histórias e lendas, como: *Maué* [vocabulário] (1928); *Idiomas indígenas del Brasil* (1932); *Os Apinayé* (1956); *Textos indigenistas* (1982); *Etnografia e indigenismo sobre os Kaingang, os Ofaie-Xavantes e os índios do Pará* (1993).

como as artes manuais, ou foram esquecidas, conforme as reflexões do antropólogo Manuel Nunes Pereira⁴ sobre esse processo:

Por que chamamos inferior o que não compreendemos? Por quê ao fundar uma escola no Uaupés⁵, damos mais importância a realidades abstratas que ao ensinamento da arte manual, ao desenvolvimento das habilidades prodigiosas dessas mãos, e deixamos atrofiar-se numa geração o que, durante séculos de atividade, nela se havia adotado? (PEREIRA, 1980, p. 5).

Nas civilizações pré-colombianas os objetos, tanto de madeira quanto de barro, pedra ou, ainda, de tecido, eram sacralizados; representavam entidades divinas, integrantes da natureza - fauna, flora e, principalmente, o homem -, ou fenômenos da natureza (trovão, furacão, raio, tempestade, terremoto...). O indígena dessas civilizações, anteriores à chegada dos europeus, convivia com o mundo mágico de sua gente desde sua infância.

A harmonia natural entre o homem e a natureza se rompeu com a modernização, isto é, com as forças produtivas da atividade econômica (antes marginal), pois conforme o filósofo Guy Debord, “encontrou as condições sociais do grande comércio e da acumulação de capitais” (DEBORD, 1997, p. 29), dominando totalmente a economia. O século XX passou a vivenciar os transtornos climáticos e, em 1988, na *Conferência de Toronto*, houve uma mobilização geral para atenuar esses transtornos e preservar a natureza. O filósofo também completa: “O crescimento econômico libera as sociedades da pressão natural, que exigia sua luta imediata pela sobrevivência; mas, agora, é do libertador que elas não conseguem se liberar” (DEBORD, 1997, p. 29). Debord ainda acrescenta: “[a] busca do movimento independente da economia”, faz “desaparecer a cidade e o campo, [...], sua destruição simultânea” (DEBORD, 1997, p. 115).

Ainda no século XX, com o contínuo desenvolvimento do trabalho *maquínico*, redobrado pela revolução informática, na concepção do filósofo Félix Guattari (2012, p. 8-9), as forças produtivas tornarão a maneira de viver insustentável. O desemprego, a marginalidade, a solidão, a ociosidade, a angústia e a neurose serão as marcas dos tempos vindouros. Por que não transformar essas marcas, conforme o filósofo francês, em cultura, criação, pesquisa, reinvenção do meio ambiente, enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade? Através de uma verdadeira revolução política, social e cultural, no entender de F. Guattari (2012, p. 9), será possível criar novas marcas e reorientar os objetivos da produção de bens materiais e imateriais.

A partir da modernização tecnológica e da expansão dos meios de comunicação na América Latina atribuíam-se, conforme Néstor García Canclini, “a desintegração e o atraso latino-americanos aos ‘obstáculos culturais’, essas tradições que diferenciam cada região” (TN) (GC, 1995, p. 150). Acreditavam-se “que nossas sociedades, ao se industrializarem, lograriam se modernizar em forma homogênea e se vinculariam com mais fluidez” (TN) (GC, 1995, p. 150). Foi o que ocorreu em parte, pois é mais fácil a transmissão pela televisão, internet, celular e redes sociais do que pelo rádio, periódicos e livros. De qualquer modo, conforme García Canclini “persistem marcadas diferenças étnicas, regionais e nacionais entre os países latino-americanos” (TN) (GC, 1995, p. 150).

Os habitantes dessas regiões diferenciadas nem sempre têm acesso às novas tecnologias e aos meios comunicacionais. De acordo com Néstor García Canclini, o

⁴Manuel Nunes Pereira (1892-1985) viveu a maior parte de sua vida em Manaus viajando continuamente para o interior da Amazônia, foi um dos maiores estudiosos do índio e da cultura dessa região, quando registrou, em forma de artigos, estudos científicos sobre o pirarucu, a tartaruga do Amazonas e o peixe-boi. Escreveu os dois volumes de *Moronguetá. Um Decameron indígena*, descrição de áreas indígenas, registro de história, relevo, rios, clima, flora, fauna, lendas e tradições da região amazônica e outros.

⁵O autor se refere ao rio Uaupés “...relacionado com as aventuras dos deuses e heróis míticos das tribos do território brasileiro e dos da Venezuela, da Colômbia e da Guiana”. In: PEREIRA (1980), p. 104.

“isolamento desolado é, por carências ferroviárias ou de outros recursos e comunicações, uma paisagem cada vez mais freqüente na América Latina” (TN) (GC, 2002, p 89). Também o isolamento, em relação às sociedades marginalizadas, se explica pelo entender de García Canclini: “... a reprodução de suas formas de vida e simbolização é asfixiada pela concorrência global, [...]. Por isso, muitos vêm na globalização somente promessas de perdas e, quando ouvem exaltar o local, pensam que suas virtudes estão em outra parte” (TN) (GC, 2002, p. 87). Essas culturas excluídas da globalização “não só deixam de ter sustento econômico e social, mas também perdem significado” (TN) (GC, 2002, p. 87).

Na segunda metade do século XX, surgiu no mundo uma preocupação com o homem e sua interação com o meio ambiente⁶, principalmente com a proteção e a preservação do sistema ecológico. Em 1990, o filósofo francês Michel Serres lançou uma proposta para dissipar o problema que afeta o final do século: a reconciliação com a natureza, presente em seu *Contrato natural*, o qual, à semelhança do contrato social, busca firmar com o mundo um novo pacto que supere a guerra contra a natureza, instituindo a paz como meta, a reconciliação com a natureza, pois “a evidência nos mostra que se deve recomeçar o fundamento de uma história, cujo fim está à vista”. Para Serres (1991, p. 25), “trata-se da necessidade de rever e, até mesmo, de renunciar ao contrato social primitivo. Este nos reuniu, para o melhor e para o pior, [...]; agora que sabemos nos associar diante do perigo, é preciso prever [...] um novo pacto a assinar com o mundo: o contrato natural”.

O filósofo chama a atenção para a angústia que começa a se difundir em torno da natureza, mencionando como prova a mobilização geral que, no sentido de preservá-la, desde as conferências de Estocolmo (1972), Toronto (1988), Paris (1989), Londres (1989), Haia (1989), Ríó de Janeiro (1992), Johannesburgo (2002) [...] assumiu um peso político de caráter internacional, imprimindo maior destaque ao enfoque da natureza do que ao da sociedade (SERRES, 1991, p. 35).

Um dos fatores mais prejudiciais à natureza é a poluição, a grande ruptura entre o mundo terreno e o mundo celestial, como se pode observar no questionamento de Michel Serres (1991, p. 35): “Como é que as paisagens divinas, a montanha santa e o mar de sorrisos incontáveis dos deuses puderam transformar-se em usinas de esgotos ou receptáculos abomináveis de cadáveres?”.

2 O INDÍGENA GANHA VOZ...

Nas três últimas décadas do século XIX, a interiorização na Amazônia, em busca do látex, da madeira e das especiarias, passou a preocupar o governo brasileiro, que viu no isolamento, sobretudo nas regiões de fronteira e na região oeste do país, afastadas dos grandes centros urbanos e, também, nos povos indígenas, alvos fáceis de serem atingidos pelos especuladores. Faltavam políticas públicas de proteção às riquezas amazônicas e aos povos indígenas.

Para este fim, foi criada, em 1907, a *Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas* (1907-1915) para a qual foi designado o militar e sertanista brasileiro Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), conhecido como Marechal Rondon, que desbravou terras, instalou a primeira linha telegráfica, mapeou terrenos e

⁶Já, em 1970, o pesquisador brasileiro Eneas Salati estudava sobre o ciclo da água e os recursos hídricos na Amazônia, além dos impactos das mudanças climáticas globais. Em 1971, um grupo de investigadores de diversos países se reuniu (Roma) para avaliar os problemas mundiais, dentre estes os recursos naturais e o meio ambiente. Em 1972, foi realizada (Estocolmo) a *Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente*, quando se discutiram o antagonismo desenvolvimento/ meio ambiente. Em 1981 foi aprovada, no Brasil, a Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

manteve contato com muitas tribos indígenas⁷. Esse contato de Rondon transformou seu objetivo inicial de explorar e modernizar a Amazônia em preocupação com a integridade dos indígenas. São os primeiros passos em prol de uma política para essa região: sertanistas, etnólogos, biólogos e antropólogos irão desbravar e estudar esse território, no qual o índio é o centro das atenções, um ser humano que suscita estudo, valorização, precaução e empenho no contato com o civilizado. Participaram desses primeiros passos, junto ao Marechal Rondon, os irmãos Villas Boas⁸, Noel Nutels⁹, Darcy Ribeiro e outros, que, em 1946, pleitearam a criação do *Parque Nacional do Xingu*¹⁰. A reserva indígena mais importante das Américas só foi instaurada em 1961.

Se o século XX foi marcado, de certo modo, por uma política de desenvolvimento para a Amazônia, de outro modo, trouxe a valorização¹¹ dos povos indígenas e o idealismo em prol desses povos, em busca de uma política governamental para a instituição de um órgão gestor que assegurasse a liberdade, a idoneidade do índio e o respeito a sua cultura, sem deixar de assegurar ao índio brasileiro sua cidadania. Com essas ideias, foi criada no Brasil (1967) a *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI)¹², vinculada ao Ministério da Justiça. O indígena começa a ter voz.

O homem, conforme Zygmunt Bauman, não deve “ser exposto a uma manipulação que ele não pode evitar por não poder sobreviver a não ser se submetendo às condições que essa dependência lhe impõe” (BAUMAN, 2012, p. 153). Em consonância com esta assertiva, o amazônida não deve ser percebido como objeto do trabalho, e sim como sujeito do trabalho, aquele que atua livremente conforme as concepções de sua cultura ancestral. A importância da floresta e do rio Amazonas para o nativo, que promove a conservação e o uso sustentável do bioma amazônico, difundindo a produção e o conhecimento, reside também na preservação da memória cultural da região, pois por meio da literatura oral, para Manuel Nunes Pereira, sobrevive a memória:

...simplicidade de sua urdidura, do colorido de suas imagens, da pluralidade dos seus símbolos, da musicalidade dos idiomas que a fantasia e a memória coletiva haviam escolhido para sua fixação na órbita tribal, a fim de transmiti-la depois, de geração em geração, para outros horizontes, como expressão vivaz da cultura. (NUNES PEREIRA, 1980, p. 6).

Perante o advento da Modernidade, na cultura popular, conforme Roberto Díaz Castillo, “irredutível perante os focos cosmopolitas de penetração estrangeirizante, o povo defende a autenticidade de sua própria linguagem” (RDC, 1987, p. 7). A memória, de acordo com Kátia Canton, atua como um verdadeiro “agente de resistência” (CANTON, 2009, p. 21) da Amazônia, ou seja, o indígena e seus descendentes diretos ou mestiços disseminam o conhecimento sobre o segredo da selva e dos rios, preservando a memória cultural da região: a tradição, carregada de símbolos, lendas e mitos sacralizados pelos índios, colabora na preservação do meio ambiente, evitando sua degradação.

⁷Rondon organizou e dirigiu o *Serviço de Proteção aos Índios* (1910). Contactou com várias tribos indígenas. Nesta época era construída a ferrovia Madeira-Mamoré. Por meio da Comissão Rondon, além de inúmeras linhas e estações telegráficas.

⁸Os irmãos Villas Boas (Orlando, 1914-2002; Cláudio, 1916-1998 e Leonardo, 1918-1961) integraram a Expedição Roncador-Xingu, criada pelo governo federal, em 1943, para conhecer e desbravar as áreas não identificadas na cartografia brasileira existente nessa época.

⁹O sanitarista e fisiologista Noel Nutels (1913-1973), a partir do encontro com os índios, dedicou-se à defesa desses povos e à erradicação das enfermidades contraídas pelos índios em contato com o branco.

¹⁰Inicialmente, foi criado como *Parque Nacional do Xingu*, atualmente, é *Parque Indígena do Xingu*, onde vivem aproximadamente 5.500 índios de diversas tribos.

¹¹Para os irmãos Villas Boas, os índios vivem em uma sociedade equilibrada, estável, com sólidos princípios morais e com comportamentos éticos, que mantêm harmonicamente a organização tribal.

¹²Ver os objetivos principais da Funai. OIT (1989); Brasil (2004). In: <http://www.funai.gov.br/>.

Como a memória foi transmitida, durante séculos, pela oralidade, cabe ressaltar a importância da literatura oral, nessa região, pois são essenciais na interação do bioma amazônico. Portanto, o indígena não se sente separado da natureza (florestas, rios, montes, animais...), pelo contrário, integra-se a ela e vê seus elementos mais do que simples produtores de madeiras, frutos ou carnes. Para o autóctone, o ser humano é um componente da natureza. Essa integração homem/ natureza permite afirmar que o indígena, seus descendentes e os “ribeirinhos”¹³, esses últimos, em grande parte, vindos de outras regiões desde o *Ciclo da Borracha* (1879-1945), são agentes na preservação da Amazônia.

Pode-se tomar a Amazônia como um abundante *território*, na acepção de Milton Santos (2001), onde se dá uma relação harmônica e significativa entre o homem e a água. De acordo com o poeta Thiago de Mello, “O rio fala com o homem. O rio diz o que o homem deve fazer. Sucede que a floresta não pode dizer. A floresta não anda. A selva fica onde está. Fica à mercê do homem” (MELLO, 2005, p. 32). Na região amazônica há um ciclo de águas¹⁴, de subida ou descida, a que seu habitante precisa se acostumar ao longo do tempo, são os rios que regem a vida desse habitante. Como os ciclos das águas são constantes, o nativo se habituou a conviver com esses ciclos, os quais projetam ciclos econômicos, conforme Thiago de Mello:

Grandes vazantes significam fartas colheitas: a terra da várzea inundada é fertilizada pelo rio, que lhe acrescenta sais minerais e matérias orgânicas. É tempo de grandes pescarias, tempo de bom plantar. Grandes cheias correspondem a duras calamidades e amargas misérias: o peixe deixa o rio e se esconde nos lagos de remanso [...], as plantações são destruídas, a raiz da juta apodrece [...], o gado tem que ser levado para as alturas da terra firme [...], as sucurijus enormes espreitando; o soalho das casas fica submerso, [...]. O homem fica à mercê do rio. (MELLO, 2005, p. 27).

Para a reintegração com a natureza, pode-se buscar como exemplo a relação harmoniosa dos povos pré-colombianos com o meio ambiente, seja pela memória oral e escrita, seja pelos registros em cavernas, ou ainda, pelos registros em cerâmicas, templos, pirâmides e ruínas. Porém, neste estudo, toma-se como objeto de investigação a integração do homem com a região amazônica, a maior biodiversidade do planeta (flora, fauna, rios, lagos...), banhada pela bacia do rio Amazonas¹⁵ com 66,90% situados em território brasileiro.

Além da biodiversidade da Amazônia brasileira, existe o contraste econômico e a heterogeneidade cultural, que tornam essa área única, conforme o sociólogo João Carlos Barroso em seu estudo *A agricultura moderna em Mato Grosso: riqueza e pobreza*¹⁶, que aponta para duas regiões diferentes em um mesmo estado do Brasil: a Chapada dos Parecis e o Vale do Araguaia.

A Chapada dos Parecis, próxima à fronteira com a Bolívia, situa-se no estado de Mato Grosso. Na chapada nasce o rio Paraguai, um dos formadores da bacia do rio da Prata; portanto, a chapada é um divisor de águas de duas grandes bacias hidrográficas: a Amazônica e a Platina. Nela, conforme J. C. Barroso (2005, p. 190), “agricultores oriundos do Sul do Brasil, desenvolveram uma agricultura moderna, com culturas de soja e algodão”, que além de prejudicar o meio ambiente, exclui parte significativa da população. Essa migração só

¹³Os “ribeirinhos” caçam, pescam e extraem da floresta frutos, ervas e látex, e vivem do artesanato e da agricultura. In: <http://portaldamazonas.com/ribeirinhos-da-amazonia>.

¹⁴Ver “ciclo de águas”, de Antonio Donato Nobre. *El Futuro Climático de la Amazonía*. In: www.ccst.inpe.br/wp-content/uploads/2014/11/El_Futuro_Climatico_de_la_Amazonia.

¹⁵O rio Amazonas nasce nos Andes peruanos, mais precisamente no *Nevado de Mismi*, a 5.597 metros, e segue para terras brasileiras. No Peru recebe vários nomes e, no Brasil, entra como Rio Solimões, onde se situa a cidade de Tabatinga, que juntamente com as cidades de Santa Rosa (Peru) e Leticia (Colômbia), formam fronteiras na região amazônica. Ao receber as águas do rio Negro, passa a ser denominado Rio Amazonas. Em seu percurso de 6.762 quilômetros, carrega mais de 7.000 afluentes e desagua no Oceano Atlântico, rodeado pela floresta amazônica e formando um delta entre os estados do Pará e Amapá.

¹⁶O estudo de João Carlos Barroso, *A agricultura moderna em Mato Grosso: riqueza e pobreza*, integra a obra coordenada por Martin Coy e Gerd Kohlhepp (2005), p.189-195.

poderia resultar no contraste entre riqueza e pobreza em Mato Grosso: máquinas e tecnologias avançadas sob o comando de latifundiários do agronegócio, em contraste com parte da população excluída, principalmente migrantes do Nordeste do país, que só conseguem trabalho em período de safra.

Quanto ao Vale do Araguaia, que está situado entre os rios Xingú e Araguaia (norte do estado de Mato Grosso e próximo ao estado do Pará), conforme J. C. Barroso (2005, p. 192), “era território de vários povos indígenas¹⁷”, os quais começaram a perder seus territórios com a chegada de seringueiros, agricultores e criadores de gado vindos do Pará e do Maranhão, de acordo com L. B. Antônio Soares (2004), a partir das primeiras décadas do século XX. Desse modo, os indígenas têm sido obrigados a dividir seu território.

Tanto os europeus quanto os asiáticos passaram a incentivar a expansão da soja, desde o cerrado até a floresta amazônica, com insumos públicos e privados (KOHLHEPP; BLUMENSCHNEIN, 2000); entretanto, a soja não é o único fator de destruição da natureza no Brasil, tem-se a ocupação humana irregular, o crescimento das fazendas de gado, que ocupam áreas desmatadas por extração de madeira ou por queimadas, também, o garimpo, a mineração e o agronegócio. Esses fatores, aliados aos tratores e às motosserras, colaboram para a destruição do meio ambiente. Em relação a essa máquina, conforme João Meirelles Filho, pode-se falar de duas Amazônia[s], *Antes da Motosserra* e *Pós-Motosserra*: “A motosserra emite um som-mensagem: sou a destruição em *moto-contínuo* [...]. A motosserra, como símbolo, substitui qualquer outra linguagem e banaliza a violência” (MEIRELLES FILHO, 2011, p. 21).

Cabe ressaltar a posição dos países desenvolvidos ao tratar do apoio¹⁸ a outros países, apresentada na *Conferência sobre o Clima* (COP 21) em Paris (2015): “A *EU* [União Europeia] e os demais países desenvolvidos seguirão apoiando a ação pelo clima a fim de reduzir as emissões e aumentar a resistência às consequências da mudança climática nos países em desenvolvimento”. Se por um lado, as nações desenvolvidas se manifestam favoráveis ao acordo da COP 21; por outro, elas continuam aumentando as emissões de gases de efeito estufa e, em consequência, provocando danos e prejuízos ao clima do planeta, como a abundância das queimadas e dos fenômenos climáticos insustentáveis, além do aquecimento global.

A preservação do meio ambiente se relaciona com a população que nele habita, cabe lembrar a região amazônica preservada pelo difícil acesso e pelos povos indígenas que ali viviam, quando os europeus aportaram no Brasil. A estimativa¹⁹ era de mais de 1.000 povos indígenas, com 2 a 4 milhões de pessoas. Atualmente, verificam-se, em território brasileiro, 250 povos com falantes de mais de 150 línguas diferentes.

Ao se analisar o *Quadro Geral dos Povos Indígenas*²⁰, constata-se uma pluralidade de etnias, culturas e pensamento, que plasmam um sistema sócio-cultural muito complexo, porém nem todos habitam o território brasileiro, pois parte dos indígenas se encontra na Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname e Venezuela. Deve-se observar o trânsito desses povos indígenas de um país a outro, inclusive do Brasil para outros países da América do Sul.

Como são muitos os povos indígenas no Brasil, serão abordados alguns neste estudo, como a tribo com o maior território: os *Yanomami[s]*, que ocupam 192.000 km² em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela, ao norte da Amazônia preservada. São estimados,

¹⁷Povos indígenas que habitavam o Vale do Araguaia: Xavante, Tapirapé, Karajá e Caiapó.

¹⁸“Acción por el Clima”. In: *Web oficial de la Unión Europea*. https://ec.europa.eu/clima/policies/international/negotiations/paris_es

¹⁹Estimativa de indígenas, conforme o *Instituto Socioambiental (ISA)*, Brasil, para aquela época. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenas>.

²⁰Quadro Geral dos Povos Indígenas. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>

somente em terras brasileiras 19.338, e no Brasil e na Venezuela 35 mil pessoas²¹. Os *Yanomamis* compõem de quatro subgrupos, nos quais cada um fala uma língua própria: *Yanomae*, *Yanômami*, *Sanima* e *Ninam*.

O chefe indígena Davi Kopenawa Yanomami, a fotógrafa suíça naturalizada no Brasil Claudia Andujar, o missionário italiano Carlo Zacchini e o etnólogo francês Bruce Albert, junto ao fundador do ISA (*Instituto Socioambiental*), Beto Ricardo, criaram a *Comissão Pró-Yanomami* (1978), determinante para a demarcação da *Terra Indígena Yanomami* pelo governo brasileiro (1992). Cabe assinalar a participação desse grupo na exposição *Claudia Andujar*²² *La Lutteyanomami* (Paris), registro, no exterior, da civilização *Yanomami* e da paisagem majestosa da selva Amazônica.

A tribo com maior densidade populacional do Brasil (53.544 integrantes) é a dos *Tikunas*²³, que vive à margem esquerda do rio *Solimões*, entre *Tabatinga* e *São Paulo de Olivença*, vivendo também na Colômbia e no Peru. Entretanto, muitos povos indígenas da Amazônia não chegam a mil membros, como por exemplo, a tribo *awá* que se constitui de, aproximadamente, 450 pessoas.

Ainda que exista um número considerável de indígenas no Brasil, nem sempre a *Fundação Nacional do Índio* (FUNAI) pôde oferecer proteção a esses povos após a ocupação irregular na floresta, como se pode observar na denúncia²⁴, em Brasília, da líder indígena *munduruku* (povo das formigas de fogo), Alessandra Munduruku, sobre o trato depreciativo com seu povo e a invasão de suas terras, na Amazônia, pela mineração, afirma: “Esta água suja traz morte e enfermidade a nossa gente, e nossos peixes estão cheios de mercúrio”.

3 SABER OUVIR O NATIVO...

O patrimônio cultural e oral dos povos da Amazônia tem sido registrado por documentários, artigos e livros. Estes últimos apresentam, em grande parte, obras emanadas da história e do imaginário amazônico. Se por um lado existem livros sobre a literatura oral e escrita na Amazônia, destacam-se, nessa região, significativas editoras locais, principalmente, dos estados do Amazonas e Pará, por outro lado, existem livros escritos pelos próprios indígenas, como: *O gravador de Juruna* (1983) de Mário Juruna²⁵ (1943-2002), *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (2015) de Davi Kopenawa (1956)²⁶.

As reflexões de Davi Kopenawa, em sua obra *La chute du ciel. Paroles d'un chamanyanomami* (2010), traduzida com primor para o português por Beatriz Perrone Moisés, como *A Queda do Céu. Palavras de um xamã yanomami* (2015), são o verdadeiro testemunho sobre o pensamento e a memória dos povos indígenas:

²¹Dados do site *Povos Indígenas no Brasil*. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>

²²Além de Claudia Andujar e Davi Kopenawa, também participaram da inauguração da exposição *Claudia Andujar La Lutteyanomami* (Paris, 2020) Carlo Zacchini e Bruce Albert. In: <https://amazonia.org.br/2020/01/aluta-yanomami-de-claudia-andujar-chega-a-paris/>

²³Os dados da tribo *tikuna* foram extraídos de Marília Facó Soares. *Ticuna. Povos Indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental (ISA). In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>

²⁴Ver a denúncia dos indígenas. In: “El pueblo indígena *munduruku* denuncia minería ilegal en Brasil” (2019). Os *munduruku* formam uma tribo da Amazônia com 14.000 integrantes. In: <https://www.survival.es/noticias/12283>

²⁵A obra *O gravador de Juruna* “é baseada nas gravações realizadas por Juruna, junto a dirigentes da FUNAI e parlamentares, que prometiam políticas e cumprimento de leis para a proteção dos povos indígenas e não as cumpriam”. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mário_Juruna#O_Gravador_de_Juruna

²⁶Davi Kopenawa escreveu em co-autoria com Bruce Albert, antropólogo francês, a obra *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (original *La chute du ciel: Paroles d'un chamanyanomami*, 2010). Kopenawa nasceu em Marakana (1956), Estado do Amazonas e Albert em Marrocos (1952). Davi Kopenawa Yanomami já discursou na ONU (Estocolmo) e recebeu o *Prêmio Nobel Alternativo* (2019).

Eu não tenho velhos livros como eles [os brancos], nos quais estão desenhadas as histórias de meus antepassados. As palavras dos xapiri[espíritos] estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. [...]. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. Agora é minha vez de possuí-las. Mais tarde, elas entrarão na mente de meus filhos e genros, e depois, na dos filhos e genros deles. [...]. Desta forma, elas jamais desaparecerão. (KOPENAWA, 2019, p. 65).

Também destacam-se os seguintes livros indígenas: *O mundo tukano antes dos brancos: um mestre tukano* (2017) de Álvaro Tukano²⁷ (1953) e *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) de Ailton Krenak (1953)²⁸. Tanto as obras de Juruna e Kopenawa quanto as de Tukano e Krenak registram reflexões críticas sobre o pensamento ocidental e o indígena.

Pode-se ressaltar a concepção do líder indígena Davi KopenawaYanomami²⁹, que observa a terra em detalhe e revela como os índios pensam a floresta de modo distinto dos brancos:

Nós pensamos diferente. A beleza da terra é muito importante pra nós. Do jeito que a natureza criou tem que ser preservado, tem que ser muito cuidado. A natureza traz alegria, a floresta pra nós índios é muito importante. A floresta é uma casa, e é muito mais bonita que a cidade. A cidade é como papel, é como esse carro aí na frente: branco, parece um papel jogado no chão. A floresta não, a floresta é diferente. Verde, bonita, viva. Fico pensando... por quê homem branco não aprende? Pra que vão pra escola? Pra aprender a ser destruidor? Nossa consciência é outra. Terra é nossa vida, sustenta nossa barriga, nossa alegria, dá comida é coisa boa de sentir, olhar... é bom ouvir as araras cantando, ver as árvores mexendo, a chuva. (KOPENAWA, 2012).

Quanto aos livros didáticos sobre a Amazônia (quase sempre incluídos em livros de Geografia), fazem uma abordagem resumida perante a importância do bioma amazônico. Entretanto, cabe assinalar os sites, como: *Rádio Yandê*, *Rádio Indígena Online*, com notícias, músicas indígenas, programas informativos e educativos; o de *Games Educativos*, do *Instituto CERTI Amazônia*; *Jogos didáticos de Educação Ambiental*, do *Instituto Mamirauá* (Amazonas) e os *Povos indígenas no Brasil Mirim*, do *Instituto Socioambiental* (ISA). Este site inclui informações, lendas e jogos, e tenta conciliar o saber científico com o saber indígena, por meio do lúdico em busca da interação entre os dois saberes, isto é, entre o cientificismo e o tradicionalismo na Amazônia.

Se por um lado, na Amazônia, são relevantes os valores nativos, por outro, a modernidade, como transformação revolucionária que se traduz em emergência de valores, exige modificações e/ou adaptações desses valores. Cabe assinalar a necessidade dessas transformações para evitar o desmatamento da selva e, conseqüentemente, a erosão e o empobrecimento da biodiversidade, que contribuem não só para as mudanças climáticas, mas também, conforme o pesquisador Virgílio Viana, “para a geração de energia hidrelétrica e abastecimento de água para as cidades e para a agricultura” (VIANA, 2006, p. 24). Percebe-se, então, a premência para converter alguns valores.

²⁷Álvaro Tukano, líder indígena Tukano, é “um elo entre a etnia Tukano e o [...] IBICT/ MCTI, no projeto “Corredor Digital”, desenvolvido em áreas indígenas da nação Tukano, na bacia do rio Uaupés, Alto Rio Negro [...]. Desenvolveu, junto com a Funai, o projeto com conteúdos impressos e digitais, bem como ferramentas tecnológicas específicas, tomando como base as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Indígena*, para capacitação de professores indígenas de ensino fundamental, que passaram a atuar como multiplicadores”.

In: <http://acienciaqueeufaceo.mast.br/index.php/2-uncategorised/12-alvaro-tukano.html>

²⁸Ailton Krenak nasceu na Reserva Indígena dos Krenak (*kre*, cabeça, *nak*, terra; logo, *cabeça da terra*), região do rio *Doce* (Estado do Espírito Santo).

²⁹Ver KOPENAWA, Davi. “Davi KopenawaYanomami Pouco conhecido em seu próprio país, ele é a mais respeitada liderança indígena brasileira”. *Revista Trip*, TextoLino Bocchini, Boa Vista, 13.07.2012.

O pesquisador e professor Virgílio Viana alerta também para o precário aproveitamento do potencial amazônico, à exceção de “alguns sistemas de manejo inventados por índios, extrativistas e caboclos”, e cita “uma iniciativa-piloto de manejo florestal comunitário” (VIANA, 2006, p. 25), como a produção sustentável de castanha, madeira, borracha, que surgiu na década de 90, na região de Xapuri-Acre. Aponta, ademais, para o *Projeto Mamirauá* (1993 e 1995), cujos objetivos eram desenvolver a agropecuária e a madeireira (todas sustentáveis), a educação, a proteção e o monitoramento ambiental. Esse projeto foi o embrião do *Programa de Manejo Florestal Comunitário* (1999), que ampliou a investigação das características biológicas e socioeconômicas da área. Virgílio Viana dedica um capítulo de seu livro ao *Programa Zona Franca Verde no Alto Solimões e Juruá* com produção de “polpa de açaí, plantas medicinais, essências aromáticas etc” (VIANA, 2006, p. 25-26).

Para evitar o desmatamento e uma “catástrofe ecológica”, o desafio principal, conforme o pesquisador e professor Edgard de Assis Carvalho, “reside na alfabetização ecológica em todos os níveis da educação, do ensino fundamental à universidade” (CARVALHO, 2008, p. 73). Uma prática pedagógica complexa que, por meio do diálogo entre ciência e arte, “articula modalidades lógico-rationais a expressões mítico-imaginárias” (p. 74), pois tanto a literatura oral quanto a escrita, como sistemas lingüísticos simbólicos, “constroem imagens amplificadoras, criam uma fantástica reserva de emoções, abrem janelas para o mundo, acionam níveis de realidade não percebidos pela linguagem monocórdica dos conceitos” (CARVALHO, 2008, p. 76).

O acesso ao conhecimento, para Edgard de Assis Carvalho, pode ocorrer por “múltiplas vias”, de forma que seja possível ingressar na “grande narrativa de todos os sistemas vivos” (CARVALHO, 2008, p. 76). Todo sistema obedece ao mesmo princípio do sistema matemático: forma-se de elementos, a princípio unitários, mas que necessitam interagir entre si formando um todo, que pode se relacionar com outros sistemas, natural ou cultural. Deste modo, os estudos científicos e os estudos críticos literários e artísticos, ao se integrarem, atuam com eficácia. Trata-se de um pensamento antagônico à razão pura e à objetividade legítima, pois essas não sobrevivem sem sensibilidade, subjetividade e criatividade, é necessário lutar por um modelo cultural que, também, assegure a sustentabilidade e a preservação das espécies.

A ideia de um mundo sustentável requer a eleição de prioridades. De acordo com Assis Carvalho, “...o desenvolvimento e a velocidade da tecnologia terão de ser repensados, sem que isso envolva qualquer tipo de retorno à idade da pedra [...], para que a sustentabilidade deixe de ser um discurso oportunista [...] e passe a governar sentimentos e ações de todos”. A proposição de ações para todos exige uma “educação ecológica constante” (CARVALHO, 2008, p. 75), a fim de se alcançar a cidadania. Não se pode manter o modelo da escola fragmentada com estruturas de repetição, e sim “buscar, nas potências da criatividade, o exercício da autonomia incondicional do sujeito, a aceitação de que nossa qualidade de humanos [...] nos faz responsáveis diante de nossos atos” (CARVALHO, 2008, p. 76).

Torna-se necessário instaurar um diálogo entre as partes envolvidas, entre as diferentes ideias e culturas, um intenso diálogo que, conforme Assis Carvalho (2008, p. 73), requer a privação, ainda que temporariamente, de cientificismo, crenças e preconceitos, para que a comunicação tenha fluidez e se concretize de fato. O pesquisador ainda acrescenta: “Ciência e imaginação, ciência e arte nunca se excluem, mas se completam, empenhadas que estão em decifrar o sentido e significado da vida. Não é mais possível que o século XXI mantenha a separação entre a cultura científica e a cultura das humanidades” (CARVALHO, 2008, p. 77).

Ao se tomar como base a proposta de Edgard de Assis Carvalho, percebe-se que é indispensável a formação e a divulgação de um pensar nacional permanente sobre a ecologia,

livre de exarcebações, isto é, uma atitude, um conhecimento, que questione o saber e as ações políticas instituídas. Se por um lado, a sustentabilidade da natureza necessita da integração de diversas áreas (social, política, econômica e ambiental); por outro lado, não se pode olvidar da área educacional e dos diálogos constantes com os saberes. Somente assim é possível conduzir a sociedade a uma conscientização plena da importância da preservação da natureza.

O conhecimento que advém da ciência, da arte e da filosofia gera a reflexão, mas é imprescindível ouvir o nativo, que também tem seus saberes, integrando conhecimento científico e sabedoria dos autóctones da floresta. A memória dos povos indígenas tem sido um baluarte em sua identidade, ainda que a modernização tenha transformado a vida de muitos habitantes da região amazônica, que vivem em casas flutuantes às margens dos rios Amazonas e Negro, como os “ribeirinhos”.

A identidade de uma sociedade, na concepção de Zygmunt Bauman, “tem raízes, [...], numa rede mais ou menos invariante de relações sociais; a natureza *societal* da sociedade consiste acima de tudo numa teia de interdependências desenvolvida e sustentada pela e na interação humana” (BAUMAN, 2012, p. 215-216). O sociólogo polonês esclarece que as relações sociais “são o esqueleto permanente, duradouro, [...], da prática *societal*” (BAUMAN, 2012, p. 216). Deduz-se, então, que o pensamento e as atividades dos habitantes de regiões diversas do Brasil resistem à massificação da modernidade. São padrões calcificados, que se apresentam, sempre que possível, como “eventos flutuantes” (BAUMAN, 2012, p. 216).

As reflexões sobre o meio ambiente implicam na busca da etimologia do vocábulo “refletir”, do latim *reflectere*, que significa “retroceder”, pois o ser humano, ao visualizar sua imagem refletida no espelho, contempla o desdobramento de si em dois campos simultâneos: um se desdobra em real ao refletir sua própria figura na época atual; outro, em imaginário ao registrar a consciência que se visualiza para a época vindoura. Portanto, retorna a si mesmo, transgredindo os parâmetros da modernidade e repensando um novo mundo. Pois cabe perguntar: Que mundo é esse em que se vive? Por que não buscar outro mundo? De acordo com o líder indígena Ailton Krenak, “um mundo à nossa disposição”, em que se pode “escutar, sentir, cheirar, inspirar, expirar aquelas camadas do que ficou fora da gente como ‘natureza’” (KRENAK, 2019, p. 69-70)

Esse processo revela a retomada do que foi pensado e/ou vivido anteriormente, do conhecimento engessado, já instituído, que gera, certamente, a discussão criando novas ideias e atitudes, principalmente, sobre o meio ambiente, seus benefícios e sua preservação, com a participação efetiva tanto dos educadores quanto das instituições. Estas últimas com políticas públicas de divulgação, acesso à água para consumo e saneamento adequado para a população, além da manutenção da limpeza, como: coleta diária de resíduos, tanto nas residências, quanto no comércio e nas indústrias; produtos de construção e reciclagem para que não se acumulem resíduos e microrganismos, e para que não sejam despejados nos rios e lagoas. São muitas as ações de preservação, basta lembrar da manutenção das nascentes e margens dos rios, além da reflorestação dessas margens e das encostas. Trata-se da limpeza do solo e do ar.

Todas essas políticas e ações, assinaladas no parágrafo anterior, necessitam de uma população alfabetizada, e a Educação cumpre este papel: o aluno necessita expor suas ideias, ser coparticipante do processo de ensino/ aprendizagem, porque não apenas as informações e o conhecimento integram esse processo, como também o jogo de ideias, reflexões, articulações verbais, diálogos e respeito mútuo introduzem o educando na trajetória de formação da cidadania.

O pesquisador Antonio Joaquim Severino aponta para dificuldades no ensino fundamental e no universitário: pelo lado externo, “em sua inserção histórica na sociedade brasileira, sob os diversos condicionamentos políticos, econômicos e sociais” (SEVERINO, 2009, p. 254) e, pelo lado interno, “em sua esfera específica, como lugar de produção,

sistematização e disseminação do conhecimento” (SEVERINO, 2009, p. 254), um conhecimento, que, neste estudo, se volta para a educação ecológica permanente. É um desafio para a universidade brasileira “rever com criticidade, criatividade e competência, sua relação com o conhecimento, tratando-o como processo e não como produto” (SEVERINO, 2009: 254). Se o século XX foi marcado pelo capitalismo, o século XXI está sendo marcado pelo conhecimento. Torna-se necessário um ensino crítico e criativo, que contemple o meio ambiente e as reflexões de como preservá-lo. Cabe à universidade, conforme Antonio Joaquim Severino,

...dedicar-se à formação do cidadão autêntico, pois seu papel mais substantivo vai muito além da formação do profissional, do técnico e do especialista. Por mais que os resultados históricos não tenham correspondido a essa expectativa, isso não compromete sua finalidade intrínseca, formadora que precisa ser da consciência social que é a única sustentação de um projeto político minimamente equitativo, justo e emancipador. (SEVERINO, 2009, p. 258).

O compromisso da Universidade com o ensino básico não se restringe à tarefa técnica de formar professores, no entender de Antonio Joaquim Severino,

...é muito mais profundo e radical. Trata-se de um compromisso ético-político com a educação, mola propulsora do processo civilizatório. [...] Deixar de assumir responsabilidades diretas e incisivas em relação a essa problemática é uma traição a seu próprio destino. Ela precisa ser lugar prioritário de se pensar modelos e caminhos da educação básica do país. (SEVERINO, 2009, p. 261).

Enquanto os pesquisadores se preocupam em formar *cidadãos autênticos*, os indígenas pela voz do líder *yanomami*, Davi Kopenawa, apresenta uma sociedade em que tudo está em seu lugar, pronto para ser vivido junto à floresta, ao homem e à natureza, que dividem o mesmo espaço:

Nós temos aldeia e caçamos, e eles [os animais] também caçam e têm lugar pra viver. Para fazer oca usamos conhecimento tradicional, pegamos folha, cipó e fazemos. E a casa da onça, como é? Ela procura na pedra um bom buraco pra viver. Macaco é a mesma coisa. E mutum? Fica nas árvores, porque é ali que a natureza quer que ele fique. O peixe, a mesma coisa, fica no rio. Jabuti, cotia, todo bicho é assim, todo tem casa na natureza como nós. Você tem também, mas aí é diferente. Você tem cama, geladeira, freezer, telefone, [...], chuveiro pra tomar banho dentro da casa, são costumes bem diferentes. Nós tomamos banho no rio. (KOPENAWA, 2012).

No contexto amazônico, o conhecimento pode ser transmitido por meio de diferentes saberes, desde os saberes indígenas até os saberes virtuais. A integração do conhecimento científico e da sabedoria dos autóctones da floresta pode ser concretizada, como se verifica, por exemplo, na entrevista do filósofo Edgar Morin (2008, p. 18) ao cacique Marcos Terena, o qual declara: “soberania não é só o território. São as riquezas que estão no coração das pessoas indígenas. A sua filosofia de vida”. Recentemente, o chefe indígena Jurara Waiãpi³⁰ declarou, em relação à proteção da reserva de sua tribo: “Não queremos ter mineração onde vivemos em paz, onde bebemos água, onde sustentamos filhos e netos. Isso fere *YvyJarã*, a entidade espiritual que cuida de nossas terras” (WAIÃPI, 2017, p. 80).

Na opinião de Davi Kopenawa, é preciso se reunir para dialogar, senão o mundo terminará:

Como não tem outra Terra, nosso povo também é só um, nós e vocês. Então precisa sentar pra trocar ideia. Discutir junto como usar nosso planeta e nosso país, que é tão rico, tão bonito e tem água limpa. Mas homem de São Paulo, Inglaterra ou dos Estados Unidos não quer saber de manter terra viva, a floresta em pé. Quer derrubar tudo e fazer mercadoria. Mas tem que pensar no futuro, no que vai acontecer com as

³⁰Declaração do chefe indígena Jurara Waiãpi. In: WAIÃPI, J. *Revista Veja* (2017) p. 80.

futuras gerações, ou daqui a cem anos nosso planeta vai virar um campo de futebol, sem árvore, pássaro ou água limpa, sem beleza nem índio. E quando acabar índio e floresta, aí vai ser o fim do mundo. (KOPENAWA, 2012).

O líder indígena ainda acrescenta: “O homem da cidade também vai morrer. Vai começar a sofrer, a brigar, a matar parente. Vai querer comprar floresta, vir com trator para cá e a destruição vai engolir todo mundo. Não é só o índio que vai morrer” (KOPENAWA, 2012). Ademais, para se compreender as concepções indígenas, torna-se necessário uma comparação entre o pensamento dos povos indígenas e o dos ocidentais. Este último caracterizado pelo pensamento dicotômico, como “espírito e matéria”, “mente e corpo”, que descobre “na cultura” um esforço permanente para superar e remover essa dicotomia. Acrescenta-se ainda a crítica à dicotomia entre “mundo histórico” e “mundo simbólico”, que encontra respaldo na afirmação do professor e pesquisador Carlos Gadea:

Essa dicotomia pode operar como “tipo ideal” para, justamente, diferenciar inter-relações sociais e seus contextos de produção e representação, porém não para sugerir etapas de uma evolução histórica. Não se trata de etapas ou estágios históricos “objetivos”, da passagem de “mundos materiais e simbólicos” de menor grau de complexidade para outros de complexidade maior, ou do advento ou emergência de uma condição social e cultural que acabaria substituindo uma anterior. (GADEA, 2007, p. 106).

O pensamento indígena, arraigado à região selvática, concebe a natureza, a flora e a fauna como seres vivos, não pelo experimentalismo dos estudos biológicos, mas sim porque todos os segredos da criação e da dissolução dos universos estão presentes no corpo humano. O autóctone é fundamental para o conhecimento da natureza selvagem e seus mistérios. Por pertencer a uma só natureza, como já se abordou neste estudo, o nativo pode despertar essa consciência unívoca (homem/ natureza) e promover uma rede vital de relações e interdependências, revelando, simultaneamente, o uso sustentável da biodiversidade e a preservação da natureza, além do patrimônio cultural da Amazônia. Tal esforço requer ações políticas e sociais, de acordo com Davi Kopenawa:

...falam que [a terra] é do governo, mas governo não plantou, não, a natureza que pôs ali. Aqui em cima é pro índio fazer roçado, plantar macaxeira, banana, cana... alimentação indígena. Mas branco quer tirar mercadoria da terra, já aprendi faz tempo esse pensamento. **Napê**[branco] não quer preservar a natureza, cuidar da terra. Só quer destruir, tirar riqueza da floresta, negociar madeira pra país onde não tem. E ainda tem problema de biopirataria e garimpeiro. O nome já diz: garimpagem, fazer buraco... Mataram meu povo por conta de ouro e diamante. Querem fazer brinco de pedra pras mulheres deles ficarem bonitas e enfeitar casa, enfeitar loja, enfeitar tudo... o pensamento, o mundo todo do branco é assim. (KOPENAWA, 2012).

Os efeitos do desmatamento sobre o clima na Amazônia são daninhos, como “o fogo, a fumaça e afuligem”. De acordo com o pesquisador Antonio Donato Nobre, gera “a redução drástica da transpiração, uma mudança na dinâmica das nuvens e chuvas, e uma maior duração da estação seca” (TN) (NOBRE, 2014, p. 5). Ainda que as formas de ignição se originem das atividades humanas, nem todas procedem diretamente dessas atividades na Amazônia, pois o desmatamento ocorre não só no Brasil, mas também em outros países. Cabe lembrar que outros agentes, como a queima de carvão e petróleo, são causadores das mudanças climáticas no mundo.

A destruição da Amazônia, ameaçando as chuvas e o clima, de acordo com Antonio Donato Nobre, “não derrotaria apenas a agricultura competitiva; a falta (ou excesso) de água afeta a produção de energia, as indústrias, o abastecimento das populações e a vida nas cidades” (TN) (NOBRE, 2014, p. 32).

A partir do final do século XX, diversas iniciativas foram tomadas no Brasil, muitas empresas se mobilizaram no sentido de preservação das matas, da água e do uso sustentável do solo e dos rios. Destacam-se as construções de empresas e residências com o aproveitamento de energia, luz e ventilação naturais e uso de formas de energia alternativa (eólica, solar...), para a produção energética de matéria prima renovável (madeira, cana-de-açúcar, amendoim...), reduzindo o consumo. A racionalização da energia é indispensável na preservação do meio ambiente. Entretanto, causa preocupação a notícia³¹, em 2012, de que o abastecimento de energia elétrica no país vai crescer.

Não só as usinas hidrelétricas, mas também as mineradoras preocupam por sua extensa ocupação do solo e pelos desastres ecológicos que produzem, basta lembrar das mineradoras: ao se romperem ou vazarem derramam metais tóxicos e diversos poluentes no solo e nas águas das regiões que ocupam no Brasil, desalojando inúmeras populações, como se verificou em noticiário. Além das extensas estradas³² que cortam o território brasileiro e preocupam pelo desmatamento e pela ruptura do ecossistema, a qual já se tratou neste estudo, como “a grande ruptura”, apoiando-se na concepção do filósofo Michel Serres. Também, deve-se ouvir a voz do líder indígena Davi Kopenawa de como surgiu a poluição, “o erro do branco”:

Falam que [o mundo] tá poluído, que mudança climática tá chegando, que tá chovendo ou não tem chuva, tá mais quente... Isso tudo é o erro do branco se mostrando. Aumenta a população, a quantidade de carro, avião, fábrica, óleo. Aqui em Boa Vista mesmo há alguns anos teve tempo seco como nunca. Secou muita floresta e aí acabaram desmatando. Tenho dois pensamentos: ou vamos morrer queimados, ou vamos morrer afogados. (KOPENAWA, 2012).

Para o líder indígena Davi Kopenawa, o índio fala pouco e nós devemos escutar mais:

Tem metade da população de não índios que já tá escutando, aprendendo, começando a falar em preservação da natureza. Mas ainda é pouco. O índio tem que falar mais e vocês têm que escutar mais. Temos que lutar juntos. O mais importante é ter aliança, não ficar com preconceito, não ficar inimigos. E lembrar que árvore não é carne, não tem que fazer nada, árvore é só deixar lá que já tá conservada. (KOPENAWA, 2012).

Além dos projetos, desenvolvidos pelo *Instituto Brasileiro do Meio Ambiente*, foram registradas as terras dos povos indígenas, que têm um papel fundamental na preservação amazônica. São muitos os projetos e ações positivos, como por exemplo, os da *Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)*: o cultivo do *açaizeiro BRS Pará* (2005), e o *Mandiotec* (2019), que foram usados por produtores familiares na Amazônia. Conforme a pesquisadora Anna Christina Monteiro Roffé Borges³³ o projeto “visa promover o compartilhamento de conhecimentos para agricultura familiar sem queima na Amazônia, visando à transição produtiva por meio da adoção de práticas e tecnologias sustentáveis para recuperação de áreas alteradas, redução do desmatamento e das queimadas” (BORGES, 2016-2019, p.1).

³¹Ecodebate. In: <https://www.ecodebate.com.br/2012/11/06/governo-planeja-34-novas-usinas-hidreletricas-ate-2021-sendo-15-delas-na-amazonia-legal/>

³²As estradas mais extensas são: BR 116- começa no estado do Ceará e termina no do Rio Grande do Sul; BR-101- inicia no estado do Rio Grande do Norte e termina no do Rio Grande do Sul. E as internacionais são: BR-364- *MAPEstrada Madre de Dios* (Perú), Acre (Brasil), Pando (Bolívia), que se junta à BR-317, *Estrada do Pacífico* ou *Rodovia Interoceânica* ou *Carretera Interoceânica*, que se inicia no Brasil, atravessa Bolívia e Peru e chega ao Oceano Pacífico; BR-230-*Rodovia Transamazônica* (1972) atravessa os seguintes estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas (e deveria chegar ao Peru e ao Equador); BR-174-*Rodovia Brasil* atravessa os estados de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e Roraima e chega à Venezuela.

³³Anna Christina Monteiro Roffé Borges é líder do projeto *Compartilhamento do conhecimento para agricultura familiar sem queima na Amazônia. Embrapa Amazônia Oriental*, 2016-2019.

Ainda, de acordo com a pesquisadora da *Embrapa Amazônia Oriental*, A. C. M. Roffé Borges,

A adoção de sistemas alternativos é uma forma de alcançar a sustentabilidade de unidades de produção familiar rural e do uso de recursos naturais. Para tornar disponíveis sistemas alternativos aos produtores familiares, são necessárias ações de disseminação de alguns sistemas validados cientificamente e de identificação, adaptação e validação científica de outros sistemas e tecnologias promissoras. (BORGES, 2016-2019, p.1).

Várias organizações não governamentais também continuam a luta por uma melhor qualidade de vida, porém imprimem maior destaque ao enfoque natural do que ao social. Embora essas discussões sejam relevantes, tanto o descaso com os *Povos Originários e Comunidades Tradicionais*, quanto a quantidade de emissões globais de *gases do efeito estufa* preocupam; entretanto, de acordo com Antonio Donato Nobre, para “conseguir que os efeitos científicos” sobre o clima e os efeitos “do desmatamento na geração do clima inóspito cheguem à sociedade e se transformem em conhecimento comum e corrente [...] é preciso falar à sensibilidade das pessoas” (NOBRE, 2014, p.33).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as iniciativas de sensibilizar as pessoas e de levá-las a conhecer os problemas. Cabe destacar o artista visual Sebá Tapajós que, em 2015, numa ação inicialmente isolada, começou a pintar as casas dos moradores, os quais vivem à margem do rio Guamá³⁴ no Pará. Trata-se do projeto *Street River*, que “tem como objetivo levar arte urbana para quem vive do outro lado da cidade”³⁵, sem água potável e em precárias condições de saúde. Os “ribeirinhos” atuam na preservação da Amazônia, pois à semelhança dos indígenas e seus descendentes, aprenderam a conhecer a respiração, a pulsação local, não só do homem, mas também da floresta e dos animais, elementos que garantem a sua sobrevivência na selva amazônica e, conseqüentemente, a sustentabilidade dessa região.

A obra de Tapajós não apresenta imagens, sua arte é abstrata, inspirada, conforme ele, no movimento do rio: “Isso é por conta de minha influência ser o rio, as margens e a floresta”³⁶. A iniciativa de Sebá Tapajós, por meio da melhora das casas e das condições de habitação, ganhou força com a participação de outros artistas³⁷. Torna-se necessário chegar à raiz do problema.

Os discursos em favor do clima e da preservação do meio ambiente são inúmeros, mas as práticas são ínfimas. Pode-se pensar na existência de uma política eficaz de Estado para resolver o desmatamento e a preservação do meio ambiente. Entretanto, não é o que ocorre, pois a precariedade da Educação não só no Brasil, mas também em outros países (desde o ensino básico até o superior), não permite, conforme se assinalou neste estudo, a prática de ações ecológicas relevantes.

No momento em que se encerra este artigo (maio 2020), o mundo atravessa uma pandemia com incontáveis mortes. Famílias estão sendo desfalcadas, e o isolamento que se torna necessário é uma oportunidade para se pensar, como o indígena, em “discutir junto como usar nosso planeta e nosso país” (Davi Kopenawa), para ter “um mundo à nossa disposição (Ailton Krenak) e para poder abraçar a natureza.

³⁴O rio *Guamá* (em língua indígena, *o rio que chove*) nasce na Terra Indígena Alto Río *Guamá* (tribos: *AwaGuajá*, *Ka'apor* e *Tembé*), em *Paragominas*, no nordeste do estado do Pará.

³⁵Sobre Sebá Tapajós ver: g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/01/grafiteiro-transforma-casas-de-ribeirinhos-em-obras-de-arte.html

³⁶*Ibidem*.

³⁷Os artistas que aderiram à iniciativa de Sebá foram: Fael Primeiro (Bahia), Acidum Project (Ceará), Kajaman (Rio de Janeiro), Mundano (São Paulo), Toys e Omik (Distrito Federal).

REFERÊNCIAS

ALLEGRETI, Mary. Usar para valorizar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ano 4, nº 44, maio 2009, p. 22-25.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Floresta que sangra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ano 4, nº 44, maio 2009, p. 18-21.

ANDUJAR, Claudia. **Claudia Andujar La Lutteyanomami**. Paris: Foundation Cartier, 2020. Disponível em <https://amazonia.org.br/2020/01/a-luta-yanomami-de-claudia-andujar-chega-a-paris/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BARROSO, João Carlos. A agricultura moderna em Mato Grosso: riqueza e pobreza. *In*: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Coords.). **Amazônia sustentável. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. RJ: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universitat Tübingen, 2005, p.189-195.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Cláudio. **Um futuro para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

BORGES, Anna Christina M Roffé. **Compartilhamento do conhecimento para agricultura familiar sem queima na Amazônia**. Embrapa Amazônia Oriental, 2016-2019. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/210923/compartilhamento-do-conhecimento-para-agricultura-familiar-sem-queima-na-amazonia>. Acesso em: 14 jul. 2020.
BRASIL. **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**. Disponível em <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

CANTON, Kátia. **Tempo e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARVALHO, Edgard de Assis. “A natureza recuperada”. **As Dimensões Imaginárias da Natureza. Atas do XIV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Imaginário, 2008.

COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Coords.). **Amazônia sustentável. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. RJ: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universitat Tübingen, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela S. Abreu. RJ: Contraponto, 1997.

DÍAZ CASTILLO, Roberto. **Cultura popular y luchas de clases**. La Habana: Casa de las Américas, 1987. (Cuadernos Casa, 33)

ECODEBATE. **Novas Usinas**. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2012/34-novas-usinas-ate-2021/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIAS (EMBRAPA). **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Disponível em <http://www.embrapa.br/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

FREITAS, Carlos Machado de. **Um equilíbrio delicado: crise ambiental e a saúde no planeta**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. (Coleção Desafios do Século XXI).

FUNDO GLOBAL PARA O MEIO AMBIENTE (Global Environment Facility- GEF). **Agência Gef**. Disponível em <https://www.funbio.org.br/agencia-gef/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

FUNDO MUNDIAL DA NATUREZA BRASIL/ **World Wildlife Fund Brasil (WWF)**. Disponível em https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/wwf_mundo/wwf/. Acesso em: 28 mai. 2020.

GADEA, Carlos. Dinâmica da modernidade na América Latina: sociabilidades e institucionalização. **Topoi**, jul.-dez.2007, v. 8, nº 15, p. 105-123. Disponível em http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi15/topoi%2015artigo5.pdf. Acesso em: 28 mai. 2020.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores y Ciudadanos: Conflictos multiculturales de la globalización**. México: Grijalbo, 1995.

GARCÍA CANCLINI. **Latinoamericanos buscando lugar en este siglo**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Trad. Maria Cristina F. Bittencourt. Revisão da tradução Suely Rolnik. 21ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

GUBERMAN, Mariluci. (Org.). **Provocações da Amazônia: dos rios voadores aos voos imaginários**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, 494p.

GUBERMAN, Mariluci. “A Amazônia em discussão: problemas e realizações”. **SURES**. Revista Digital do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Nº 3 (2014). Foz do Iguaçu: UNILA. Disponível em <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures/article/view/13>. Acesso em: 26 mai. 2020.

GUBERMAN, Mariluci. “La Amazonía y los juegos de lenguaje: de lo histórico a lo imaginário”. **Revista Cambios y Permanencias**. Bogotá: Universidad Industrial de Santander, vol. 9, núm. 2, 2018, p.1-29.

GUBERMAN, Mariluci. Amazônia: em busca de uma política para sua preservação. *In*: GUBERMAN, Mariluci (Org.). **Provocações da Amazônia: dos rios voadores aos voos imaginários**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2015, p.67-86.

GUBERMAN, Mariluci. **América Latina: construções, desconstruções e reconstruções**. Saarbrücken (Deutschland): Verlag Edições Acadêmicas, 2017.

HOUAISS, Antônio (org.). **Noel Nutels: memórias e depoimentos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 1991/2010. Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO CERTI AMAZÔNIA. **Games Educativos**. Disponível em <https://umcanto.com/instituto-certi-amazonia>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODEVERSIDADE (ICMBio). **Montanhas do Tumucumaque**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-montanhas-do-tumucumaque>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM). **Recuperação de áreas degradadas**. Disponível em <http://ipam.org.br/cartilhas-ipam/recuperacao-de-areas-degradadas/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

INSTITUTO MAMIRAUÁ. **Jogos Didáticos de Educação Ambiental**. Disponível em <https://www.mamiraua.org.br/pt-br/comunicacao/noticias/2014/10/2/instituto-mamiraua-disponibiliza-jogos-didaticos-de-educacao-ambiental.../>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA). **Produtos e Processos Patenteados**. Diretor Adalberto Luis Val. Coordenador Estevão Monteiro de Paula. Chefe de Divisão Noélia Lúcia Simões Falcão. Brasília: FINEP; Manaus, Amazonas: INPA, 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povo Ticuna**. Disponível em <http://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil Mirim**. Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/websites/povos-indigenas-no-brasil-mirim>. Acesso em: 14 jul. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenas>. Acesso em: 27 mai. 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Quadro Geral dos Povos Indígenas**. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/quadro-geral>. Acesso em: 28 mai. 2020.

KOHLHEPP, G; BLUMENSCHHEIN, M. Brasileiros sulistas como atores de transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Território**. 8, 2000, p. 47-66.

KOHLHEPP, Gerd. Desenvolvimento sustentável na Amazônia? Dúvidas na consolidação do programa piloto, as recentes estratégias e a realidade amazônica. *In*: COY, Martin; KOHLHEPP, Gerd (Coords.). **Amazônia sustentável. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais**. Rio de Janeiro: Garamond; Tübingen, Alemanha: Geographischen Instituts der Universität Tübingen, 2005, p. 75-95.

KOPENAWA, Davi. “Davi Kopenawa Yanomami Pouco conhecido em seu próprio país, ele é a mais respeitada liderança indígena brasileira”. **Revista Trip**, Texto por Lino Bocchini, Boa Vista, 13.07.2012. Disponível em <http://revistatrip.uol.com.br/revista/212/paginas->

negras/davi-kopenawa-yanomami.html - 16. Acesso em: 14 jul. 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Original em francês *La chute duciel. Paroles d'unchamanyanomami* (2010). Trad. Beatriz Perrone Moisés. Prefácio Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MEIRELLES FILHO, João. **Grandes expedições à Amazônia brasileira: Século XX**. São Paulo: Metalivros, 2011.

MELLO, Thiago de. **Amazonas, pátria da água**. 3ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Áreas Protegidas**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Participação de Marcos Terena. Trad. Paula YoneStroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MUNDURUKU, Alessandra. Denúncia dos indígenas. *In: El pueblo indígena munduruku denuncia minería ilegal en Brasil* (2019). Disponível em <https://www.survival.es/noticias/12283>. Acesso em: 27 mai. 2020.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Situação dos povos indígenas no brasil**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/situacao-dos-povos-indigenas-no-brasil-e-a-mais-grave-desde-1988-diz-relatora-da-onu/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Cartas do sertão**. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Assírio & Alvim, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. There is a large number of feet, particularly anthropomorphic ones, which may have been feet of vessels. (2004: 125). *In: GUAPINDAIA, Vera Lúcia Calandrin. Além da margem do rio: a ocupação Konduri e Pocó na região de Porto Trombetas, PA*. São Paulo: USP, Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 14/08/2008. Disponível em www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-0508008-104113/. Acesso em: 27 mai. 2020.

NOBRE, Antonio Donato. **El futuro climático de la Amazonía: informe de evaluación científica**. Trad. Isabela Figueroa, German Poveda, Yana Marull. São José dos Campos, SP: ARA: Centro de Ciencias del Sistema Tierra (CCST), Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales (INPE), Instituto Nacional de Investigaciones de La Amazonía (INPA), e-book: il., 2014, 43p. Disponível em www.ccst.inpe.br/wpcontent/uploads/2014/11/El_Futuro_Climatico_de_la_Amazonia.pdf. Acesso em: 27 mai. 2020.

PAZ, Octavio. **El signo y el garabato**. Barcelona: Seix Barral, 1991.

PEDROSO, J; THOMAS, Jennifer Ann. “Floresta barulhenta”. **Revista Veja**, ano 50, nº 36, de 6 de setembro de 2017, p. 74-80.

PEREIRA, Manuel Nunes. **Moronguêta: um Decameron indígena**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.

PORTAL DA AMAZÔNIA. **Ribeirinhos da Amazônia**. Disponível em <http://portaldamazonas.com/ribeirinhos-da-amazonia>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PROJETO MAMIRAUÁ. **Programa de Manejo Florestal Comunitário**. Disponível em <https://www.mamiraua.org.br/pt-br/manejo-e-desenvolvimento/programa-de-manejo-florestal-comunitario/>. Acesso em: 26 mai. 2020.

RÁDIO Yandê. **Rádio Indígena Online**. Disponível em <http://radioyande.com/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

REVISTA **Amazônia**: COP 15, Copenhagen. “Empresa estimula geração de renda com preservação ambiental no coração da Amazônia”. Belém (Pará): Cirios. Ano 4, nº 17, 2009, p. 64-66.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Diários Índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALATI, Eneas. **Rios voadores**. Disponível em <http://riosvoadores.com.br/equipes/equipe-cientifica/>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**. Entrevista com Milton Santos. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SANTOS, Reginaldo Ferreira; SIQUEIRA, Jair Antonio Cruz (Orgs.). **Fontes renováveis de energia II: agroenergia**. Cascavel: UDUNIOESTE, 2013.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Trad. Beatriz Sidoux; revisão Oto Araújo e Ricardo Musse. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. *In: A Avaliação Institucional nas Universidades Federais e as Comissões Próprias de Avaliação*. Campinas; Sorocaba, jul.2009, v.14, nº 2, p.253-266.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (SNUC). **Áreas Protegidas**. 17.02.2010. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: 14 jul. 2020.

SOARES, L. B. Antônio. **Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia – MT, na primeira metade do século XX**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 2004.

SOARES, Marília Facó. **Ticuna. Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 14 jul. 2020.

TAPAJÓS, Sebá. **G1 Globo**. Disponível em g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/01/grafiteiro-transforma-casas-de-ribeirinhos-em-obras-de-arte.html. Acesso em: 27 mai. 2020.

VIANA, Virgílio. **As florestas e o desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Apresentação Thiago de Mello. Manaus: Valer, 2006.

VILLAS BOAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para o Oeste**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 1994.

WAIÁPI, Jurara. “Declaração do chefe indígena Jurara Waiãpi”. *In*: PEDROSO, J; THOMAS, J. A. “Floresta barulhenta”. **Revista Veja**, Set. 2017, ano 50, nº 36, p. 80.

AGRO y POLÍTICA EN LA NORPATAGONIA ARGENTINA DURANTE EL PERONISMO (1946-1955)

Martha Ruffini ¹

RESUMO

Durante setenta anos, a Patagônia Argentina foi um espaço centralizado sob o controle absoluto do estado nacional (1878-1955). Da mesma forma que os Territórios Federais no Brasil, a possibilidade de planos de desenvolvimento estava ligada aos interesses e prioridades do estado e aos setores dominantes nele representados. Durante o governo populista de Juan Domingo Perón (1946-1955), os Territórios Nacionais do sul foram convertidos em províncias autônomas, expandindo a cidadania política. Como parte do planejamento peronista, o espaço da Patagônia Norte mais negligenciado - o vale mais baixo do Rio Negro - recebeu os planos de desenvolvimento econômico focados na irrigação e na entrega de terras fiscais. O objetivo deste artigo é interpretar o papel da imprensa - no caso, o jornal La Nueva Era - durante o peronismo, como porta-voz das necessidades econômicas da região e promotora de direitos políticos para os habitantes. Neste artigo, usaremos a ferramenta metodológica da Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Teun Van Dijk e a noção do jornal como ator político do cientista social uruguaio Héctor Borrat.

Palavras-chave: Patagônia. Imprensa. Peronismo. Desenvolvimento agropecuário. Política

RESUMEN

Durante setenta años la Patagonia argentina fue un espacio centralizado, bajo control absoluto del Estado nacional (1878-1955). Del mismo modo que los Territorios Federales en Brasil, la posibilidad de planes de desarrollo quedó vinculada a los intereses y prioridades estatales y de los sectores dominantes en él representados. Durante el gobierno populista de Juan Domingo Perón (1946-1955) los Territorios Nacionales del sur fueron convertidos en provincias autónomas, ampliando así la ciudadanía política. Como parte de la planificación peronista, el espacio norpatagónico más postergado -el valle inferior del río Negro- fue destinatario de planes de desarrollo económico centrados en la irrigación y la entrega de la tierra fiscal. El objetivo de este artículo es interpretar el rol de la prensa -en este caso el periódico La Nueva Era- durante el peronismo, como vocera de las necesidades económicas de la región e impulsora de derechos políticos para los habitantes. En este artículo utilizaremos la herramienta metodológica del Análisis Crítico del Discurso desde la perspectiva de Teun Van Dijk y la noción del periódico como actor político del cientista social uruguayo Héctor Borrat.

Palabras clave: Patagonia. Prensa. Peronismo. Desarrollo agropecuario. Política

Data de submissão: 07.07.2020

Data de aprovação: 06.08.2020

INTRODUCCIÓN

En América Latina, los movimientos nacional-populares emergieron a partir de la década de 1930 como respuesta a la crisis del Estado liberal y a los cuestionamientos sobre el funcionamiento del modo de dominación oligárquico. En el marco del modelo industrializador sustitutivo y ante la necesidad de fortalecer el mercado interno, llevaron adelante una política estatal intervencionista e impulsaron la incorporación socio-política y

¹ Doctora en Historia. Investigadora Principal del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Investigadora del Centro de Estudios de la Argentina Rural (CEAR) de la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). República Argentina. E-mail: meruffini@gmail.com

simbólica de los sectores marginados del poder y de las decisiones políticas. Como afirma Francisco Weffort en su análisis del populismo brasileño, crearon un Estado de compromiso que fue a la vez un Estado de masas, en el marco de la debilidad política de los grupos populares urbanos y la hegemonía de la burguesía terrateniente que se hallaba en crisis, pero de ningún modo derrotada (WEFFORT, 1999, p. 145).

Los presidentes que llevaron adelante políticas nacional-populares pretendieron representar la Nación e integrar a las masas. Canalizaron la política a través del Estado mediante la conducción de liderazgos carismáticos representativos de los sectores más postergados. Pero los enfrentamientos de los gobernantes con las clases terratenientes tensaron al máximo la lógica amigo-enemigo y su pretensión de encarnar la Nación terminó socavando el pluralismo y adquiriendo ribetes autoritarios. A partir de la década de 1930, Getulio Vargas (1930-1945 y 1951-1954) en Brasil, Lázaro Cárdenas en México (1934-1940) y Juan Domingo Perón en Argentina (1946-1955) asumieron políticas de corte populista, dirigista y distribucionista.

En Argentina, en el caso particular del peronismo la mutación en la forma de hacer política implicó profundas transformaciones sociales y culturales. La construcción del sujeto político como “ciudadano integrado” tuvo como rasgo dominante la inclusión de las masas bajo los vectores de la justicia social, la ampliación de derechos políticos y la democratización del bienestar.

En la Patagonia, una vasta región ubicada al sur del país, el peronismo tuvo un escenario propicio para actuar en el campo político y económico. Como espacio centralizado, la Patagonia dependía del Estado nacional desde 1878 y para el momento en que inició Perón, la presidencia estaba fragmentada en cinco Territorios Nacionales: Neuquén, Río Negro, Chubut, Santa Cruz y Tierra del Fuego. Esta organización político-administrativa se presentaba también en el nordeste y centro del país y se había implementado para los espacios que estuvieron bajo dominación indígena. Como parte de la jurisdicción estatal, sus habitantes carecían de derechos políticos plenos y el Estado asumía sobre ellos un rol tutelar y pedagógico en pos de homogeneizar y argentinizar la población, a la vez que organizaba en estos espacios una división administrativa del poder político que imitaba a la de los Estados provinciales autónomos, pero con autoridades ejecutivas y judiciales nombradas por el gobierno nacional.²

A lo largo de la primera mitad del siglo XX, los proyectos legislativos vinculados a la concesión estatal de derechos políticos y el derecho de representación ante el Congreso de los diez Territorios Nacionales no habían tenido sanción y en algunos casos ni siquiera motivaron debates. En ese marco, una asignatura pendiente que encontró el gobierno de Juan Domingo Perón al asumir en 1946 era la incorporación al Estado Nacional de vastos segmentos sociales excluidos de la política, entre ellos las gobernaciones centralizadas. Pero los Territorios Nacionales no constituían el único colectivo con derechos políticos restringidos. La negación del voto femenino y las limitaciones para el ejercicio político para extranjeros formaban parte del trayecto histórico excluyente del Estado nacional.

En este contexto de lo que se ha llamado “republicanismo tutelado” (RUFFINI, 2007, p. 65), la prensa en los Territorios Nacionales ocupó un lugar protagónico como auxiliar en el proceso civilizatorio emprendido por el Estado. El rol auto-asignado por los periódicos norpatagónicos fue de colaboración en la difusión del orden republicano para posibilitar que

² Esta organización territorial estuvo inspirada por la Constitución Norteamericana de 1787 y fue replicada en Colombia, Venezuela, México, Chile y Brasil. En el caso de Brasil, el primer Territorio Federal fue el de Acre en 1903, surgido mediante el Tratado de Petrópolis como corolario del conflicto con Bolivia. Acre dejó de ser Territorio Federal en 1962. Otros Territorios Federales fueron Amapá, Roraima, Pará, Rondonia, Fernando de Noronha, Guaporé, Iguazú y Punta Porá.

la población incorporase atributos de “civilización”, considerados necesarios para superar los efectos culturales de la coexistencia con las etnias indígenas.

Por otra parte y fundamentalmente en la norpatagonia -Río Negro y Neuquén-, la prensa prestó particular atención a los acontecimientos políticos y económicos nacionales, asumiendo posturas tácitas o explícitas frente a los mismos. En el peronismo y en el marco de severas restricciones a la libertad de prensa, los medios de comunicación debieron modificar su discurso para sobrevivir en un contexto adverso.

Nuestro objetivo es analizar la prensa norpatagónica a través de uno de los medios de mayor vigencia y alcance regional: el periódico *La Nueva Era*, para determinar el rol jugado por el medio frente al peronismo. Creemos que *La Nueva Era* fue perdiendo progresivamente la objetividad y se convirtió en un medio partidario, en función de la convergencia entre el control estatal a la libertad de prensa pero también la exacerbación autoritaria del peronismo advertible a partir de 1952.

Desde su fundación, *La Nueva Era* acompañó en forma permanente los intereses y demandas del Territorio Nacional de Río Negro. En este sentido, nos interesa observar cuáles fueron las preocupaciones dominantes con respecto a la política y la economía durante el gobierno peronista, en el área de influencia del periódico, el territorio rionegrino y Carmen de Patagones, localidad de la provincia de Buenos Aires, separada por el río Negro del territorio del mismo nombre y que desde el punto de vista histórico-económico podemos incluir como parte de la norpatagonia.

Sobre *La Nueva Era* existen algunos estudios que dan cuenta de las etapas iniciales del medio, su comparación con otros periódicos de la norpatagonia y el rol asumido hasta el golpe de Estado de 1930 (VARELA, 2013; RUFFINI, 2001). Para la etapa peronista se realizó un análisis de la relación entre el periódico, la emergencia del movimiento sindical en los inicios del peronismo y la demanda de derechos políticos a partir de 1952 (VARELA y ALMUNI, 2019; ABEL, 2007).

En relación con la política y lo político, la prensa es un actor social colectivo que opera como actor político, inserto en la trama de relaciones socio-políticas en las que el medio actúa y se desarrolla, posicionándose como narrador, comentarista o protagonista de los conflictos ya sean latentes o manifiestos (BORRAT, 1989). Siguiendo a Teun Van Dijk, el discurso de los medios de prensa cobra importancia como reproductor de la dominación. El texto es moldeado por el contexto, o sea, las propiedades relevantes de una situación social y el discurso de la prensa se utiliza para persuadir, manipular, legitimar o deslegitimar el *statu quo* (VAN DIJK, 2003).

1 LA NUEVA ERA COMO PARTE DE LA IDENTIDAD NORPATAGÓNICA

Como medio pionero de la norpatagonia, *La Nueva Era* fue asociado originalmente a agrupaciones conservadoras de derecha aunque -como el mismo periódico expresó- la motivación inicial de su creación fue enfrentarse a las fuerzas “que actuaban a espaldas del pueblo”. Su fundador y director hasta 1930 fue Mario Matteucci, maestro de origen italiano que se había radicado en Patagones a principios del siglo XX. Con sesgo liberal y anticlerical, el periódico fue mutando en su intento por mantenerse alejado de partidos y facciones políticas. Al iniciar el peronismo, la dirección del periódico la ejercía Domingo Solano y presentaba dos sedes administrativas: Carmen de Patagones y la ciudad de Bahía Blanca en la que se editaba el periódico.

Dentro de la constelación de periódicos existentes en la etapa de los Territorios Nacionales, *La Nueva Era* se destacó por su continuidad a través del tiempo. A diferencia de muchos medios de duración efímera o que surgían al servicio de agrupaciones políticas, el medio mantuvo desde su fundación en diciembre de 1903 y hasta su clausura en 1976 una

llamativa vigencia, lo que lo convirtió conjuntamente con el periódico *Río Negro* (1912) en uno de los medios de mayor arraigo local y regional (RUFFINI, 2001, p. 104).

Editado semanalmente, con una amplia red de corresponsalías en más de treinta localidades, mayoritariamente ubicadas en el territorio de Río Negro pero también en el sur de la provincia de Buenos Aires, Neuquén y Chubut, mantuvo contactos frecuentes con los principales medios de la región -*Río Negro* de Gral. Roca, *La voz Andina* de Bariloche, *La Nueva Provincia* de Bahía Blanca- y se convirtió en un medio hegemónico en la zona rionegrina, que se mantuvo a lo largo del tiempo a pesar de competidores como *El Nacional* fundado en 1926. Su tirada era amplia -1900 ejemplares en 1930- ya que su alcance trascendía lo meramente local: el periódico se distribuía en el sur de la provincia de Buenos Aires, en el territorio de Río Negro, Neuquén y el norte de Chubut.³

En líneas generales se considera un tópico común de la prensa regional o local centrarse en las noticias de su radio de influencia más próximo y, en el caso de las informaciones provenientes del orden nacional e internacional, replicar las notas incluidas en los grandes diarios o de las Agencias de Noticias, en mayor medida sin comentarios ni opinión (MELON PIRRO y DA ORDEN, 2007, p. 18). Pero no fue el caso de *La Nueva Era*. Su superficie redaccional incluía una sección de noticias nacionales e internacionales en las primeras páginas, noticias políticas y económicas de la región, espectáculos y deportes.

El lugar que tuvo el medio en la región se vincula a su origen. *La Nueva Era* surgió en el marco del formato territorial. En ese sentido, su rol desde el inicio fue central ya que, como expresamos, la población de los Territorios Nacionales estaba incapacitada para ejercer derechos políticos que sólo iban a ser reconocidos por el Estado nacional en la medida que la población adquiriera “atributos de civilización”. A través de la palabra escrita, los periódicos de los espacios centralizados se convirtieron en una herramienta esencial para difundir los principios del republicanismo constitucional, educar a la población y erigirse en contralor de los gobiernos locales. En 1952, *La Nueva Era* afirmaba que “El periódico fue factor de progreso y cátedra de cultura cívica y fue sostén de las libertades públicas y amparo de los débiles”.⁴ En esta cita *La Nueva Era* reflejaba la misión propia de los periódicos territoriales cuya dirección -los llamados periodistas ilustrados- se constituían en voces autorizadas, un verdadero periodismo de frontera habilitado para colaborar en el proyecto pedagógico y de homogeneización impulsado por el Estado nacional. Desde ese rol, la prensa aspiraba a ocupar el lugar de “avanzada civilizatoria” en los espacios marginales al poder central (PRISLEI, 2001, p. 80). Por esto, podemos considerar que la capacidad de los medios en la norpatagonia para imponer una agenda de temas no se relaciona exclusivamente con el número alto o bajo de lectores sino con el lugar simbólico desde el que emite, el prestigio y el grado de verosimilitud del medio.

En este sentido debemos hacer una aclaración: *La Nueva Era* se editó alternativamente en Carmen de Patagones, cabecera del partido más austral de la provincia de Buenos Aires y en Viedma, capital del Territorio Nacional de Río Negro, ubicada en la margen izquierda del Río Negro y separadas por una escasa distancia. Desde el punto de vista de los derechos políticos la diferencia estriba en que la población de Carmen de Patagones, por pertenecer a un Estado provincial, ejercía derechos políticos plenos mientras que las localidades del territorio rionegrino no podían hacerlo. Por ello la mirada del periódico resulta enriquecedora al hablar con una voz dual, hacia dos tipos de ciudadanos receptores, revestidos de derechos políticos plenos -los de Patagones- y habitantes con derechos políticos restringidos en Río Negro.

Pero la similitud se refuerza teniendo en cuenta que desde la fundación del fuerte de Patagones en 1779 ambas localidades permanecieron unidas hasta 1878, que fueron separadas

³ En el mapa 1 se observa la zona de influencia de *La Nueva Era* en la norpatagonia.

⁴ UN AÑO MÁS DE VIDA. *La Nueva Era*, Carmen de Patagones, año 50, n. 2.588, dic. 1952, p. 1.

por la penetración del Estado nacional en la región realizada en forma previa a la conquista militar. Portan así una historia común que permite pensar en una comarca Viedma-Patagones en la que gran parte de la población trabajaba en Patagones pero vivía en Viedma o viceversa, con contactos permanentes y estrecha complementariedad comercial y económica. Asimismo, desde el punto de vista económico la región comparte problemáticas similares que permiten ubicarla en la norpatagonia y que convierten a *La Nueva Era* en un medio de prensa norpatagónico.⁵

El contrato fundacional del periódico expresaba claramente esta afirmación. Desde su creación, *La Nueva Era* pretendió convertirse en “el órgano genuino de Viedma, Patagones y el Territorio Nacional de Río Negro”. En cada aniversario, el periódico renovaba el contrato fundacional con sus lectores, prácticamente sin matices: “Siempre bregando por los intereses y justas aspiraciones de estos históricos pueblos, hermanados desde sus orígenes y de nuestro querido Río Negro y territorios sureños”.⁶

Mapa 1: Área de influencia norpatagónica de *La Nueva Era*



Fuente: INSTITUTO GEOGRAFICO NACIONAL, 2016.

2 LA NUEVA ERA COMO TRIBUNA DE OPINIÓN DURANTE EL PERONISMO

La figura de Perón apareció en la escena política como co-autor del golpe de Estado el 4 de junio de 1943 contra el presidente Ramón Castillo (1940-1943), que fue protagonizado por coroneles del ejército, entre ellos Juan Domingo Perón. A partir de ese momento, Perón fue concentrando poder llegando a ejercer cuatro cargos nacionales en forma simultánea:

⁵ Esta pertenencia se visibiliza en el lema del periódico para 1946: “decano de la prensa rionegrina”.

⁶ UN AÑO MÁS DE VIDA. *La Nueva Era*, Carmen de Patagones, año 50, n. 2.588, dic. 1952, p. 1.

Vicepresidente de la Nación, ministro de Guerra, Presidente del Consejo Nacional de Posguerra y Secretario de Trabajo y Previsión. Desde este último cargo, desplegó una amplia política social, atenuó la influencia del comunismo y el socialismo en los gremios y gestó una alianza duradera con el movimiento obrero, que lo erigió como líder el 17 de octubre de 1946.⁷ En las elecciones nacionales del 24 de febrero de 1946, la fórmula presidencial del Partido Laborista Juan Domingo Perón-Hortensio Quijano obtuvo una abrumadora cantidad de votos.

Como es conocido, los populismos hicieron un uso extensivo y simbólico de los medios de prensa en pos de utilizarlos para la legitimación del líder y de las decisiones del gobierno. Tanto en el peronismo como en el varguismo, el rol de los medios resulta una clave interpretativa fundamental para comprender el ejercicio del poder. En Brasil, Samuel Weiner y en Argentina Raúl Apold y Carlos Aloe constituyeron lo que Ranaan Rein (2008) llama las “segundas líneas del peronismo”, funcionarios militantes ejecutores de una política comunicacional basada en la masividad, la propaganda y el control de la prensa (GOLDSTEIN, 2017).

La relación del peronismo con los medios de comunicación escritos y radiales constituye uno de los temas más trabajados. En el marco de la construcción de una cultura popular, el peronismo llevó adelante un proceso de institucionalización de los medios que fueron puestos al servicio de la propaganda oficial (GIRBAL, 2003, p. 229-230). Desde la asunción de Perón y a través de la Secretaría de Informaciones a cargo de Raúl Apold, el control de los medios de comunicación mediante medidas restrictivas como la vigilancia y censura, la clausura y expropiación de diarios, la manipulación en el otorgamiento de créditos y las limitaciones en la provisión de papel, conformaron el arco en el que la prensa debió actuar. Al igual que lo sucedido con los grandes diarios conservadores durante el varguismo de la década de 1950 (GOLDSTEIN, 2015, p. 50), las campañas en contra de Perón se centraron en los medios de mayor influencia publicados en Buenos Aires: *La Prensa* y *La Nación*. Pero la centralización de la impresión de diarios y revistas peronistas en el Grupo Editorial Alea y de la difusión en APA (Agencia Periodística Argentina), el control de la prensa en el interior del gobierno nacional mediante oficinas de la Secretaría de Informaciones y el apoyo del Congreso a través de la Comisión Bicameral de Actividades Antiargentinas, justificaron sucesivas clausuras de medios. Esta política de vulneración de las libertades públicas procuraba cerrar los canales de expresión de la oposición. La concentración de medios fue otra arista de la política observable fundamentalmente en los medios radiofónicos y en los periodísticos, en los que el Estado adquirió -a través de terceros- empresas editoriales como Haynes, que editaba un gran número de diarios y periódicos en todo el país (VARELA, 2007, p. 6-10).

Como otra forma de control a los medios, el gobierno decidió intervenir en la importación de papel que se realizaba desde EEUU, Suecia y Finlandia existiendo una porción pequeña de producción nacional a cargo mayoritariamente de la empresa Celulosa Argentina que tenía sedes en varias capitales de provincia. A partir de 1949 la importación de papel estuvo restringida mediante la imposición gubernativa de trabas aduaneras. Para sortear la escasez, el gobierno decidió expropiar reservas de papel de los principales diarios nacionales con postura antiperonista, lo que los obligó a reducir el número de sus páginas. Estas reservas fueron distribuidas entre medios afines al peronismo (VARELA, 2007, p. 8).

Según Da Orden y Melón Pirro, la escasez de papel prensa afectó mucho más a los grandes diarios que a los periódicos provinciales o regionales que no estaban modernizados

⁷ La concentración de poder en la figura de Perón generó resistencia en las grandes corporaciones agrarias, partidos políticos y parte del sector militar. El 8 de octubre de 1945 Perón fue obligado a renunciar y quedó detenido en la isla Martín García, en el río de La Plata. El 17 de octubre de 1945 el movimiento obrero ocupó la Plaza de Mayo frente a la Casa de Gobierno exigiendo el retorno de Perón, quien fue liberado.

tecnológicamente (DA ORDEN y MELÓN PIRRO, 2007, p. 16). Sin embargo, la cuestión del papel significó un grave perjuicio para *La Nueva Era*. El periódico se editaba en la Imprenta Martínez de Bahía Blanca y al ser ésta una empresa editorial, sufrió mayores restricciones, lo que indirectamente encareció la mano de obra y el costo del papel del periódico patagónico. *La Nueva Era* rebajó en 40% la cuota de papel utilizada el año anterior, modificó su formato, aumentó el precio de venta y redujo el número de páginas drásticamente -de doce a cuatro páginas-, aunque la cantidad de páginas se mantuvo oscilante durante todo el período. En 1951 expresaba que: “Hemos sufrido en carne propia esta crisis. Hemos reducido nuestras páginas, nuestro formato pero seguimos en la lucha”.⁸

Si bien la llegada de Perón a la presidencia fue reflejada mediante notas de carácter informativo, a partir de 1949 se advierte un cambio en la postura del medio. *La Nueva Era* mutó desde las primigenias y aisladas referencias positivas sobre el gobierno a la creciente inclusión de notas de opinión para convertirse en un periódico que se identificaba con el peronismo, con un rol activo y militante. El medio se peronizó en forma progresiva pero visible y permanente. Algunas investigaciones consideran esta torsión como una respuesta tardía, fruto del cambio de dirección del periódico en 1948 (VARELA y ALMUNI, 2019, p. 7). Sin soslayar el rol jugado por el director, consideramos que el cambio de postura fue también resultante de la coerción ejercida sobre la prensa mediante las restricciones a la adquisición de papel.

Advertimos que en las notas editoriales se insertaron juicios valorativos acerca del gobierno de Perón enfatizando los momentos históricos vinculados a la historia del peronismo. Para el discurso de *La Nueva Era*, los hitos que condujeron al peronismo al poder conformaban una tríada sucesiva y concatenada: el golpe del 4 de junio, que fue objeto de numerosas notas en las que era calificada como una “gesta heroica”, que produjo un giro en la historia y cuya resultante era el actual gobierno peronista; el 17 de octubre de 1945 como una “gloriosa jornada popular, uno de los fastos más grandes que registra la historia política”, y las elecciones del 24 de febrero de 1946 como “día de gloria y ferviente civismo”. Así, el periódico interpretaba la historia previa y la sintetizaba en estos momentos que articulaba discursivamente en un todo explicativo. Para *La Nueva Era*, esta tríada política fundacional produjo la independencia política y quedó asociada al rescate del pasado. El periódico relacionó el proceso independentista de 1816 con la declaración de la independencia económica realizada por Perón el 4 de abril de 1947, que recuperó la economía nacional, bi-unidad que fue mencionada reiteradamente por *La Nueva Era*: “A la independencia política debió reunir la independencia económica que llegó con un gobierno representativo del verdadero pueblo que recuperó las riquezas nacionales y la justicia social”.⁹

Pero la cadena de asociaciones no se limitó solamente a los tiempos históricos. En el marco del Año del Libertador General San Martín (1950), *La Nueva Era* entroncó a Perón “genial conductor y estadista” con la figura del Libertador considerándolo como un nuevo héroe de la Patria: “...es un gobernante prócer, una figura prócer tallada en la escuela sanmartiniana que completará la obra de los Padres de la Patria”. Asimismo, lo vinculó con la obra literaria más representativa de Argentina: el poema *Martín Fierro* (1872) compuesto por José Hernández, que prefigura en el mismo una visión arquetípica del gaucho rural. En esta

⁸ LA NUEVA ERA ENTRA EN SU 49°. AÑO DE VIDA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 49, n. 2.536, dic. 1951, p. 1; LA NUEVA ERA FRENTE A LA ESCASEZ DE PAPEL. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.504, may. 1951, p. 1.

⁹ 9 DE JULIO. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.512, jul. 1951, p. 1. Ver las notas editoriales del 21 de mayo de 1949, 4 de junio de 1949, 3 de junio de 1950, 24 de mayo de 1952 y 4 de julio de 1953, entre otras.

asociación, *La Nueva Era* calificó al presidente como el “...criollo que preconizaba Martín Fierro para gobernar la patria”.¹⁰

Por otra parte, el gobierno de Perón fue considerado una verdadera “encarnación del progreso”. Resaltó la obra de dignificación obrera y conquistas sociales, el embate contra los sectores dominantes, la política internacional prescindente de las disputas Este-Oeste y la planificación económica. En total identificación con el gobierno señaló que: “El movimiento peronista es un hecho nacional. Es el fruto de diez años de constante prédica, de magníficas realizaciones en todos los órdenes. Nada ni nadie puede conmovirlo porque ha alcanzado una alta capacidad cívica y una clara conciencia de su valor y su fuerza”.¹¹

A partir de 1952 y contextualizado en el giro autoritario del peronismo, *La Nueva Era* acrecentó las noticias del orden nacional. En forma constante incitó a la participación en actos y reuniones del Partido Peronista y solicitó el apoyo de la población para el cumplimiento de las medidas económicas del gobierno. Insertó en sus páginas una amplia difusión del II Plan Quinquenal (1952-955), el Plan de Económico de 1952 y las actividades y charlas organizadas por el Partido Peronista, “la más genuina representación de las masas populares”. Al ser consagrada la doctrina peronista como doctrina nacional por el Congreso de la Nación (1952), *La Nueva Era* publicitó ampliamente la difusión doctrinaria en diferentes puntos de Río Negro y el partido de Patagones. En los comicios de abril de 1954 para la elección del vicepresidente, instó a la población a votar por el candidato de Perón, el militar Alberto Teisaire.¹²

Si bien el Partido Peronista local manifestaba que *La Nueva Era* era un periódico independiente que en ocasiones prestaba su colaboración al gobierno,¹³ la lectura del medio nos permite aseverar lo contrario. Domingo Solano acompañó políticamente al gobernador rionegrino Emilio Belenger (1949-1955), quien le confirió misiones políticas en la norpatagonia. En la última etapa del gobierno peronista, la postura del periódico fue proactiva, completamente volcada a la propaganda del gobierno y de la doctrina peronista; en suma, una prensa militante que demuestra la conversión del periódico en lo que Héctor Borrat llama un actor político. Con esta postura, el periódico se alejó de su contrato fundacional que manifestaba su pretensión de ser un medio objetivo e independiente y se puso al servicio del gobierno, visibilizando de múltiples maneras su entusiasta adhesión.

3 EL PERIÓDICO Y LA RESTRICCIÓN DE DERECHOS POLÍTICOS

La ampliación de los derechos políticos fue un rasgo constitutivo de los populismos latinoamericanos que procuraban de esta manera dar respuesta a la problemática de la integración y la inequidad económica. Desde esta perspectiva, el populismo diseñó una forma de intervención estatal que procuró la inclusión de nuevas fuerzas y demandas al proyecto

¹⁰ 1816 -9 DE JULIO- 1952. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 49, n. 2.563, jul. 1952, p. 1; POR AQUÍ TAMBIÉN PASARON PERÓN Y EVITA... *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.640, dic. 1953, p. 15. En el periódico se insertan numerosos calificativos laudatorios tanto de Perón como de Eva Perón. En el caso de Eva, su muerte el 26 de julio de 1952 amplificó y sobredimensionó las virtudes reflejadas dentro del discurso del periódico.

¹¹ LA OBRA DE PERÓN Y EL RECUERDO DE LA INMORTAL EVITA REGIRÁN LA CONDUCTA DEL MOVIMIENTO PERONISTA EN LOS COMICIOS DE MAÑANA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.655, abr. 1954, p. 1.

¹² El vicepresidente electo para la segunda presidencia de Perón fue Hortensio Quijano, su compañero de fórmula del primer gobierno. Pero Quijano falleció en abril de 1952, antes de asumir el cargo.

¹³ Archivo y Museo Emma Nozzi de Carmen de Patagones. Informe del Presidente del Consejo Peronista del partido de Patagones Carlos Tessari al presidente del Partido Peronista de la provincia de Buenos Aires Mario Goizueta, 20 de abril de 1950.

nacional estatal, implementando una estrategia de acumulación que alteró sustancialmente el bloque de las fuerzas dominantes (VILAS, 1995).

El peronismo como movimiento populista procuró desarticular el modelo hegemónico dominante a la vez que combinar la movilización social con la democratización política y social. El objetivo era la construcción de un ciudadano “integrado” en la Nueva Argentina, cuya participación e incorporación al arco político de la Nación con plenos derechos fue la resultante de un gradual proceso de incorporación subordinada de los sectores excluidos, una concesión de derechos “desde arriba” o vía estatalista que reforzaba la preeminencia del poder político sobre la sociedad civil y la integraba al proyecto peronista.

En consecuencia, el gobierno de Perón amplió sustancialmente el colectivo de habitantes convirtiéndolos en ciudadanos de plenos derechos. En el caso de las mujeres y avaladas por una larga lucha por sus derechos desde principios del siglo XX, en 1947 se sancionó la Ley N° 13.010 del sufragio femenino. Bajo el liderazgo de Eva Perón se conformó el Partido Peronista Femenino y las mujeres votaron por primera vez para las elecciones presidenciales de 1951, ampliando el padrón electoral en un 50%.¹⁴

Los Territorios Nacionales fueron incorporados al orden constitucional en la reforma de 1949 y se concedieron derechos de representación ante el Congreso -delegado parlamentario- en 1951. Ese mismo año comenzó el proceso masivo de provincialización decidido por el gobierno peronista con la conversión en provincias de los Territorios Nacionales de La Pampa y Chaco, en 1953 Misiones y en 1955 los Territorios Nacionales de la Patagonia: Neuquén, Río Negro, Chubut y Santa Cruz. La progresiva incorporación de los Territorios Nacionales a través de instancias de representación y votación formó parte de una estrategia estatal previa en pos de la homogenización política y partidaria través de la acción de las oficinas estatales, el Partido Peronista y la constatación de la adhesión al gobierno mediante sucesivos ensayos electorales (RUFFINI, 2005).

La Nueva Era apoyó el proceso de integración política. Entre sus argumentos se resaltaba el grado de cultura que había adquirido la población, el crecimiento económico y la contribución de los Territorios Nacionales al erario nacional. Sin embargo y a tono con lo que expresaban otros medios norpatagónicos como *Río Negro* y *La Nueva Provincia*, el periódico *no* era partidario de una provincialización abrupta. Si bien publicitó ampliamente la creación de comisiones pro-provincialización de Río Negro y la visita de delegaciones a la sede del gobierno nacional en Buenos Aires, mantuvo algunas reservas con la provincialización: “La provincialización inmediata de los Territorios podría ser una medida apresurada, contraproducente que más podría perjudicar a los mismos que beneficiarlos... nada perderíamos por tanto con esperar un poco”.¹⁵ Un excesivo temor a la posible injerencia de la política estatal-nacional y al aumento en la carga impositiva encubría la desconfianza en la capacidad de los Territorios Nacionales para el auto-gobierno, rémora del discurso tradicional de la elite dirigente. Otra prevención era la cuestión de límites, ya que se temía que Río Negro perdiera parte de su territorio original, temor suscitado por los proyectos legislativos que postulaban unificarlo con Neuquén.

Por eso, el reclamo del periódico se centraba en la representación parlamentaria, eje de su discurso. Esta antigua demanda no había podido ser resuelta a pesar de los numerosos proyectos de ley presentados al Congreso. La reticencia de los diputados a aceptar una figura no electiva a modo de consultor impidió que se produjeran avances al respecto. La propuesta más aceptada era otorgarles voz pero no derecho al voto, lo que motivaba las protestas del periódico: “Es inadmisibles que los Territorios Nacionales carezcan hoy de representación

¹⁴ El periódico no informó de la sanción del voto femenino en 1947 como así tampoco de las reuniones y actos que lo precedieron.

¹⁵ CONTEMPLA LAS NECESIDADES DE LOS TERRITORIOS LA PROYECTADA LEY ORGÁNICA DE LOS MISMOS. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.662, jun. 1954, p. 1.

parlamentaria y gobierno propio”.¹⁶ En 1951 la ley electoral N^o 14.032 de 1951 dispuso la elección de los representantes parlamentarios de los Territorios Nacionales, correspondiéndoles a Río Negro y Neuquén dos representantes.

En 1951 los Territorios Nacionales participaron de la elección de la fórmula presidencial y en 1954 eligieron concejos municipales, delegados parlamentarios y vicepresidente de la Nación. En todos los casos el peronismo obtuvo el triunfo. Esta constatación decidió a Perón disponer su conversión en Estados autónomos. Ante la provincialización de Río Negro y Neuquén en 1955 *La Nueva Era* apoyó la medida, manifestando que “No habrá pues más territorios en la Nueva Argentina donde todos sus hijos gozaran de iguales derechos políticos y tendrán las mismas obligaciones”.¹⁷

4 LA PROBLEMÁTICA DEL AGUA Y LA TIERRA EN EL ESTE NORPATAGÓNICO

Desde la creación del periódico en 1903, el contrato fundacional que *La Nueva Era* mantuvo con sus lectores era contribuir desde sus páginas a solucionar lo que el periódico llamaba los “los grandes problemas del sur”: la irrigación del valle de Río Negro y las tierras fiscales en Carmen de Patagones y su zona de influencia.¹⁸ Esta fue la prédica constante del medio que le permitió instalarse como el portavoz de las necesidades de los habitantes, rol auto-asumido por los periodistas en la etapa territorial. Este contrato de lectura se fue renovando y en la edición aniversario por los 50 años (1953) fue reforzado fuertemente. A diferencia de la cuestión de los derechos políticos, para *La Nueva Era* ocuparse del problema del agua y la tierra fiscal le permitía emitir un discurso unificado para toda su área de influencia, reforzando su instalación como medio regional. Al identificarse con cuestiones primordiales para el desarrollo regional, el periódico acrecentaba su legitimidad como portavoz de los habitantes y defensor de sus intereses. Jerarquizar estas temáticas formaba parte de su aporte y misión, de su rol como actor local y a la vez ponía en evidencia el lugar que este tenía en la sociedad.¹⁹

La historia del Territorio Nacional de Río Negro está asociada indisolublemente al río del mismo nombre, eje vertebrador del territorio. Pero los frecuentes desbordes del río constituyeron una problemática de difícil resolución ya que no hubo proyectos estatales que dieran efectiva solución al problema. El Estado nacional privilegió la zona norte del territorio -el llamado alto valle- e invirtió en obras de riego y ferrocarril, con el concurso del capital inglés. Pero marginó el valle medio y el valle inferior donde se encontraba la capital, Viedma. En estas zonas resultaba imperioso solucionar el problema del agua. Las grandes inundaciones -que se registraron desde el siglo XVIII- perjudicaron la población y la economía local, especialmente la gran creciente de 1899 que destruyó la ciudad de Viedma. Carente de defensas costeras, con un río con aumentos de caudal incontrolables, producto de las grandes lluvias en los ríos cordilleranos, la situación se agravaba en Viedma debido a la existencia de un inmenso espejo de agua -Laguna El Juncal- que al estar vinculado a las crecientes del río

¹⁶ EL IV CENSO Y LOS TERRITORIOS NACIONALES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 45, n. 2.311, jul. 1947, p. 1; CON VOZ Y SIN VOTO. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 46, n. 2.354, may. 1948, p. 1; PROVINCIALIZACIÓN DE TERRITORIOS Y REPRESENTACIÓN PARLAMENTARIA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.508, jun. 1951, p. 1, entre otros.

¹⁷ SE ACABARON LOS TERRITORIOS NACIONALES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.710, may. 1955, p. 1.

¹⁸ En menor medida a lo largo de la etapa considerada el periódico se ocupó de la producción ovina, la navegabilidad del río Negro y la problemática de la educación rural.

¹⁹ 50 AÑOS DE LUCHA 1903 -24 DE DICIEMBRE- 1953. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.640, dic. 1953, p. 1.

solía desbordar inundando la localidad y afectando más de 16.000 ha dedicadas al cultivo y la cría de ganado. Era necesaria la construcción de diques, represas, defensas costeras y completar el desecamiento de la laguna para poner en producción las tierras una vez liberadas del agua. Si se pensaba en irrigar las tierras para impulsar el desarrollo agrícola en los valles medio e inferior del río, se necesitaba eliminar los obstáculos que limitaban el despegue económico.

En los dos planes quinquenales del gobierno peronista se incluyeron obras de riego para las localidades del valle medio e inferior del río y la línea sur -Viedma, Río Colorado, Valcheta, Choele Choel, Conesa y Frías-; y para Patagones y su área de influencia obras de riego y construcción de canales y desagües. En ese plan ya se preveía el uso de los ríos para la energía hidroeléctrica con la construcción de diques y embalses en Pomona y San Antonio Oeste. En 1949 se licitaron las obras de riego en Río Colorado y a partir de 1950, el gobierno realizó obras de irrigación en el valle medio (Choele Choel) finalizadas en 1953, obras de defensa en Gral. Roca y provisión de agua potable a San Antonio Oeste. A principios de noviembre de 1951 –a diez días de las elecciones generales- se iniciaron las obras de riego en el Valle Inferior del Río Negro que finalizaron a fines de 1953. La iniciativa del gobernador rionegrino Miguel Montenegro (1946-1949) impulsó obras de riego en las zonas cercanas a Viedma, mientras a nivel local el intendente de Viedma reclamaban las obras de irrigación en el valle inferior, así como las defensas costeras y obras ferroviarias.²⁰

Otra problemática pendiente era la de las tierras fiscales tanto en Río Negro como en Patagones. En Río Negro existía un importante volumen de tierras en manos del Estado, que se hallaban sin distribuir. Según los datos del IV Censo Nacional (1947) y a pesar que se había desprendido progresivamente de las tierras, el Estado Nacional retenía 56.588.115 hectáreas de tierra fiscal en los Territorios Nacionales.²¹ De este total, el mayor volumen de tierra fiscal se concentraba en Río Negro y Santa Cruz.

Por otra parte, en el partido de Patagones el Estado conservaba 360.000 ha de tierra fiscal que, conjuntamente con el Delta de Paraná, constituían las únicas dos reservas de tierra fiscal que el gobierno provincial no había entregado a lo largo de su historia. Eran tierras dedicadas a la ganadería ovina pero con desarrollo agrícola, con cultivos de trigo, avena, centeno y cebada.

El primer Plan Quinquenal del peronismo (1947-1951) propuso la entrega de la tierra fiscal para la colonización y obras de riego en las mismas.²² Tanto en el territorio rionegrino como en el partido de Patagones, el gobierno peronista decidió regularizar definitivamente la cuestión de la tierra fiscal.

En el II Plan Quinquenal (1952-1958) se reafirmó el concepto de que el Estado debía desprenderse de la tierra fiscal para la colonización. En Río Negro, en 1952 la entrega de la tierra fiscal a título definitivo o provisorio benefició a 355 familias (TAGLIANI, 2015, p. 84). Asimismo, se suspendieron desalojos, se realizaron inspecciones -la llamada Campaña Patagonia de 1953- , y en 1954 se dictó un decreto que dispuso la venta de la tierra fiscal a sus actuales ocupantes.

Las tierras fiscales de Patagones fueron organizadas por el Instituto Autárquico de Colonización subdividiéndolas en parcelas para el desarrollo agrícola-ganadero con el fin de crear colonias mixtas en tierras fiscales. La propuesta oficial incluía la irrigación de la

²⁰ SE HAN LLAMADO A LICITACIÓN PÚBLICA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE OBRAS DE RIEGO EN EL VALLE DE VIEDMA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.457, jun. 1950, p. 3; LA MUNICIPALIDAD DE VIEDMA CONTESTA EL CUESTIONARIO “PERÓN QUIERE SABER LO QUE NECESITA SU PUEBLO”. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.501, abr. 1951, p. 3, entre otros.

²¹ IV Censo General de la Nación. Tomo II. Censo Agropecuario, año 1947, pp. 2-3.

²² Presidencia de la nación. Secretaría Técnica. Plan de Gobierno 1947-1951, Tomo II. Buenos Aires, 1046, p. 46.

totalidad de la tierra fiscal. Según lo dispuesto en la planificación estatal, en 1948 comenzó la construcción del canal de riego en Villalonga que abarcaría más de 50.000 ha.²³ En 1955 se completó la entrega de la tierra fiscal del partido -330.000 ha- para la colonización de la colonia San Martín y de la futura colonia justicialista Juan Domingo Perón con 42.000 ha.²⁴

En la Constitución de 1949 se introdujo la posibilidad de expropiar tierras privadas o públicas entregadas en concesión, donación o con ocupantes a título precario “que no cumplieran una función social”. En consecuencia, se preveía la expropiación de aproximadamente 241.000 hectáreas de tierras para colonizar en los valles medios e inferior del río y en Patagones se proyectaba expropiar espacios improductivos como la propiedad de la familia Jalabert.

Las iniciativas del gobierno fueron objeto de notas en las que se ensalzaban las obras planificadas y, como ya expresamos, se daba amplia difusión a las mismas. Estas notas se colocaban en la portada del periódico y frecuentemente se complementaban con otras notas o continuaciones de las mismas ubicadas en la página principal. Durante el peronismo y en continuidad con etapas previas, *La Nueva Era* insertó numerosas notas sobre la necesidad de obras de infraestructura en Patagones y el territorio rionegrino, aludió a proyectos oficiales inconclusos y justificó la importancia de otorgar prioridad a la problemática agraria regional. Pero el tratamiento discursivo de las notas informativas o de opinión fue diferente en uno y otro caso. Al abordar Río Negro, el centro de las noticias fueron los avances en las obras de defensa e irrigación o la demanda -con voz propia o a través de los vecinos- por su paralización. A partir de 1950 se advierte una morigeración en el tono de la demanda, a diferencia de años anteriores en que su posición era crítica e imperativa.²⁵

Por otra parte, *La Nueva Era* colocó en primer lugar la acción de los gobernadores rionegrinos Miguel Montenegro y Emilio Belenguer y en menor medida difundió la conformación de organizaciones de la sociedad civil destinadas a reclamar la efectiva concreción de las obras, como la Comisión Pro riego del valle inferior o la Sociedad Amigos del Progreso de Viedma.²⁶ A través de la difusión de las acciones de los funcionarios -con los que la dirección del periódico colaboraba-, *La Nueva Era* valorizaba no sólo la gestión del gobierno y la respuesta obtenida sino que la asociaba a su propia prédica, incorporándose como un actor político más del sistema.

En el caso de Patagones, la tendencia fue presentar la información oficial pero darle más espacio en sus páginas a la acción local, de las instituciones y asociaciones ganaderas del partido. El tema casi excluyente era el de la tierra fiscal, haciéndose eco el periódico de las gestiones realizadas por la Asociación Ganadera de Patagones, de activa participación en la problemática de la tierra fiscal, la Cooperativa Agrícola-ganadera de Patagones, la

²³ OBRAS DE RIEGO EN EL PARTIDO DE PATAGONES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 44, n. 2.236, febr. 1946, p. 1.

²⁴ SE ENTREGAN TIERRAS A COLONOS DEL PARTIDO DE PATAGONES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.703, abr. 1955, p. 1.

²⁵ SE HAN LLAMADO A LICITACIÓN PÚBLICA PARA LA CONSTRUCCIÓN DE OBRAS DE RIEGO EN EL VALLE DE VIEDMA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.457, jun. 1950, p. 3; ADELANTAN LOS TRABAJOS DE IRRIGACIÓN EN EL VALLE DE VIEDMA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 49, n. 2.541, febr. 1952, p. 4; OBRAS DE DEFENSA EN GENERAL ROCA Y CHOELE CHOEL. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.510, jun. 1951, p. 2, entre otros.

²⁶ EL LUNES QUEDÓ FORMALMENTE CONSTITUIDA LA SOCIEDAD AMIGOS DEL PROGRESO DE VIEDMA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.438, ene. 1950, p. 3; CAUSÓ GRAN JÚBILO EN VIEDMA LA INICIACIÓN DE LAS OBRAS DE RIEGO. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 46, n. 2.369, sept. 1948, p. 1; UN TENTADOR OFRECIMIENTO DE TIERRAS EN EL VALLE INFERIOR DEL RÍO NEGRO, ACTUALIZA UNA VEZ MÁS, EL PROBLEMA DEL RIEGO Y EL FUTURO PROMISORIO DE LA ZONA. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.456, may. 1950, p. 2.

Corporación del Comercio y la Industria, la Asociación Amigos de Patagones.²⁷ Las visitas de los gobernadores provinciales -Domingo Mercante y Carlos Aloe- fueron registradas con minuciosidad no tanto en lo atinente a los actos oficiales sino a las demandas presentadas por estas organizaciones, entre ellas el problema de la tierra fiscal y la posibilidad de satisfacción de las mismas.²⁸

En el caso de las tierras fiscales y al compás de la tendencia estatal imperante a expropiar tierras consideradas improductivas, *La Nueva Era* apoyó decisivamente estas medidas. En 1953 el periódico apoyó entusiastamente la sanción de la ley N° 14.272 sobre expropiación agrícola en Río Negro que declaró de utilidad pública y sujetos a expropiación 550 inmuebles (aproximadamente 241.470 ha) ubicados en Choele Choel, Conesa, Frias y el valle de Viedma por considerar que no cumplían una función social. La idea era expropiarlos y destinarlos a la colonización según los principios contenidos en los dos planes Quinquenales.²⁹

5 CONCLUSIÓN

La problemática de la prensa durante el peronismo, encuadrada en la modalidad de ejercicio del poder de los movimientos populistas, asocia estrechamente el gobierno al control, la concentración de medios de comunicación y la propaganda como una manera de evitar la dispersión del carisma y abonar en su permanente recreación. El peronismo en el gobierno vigiló el discurso de los grandes diarios nacionales, censuró y clausuró muchos de ellos, pero también replicó este esquema en la prensa de menor envergadura, provincial o local, en pos de la unicidad doctrinaria que pudiera evitar la emergencia o consolidación de fuerzas contrahegemónicas.

La Nueva Era no fue ajena a la situación planteada con los medios de comunicación. El discurso del periódico, primero de carácter neutro e informativo, fue virando con la dirección de Domingo Solano hacia una progresiva identificación partidaria con el justicialismo, una verdadera peronización del periódico. Pero resulta válido preguntarse si la peronización fue una estrategia de supervivencia esgrimida por el periódico frente a las dificultades en la provisión del papel, una decisión editorial fruto de la adscripción ideológica del director y de su staff de colaboradores o una respuesta frente al creciente control sobre los medios detentado por el gobierno peronista. La respuesta a este interrogante no es unívoca y resulta difícil poder asignar una cuota mayor o menor de incidencia a cada factor.

Pero existe una singularidad sobre la que quiero detenerme. Si bien desde el primer y significativo aporte de Pablo Sirven (1984), los análisis nacionales y también locales procuraron encontrar reflejos o matices de la política nacional en los periódicos locales, pocas veces se hallaron ante un medio de prensa de un espacio como el partido de Patagones que había votado -con importante diferencia de sufragios- en contra del candidato presidencial Perón y de su candidato a Gobernador de la provincia de Buenos Aires, Domingo Mercante. Por ende, es lógico suponer que el periódico de mayor prestigio en Patagones fue objeto de preferente atención del gobierno nacional que seguramente a través de las oficinas instaladas

²⁷ SON CONTEMPLADAS POR EL GOBIERNO DE LA PROVINCIA, DOS GESTIONES DE LA ASOCIACIÓN GANADERA DE PATAGONES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 50, n. 2.607, may. 1953, p. 1.

²⁸ ECOS DE LA VISITA DEL CORONEL DOMINGO A. MERCANTE A PATAGONES. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 48, n. 2.483, dic. 1950, p. 2.

²⁹ COLONIZACIÓN EN RÍO NEGRO. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 50, n. 2.628, oct. 1953, p. 1; PROPIEDADES SUJETAS A EXPROPIACIÓN EN LAS COLONIAS GENERAL CONESA Y GENERAL FRÍAS, DEL TERRITORIO DE RÍO NEGRO. *La Nueva Era*. Carmen de Patagones, año 51, n. 2.704, abr. 1955, p. 2.

en el interior siguió de cerca la publicación del medio e impulsó bajo diferentes modalidades la adscripción del medio al justicialismo.

Pero más allá de la relación prensa y gobierno, en este artículo presentamos a *La Nueva Era* como un periódico de alcance regional, de larga perdurabilidad, portador de un capital simbólico legitimador pero que está ubicado en un lugar bisagra entre dos organizaciones políticas: Río Negro, espacio centralizado, de absoluta dependencia del Estado nacional y con más habitantes que ciudadanos; Patagones, un municipio autónomo, con activa participación en la política nacional y local y ciudadanía plena. Esta doble realidad política obligó a *La Nueva Era* desde su fundación a esgrimir un discurso dual que atendiera la tipicidad de cada espacio, discurso que durante el peronismo se visibilizó al priorizar el gobierno la ampliación de la capacidad electoral de los habitantes norpatagónicos.

Pero esta doble realidad comarcal aparece atravesada por problemáticas comunes al plantear el gobierno nacional la concreción de obras que impulsaran el desarrollo agropecuario, fundamentalmente irrigación y entrega de la tierra fiscal para colonización. Aquí el discurso se emite con una dirección única que, sin embargo, nos permite advertir posicionamientos diferenciados acerca del tratamiento informativo de cada espacio.

El análisis del discurso de los medios del interior, sus variaciones, desplazamientos y giros discursivos permite complejizar el conocimiento acerca del comportamiento de la prensa en diferentes momentos históricos. En el caso particular del peronismo, el periódico *La Nueva Era* constituye un ejemplo de medio del interior del país -en este caso la norpatagonia-peronizado y militante que actuó en un espacio inicialmente adverso, desde el punto de vista electoral, al peronismo; pero la singularidad del mismo se centra en el montaje de una clave discursiva que debía ser pensada para dos escenarios políticos diferentes pero económicamente similares, y que implicó la generación de estrategias particulares para la información y opinión.

REFERENCIAS

ABEL, José Luis. Peronismo y trabajadores en el partido de Patagones según la visión de *La Nueva Era* 1943-1948. En: X JORNADAS INTERESCUELAS-DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2007, Tucumán. *Actas*. Disponible en: [http:// www.aacademica.org/000-108/984](http://www.aacademica.org/000-108/984). Fecha de consulta: 18 de noviembre de 2019.

BORRAT, Héctor. **El periódico, actor político**. Barcelona: Gili, 1989.

DA ORDEN, Liliana y MELON PIRRO, Julio César. **Prensa y peronismo: discursos, prácticas, empresas. 1943-1958**. Rosario: Prohistoria, 2007.

GIRBAL, Noemí. **Mito, paradojas y realidades de la argentina peronista. Una interpretación histórica de sus decisiones político-económicas**. Bernal: editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. Populismos clásicos e intermediarios de la prensa en Argentina y Brasil. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**: Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, a LXII, n. 231, septiembre-diciembre de 2017. Disponible en [https:// revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/58135](https://revistas.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/58135). Fecha de consulta: 18 de febrero de 2020.

PRISLEI, Leticia (dir.). **Pasiones Sureñas. Prensa, cultura y política en la norpatagonia.1884-1955**, Buenos Aires: Prometeo-Entrepasados, 2001.

RUFFINI, Martha. Autoridad, legitimidad y representaciones políticas. Juegos y estrategias de una empresa perdurable. Río Negro y La Nueva Era 1904-1930. En: PRISLEI, L. (dir.). **Pasiones Sureñas. Prensa, cultura y política en la norpatagonia.1884-1955**. Buenos Aires: Prometeo-Entrepasados, p. 101-126, 2001.

RUFFINI, Martha. **La pervivencia de la República Posible en los Territorios Nacionales. Poder y ciudadanía en Río Negro**. Bernal: editorial de la Universidad Nacional de Quilmes, 2007.

RUFFINI, Martha. Peronismo, Ciudadanía y Territorios Nacionales. Algunas reflexiones en torno a la provincialización. **Revista Avances del CESOR: Revista del Centro de Estudios Sociales Regionales** de la Facultad de Humanidades y Artes, Escuela de Historia, de la Universidad nacional de Rosario, Rosario, a V, n. 5, 2005, p. 132-148.

SIRVEN, Pablo. **Perón y los medios de comunicación**. Buenos Aires: CEAL, 1984.

TAGLIANI, Pablo. **Economía del desarrollo regional. Provincia de Río Negro. 1880-2010**. Buenos Aires: La Colmena, 2015.

VAN DIJK, Teun A. La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. En: WODAK, R. y MEYER, M. **Métodos de análisis crítico de discurso**. Barcelona: Gedisa, p. 143-177, 2003.

VARELA, María Teresa. Prensa y participación ciudadana en los Territorios Nacionales. Río Negro, 1910-1930. **Revista Estudios Sociales**: Universidad del Litoral, Santa Fe, n 45, 2013, p. 103-129.

VARELA, María Teresa y ALMUNI, Agustina. **La prensa rionegrina ante el ocaso del peronismo y el comienzo de la Revolución Libertadora: discursos y representaciones políticas**. En: XVII JORNADAS INTERESCUELAS-DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, 2019, Universidad Nacional de Catamarca, San Fernando del Valle de Catamarca.

VARELA, Mirta. **Peronismo y medios: control político, industria nacional y gusto popular**. En: Red de Historiadores de Medios (REHIME), 2007. Disponible en: http://www.rehime.com.ar/escritos/documentos/idexalfa/v/varela/mirta/_20_peronismo_20_y_20_medios-pdf. Fecha de consulta: 25 de marzo de 2019.

VILAS, Carlos (comp.). **La democratización fundamental. El populismo en América Latina**. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1995.

WEFFORT, Francisco. El populismo en la política brasileña. En: MAC KINNON, M; PETRONE, M. A. (comps.). **Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la Cenicienta**. Buenos Aires: Eudeba, p. 135-152, 1999.

MEDIAÇÕES VISÍVEIS NA CIDADE: OLHARES SOBRE O RACISMO EM BELÉM DO PARÁ

Tainara Lúcia Pinheiro¹
Carmem Izabel Rodrigues²

RESUMO

Em Belém do Pará predomina, com força ilocucionária crescente, o pressuposto de que somos uma cidade morena para um povo moreno. Esse pressuposto, fruto de um senso comum que busca classificar/categorizar as misturas étnico raciais produzidas desde o contexto colonial, tornou-se cada vez mais uma construção discursiva local para acomodar as diversas e muitas vezes opostas interpretações sobre nossa identidade. A análise aqui proposta, nos permite refletir sobre o construto da morenidade, essa violenta identificação mestiçada que por muito tempo tem sido apresentada como um traço cultural central da identidade da cidade, como uma construção discursiva local, uma representação de forte apelo sensório-visual, cuja interpretação histórico-cultural é, ao mesmo tempo, fruto de luta e negociação entre grupos e classes sociais, de resistência e imposição de forças em luta por classificação das alteridades produzidas a par das mestiçagens étnico raciais amazônicas.

Palavras-chave: Mediações. Racismo. Ver-o-Peso. Estação das Docas.

ABSTRACT

In Belém do Pará the assumption that we are a *morena* city for a *moreno* people prevails, with increasing illocutionary strength. This assumption, the result of a common sense that seeks to classify/categorize the ethno-racial mixtures produced, since the colonial context, has increasingly become a local discursive construction to accommodate the diverse and often opposite interpretations about our identity. The analysis proposed here, allows us to reflect on the construct of *morenidade*, this violent miscegenated identification that for a long time has been presented as a central cultural feature of the city's identity, as a local discursive construction, a representation of strong sensory-visual appeal, whose historical-cultural interpretation is, at the same time, the result of struggle and negotiation between groups and social classes, of resistance and the imposition of forces in struggle for the classification of alterities produced alongside Amazonian ethnic racial miscegenations.

Keywords: Mediations. Racism. Ver-o-Peso. Estação das Docas.

Data de submissão: 05/08/2020

Data de aprovação: 27/08/2020

INTRODUÇÃO

As mediações visíveis nas cidades influenciam diretamente na sustentação de identificações sociais. A análise aqui proposta nos permite refletir sobre o construto da morenidade, essa violenta identificação mestiçada que por muito tempo tem sido apresentada

¹Mestra em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA-UFPA). Graduação no curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPA. Graduação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPA. Pesquisadora no grupo de estudos e pesquisas NosMulheres - Pela equidade de gênero etnicorracial da UFPA. Integra o Grupo de Estudos Afro-Amazonico - GEAM / UFPA. E-mail: tainaraluc@hotmail.com

²Doutora em Antropologia (Universidade Federal de Pernambuco). Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará. Participa dos Grupos de Pesquisa: GEMP - Grupo de Estudos sobre Mercados Populares-UFPA e TAMBOR - Grupo de Estudos sobre Carnaval e Etnocologia-ETDUFPA. E-mail: cizbel@gmail.com

como um traço cultural central da identidade da cidade de Belém do Pará, como uma construção discursiva local, uma representação de forte apelo sensorial-visual, cuja interpretação histórico-cultural é, ao mesmo tempo, fruto de luta e negociação entre grupos e classes sociais, de resistência e imposição de forças em luta por classificação das alteridades produzidas a par das mestiçagens étnico raciais amazônicas.

A partir de uma etnografia realizada em dois lugares centrais na cidade de Belém – o mercado do Ver-o-Peso e o complexo Estação da Docas – no período de junho a dezembro de 2019, comparamos as imagens, espaços de venda e consumo e as denominações associadas a alguns produtos oferecidos e consumidos nesses lugares, com o objetivo de interpretar os significados das mediações referentes a identificações raciais e suas relações com esses espaços de comércio, lazer e consumo, em particular, e com a cidade de maneira mais ampla. O que percebemos, de início, é que esses lugares, relativamente próximos (contíguos) e distantes (usos e apropriações de acordo com as classes e/ou grupos sociais) apresentam mediações visíveis sobre identificações raciais também distintas.

Usamos aqui o termo mediações a partir de Raymond Williams (2007 [1976]), que identifica vários sentidos para o termo ao longo da história do conceito; dois sentidos tornaram-se de uso comum, ambos originários da obra de Chaucer (1386, apud WILLIAMS, 2007, p. 273): o de intervir com propósito de reconciliar (humanos e deuses, adversários em conflito/antagonistas); e o de intermediar, no sentido de uma agência capaz de intermediar desde coisas materiais até os atos mentais, de modo a permitir a apreensão da realidade tanto por meio dos sentidos externos quanto pela imaginação. Essa agência não é “um processo neutro de interação de formas separadas, mas um processo ativo no qual a forma de mediação altera as coisas mediadas ou indica a natureza delas por sua própria natureza” (p. 274); esse último sentido está bastante próximo da ideia de que as coisas que percebemos (apreendemos) da realidade lá fora, no mundo exterior, por nossos sentidos, “são mediadas por relações sociais específicas” (p. 275).

Segundo Stuart Hall (2018), é por meio da linguagem que “damos sentido às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado” (p. 17). Como um sistema de representações que faz uso de “signos e símbolos – sejam eles sonoros, escritos, imagens eletrônicas, notas musicais e até objetos – para significar ou representar [...] conceitos, ideias e sentimentos” (p. 18), a linguagem nos permite comunicar – trocar, fazer circular – ideias, crenças e valores compartilhados por um grupo, nação ou sociedade (p. 19). Os “significados culturais compartilhados” [...] organizam e regulam práticas sociais, influenciam nossa conduta e geram efeitos reais e práticos” (p. 20). Também criamos sentidos quando “nos expressamos por meio de ‘objetos culturais’, os consumimos ou deles fazemos uso ou nos apropriamos” [i.e.] quando os integramos nas práticas e rituais cotidianos” (p. 22). Tais elementos (sons, palavras, gestos, expressões) constroem e transmitem significados, confirmando que “a linguagem é uma “prática significativa”” (p. 24).

Entre os “efeitos e consequências da representação [i.e.] sua política”, o autor destaca a potência do “conhecimento elaborado por determinado discurso [que] regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados” (p. 27). Sobre as “representações das diferenças” em imagens como “fotografia jornalística, publicidade, ilustrações”, o autor chama atenção para “como a diferença racial, de etnia e de sexo tem sido ‘representada’ em exemplos visuais” [e] como as práticas de significação de fato estruturam nosso ‘olhar’”; ou seja, “como os diversos modos de olhar estão circunscritos por essas práticas de representação, e como a violência, a fantasia e o ‘desejo’ [tornam essas práticas] mais complexas e mais ambíguos seus sentidos” (p. 28).

Entendendo as mediações culturais como práticas de produção de sentidos, produzidos em contextos e relações de poder de nomeação e luta por classificação social (BOURDIEU,

1989), buscamos ler, nos espaços analisados, as construções discursivas relativas à morenidade paraense como expressão mestiçada de nossa identidade cultural.

1 MEDIAÇÕES DO OLHAR SOBRE A CIDADE MORENA

Quando eu era pequena, costumava ir com meu pai ao Ver-o-Peso para “ver a cidade” e, nesse percurso, ele apontava os lugares e contava muitas histórias; da família, da cidade e das coisas que só se explicam com fé e imaginação; ele viu e eu ouvia as coisas que ele tinha visto e aprendi a ler a cidade por essa lente. Depois de muitos anos fazendo o mesmo trajeto, agora, o meu modo de olhar já meio treinado para enxergar certas coisas, possibilitou-me interpretações diferentes sobre as mediações na cidade. E que mediações são essas?³

São as mediações presentes no trajeto que está em vermelho na figura que segue; em imagem, o espaço em que trabalho de campo foi realizado. Esse caminho é trilhado por muitas pessoas que moram em Belém e por diversos motivos, rota de muitas linhas de transporte público e parada quase que obrigatória para quem visita, uma vez que nele estão dois importantes pontos turísticos da cidade. Podemos inferir, portanto, que, de alguma forma, grande parte da população tem algum tipo de relação com o espaço.

Figura 1: Orla da cidade, incluindo a Estação das Docas e o Ver-o-Peso. Em vermelho, o espaço em que a etnografia foi realizada.



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2019.

Na imagem, podemos ver um grande rio e a partir desse olhar é possível contar da cidade e do campo de pesquisa: Belém cresceu na beira. Na beira da baía do Guajará, na beira

³ Autora. Notas de Caderno de Campo, 2019.

do rio Guamá, banhada por rios que de rua serviam e servem para moradores de ilhas próximas que traziam, há tempos atrás e ainda hoje, produtos para serem comercializados no mercado do Ver-o-Peso (CAMPOS; CAMPELO, 2017). Ali, se vende *tudo de tudo que é tipo e o que quer que seja é da melhor qualidade*, basta perguntar para qualquer vendedor que te queira freguês. É espaço de trabalho, lazer, sociabilidade e representatividade cultural, social e econômica na cidade de Belém, frequentado por grupos heterogêneos de pessoas. O mercado, de cerca de 35 mil metros quadrados, existe desde a segunda metade do século XVII, comporta o Mercado de Ferro, o Mercado de Carne, o Praça do Relógio, a Docca, Feira do Açaí, Ladeira do Castelo, o Solar da Beira e vários quiosques. Sua inauguração datada de 1688, momento de controle alfandegário na Amazônia pela colônia; em 1913 foi construído o Porto da cidade e o mercado toma forma mais parecida com o que temos hoje (CAMPOS; CAMPELO, 2017).

Tiago Vaz Silva (2010) afirma que desde sua fundação o mercado foi construído, sobretudo, no campo de suas representações social, simbólica e tradicional na cidade; para o autor, o espaço é inclusivo e a presença de pessoas negras é marcante, interagindo com outros grupos e experienciando as tensões raciais. Nas palavras dos interlocutores de Vaz Silva, tem *branco*, tem *preto*, mas quase todos que trabalham no Ver-o-Peso são *morenos*⁴. O referido autor apresenta o mercado como um “espaço negro implícito” e, ao mesmo tempo, o entende como um símbolo da morenidade. Para ele, ambos – o mercado e a morenidade – compõem atributos da identidade de e sobre Belém. Afirma que

Ao assumir um certo estatuto simbólico de positividade, a morenidade é associada muitas vezes a uma noção de “brasilidade”, uma vez que simboliza o “melhor do resultado da mistura racial entre os fundadores da nossa sociedade, que tanto organiza as nossas narrativas sobre a nação. Disseminada no Brasil como um todo, a morenidade assume contornos específicos em Belém (VAZ SILVA, 2010, p. 195).

Essa ideia de morenidade como expressão nacional de mistura racial acaba por desenvolver formas locais mais intensificadas, como no caso da cidade de Belém, onde prolifera, com força crescente, a construção discursiva da morenidade como representação e símbolo de identidade na cidade. Segundo o autor,

Dentre as categorias preferenciais para falar da cor/ raça dos brasileiros, destaca-se a palavra *moreno* e suas variações *moreno claro* e *moreno escuro*. Há tempos que sabemos que a expressão *moreno* é uma categoria de pensamento nas representações sobre cor e raça dos brasileiros [...] Enquanto categoria de pensamento das nossas relações raciais, o termo *moreno* não se restringe somente à cor, mas se constitui em valor cultural no país, expressando bem as representações sobre a miscigenação brasileira. (VAZ SILVA, 2007, p. 88).

Segundo Vaz Silva, o “amorenamento” da cidade “não se resume à cor da pele”, mas se reflete também nas questões estético-culturais mais amplas, como composições de músicos locais, matérias jornalísticas, imagens publicitárias (inclusive de espaços centrais da cidade, como o Ver-o-Peso) que destacam essa morenidade paraense (2007, p. 88-91); aparece mesmo em concursos populares como o de quadrilhas juninas, como aponta Rafael Noleto

⁴ Dados sobre cor e sexo dos feirantes, levantados pelo autor durante a pesquisa, indicam cerca de 60 % dos trabalhadores são classificados nas categorias *morena* (32,8%), *preta* (16,6%) e *negra* (10%), enquanto 40% foram classificados de cor *branca* (19,5%) e *outras* (21,1%) (VAZ SILVA, 2007, p. 70, Tabela 1).

(2014) sobre a mudança de nomenclatura oficial usada em concursos de miss das festas juninas em Belém⁵.

As diversas análises realizadas sobre a construção da morenidade (paraense) permitem pensar a perspectiva da estrutura de relações sociais responsável pela imposição de um discurso de poder sobre essas relações raciais: a quem ela serve, sobre quem é imposta e – mais importante –, por quem é imposta. O problema vem de muito tempo, do começo da nossa história enquanto país. A história brasileira, marcada pela exploração de populações negras e indígenas, deu como herança para a população negra aqui presente até nossos dias um tipo de fragmentação identitária que deu bases para o “branqueamento” da população e para a consolidação do “mito da democracia racial” brasileira, ideologias sustentadas por elites brancas que responsabilizavam a população de cor pelo atraso econômico brasileiro (HASENBALG, 1979). Como mito fundador do país, a democracia racial é o que fundamenta toda a matriz civilizatória brasileira, mito esse que celebra a mestiçagem, essa “salvação” no momento em que a negritude era vista como inferior, impura, ameaçadora.

A partir do histórico de negatização de qualquer aproximação da identificação enquanto negro é que a necessidade de distanciamento da negritude ganha significação pragmática na vida social, pois “[...] o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de tornar-se gente” (SOUZA, 1983, p. 18). E a noção sobre os matizes que diferem o branco do não branco, do não negro ou quase, são diversas no território brasileiro (HASENBALG, 1979). Em Belém, esbarramos na categoria morenidade, construção regional violenta que nasce da tentativa de anular a negritude e se aproximar de algum tipo de brancura; e a busca por identificação com a negritude em Belém muitas vezes esbarra no mito de uma morenidade local (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015).

Segundo Conrado, Campelo e Ribeiro (2015), a cor morena é articulada discursivamente para que a preta passe a não mais existir e, talvez, para solucionar essa nossa dúvida identificatória: sabemos que não somos “índios” nem brancos, e as elites brancas não querem negros. Caboclo não passa nem pelo pensamento, uma vez que em “primeiro lugar, o caboclo é uma categoria de alteridade, que fala sempre do outro. Em segundo lugar, não é um ser ou uma essência, mas uma categoria de representação” (RODRIGUES, 2006, p. 122). É acusação, e não identificação de si; como afirma a autora, o caboclo é a fantasmagoria que assombra o amazônida urbano.

Se nada disso podemos ser ou não queremos que sejamos, seremos, então, o que? Morenos. Morena é a cidade, morena é a pele das pessoas, morena é a construção identificatória mais favorável socialmente àqueles que por brancos não podem ser identificados. O “elogio que fere” (MELO; LOPES, 2015) é também a palavra que declara e ao mesmo tempo camufla a identidade sufocada na “metáfora da cor”⁶ nuançada. Entre as

⁵ Em 2014, a Prefeitura de Belém resolveu abandonar a categoria “Miss Mulata” e adotar a designação “Morena Cheirosa” com o intuito de aproximar o qualificador racial “morena” da designação usualmente mobilizada para descrever Belém como cidade morena e cheirosa, referindo-se, respectivamente, ao caráter “mestiço” que configura a formação racial da população da cidade e aos cheiros dos frutos e temperos que integram os ingredientes da culinária local, tais como a manga (Belém também é considerada como cidade das mangueiras) e o tucupi (caldo aromático extraído da mandioca e utilizado para receitas como tacacá e arroz paraense). Por outro lado, de acordo com informações coletadas em entrevistas realizadas com Alice Miranda e Ruth Botelho (principais organizadoras dos concursos promovidos pela prefeitura), a categoria “Morena Cheirosa” sublinha o caráter mais paraense e amazônico pretendido para esta categoria de miss, afastando-se do caráter mais “negro” e “africano”, utilizados em anos anteriores nas coreografias dessas misses e percebidos, pela organização dos concursos da prefeitura, como não amazônicos (NOLETO, 2014, NR 1, p. 3309).

⁶ “Ser negro(a) no Pará, e por que não dizer na Amazônia, não é o mesmo que nas outras partes do país. Pelo processo histórico, a presença da população negra na região foi mitigada e relegada a segundo plano. A região tem a marca das hipérboles e dos mitos, e essa marca condicionou a forma como a população negra foi tratada nas análises acadêmicas e como teve a sua identidade “sufocada” na metáfora do ser moreno/morena até os dias

máscaras (FANON, 2008) disponíveis para identificação de si, nessa cidade, esbarramos na máscara de morenidade, construção regional que nasce como estatuto simbólico positivo associado à “brasilidade” em termos de explicação para miscigenação (VAZ SILVA, 2007). Aqui temos a morenidade como identificação social que nomeia um tipo de identidade coletiva regionalizada (RIBEIRO, 2012), que aparece inclusive como título para a cidade:

Cidade tem cor? Belém tem. Uma mal definida e mal resolvida. À capital paraense, foi conferido o título de Cidade Morena, que se refere à cor da pele da maior parte da população da cidade, essa cor que tem um tom meio escuro, meio marrom, até pardo, talvez meio pálido. Negro. Negro? [...] O moreno pode mascarar uma identidade [...] que ainda sofre os impactos de séculos de abusos coloniais e ainda não conseguiu refletir sobre si mesma, sobre suas origens e raízes. E por isso não conseguiu se assumir. Por que Belém não é cidade negra? (SARRAF, 2016. s/p).

2 O PESO DO RACISMO NAS MEDIAÇÕES CULTURAIS

A partir do pensar a cidade e as maneiras como os nós da cultura se amarram ou enlaçam é que as mediações devem ser analisadas. Falando sobre possíveis fatores de mediação no mercado do Ver-o-Peso, Samuel Sá (2010) afirma que os sinais visíveis de identidade informal, como os nomes das barracas tipificados em placas, podem ser considerados como mediações no espaço, mas não só eles; a própria organização espacial, relações de ajuda mútua e parentesco podem ser assim consideradas. Na análise das mediações de sinais visíveis de identidade informal que fizemos nos espaços do mercado e da Estação das Docas, considerando principalmente identificações raciais tipificados em placas, interpretamos cenários distintos, ainda que lado a lado. Abaixo, imagens que indicam mediações no Ver-o-Peso:

Figura 2: Barracas do mercado do Ver-o-Peso.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 3: Barraca do mercado do Ver-o-Peso.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

No Ver-o-Peso, identificamos tipificações marcadas por cor e raça, memória de um passado escravocrata e a presença de barracas que vendem produtos para religiões de matriz africana. Em todo complexo da feira, não vimos barraca da “morena” ou qualquer coisa do tipo. A única vez que *mestiço* aparece enquanto mediação é no nome do bombom da imagem que segue, que é coberto por chocolate e vendido com os mais variados recheios. Nesse caso, essa “mestiçagem” possui sentido de mistura de sabores que se complementam no produto. Mas encontramos também uma barraca de Bombons PARAENSE, cuja composição mistura dois produtos que expressam cores que simbolizam fortemente esse arranjo entre branco e preto: o açaí, forte símbolo da cor morena, e a tapioca, cujo processo de transformação resulta no produto mais ‘branco’ de todos os tipos de farinha regional.

Figura 4: Barracas de venda de bombons regionais no mercado do Ver-o-Peso.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Alessandro Campos e Marilu Campelo (2017) nos dizem que é no Ver-o-Peso também que estão as mais antigas casas especializadas em vendas de produtos variados para rituais de terreiros afro-religiosos; no mercado estão alguns dos principais fornecedores da cidade. Os autores afirmam que as mercadorias não se fecham em si mesmas, mas divulgam e legitimam as religiões, ressoando a comunidade. Nas principais capitais brasileiras, os mercados têm importância para esses cultos, uma vez que, nas relações de compra e venda, também é possível saber de eventos, relações entre líderes, hierarquias religiosas e tantas outras coisas. Abaixo, a imagem de um dos espaços no mercado em que essas vendas são realizadas.

Enquanto no Ver-o-Peso, podemos pensar essas casas especializadas como “espaços de negritude, de resistência e de afirmação de ser negro(a) amazônico(a)” (CONRADO;

CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 213, 207)⁷, na Estação das Docas não existe essa possibilidade; em nenhum momento ou contexto religiões de matriz africana aparecem como mediação ou espaço para comércio desses produtos.

Figura 5: Barraca de venda de objetos afro-religiosos no mercado do Ver-o-Peso.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Poderíamos dizer que no Ver-o-Peso a mestiçagem não aparece, portanto? Não. Se a categoria não está presente nas mediações visíveis, na palavra dita ela é explícita, nos “*ei, morena!*”, “*ôh, morena...*” para se referir, provocar ou “paquerar” mulheres no espaço do mercado. A imagem da morenidade enquanto corpo está, muitas vezes, em consonância com a figura feminina. Sabemos que existe um tipo de cobrança externa e internalizada por mulheres negras sobre seus fenótipos que, tal como prega a morenidade, deveriam se afastar da negritude. Morena, nesse sentido, entra na cotidianidade do mercado como tipificação possível para se referir ao outro – uma vez que negro não o é. Morena é “flerte”, “elogio”, e

⁷ Segundo Conrado, Campelo e Ribeiro (2015, p. 217) “Nas novas áreas de expansão urbana é possível observar-se um contingente de população negra e de suas marcas simbólicas: grupos culturais, reggae e terreiros afro-religiosos, espaços que dão ênfase às manifestações afroculturais mais lúdicas e que, ao mesmo tempo, trabalham a integração, a autovalorização coletiva e promovem discussões acerca do racismo e das negações a que a população negra vem sendo submetida, inclusive no espaço escolar. Nesses espaços, o ideal de morenidade perde lugar para o ideal da negritude, em favor, por exemplo, de locais e grupos que se identificam como Casa Preta, Coisa de Negro, Espaço Cultural Serginho de Ogum, Quilombo da Praça da República, entre outros espaços culturais que tocam determinados ritmos e que têm projetos sociais com a comunidade negra, e espaços de reggae, de samba e de terreiros. É possível mesmo dizer-se que esses espaços são territórios de negritude, onde a essência de ser negro(a) é mantida ou mesmo recriada, e a morenidade deixada em segundo plano”. Consideramos que as casas especializadas do Ver-o-Peso podem ser incluídas nessa classificação.

isso evidencia que o discurso social sobre negritude é de algo negativo, que não deve ser verbalizado.

Essa mesma noção de afastamento da negritude parece ter maior potência no complexo cultural Estação das Docas. Nele, não identificamos nenhuma mediação visível relativa à negritude. Em contrapartida, percebemos várias outras tratando de identificações mestiçadas. Também não identificamos discursos como no mercado, mesmo porque a dinâmica dos espaços é distinta. No mercado, durante todo o tempo, feirantes e fregueses conversam, negociam, falam alto e em tom de brincadeira, muitas vezes sobre a vida cotidiana, coisa que não acontece na Estação, onde tudo é mais comedido, silencioso (ou silenciado). Os espaços são distintos, desde a arquitetura do lugar à organização e apropriação dos espaços, como podemos ver nas imagens que seguem, já traduzem os interesses e desejos das elites da cidade.

Figura 6: Estação das Docas, Belém.



Fonte: Acervo da autora.

Esse espaço foi inaugurado no ano 2000, mesmo ano em que o que antes era a zona portuária, desativada após a crise da borracha em meados dos anos 1930, foi tombado como patrimônio histórico cultural. O investimento de cerca de 18 milhões de reais do Governo proporcionou cerca de 500 metros de calçadão na beira do rio, lojas, restaurantes, bares, sorveterias, teatro, banco, cais flutuante, estacionamento e tantas coisas outras que vão mudando no tempo. Três galpões que ali já estavam, de origem inglesa, foram restaurados, guindastes antes usados no porto foram mantidos e valorizados na configuração espacial. Mais de 30 mil metros² do espaço disponível foi modificado na reforma (CAMPOS; RODRIGUES, 2012).

Figura 7: Cerca que separa a Estação das Docas do Ver-o-Peso, em Belém.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Fazer o caminho do mercado para a Estação das Docas é particularmente inquietante, pois só é possível tomando um desvio da orla, uma vez que uma grade separa os dois espaços no calçadão da baía (imagem acima). Existe uma barreira física que separa os espaços – além de barreiras simbólicas. Entrando na Estação, outro símbolo salta aos olhos: é bem na fronteira que a obra de arte abaixo está colocada. Ironicamente – ou nem tanto assim – uma vaca preta. Uma vaca preta coberta pela bandeira do Estado como um manto, manto que conta qual a cor da cidade. “Cidade morena do cheiro cheiroso”.

Figura 8: Obra de arte localizado na Estação das Docas, em Belém.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

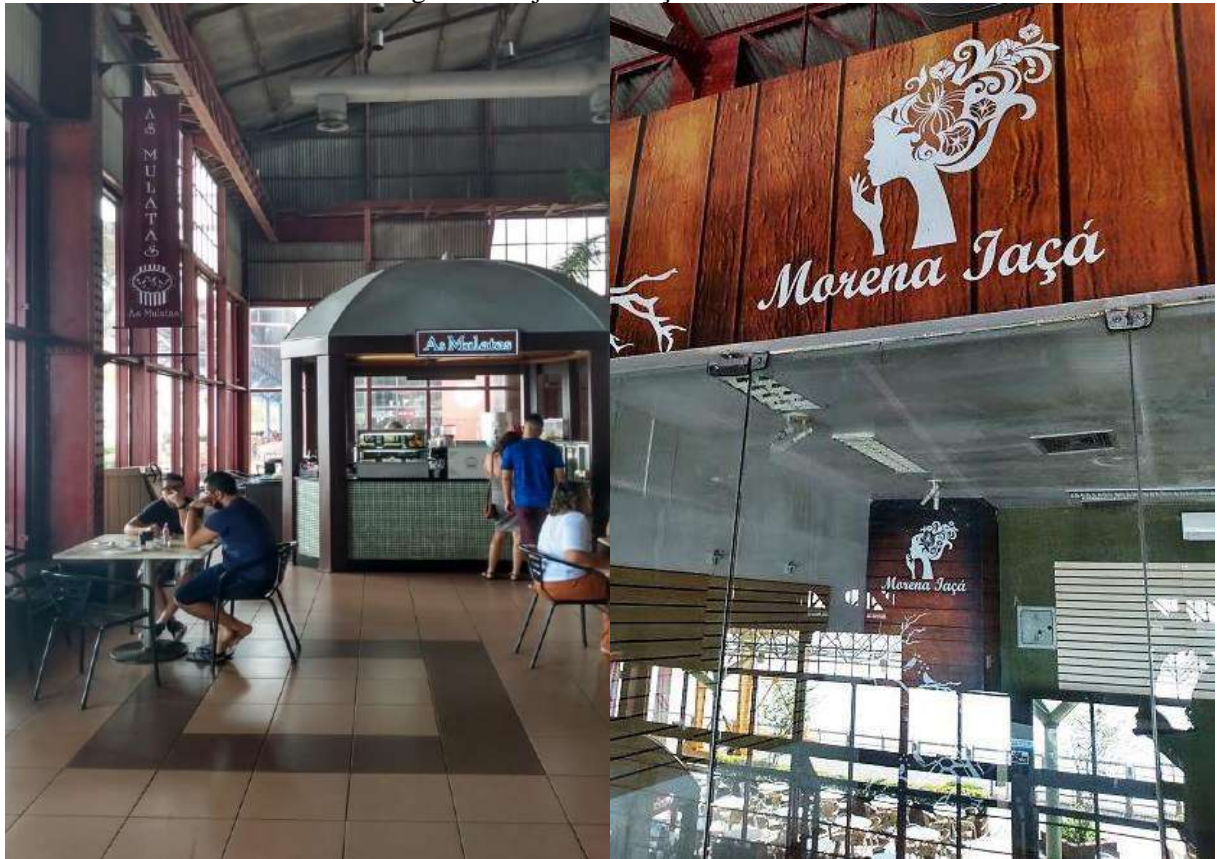
Essa frase é verso do hino de Belém que foi criado em 22 de janeiro de 2007 por Eduardo Neves e Luiz Pardal. A vaca é ponto turístico dentro do ponto turístico e ficou por aqui desde 2016, quando a cidade recebeu a exposição *Cow Parade*, que roda o mundo desde 1999 e é considerada um dos maiores eventos de arte a céu aberto do mundo. Em sua nona edição no Brasil, e com Fafá de Belém como madrinha, a exposição expunha em alguns pontos de Belém 50 vacas feitas de fibra de vidro customizadas por artistas locais. Nesse ano, 2016, Belém completava 400 anos. A exposição seria um presente e as vacas representariam tudo o que a cidade é. Em exposição permanente em espaço público só ficou essa. De começo, além do que mostra a imagem, a vaca tinha um cocar indígena na cabeça como adorno. Obra da artista Beatriz Lassance, de nome *Égua da Mana*⁸, a vaca mudou de lugar. Hoje fica na Estação, em 2016 ficava no Aeroporto Internacional de Belém: aviso para quem chega, principalmente para quem chega por lá... *Égua da mana, não é?! Preta, preta. Até indígena, se reparar no cocar na cabeça.*

Como pode ser percebido na primeira imagem, pessoas posam ao lado da vaca para fotos, aproveitam-na para provar que estiveram aqui, nessa cidade e nesse tempo. Daí para frente, na Estação das Docas, tudo embranquece – ou moreniza, pelo menos, – uma vez que há tempos a tentativa de uma Paris N’América não deu certo.

Abaixo, imagens de outras mediações. Têm mulata, têm morena, mas em nenhum ponto da Estação mediações de negritude aparecem. Nem preta, nem negra. Tudo é mestiço:

⁸ Cow Parade Belém - *Égua da Mana* - Autoria: Beatriz Lassance - Fibra de vidro com pintura, medindo: 154 x 234 x 80 cm. Site: <https://www.cowparade.com.br/belem-2016>.

Figura 9: Lojas na Estação das Docas.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Nesse contexto de análise de mediações, um dado chamou bastante atenção, o nome de um sorvete que junta dois sabores só nossos, coisa da terra, paraense. O sorvete de açaí com tapioca de maneira que a separação dos sabores não é visível se chama Paraense. Já o nome da mistura em que a separação do açaí e da tapioca é visível, branco e preto, na Sorveteria Cairu, a mais tradicional da Estação – e de Belém, com mais de 50 anos de história – é *Mestiço*:

Figura 10: Sorvete sabor Paraense, à venda na sorveteria Cairu, na Estação das Docas, em Belém.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

Figura 11: Sorvete sabor Mestiço, à venda na sorveteria Cairu, na Estação das Docas, em Belém.



Fonte: Acervo da autora, 2019.

A mesma mistura, no Ver-o-Peso, é apenas paraense. Não identificamos em nenhum produto a tentativa de apresentar a diferença nesses termos. Retornamos à Figura 4 (Barracas de venda de bombons regionais no mercado do Ver-o-Peso) para comparar o que se entende por mestiço nesses dois espaços, onde ocorrem mediações de ordem semântica muito diferentes. O que em um lugar é mistura, em outro acompanha a ideologia presente em todo o resto: mestiçagem enquanto projeto de branqueamento.

Muniz Sodré, em *O Terreiro e a Cidade* (1988), nos diz que a pergunta ocidental sobre qualquer fenômeno está em um ponto: qual o significado? Tudo carece de interpretação para que as coisas reais tenham nome. Por real, o autor entende

O existente enquanto singular, único, incomparável – sendo a cultura o real representado ou atuado, o modo de se lidar com o real de cada um, seja por meio do registro das formas semióticas dominantes, seja por meio da exibição do limite dessas formas: a revelação da originalidade ou do mistério (SODRÉ, 1988, p. 10).

Uma das dimensões do real humano é o espaço e a maneira como indivíduos se relacionam com o espaço. O espaço físico e as mediações presentes nele afetam o comportamento humano e suas identificações. São “as afetações simbólicas que na cultura opera o espaço-lugar, o território, enquanto força propulsora, enquanto algo que possa engendrar ou refrear ações” (SODRÉ, 1988, p. 12). A geografia política constrói o espaço real, explicitando o poder social por meio de representações e do que não é representado, contando sobre o sistema de crenças de cada sociedade.

A questão do espaço é de extrema importância no Brasil. Sodré (1988) afirma que a redefinição de cidadania de qualquer indivíduo que vive na periferia colonizada do mundo perpassa pelo remanejamento do espaço territorial – em sua dimensão de relação espacial, arquitetônica e urbanística –, tanto na dimensão concreta quanto imaginária. O espaço imaginário compreende essas categorias materiais e simbólicas que se articulam com práticas sociais vividas e institucionais; nesse sentido, refere-se à

[...] padronização de diferenças sexuais, a confirmação de hierarquias ou então de certas formas de controle social impressas em mecanismos de inclusão/exclusão. No urbanismo, por sua vez, registra-se a aplicação integrada de variáveis políticas, econômicas e ideológicas, também com o pano de fundo de uma imaginariade nem sempre consciente (SODRÉ, 1988, p. 32-33).

E se nos espaços estabelecidos como territórios de negritude na cidade, em busca de identidade negra, a “morenidade fica em segundo plano” (CONRADO; CAMPELO; RIBEIRO, 2015, p. 217), os espaços aqui analisados, a par das contradições inerentes aos seus usos e apropriações como territórios de consumo, inclusive o consumo de imagens representativas dessa mistura de sabores e cores “inerentes” ao “ser paraense”, contribuem – de seus diferentes, embora contíguos – espaços de produção de sentidos, para a construção desse imaginário moderno de uma nação morena.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos interpretar as diferenças nas mediações dos dois espaços que aqui apresentamos como produto de diferentes pontos de hierarquização social. Ainda vigora, aqui no Pará e especificamente em Belém, a ideia de que somos mestiços, pardos, morenos em uma cidade morena. Se brancos não conseguimos ser, como parece ser o desejo predominante no discurso das elites brancas, e pretos não querem que sejamos, a morenidade aparece como “saída” para pessoas que são frutos miscigenados do violento processo colonial. Construções ainda mais específicas desse ser moreno são cotidianamente criadas: morena cor de jambo (mulher negra de pele avermelhada) (VAZ SILVA, 2007), “morenaça” (mulher negra vista como “gostosa”) e entre outras, “morena açaí” (mulher negra de pele escura) (CONRADO, CAMPELO e RIBEIRO, 2015). A cor do caroço do açaí é preta e, ainda assim, a “morena açaí” é morena.

Interpretamos, a partir de interpretações prévias, a partir de mediações, simbolizações que organizam possibilidades de existência – ou inexistência – de grupos. O sentido se apresenta na linguagem. É por meio dela que significações universais são construídas, as verdades primeiras de todas as coisas. Se a ideologia das sociedades é a ideologia das classes dominantes (MARX; ENGELS, 1998), a morenidade também faz parte da ideologia da classe dominante em Belém. Apesar de, por meio das análises das mediações, ser possível percebermos que as maneiras como se nomeiam as coisas são diferentes nos dois espaços analisados, os interlocutores de Vaz Silva (2010) ainda afirmam que a maioria dos trabalhadores do mercado são “*morenos*”. Existe algo que não é reproduzido nas mediações, mas é incorporado na prática interpretativa da cotidianidade.

Foi a partir de técnicas de “enganar-olho” (Trompe-l’Oeil, invenção renascentista), a partir do real que, no Brasil, desenvolveu-se a ideologia europeia; senhores de engenho e pequena burguesia acreditavam que a mulatice distanciava o espaço real da população negra e aproximava da europeia (SODRÉ, 1988). Não existe novidade criativa na retórica

miscigenada, nem na técnica, nem na finalidade. Enganar o olho é construir uma aparência de território metropolitano, criar ambientes com características que permitam afastar um passado escravocrata e vislumbrar o presente desejado: urbano, europeu, branco. Sanear, embelezar e liberar a circulação era imperativo para civilizar as cidades.

Em Belém, o que apresentamos aqui, permite perceber que isso ainda não mudou. Se no Ver-o-Peso as mediações apresentam (representam) negritudes, na Estação das Docas o ato de mestiçar está na ordem do dia. É como se, ultrapassando a grade, no limiar dos dois espaços, se apresentasse a necessidade de permissão para que a população negra, enquanto nome ou cultura, exista. É como se, na Estação, tudo ainda tivesse “medo de feitiço”, de tudo que a negritude pode oferecer (MAGGIE, 1992). Vivemos sobre a égide do mesmo projeto higienista racista de tempos atrás também quando se impede sistematicamente e por diversos mecanismos que uma população se identifique enquanto negra, quando se impõe, por meio dos mais diversos artifícios, que identificações mestiçadas sejam assumidas – quem não é negro muitas vezes não luta contra o racismo por não acreditar que essa pauta lhe atinja. Há de se higienizar o espaço, branquear. A consequência disso é a higienização da palavra – as mediações estão diretamente ligadas àquilo que a boca não diz (ou não diz para classificar a si mesma): Negra.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

CAMPOS, Alessandro; CAMPELO, Marilu Márcia. O Complexo do Ver-o-Peso Como Mercado Da Cultura Material dos Terreiros Afro-Religiosos de Belém – PA. *In: Mercados Populares em Belém*: produção de sociabilidades e identidades em espaço urbano. Organização Carmem Izabel Rodrigues, Luiz de Jesus Dias Silva, Voyner Ravena-Cañete. Belém: NAEA, 2017. p. 270-287.

CAMPOS, Bárbara Fortes; RODRIGUES, Ísis Meireles. Revitalização de centros urbanos e sustentabilidade: os exemplos da estação das docas e da cidade de Barcelona. **VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar**. Teresina, UFPI, 2012. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Barbara%20Fortes%20Campos%20&%20is%20Meireles%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

CONRADO, Mônica. Prates; CAMPELO, Marilu Márcia; RIBEIRO, Alan Augusto. Metáforas Da Cor: Morenidade e territórios da negritude nas construções de identidades negras na amazônia paraense. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 51, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21886/14129>. Acesso em: 30 de março de 2019.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

MAGGIE, Yvonne. **Medo de Feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO, Glenda Cristina Valim; LOPES, Luiz Paulo da Moita. “Você é uma morena muito bonita”: a trajetória textual de um elogio que fere. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n 54.1, jan.-jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tla/v54n1/0103-1813-tla-54-01-00053.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2020.

NOLETO, Rafael. Caipira, Mulata, Simpatia e Gay: reflexões sobre gênero, raça e sexualidade nos concursos de miss das festas juninas em Belém – Pará. **18º REDOR**, UFPE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/762/840>. Acessado em: 10 de julho de 2020.

RIBEIRO, Alan Augusto. Sobre uma “pedagogia da morenidade”: gênero e mestiçagem entre estudantes de duas escolas de Belém do Pará. **Revista Acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz**, São Paulo, n. 1, 2012. Disponível em: <http://site.veracruz.edu.br/instituto/revistaveras/index.php/revistaveras/article/view/82/68>. Acessado em: 20 de março de 2019.

SÁ, Samuel. Violência e Mediações Culturais *In: Ver-o-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém*. Organização: Wilma Marques Leitão. Belém: NAEA, 2010. p. 169-182.

SARRAF, M. Cidade Morena. **Outro400.com.br**, Belém. 2016. Disponível em: <http://outros400.hostbelem.com.br/especiais/3745>. Acessado em: 20 jan. 2019.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: A forma social negro-brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VAZ SILVA, Tiago. **Ver-a-Cor**: Um estudo sobre as relações raciais no mercado do Ver-o-Peso em Belém (PA). 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2007.

VAZ SILVA, Tiago. Ver-a-Cor: um estudo sobre relações raciais no mercado de Belém. *In: Ver-o-Peso: estudos antropológicos no mercado de Belém*. Organizadora: Wilma Marques Leitão. Belém: NAEA, 2010. p. 183-203.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007 [1976].

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E QUILOMBOS: DOS CONHECIMENTOS SOCIOCULTURAIS AOS CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA PARAENSE

Raquel Amorim Santos¹
Simeia Santos Andrade²

RESUMO

Este estudo analisa as Relações Étnico-Raciais e o conhecimento sociocultural em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e sua interface com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Utilizou-se a abordagem qualitativa, estudo documental do Projeto Político Pedagógico das escolas que atuam na Educação Escolar Quilombola e fotografias sobre os aspectos socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará. Utilizou-se a análise do discurso com base no *dialogismo discursivo* de Bakhtin (2010) e bibliografia especializada sobre a temática. Os resultados do estudo revelam que o PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural do quilombo, sendo flexível e dialógico (comunidade escolar e local). Os saberes socioculturais são reconhecidos e valorizados pela comunidade e fortalecido por uma rede de solidariedade, que mantém viva a história e cultura do quilombo por meio dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra e da ancestralidade. Conclui-se que o PPP para a comunidade escolar quilombola se constitui como um projeto emancipatório (que abriga conflitos, lutas e resistências). A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos pesquisados da Amazônia paraense.

Palavras-chave: Conhecimentos Socioculturais. Currículo. Comunidade Quilombola.

ETHNIC-RACIAL RELATIONSHIPS AND KILOMBOS: FROM SOCIOCULTURAL KNOWLEDGE TO CURRICULUM OF KILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE PARAENSE AMAZON

RESUME

This study analyzes Ethnic-Racial Relations and socio-cultural knowledge in quilombola communities in Northeast Pará and its interface with the Quilombola School Education curriculum. The qualitative approach was used, a documentary study of the Pedagogical Political Project of schools that work in Quilombola School Education and photographs on the socio-cultural aspects of quilombola communities in Northeast Pará. We used discourse analysis based on Bakhtin's discursive dialogism (2010) and specialized bibliography on the subject. The results of the study reveal that the PPP presents

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta da UFPA, Faculdade de Educação, Campus Bragança. Atualmente Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA). Professora permanente do PPLSA, Linha de Pesquisa. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (NEAB UFPA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). Coordenadora do Projeto de Pesquisa: Saberes socioculturais em comunidades quilombolas do Nordeste do Pará. E-mail: raketamorim@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela PUC Minas (2018). Mestre em Educação pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo (atual UNASP-2005), Especialista em Arte-Educação pela PUC Minas e em Currículo e Avaliação na Educação Básica pela UEPA, Licenciada em Pedagogia (UFPA) e Bacharelado em Serviço Social (UFPA). É Professora adjunta da Universidade Federal do Pará atuando nos cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de teatro e dança. Coordenadora do NUPEIA - Núcleo de Pesquisa Infâncias Amazônicas: Arte, Cultura e Educação de crianças em diferentes contextos (UFPA/CNPq). Pesquisadora do NUPES - Núcleo de Pesquisa Social: Teoria Crítica da Sociedade, Cultura e Infância (PUC Minas/CNPq), do TAMBOR - Grupo de Pesquisa em Carnaval e Etnocologia (UFPA/CNPq). E-mail: simeiaandrade@uol.com.br

a curriculum focused on Quilombola School Education, considering the specificities of the historical, political, economic and socio-cultural reality of the quilombo, being flexible and dialogical (school and local community). Sociocultural knowledge is recognized and valued by the community and strengthened by a solidarity network, which keeps the quilombo's history and culture alive through the knowledge of the elders, the knowledge of the land and ancestry. It is concluded that the PPP for the quilombola school community is constituted as an emancipatory project (which houses conflicts, struggles and resistance). The curricular proposal of Quilombola School Education incorporates traditional knowledge from communities in conjunction with school knowledge (without hierarchy) and seeks to organize knowledge and social and cultural practices, considering the presence of knowledge that circulates, dialogues and questions the social life of quilombos surveyed in the Amazon of Pará.

Keywords: Sociocultural knowledge. Curriculum. Quilombola Community.

Data de submissão: 28/08/2020

Data de aprovação: 01/09/2020

INTRODUÇÃO

Este estudo foi desenvolvido por meio de atividades de pesquisa sediadas no Campus Universitário de Bragança (UFPA), por meio do Projeto de Pesquisa Relações Étnico-Raciais e os Conhecimentos Socioculturais em Comunidades Quilombolas do Nordeste do Pará³. Objetiva investigar as relações étnico-raciais e os conhecimentos socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará e sua interface com o currículo da Modalidade de Ensino Educação Escolar Quilombola.

A educação proposta para as comunidades quilombolas deve ser aquela que se firme nas tradições históricas, na memória, nos costumes e nas trajetórias da população negra, com vista a construção da valorização da identidade étnica. Segundo O'Dwyer (2008, p. 18), o termo quilombo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos brasileiros (BRASIL, 2012). Na contemporaneidade esse termo é compreendido como “[...] grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio”.

Os quilombos contemporâneos (rurais e urbanos), possuem singularidades (i)materiais advindas da memória coletiva (patrimônio simbólico) marcados pela especificidade e por suas diferenças socioculturais que devem ser reconhecidas, valorizadas e priorizadas considerando suas trajetórias e a melhoria das condições de vida das comunidades quilombolas. Isso exige um novo modo de pensar os quilombos, inclusive um [re]planejamento com a inclusão do etnodesenvolvimento e da integração das dimensões ambiental, social, cultural, econômica e política visando a qualidade de vida das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas⁴ são grupos que passaram a contar com um reconhecimento oficial de sua cultura e identidade, porém, continuam em conflitos em relação

³ Projeto de Pesquisa Coordenado pela Profa. Dra. Raquel Amorim dos Santos, por meio de estudos realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros (NEAB/UFPA), em parceria com a Faculdade de Educação, Campus Bragança/UFPA. Plano de Trabalho: Relações Étnico-Raciais e Quilombos: um estudo sobre os conhecimentos socioculturais e sua interface com o Currículo Educação Escolar Quilombola no Nordeste do Pará, financiado pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Interior (2018-2019), tendo como bolsista Deidiane Costa Guimarães. E-mail: deidianeguimaraes5@gmail.com

⁴ As comunidades negras remanescentes de quilombos foram reconhecidas no Brasil pela Constituinte de 1988 e contam com o direito à titulação dos seus territórios. São mais de mil comunidades negras (não só rurais, como semirurais e algumas urbanas) espalhadas de norte a sul do Brasil. Elas representam o desdobramento dos

ao direito à terra e ao território, sendo, portanto, a terra e as relações estabelecidas na construção da cultura elementos importantes para essas comunidades. A forma de se relacionar com a terra, a produção coletiva, as relações sociais comunitárias e a valorização de traços socioculturais corroboram para a importância da categoria território a esses sujeitos impregnados de significações identitárias (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014; ARRUTI, 2008), marcados pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo (O'DWYER, 2008; BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais – PNPCT (Decreto Nº 6.040/2017), no artigo 3º, inciso I, considera Povos Tradicionais e Comunidades Tradicionais como: “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]”. Assim, utiliza-se de “[...] conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

A PNPCT visa ainda garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto não-formais (BRASIL, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) estabelecem que a Educação Escolar Quilombola compreende escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. As DCNEEQ, consideram ainda a escola quilombola sendo aquela localizada em território quilombola que se fundamenta na memória coletiva, das línguas remanescentes, dos marcos civilizatório, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos, como a territorialidade, que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

De acordo com os princípios da Educação Escolar Quilombola deve ser assegurado a garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, entre outros. Segundo a Lei Nº 10.639/2003, Art. 26-A torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, ainda no § 1º estabelece o conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Para Santos (2014, p. 77) “[...] a Lei nº 10.639/2003 contribui para inserir a questão racial no cerne da política curricular no Brasil, sendo um dos mecanismos para contestar a ausência da história e cultura afro-brasileira [...]”, e deve ser inserida de modo estrutural no “[...] currículo escolar, Projeto Político Pedagógico, planos de ensino e as desigualdades “raciais” introduzidas no imaginário da escola básica”, sendo necessária a ampliação de políticas públicas educacionais, (re)formulação dos currículos com a inserção da temática étnico-raciais.

A concepção de currículo que baliza esse estudo baseia-se no currículo como política cultural que “[...] nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...]. Ele é sempre parte de uma tradição seletiva [...]. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais,

antigos quilombos articulados a um complexo campesinato negro, que incluía vilas de libertos, doações de terra e a migração de familiares durante os tempos da escravidão e do pós-abolição (SCHWARCZ; GOMES, 2018).

políticas e econômicas [...]” (APPLE, 2009, p.59). O currículo se constitui como uma arena de lutas, profundamente implicado em relações de poder em busca de hegemonia de uma determinada concepção, portanto, como política cultural que visa a orientar determinados desenvolvimentos simbólicos, obter consenso para uma dada ordem e/ou alcançar uma transformação social desejada (APPLE, 2001).

Segundo as DCNEEQ no currículo da Educação Escolar Quilombola a organização do tempo curricular deve se realizar em função das peculiaridades de seu meio e das características próprias dos seus estudantes, não se restringindo às aulas das várias disciplinas. Também deve-se levar em consideração “[...] o percurso formativo dos estudantes que deve ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais [...]”, mas também, conforme “[...] cada projeto escolar, outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos educandos” (BRASIL, 2012, p. 22).

De acordo com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB), a Educação Escolar Quilombola deverá seguir os eixos orientadores gerais da educação brasileira e também se referenciar nos valores das comunidades quilombolas. Segundo as Diretrizes o currículo na Educação Escolar Quilombola poderá ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, eixos geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas podem ser trabalhados numa perspectiva interdisciplinar (BRASIL, 2012).

A despeito das prescrições das DCNGEB, a Educação Escolar Quilombola, contudo deverá ir mais além: “[...] ao dialogar e inserir os conhecimentos tradicionais em comunicação com o global, o nacional, o regional e o local, algumas dimensões deverão constar de forma nuclear nos currículos das escolas rurais e urbanas [...]” que ofertam a Educação Escolar Quilombola e que estejam relacionados com “[...] a cultura, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etnodesenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território” (BRASIL, 2012, p. 42).

O estudo está estruturado em três seções que apresentam o percurso metodológico e os resultados dessa investigação. Na primeira seção descreve-se o percurso metodológico da pesquisa (área de estudo, *locus* da pesquisa, coleta e análise dos dados). Na segunda seção aborda-se os conhecimentos socioculturais, memórias e história das comunidades. Na terceira analisa-se o Projeto Pedagógico da Comunidade Quilombola do América em Bragança-PA, visando compreender as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias e sua relação com o currículo escolar, tendo em vista a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER) e as DCNEEQ.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia da pesquisa fundamenta-se na abordagem de pesquisa qualitativa, por possibilitar que a realidade social seja compreendida como algo composto de múltiplas significações, de representações que carrega o sentido da intencionalidade. Para Chizzotti (2010) o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Minayo (2001) aponta que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, como fenômenos de aproximações sucessivas da realidade, uma combinação particular entre a teoria e os dados. Isso significa que o universo de significados, crenças,

valores, atitudes, os saberes, que correspondem a um espaço das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O estudo foi realizado nas comunidades Quilombolas do América em Bragança-PA e Jurussaca em Tracuateua-PA, situadas no Nordeste do Pará, são espaços com raízes culturais muito semelhantes, todavia, cada comunidade apresenta traços específicos, principalmente no que se refere as religiões, garantindo uma identidade única que a diferencia da outra comunidade.

A Comunidade Quilombola do América localiza-se na área rural do município de Bragança-PA. O acesso a localidade ocorre pela Rodovia PA 458 (Bragança/Ajuruteua), pela estrada da Vila de São Tomé e entre as vilas de Acarajó Grande e Bacuriteua. Distancia-se da Comunidade do Jurussaca aproximadamente 25 km. A comunidade está situada na Unidade de Conservação Brasileira Marinha Caeté-Taperaçu.

A Comunidade apresenta-se em torno de 200 famílias, que mantem a base econômica familiar proveniente da agricultura familiar, pesca, extrativismo do caranguejo, benefício social: bolsa família e aposentaria. Além do cultivo de hortaliças, árvores frutíferas, criação de animais, aves, beneficiamento da farinha, a produção de beiju, bolo de massa, coleta do açaí, caça, que visam à subsistência familiar.

Figura 1: Entrada da Comunidade Quilombola do América



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A comunidade quilombola do Jurussaca, por sua vez, situa-se no município de Tracuateua-PA, aproximadamente 10 km da sede do município. A localidade fica situada dentro da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua. A localização da comunidade fica dentro do projeto que visa o turismo na chamada Rota Turística Belém-Bragança, ou seja, a comunidade está inserida dentro dos espaços onde funcionou a décadas a estrada de ferro que

cortava o estado do Pará, e que gerava fortes influências no transporte de alimentos e mercadorias para a capital, além de possibilitar que pessoas se deslocassem de uma localidade para outra em busca de melhorias.

A comunidade é constituída por aproximadamente 100 famílias e dispõe de uma Unidade de Saúde que atende a população e demais comunidades circunvizinhas. Existe uma escola que atende os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ensino multisseriado, além de duas igrejas, sendo uma protestante e a outra Católica.

Figura 2: Entrada da Comunidade e Placa da Rota Turística



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

Na coleta dos dados utilizamos a observação, essa técnica é importante pois possibilita “[...] um contato pessoal estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, a observação permite também que “[...] o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos” [...] e acompanha *in loco* as experiências diárias do sujeito (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26).

A observação ocorreu em agosto de 2018 a julho 2019 nas comunidades quilombolas, com o objetivo de observar os aspectos socioculturais e sua relação com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Primeiramente entrou-se em contato com as lideranças das comunidades que após explanação dos objetivos da pesquisa entregou-se os ofícios da Faculdade de Educação, Campus Universitário de Bragança/UFPA. Posteriormente iniciou-se a visita nas comunidades e em seguida contactou-se as gestoras e professores das escolas para dialogar sobre os objetivos do estudo e a solicitar autorização para a realização do estudo.

Utilizou-se também os registros fotográficos considerados uma “[...] plataforma privilegiada de observação e de registro de fenômenos sociais visualmente relevantes, que apoia a produção de conhecimento cientificamente controlado sobre as sociedades fotografadas”. Para Guran (2014, p. 560) “[...] todo e qualquer documento fotográfico é, em

si, fonte de informação, dependendo de como for interrogado. Mas, adverte “[...] que nem toda fotografia funciona bem em uma pesquisa”. Assim, nesse estudo utilizou-se a fotografia para transmitir uma informação para uma determinada finalidade, neste caso para transmitir os conhecimentos dos saberes socioculturais das comunidades quilombolas do Nordeste do Pará.

Nesse estudo, a análise documental é tratada a partir de leituras e marcação de pontos essenciais à temática em questão, de modo que serão destacados os pontos de maior expressividade, com interpretação reflexiva à luz do entendimento da literatura pertinente e relacionar os dados descritos com a realidade pesquisada. Para Ludke e André (1986, p. 40) “[...] a escolha dos documentos não é aleatória. Há geralmente alguns propósitos, ideias ou hipóteses guiando a sua seleção” (LUDKE; ANDRE, 1986, p. 40). O documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico da Escola da Comunidade Quilombola do América em Bragança-PA e objetivou identificar os saberes socioculturais e sua relação com o currículo da Educação Escolar Quilombola. Ressalta-se que o PPP da Escola da Comunidade de Jurussuca estava em construção até o momento da pesquisa.

2 MEMÓRIAS E SABERES SOCIOCULTURAIS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO NORDESTE DO PARÁ

A seção discorre sobre a história, os saberes e a memória das comunidades remanescentes quilombolas do América e Jurussuca, no intuito de dar visibilidades acerca de seus pertencimentos, conhecimentos, além de visibilizar os modos de ser e viver das respectivas comunidades quilombolas. As comunidades quilombolas são compreendidos como grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetórias históricas própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência, à opressão do passado escravista (Decreto Nº 4.887/2003), ocorridas pelas cotidianas vivenciadas de desigualdades racial, econômica e violências.

As comunidades quilombolas do América em Bragança-PA e Jurussuca em Tracuateua-PA, localizam-se no Nordeste paraense. Na comunidade de Jurussuca os mecanismos de sobrevivência da comunidade baseiam-se na agricultura familiar, no extrativismo, na fabricação da farinha, na plantação de hortaliças e na criação de animais visando o próprio consumo.

A farinha de mandioca, destaca-se por ser um dos produtos da agricultura familiar que faz parte de um saber tradicional que envolve as famílias na produção da farinha e contribui para a economia do município. Na produção desse produto (a farinha) há uma relação do homem com a natureza (com a terra, com a plantação da mandioca) e com o lugar – a casa de farinha, geralmente aonde as pessoas da comunidade se encontram, conversam, contam anedotas, trabalham, sorriem e embalam seus produtos. Nela pode-se perceber a cultura material representada pelo tipiti (artefato de palha), pela peneira de furos largos, pelo forno de lenha e pelo rodo de madeira, cada um com o seu significado e representações.

Figura 3: Fabricação da Farinha (casa de farinha)



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A relação que se estabelece na comunidade é a prática do bem comum⁵, ou seja, as atividades desenvolvidas no coletivo são pensadas e desenvolvidas a partir da extração natureza, em conjunto e para todos, visando à subsistência da própria comunidade. Segundo Furtado, Pedroza e Alves (2014, p. 111) “[...] pesar em território, é considerar um pedaço de terra para usufruto coletivo, como uma necessidade cultural e política de se distinguirem de outras comunidades e decidirem seu próprio destino”.

A casa da farinha, construída pelos moradores, é utilizada por todas as famílias da comunidade, de forma que todos são supridos na utilização do espaço. A relação estabelecida na utilização do espaço da casa de farinha pela comunidade baseia-se na prática de bem comum, principalmente no que se refere a utilização deste espaço por todos os comunitários, revela também a organização cultural e política que as comunidades quilombolas apresentam e se diferem de outras comunidades tradicionais.

⁵ O uso do termo comum refere-se às diferentes ações de permanência na terra, como à pesca artesanal, pecuária e agricultura (SILVA, SARAIVA, 2017; ALMEIDA, 2004).

Figura 4: Casa de Farinha, o paneiro e o roçado de macaxeira



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

Os grupos geracionais idosos e crianças são muito presentes na produção da farinha. A proximidade com essa prática configura-se uma ação necessária para que a criança desenvolva conhecimento sobre a atividade familiar, assim como possibilita que sejam difundidos os conhecimentos de uma geração seja perpetuada em outrem, de pai para filho. Moura (1997) ressalta que diversas comunidades quilombolas reverberam esse modelo de agricultura baseada na subsistência, tal qual esse processo consolida em recriações até os dias atuais pelos seus próprios descendentes.

Os conhecimentos produzidos na comunidade refletem outra época, conforme foi perceptível nos diálogos estabelecidos na comunidade, a saber: “a gente vive disso [...] as famílias fazem roçado, nós fazemos paneiros, abanos, essas coisas, isso é aprendido desde novinho” (diálogos informais com a comunidade na casa de farinha). Esses discursos refletem outro espaço/tempo vivido por seus pais, tios, avós. As realidades da comunidade nos dias atuais são reflexos das heranças culturais firmadas no desenvolvimento da região, e especificamente da história da cultura quilombola.

Apesar da influência tecnológica e midiática na atualidade, a comunidade ainda tem seus costumes cotidianos, apresenta a realidade de uma comunidade rural que não perdeu sua identidade. Assim como no passado a identidade quilombola passou por um processo de construção. As influências do mundo moderno, das ideologias capitalistas, possibilitam a reconstrução da identidade da população quilombola, mas que não interfere “[...] na identidade de luta e resistência nos dias de hoje, contra a invisibilidade nos espaços sociais e a negação desses sujeitos enquanto quilombolas” (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014, p. 112).

Os espaços representam “[...] espaços da memória e origem comum da comunidade, as histórias de vida de cada morador, os espaços onde se construíram e onde são vivenciadas as

simbologias religiosas da comunidade” (SILVA, SARAIVA, 2017, p. 192), os espaços territoriais lhes representam por suas influências e significação particular para cada indivíduo.

O território, as relações estabelecidas no coletivo, a religiosidade são elementos importantes na construção da identidade quilombola (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014). As festividades religiosas são elementos importantes da cultura negra, especificamente os quilombolas, por meio dos ritos, danças, cantos existe um processo de libertação das situações vivenciadas, a garantia do fortalecimento de sua cultura.

Uma festividade importante que acontece na comunidade do Jurussaca, em meados do mês de outubro é a Festa de Todos os Santos (festa religiosa e popular) que ocorre em decorrência de graças alcançadas por promessas feitas a São Benedito (e a Todos os Santos). É contado pelos moradores antigos que foram convocados homens da comunidade para ir à guerra, amedrontados por essa situação um morador fez uma promessa a todos os santos católicos, se fossem dispensados para servir a guerra os moradores fariam uma procissão com Todos os Santos da comunidade e com São Benedito (santo que abre a festa à frente da procissão) e assim foi realizado o primeiro festejo. A festividade acontece por meio de danças, ladainhas, procissão em ação de graças a todos os santos, e que dura aproximadamente quatro dias. O processo de celebrar esse marco da história da religiosidade da comunidade representa um movimento necessário para manter viva a memória dos antepassados e da própria comunidade.

As realidades das Comunidades do Jurussaca e América são semelhantes e compartilham experiências próprias, que se revelam na riqueza identitária que cada localidade apresenta. Para O’Dwyer (2008, p. 10) a identidade cultural “[...] não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo”.

A Comunidade do Quilombola do América vive economicamente da agricultura familiar, da pesca, do extrativismo, do caranguejo, do benefício social, também do cultivo de hortaliças, das árvores frutíferas, da criação de animais, das aves, do beneficiamento da farinha, da produção de beiju, do bolo de massa, da coleta do açaí, da caça, que visam à subsistência familiar.

A conhecida farinha de Bragança faz parte da tradição cultural alimentar e hábitos de moradores em produzir a farinha de mandioca, é famosa pela qualidade do sabor e pela crocância, sendo um elemento constante na mesa dos bragantinos e alhures. Para a produção da farinha a casa do forno (ou de farinha) é um elemento da cultura material essencial para sua produção, geralmente se localiza nos fundos dos quintais das casas e nos dias de produção a casa se transforma em um ambiente familiar, acolhedor e de trabalho para as famílias do quilombo, reúne crianças, adolescentes, jovens e adultos que trabalham e ao mesmo tempo aprendem a prática do cultivo, manejo e beneficiamento da mandioca.

Figura 5: Plantação de mandioca e a casa de farinha



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019.

A comunidade firma-se economicamente na agricultura familiar e seus conhecimentos estão relacionados a utilização de recursos naturais como o cipó e a palha de guarumã para a produção de acessórios que serão utilizados no cotidiano da comunidade, no transporte de alimentos, como: paneiro, cerão, tipiti, abano, meiasaba⁶, peneira, que fazem parte do processo de beneficiamento artesanal da mandioca e seus derivados. Os conhecimentos sobre a confecção desses utensílios ficam a cargo dos mais velhos, e por alguns mais jovens repassado pelos familiares que tem conhecimento sobre a técnica.

O extrativismo do caranguejo é uma opção que possibilita renda extra das famílias da comunidade. Na coleta do Caranguejo é evidenciado rotineiramente famílias inteiras indo para o mangal, as vezes para o próprio consumo, mas se a coleta é farta parte dessa produção é levada a cidade para a comercialização. No período do inverno a coleta torna-se mais difícil pela quantidade de água dentro dos manguezais.

Os espaços territoriais dessas comunidades são também espaços de memória coletiva, e de suas raízes ancestrais. Os espaços da floresta, manguezais e a própria terra, são meios de subsistência e também de saberes únicos, desenvolvidos historicamente. Muitas das comunidades remanescentes de quilombos apresentam uma forma alternativa de organização social, etnicamente constituída, nas dimensões histórica, social e culturalmente diferentes, e esses elementos vinculam-se profundamente com o modo de acesso e com os usos da terra (SOUZA, 2008).

Na Comunidade Quilombola do América é visualizado influência maior da cidade e da tecnologia, quiçá seja pela proximidade do contexto urbano. As relações estabelecidas na comunidade têm sido conflituosas no que diz respeito a religiosidade, principalmente aquelas

⁶ Um artefato utilizado como janelas, nas canoas para cobrir redes e alimentos, feito das palhas de guarumã.

relacionadas a matriz africana, o que gera situações de preconceito e discriminação aos adeptos dessa religião. A comunidade realiza a festividade anual do Círio que ocorre no mês de maio, tendo como padroeira da comunidade Nossa Senhora do Sagrado Coração Imaculado de Maria.

As relações estabelecidas nos grupos sociais das comunidades quilombolas são relações que criam e confirmam o direito à terra, portanto é nesse território que se cria e recria a identidade quilombola. A identidade se define pelo imaginário social construído pelas vivências e valores compartilhados no seio familiar e social.

A condição de existência nesse território requer a ampliação de políticas públicas que ofereçam condições de saúde, moradia, trabalho, saneamento básico e à educação para a todos da comunidade. É válido ressaltar que existe um esforço coletivo pelo direito com dignidade a moradia, entre outros aspectos, assim pode-se perceber com o passar dos tempos que a comunidade tem investido em residências de alvenaria, mas existe também a tradição das casas de taipa de mão⁷ também conhecida como pau a pique.

Figura 6: Casas de alvenaria e taipa



Fonte: Acervo do Projeto de Pesquisa, NEAB/2019.

Uma situação recorrente nos diálogos tecidos na comunidade refere-se ao pertencimento (o ser quilombola) aceitação ou não da identidade quilombola. A apropriação e construção de identidades resultam num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que por sua vez, pode desencadear tanto uma desagregação maior quanto um diálogo mais

⁷ Segundo Pisani (2003) atualmente as taipas de mão são empregadas nas zonas rurais em construções rústicas ou técnica alternativa. Ainda é encontrada praticamente em todos os estados brasileiros, mas a técnica é muito rudimentar e, normalmente não possui as características de estabilidade, durabilidade e conforto das elaboradas no período colonial.

fecundo e enriquecedor (HAESBAERT, 2002, p. 121). Compreende-se que o estigma e o preconceito que historicamente arraigou a cultura negra brasileira nos espaços sociais tem causado exclusões e desigualdades.

A investigação acerca das duas comunidades revela uma aproximação de dois territórios com história próxima e tão particulares. Assim o processo organizacional desses territórios não se restringe somente a afirmação da identidade, mas a compreensão desses territórios como espaços que lutam pelo “[...] movimento de etnicidade e da luta pelo direito agrário, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra” (LIRA, NETO, 2016).

As relações que se estabelecem entre os comunitários em ambas as comunidades, refletem que suas histórias perpassam enquanto luta ao direito de todos, assim esses conhecimentos decorridos durante os anos configuram-se enquanto uma riqueza de um grupo social, que vive da terra e que luta para que o território seja preservado, sendo respeitado por ser a energia vital dessas comunidades.

3 VISIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesta seção são discutidos os desdobramentos acerca da Educação Escolar Quilombola apresentadas no Projeto Pedagógico da escola situada na comunidade do Quilombo do América-PA. O documento foi construído no ano de 2017, e na sua construção houve a participação do coletivo escolar e comunidade geral. O documento tece contribuições firmadas nas Leis Nº 10.639/2003 e a sua ampliação para a Lei Nº 11.645/2008, e em conformidade com a Lei nº 12.288/2010 referente ao Estatuto da Igualdade Racial, com vista a construir uma proposta pedagógica que considerem os conhecimentos, e, sobretudo valorizem suas raízes culturais, históricas e sociais, ritos, costumes, valores, e direitos educacionais.

Na proposta pedagógica curricular para a EIMEF América Pinheiro de Brito, visando atender as demandas referentes à implementação da Lei nº 10.639/2003 e a sua ampliação à Lei 11.645/2008, e em conformidade com o Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288/2010, a saber, assegura: “[...] a inclusão da família, a convivência com o sagrado, as vivências na escola, nos movimentos sociais e em outras organizações da comunidade, como a ARQUIA” (PPP, 2017, p.49).

A partir desse discurso vê-se a importância que a escola tem dado em formar parcerias que tornem próximas às realidades por meio das relações sociais estabelecidas entre escola, movimentos sociais e comunidade, a criação de vínculos e o estreitamento dos “laços”. Ao prevê as articulações e proximidades com as famílias, organizações e vivências da comunidade o documento possibilita que o espaço educacional seja um ambiente propício à construção de pessoas que conheçam sua história, suas lutas e seus direitos. Na concepção de Souza “[...] rede e os laços que concebem os quilombolas enquanto povo e comunidade têm na dimensão político-organizativa uma força central, que dinamiza e oxigena essa luta como coletiva das comunidades pela garantia de seus direitos” (SOUZA, 2008, p. 81).

Quando o currículo contempla aspectos fundamentais de valorização da cultura e história da população negra, está garantindo que a legislação antirracista seja implementada na educação, além de garantir a desconstrução dos estereótipos sobre a cultura negra e assegurar os direitos negados.

A Proposta Curricular, atendendo as Preconizações da Educação para as Relações Raciais e a Educação Escolar Quilombola, aborda o conteúdo em duas perspectivas e define os eixos “da diversidade e a valorização étnica dos alunos como forma de fortalecimento da cultura, e da causa quilombola”. (PPP, 2017, p.49). Os eixos estabelecidos no documento

referem acerca da valorização dos diferentes sujeitos com base na diversidade étnica e sociocultural, e configura a visão positiva acerca de sua cultura e principalmente sobre a identidade quilombola.

Compreende-se, diante desse contexto apresentado no documento, que cada momento histórico, cada elemento sofre interferência no papel e na posição dentro “sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo” (SANTOS, 1985, p. 9). Assim, tratar questões relacionadas à diversidade étnica, valorização da cultura negra e, principalmente sobre o negro, torna-se um mecanismo necessário na construção de uma imagem e postura positiva e respeitosa para com a população negra.

Ao desenvolver conhecimentos sobre sua cultura e identidade cultural, e enquanto pertencente a um determinado grupo social no currículo da Educação Básica, estamos possibilitando aos alunos se sentirem pertencentes de todo o processo. Segundo Callai (2003, p. 78).

[...] dar condições ao aluno de se reconhecer-se como sujeito social que tem uma história, que tem um conhecimento prévio do mundo e é capaz de construir o seu conhecimento. Significa compreender a sociedade que vive sua história e o espaço por ela produzido como resultado da vida dos homens. Isso tem de ser feito de modo que o aluno se sinta parte integrante daquilo que está estudando.

A escola ao contribuir com o reconhecimento e valorização das raízes culturais dos alunos, está construindo cidadãos conscientes de seus valores e direitos, desconstruindo posturas negativas que foi perpetuada nas relações sociais sobre suas pluralidades, cultura e principalmente sobre sua história.

O documento ainda assegura sobre o processo de implementação da proposta curricular em comunidades quilombolas, requer “[...] a compressão de [...] múltiplas relações estabelecidas pelos quilombolas nas famílias, no trabalho, na cultura, na relação com o sagrado, entre as gerações e com o meio ambiente do território” (PPP, 2017, p.51).

Essa discursividade revela o processo das diversas relações estabelecidas nesses territórios e suas significações entre pessoas, cultura e o sagrado. É compreender que o movimento que ocorre no território quilombola é diferente, cada espaço reflete uma história. Todos os conhecimentos e relações estabelecidas nas comunidades quilombolas sendo consideradas no currículo da educação se referem ao compromisso pedagógico na oferta de uma educação que possibilite a superação de situações desiguais, racismo, preconceito, e que sejam construídas posturas positivas quanto à cultura negra e seus conhecimentos “[...] à luz da história e da realidade social e racial do nosso país” (GOMES, 2002, p. 41).

O projeto Pedagógico construído pelo coletivo escolar e a comunidade visando atender a comunidade Quilombola do América corrobora:

Resgatar a história, os costumes, os valores, a posição social e a cultura, procurando construir um currículo com os quilombolas e para os quilombolas [...]. A proposta curricular seja voltada para os quilombolas, onde os alunos possam conhecer a sua história, seus direitos, conhecer sobre sua cultura e religião (PPP, 2017, p.52).

O currículo da Educação escolar Quilombola se configura enquanto uma educação firmada a partir das vivências sociais e históricas dos alunos e seus familiares, com ênfase nos valores, histórias, e principalmente direitos. Assim, as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulam vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuem para construir as identidades dos educandos (BRASIL, 2010b).

A proposta curricular busca o reconhecimento e a valorização da história, cultura e memória afro-brasileira construída com e para os quilombolas centrada na história, no campo do direito e no reconhecimento de sua cultura e religiosidade. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola pensar o currículo da Educação Escolar Quilombola:

[...] não significa se ater apenas a um passado histórico ou se fixar ao momento presente. Significa realizar a devida conexão entre os tempos históricos, as dimensões socioculturais, as lutas sociais do Movimento Quilombola e do Movimento Negro, as tradições, as festas, a inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2012, p. 42-43).

A comunidade escolar do quilombo do América por meio de seu PPP busca um currículo que contemple os aspectos socioculturais, a tradição e a valorização das memórias históricas da comunidade. As relações estabelecidas entre escola e comunidade representam um mecanismo importante, ao compactuar de diferentes realidades e momentos históricos podem proporcionar no desenvolvimento do aluno a construção de valores que são estabelecidos nas famílias e nos espaços da comunidade. Mas, evidenciou-se a necessidade de ampliação no Projeto Pedagógico a dimensão de “[...] territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas, de modo a orientar todo o processo educativo” (BRASIL, 2012b, p. 13).

No currículo escolar os conhecimentos sobre comunidade quilombola se referem na melhoria do olhar do próprio quilombola acerca de suas raízes históricas, de sua identidade quilombola e também da história da comunidade e seus processos de construção. O documento se refere ao fortalecimento da identidade com vista a manter viva a história da comunidade, conforme:

O fortalecimento da identidade quilombola, e a valorização dos saberes dos antepassados, a participação dos mais velhos na comunidade, pois compreendem que são eles, que detém a memória da comunidade e que tem conseguido ao longo do tempo manter viva a história (PPP, 2017, p. 53).

O fortalecimento identitário de uma comunidade quilombola sendo firmado com base nos processos positivos formais e não formais contribui para a ruptura de uma educação pensada historicamente para a branquitude. O fortalecimento da identidade e a valorização dos saberes é preservado pela memória histórica dos mais velhos da comunidade, possibilitando as crianças, jovens e adultos vivenciarem suas histórias, memórias e a preservação do patrimônio histórico e cultural da comunidade

A ideia de identidade quilombola é estreitamente atrelada ao conceito de pertença, logo os laços de identidade entre as comunidades quilombolas e outras, “[...] parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação” (SOUZA, 2008, p. 78).

Assim, construir a identidade firmada na história dos mais velhos e na história própria dos estudantes deve contribuir para construir posturas respeitadas sobre sua história e da população negra, e, sobretudo que forme cidadãos cientes de seus direitos sociais e educacionais. No processo de afirmação dessa “[...] identidade coletiva há uma luta intensa por afirmar os modos de percepção “legítima” da (di)visão social, do espaço, do tempo da divisão da natureza” (GONÇALVES, 2003, p. 379).

A proposta curricular com vista a contribuir com o processo de identidade quilombola e, sobretudo, para a permanência das pessoas no seu território quilombola, garantindo os seus modelos de vida, leva em consideração os seguintes eixos:

[...] terra, que remete ao território como o lugar onde floresce a vida, onde se compartilha a memória a partir da relação com os mais antigos é o lugar da história de resistência. Organização, porque se desenvolve processos de fortalecimento e empoderamento para as lutas. História e memória, que refere acerca de conhecimentos sobre a história da comunidade, contada pelos mais antigos da comunidade fortalecendo a cultura, as lutas e as identidades da comunidade (PPP, 2017, p. 54).

O PPP ao garantir que sejam trabalhos conhecimentos e valores nas relações comunitárias garante que o direito de ser quilombola em suas respectivas singularidades seja respeitado nos processos de ensino formal. Nesse sentido, “A questão territorial, ao remeter os quilombolas a um passado de luta, os faz reviver memórias e sentimentos relatados por seus antepassados e reafirma uma situação de instabilidade e injustiça, comum desde o passado desses sujeitos [...]” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p. 110).

O currículo da Educação Escolar Quilombola deve contemplar os conhecimentos sobre a cultura negra, a história, as lutas, as resistências para afirmação das identidades, está se garantindo uma educação que desconstrua a hegemonia curricular, que assegure o acesso a mais pessoas sobre a real história da população negra e possibilitando o ~~confronto~~ enfrentamento as situações desiguais que se apresenta na sociedade brasileira.

O território é um dos principais elementos que compartilham da construção da identidade quilombola, assim como a forma comunal de se relacionar com a terra, a produção coletiva, a religiosidade, entre outras características (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014). O entrelaçamento do indivíduo a terra constitui-se um elemento importante e necessário para a construção identitária dessas comunidades e, principalmente, da identidade enquanto um povo e um grupo. Assim, o sujeito age sobre esse mundo e sua realidade, competindo na alteração de marca singular (CIAMPA, 1983) permitindo “[...] transitarem entre uma identidade que remonta ao passado, mas que também se projeta sobre um futuro” (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2014, p. 113).

Nas práticas culturais da escola (figura 9) evidencia-se os aspectos socioculturais da comunidade, seus saberes e seu processo de construção de identidade quilombola.

Figura 9: Atividade representativa da Cultura da Comunidade Quilombola



Fonte: acervo do Projeto de Pesquisa – NEAB/2019

Conforme a realidade vivenciada na escola da comunidade, ressalta-se a importância significativa do documento norteador do trabalho pedagógico permear conhecimentos que desconstrua o cenário de desigualdade e de exclusão que historicamente marcou a educação brasileira, possibilitando que seja fluido de conhecimentos, culturas e processos identitários, formas de enfrentamento ao racismo e discriminação e a violação de direitos. A esse respeito o PPP afirma: “Articulação para refletir sobre a discriminação e a desigualdade racial direta e indireta, mediante a temática, raça, gênero, e orientação, através da adoção de políticas públicas que objetivem o fim da violação de direitos humanos” PPP (2017, p. 49).

A discussão sobre a discriminação, desigualdade, raça, gênero, possibilitar aos alunos a reflexão da realidade de racismo e preconceito, além de permitir a construção de uma postura que seja contra situações desiguais que inferiorizem o outro por qualquer diferença, ou por suas raízes culturais, religiosas, ou sendo pertencente a determinado grupo. Logo, notamos a importância significativa da escola na construção de “[...] identidades plurais, menos fechadas em círculos restritos de referência, quanto pode contribuir para a formação de indivíduos mais compreensivos, tolerantes e solidários” (BRASIL, 2009, p. 60).

A formação da identidade, enquanto “[...] uma rede de informações complexas e zonas de sentido que operam simultaneamente e transitam entre identificações e metamorfoses” (FURTADO, PEDROZA, ALVES, 2014, p. 107), considera-se a necessidade fundamental de trabalhar a temática sobre a cultura negra e processos negativos que ficaram enclausurados a população negra por muito tempo enquanto um mecanismo que construa postura mais respeitosa para com a história e cultura negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou analisar os conhecimentos socioculturais e o currículo da Educação escolar Quilombola de Comunidades Quilombolas na Amazônia paraense. Os resultados apontam a significativa importância dos conhecimentos socioculturais das comunidades do América e Jurussaca enquanto um território quilombola, e o quanto esses conhecimentos fortalecem a história de luta, e por reconhecimento como cidadão de direito, participante de um território e de sua própria história.

Esse panorama confirma a urgência e a necessidade de [re]construção de políticas curriculares, práticas e investimento não só nos processos educacionais básicos como de construções de documentos norteadores do trabalho pedagógico, mas também na formação inicial e em serviço dos docentes e demais profissionais que atuam na Educação Escolar Quilombola e na produção, circulação, socialização e análise de material didático e paradidático na perspectiva da Lei n.º 10.639/03, do Parecer CNE/CP 03/04, da Resolução CNE/CP 01/04 e suas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais (GOMES, 2012).

O PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural quilombola, sendo flexível e em diálogo com a comunidade. Organiza-se de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004).

Os saberes socioculturais das comunidades quilombolas de Jurussaca e América no Nordeste do Pará são reconhecidos e valorizados pela comunidade, evidencia-se uma rede de solidariedade, valorização dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra, da ancestralidade. Mas, há necessidade de ampliação do diálogo com as Secretarias estaduais e municipais a respeito do desenvolvimento de processos de formação continuada dos professores e da legitimação do currículo da Educação Escolar Quilombola.

Os resultados do estudo revelam que o PPP apresenta um currículo voltado para a Educação Escolar Quilombola, considerando as especificidades da realidade histórica, política, econômica e sociocultural do quilombo, sendo flexível e dialógico (comunidade escolar e local). Os saberes socioculturais são reconhecidos e valorizados pela comunidade e fortalecido por uma rede de solidariedade, que mantém viva a história e cultura do quilombo por meio dos saberes dos mais velhos, dos saberes da terra e da ancestralidade.

Conclui-se que o PPP para a comunidade escolar quilombola se constitui como um projeto emancipatório (que abriga conflitos, lutas e resistências). A proposta curricular da Educação Escolar Quilombola incorpora conhecimentos tradicionais das comunidades em articulação com o conhecimento escolar (sem hierarquização) e busca ordenar os conhecimentos e as práticas sociais e culturais, considerando a presença de saberes que circulam, dialogam e indagam a vida social dos quilombos do Norte do Brasil.

Com a efetivação desses conhecimentos e a valorização da educação enquanto um direito constitucional e direito a todos, propõem a ruptura hegemônica do currículo da educação, de modo a considerar outros conhecimentos necessários para a formação de todos e principalmente os estudantes quilombolas. A garantia do direito educacional, e principalmente a valorização de diversidade cultural, garante que a pluralidade de culturas e sujeitos que compõem a sociedade brasileira sintam-se integrante do processo educacional, configurando-se na efetivação das legislações antirracistas e, sobretudo, nas vivências da educação brasileira de modo que a educação seja pensada e ofertada para todos e todas, garantindo que as comunidades reconstruam a sua história, e que as identidades sejam preservadas e visibilizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. In: **RB Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, mai., 2004.

ARRUTI, José Mauricio. Quilombos. In: **Raça: Perspectivas Antropológicas**. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 20 de dezembro de 2003, altera a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, DF**. 10 de jan., 2003.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Parecer CNE/CP3/2004.

BRASIL. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial, Brasília, 07 fev. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.465/08, de 1 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. In: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, Distrito Federal, DF**. 11 de mar., 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2010, p.425-495.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de junho de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. **Resolução n. 4/2010**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 9 jul. 2010b.

BRASIL. **Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas da Educação Básica. Brasília**. MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Acesso em 10 de setembro, 2012, em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Acesso em 08 de janeiro, 2013, em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

CALLAI, Helena C. O estudo do município ou a geografia nas séries iniciais. In: CASTROGIOVANI, Antônio Carlos. Et al (Org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 77-82.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3ª. ed. – Petropolis, RJ: Vozes, 2010.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

FREITAS, D. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

GURAN, Milton. **Identidade Agudá espelhada no tempo: fotografia como instrumento de pesquisa social – um relato de experiência**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 557-565, maio-ago. 2014.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da Psicologia Cultural. In: **Psicologia & Sociedade**. 26(1), 106-115. Brasília: UnB, 2014.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. ALETRIA: **Revista de Estudos de Literatura**, 2002. P. 38-47. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo Sem Fronteiras, v.12, n.01, p.98-109, 2012.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: IBAMA, 2003. 590 p.

HAESBAERT, Rogério (2002). **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo. Contexto.

JUNKER, B.H. **A Importância do Trabalho de Campo**. Rio de Janeiro, Ed. Lidador, 1971.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LIRA, Elizeu Ribeiro; NETO, Olegário B. Ribeiro. O Território e a identidade quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol.2, N.2. Dezembro, 2016, p. 36-56.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E.D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, M. G. V. (1997). **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção. Universidade Federal Fluminense, **Revista de Ciências Humanas e Artes**, ISSN 0103-9253 v. 14, n. 1/2, jan./dez., 2008.

PISANI, maria Augusta Justi. Taipas. In: COLLET, Gilsa B. et al. **Relatório de Pesquisa: Promoção do Desenvolvimento Sustentável: Comunidades do Semi-Árido**, MackPesquisa: São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Raquel Amorim dos. **Ciclo de Política Curricular do Estado do Pará (2008-2012): A enunciação discursiva sobre relações "raciais"**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2014.

SILVA, Glayce de Fátima Fernandes da; SARAIVA, Luis Junior Costa. Terra, Território e Territorialidades em Jurussaca: Comunidade Quilombola na Amazônia Oriental. **Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente**, Humaitá, no 9, Vol IX, Número 2, Jul-Dez, 2017, Pág. 179-201.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Universidade Federal de Brasília. Dissertação de mestrado. 2008.

**NA SALETA SEM VIVER NEM MORRER:
ANOTAÇÕES SOBRE LITERATURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE NA AMAZÔNIA¹**

Elizabeth Teixeira²
Fernando Jorge dos Santos Farias³

RESUMO

O ensaio busca construir uma leitura literária capaz de destacar a interface entre literatura, educação e saúde a partir do personagem Eutanázio, figura presente no romance *Chove nos campos* de Cachoeira, do escritor Dalcídio Jurandir. Para isso, elege o modo de fazer de uma investigação histórica, associada ao entendimento advindo do paradigma da complexidade, estruturado por Morin (1991), quando considera os processos e produções humanas como passíveis de diferentes interações e interpretações. Nesse sentido, aborda a compreensão de Dalcídio sobre os limites de transmitir a vida da Amazônia, em termos ficcionais. Na sequência, foca no personagem Eutanázio e suas ações no romance, sobretudo àquelas relacionadas à saúde-doença, vivida em uma região tipicamente amazônica. Em um plano conclusivo, o ensaio busca chamar a atenção para o registro e utilização que a literatura apresenta. Além disso, reforça o entendimento de que tanto a literatura brasileira de expressão amazônica, quanto o escritor Dalcídio Jurandir, se posicionam com destaque no âmbito cultural, visto que somam para os registros e possibilidades interpretativas trabalhadas no fazer acadêmico, científico.

Palavras-chave: Saúde-doença. Literatura. Amazônia. Dalcídio Jurandir.

ABSTRACT

The essay seeks to build a literary reading capable of highlighting the interface between literature, education and health based on the character Eutanázio, a figure present in the novel *Chove in the fields* of Cachoeira, by the writer Dalcídio Jurandir. For this, it chooses the method of implementing a historical investigation, associated with the understanding arising from the complexity paradigm, structured by Morin (1991), when he considers human processes and productions as subject to different interactions and interpretations. In this sense, it addresses Dalcídio's understanding of the limits of transmitting life in the Amazon, in fictional terms. In the sequence, he focuses on the character Eutanázio and his actions in the novel, especially those related to health-disease, lived in a typically Amazonian region. In a conclusive plan, the essay seeks to draw attention to the record and use that the literature presents. In addition, it reinforces the understanding that both the Brazilian literature of Amazonian expression and the writer Dalcídio Jurandir position themselves prominently in the cultural scope, since they add to the records and interpretative possibilities worked on in academic, scientific practice.

Keywords: Health-illness. Literature. The Amazon. Dalcídio Jurandir.

Data de submissão: 19.08.2020
Data de aprovado: 02.09.2020

¹ O ensaio corresponde a uma versão revista e ampliada do artigo “As dores do mundo na saga de saúde-doença do personagem Eutanázio, de Dalcídio Jurandir: dos campos da literatura para o ensino de educação em saúde”, apresentado no XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, 2013.

² Enfermeira pela UFRJ. Doutora em Ciências Sócio-Ambientais pela UFPA. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra e em Enfermagem pela UERJ. Atualmente é professora visitante da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Contato: etfelipe@hotmail.com

³ Pedagogo e Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária pela UEPA. Mestre em Educação pela UEPA/PUC-RIO. Doutor em Educação pela USP. Atualmente é professor do quadro efetivo da UFPA, Campus Altamira. Contato: ffarias@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O estudo tem como centralidade realçar a interface entre literatura, educação e saúde a partir do personagem Eutanázio, figura presente no romance *Chove nos campos de Cachoeira*, do escritor amazônida Dalcídio Jurandir. Trata-se de um intelectual brasileiro nascido em 10 de janeiro de 1909, na cidade de Ponta de Pedras, Pará-Brasil. Para a crítica literária nacional e internacional, Dalcídio, autor do chamado *Ciclo Extremo-Norte* - um conjunto de dez obras romanescas que tratam das diversas questões alusivas à Amazônia -, está entre os maiores (senão o maior) romancista que a Amazônia teve, visto que seu legado se estende para a crítica literária, crítica de arte, jornalismo, poesia, incursões no campo educacional dentre outras atividades culturais.

A partir de certa experiência com a utilização de vídeos, poesias, romances e outras formas de expressão artística que auxiliem o ensino-aprendizagem, a sensibilização estética, pensamos ser possível, a partir das questões que se objetiva erguer com o ensaio, somar à prática docente com uma aproximação à literatura. Por conseguinte, entendemos que o encontro com a literatura brasileira de expressão amazônica, no intuito de discutir educação e saúde, se faz pela necessidade de alargar o debate sobre as multideterminações e dimensões da realidade que cerca o processo saúde-doença nos muitos “campos”, nas diferentes localidades da Amazônia.

Esta investida nos aproxima do paradigma da complexidade de Morin (1991), que define complexidade enquanto fenômeno aberto à extrema quantidade de interações e interferências, e que compreende e acata incertezas, indeterminações e multidimensões. Em busca de outras interfaces entre educação e saúde, educação e arte, literatura e saúde, elaboramos uma leitura literária ligada ao personagem Eutanázio e seu contexto. Posto isso, nos orientamos também pelo pensamento de Calamé (1995, p. 56), quando refere que é preciso,

construir um humanismo do século XXI que não dissocie o sentido e o saber, que saiba que a criatividade sempre surge onde não é esperada, da união de disciplinas e de pontos de vista diversos; que reconheça que os nossos sistemas são sistemas sociotécnicos que associam fatos humanos e dispositivos técnicos, e devem ser abordados enquanto tais; que não separem o corpo da mente; que reconheçam e respeitem a unidade dos homens mais que a coleção de seus órgãos, as unidades culturais mais do que a coleção de seus componentes.

É baseado nessa prerrogativa que ancoramo-nos na arte, de maneira mais ampla, para tentar empreender uma estratégia a favor do humanismo do século XXI. Para tal, escolhemos a literatura brasileira de expressão amazônica para concretizar nossa navegação e travessia no ensinar e aprender sobre o processo saúde-doença, justamente por entendermos ser necessário, como já afirmamos, nos aproximar da arte como instrumento pedagógico, capaz de ampliar visões sobre “os mundos”. Essa necessidade, ao que nos parece, encontra ressonâncias nas ideias de Camus (1942) quando compreende que se o mundo fosse claro, a arte não existiria. A arte se mostra vestida de múltiplas formas: cores e nuances, sons, máscaras, formas móveis e imóveis, em tantas formas inclusive por meio das palavras.

Assim, nos lançaremos a seguir nas palavras dispostas na obra *Chove nos campos de Cachoeira*, de Dalcídio Jurandir. Antes, investiremos, ainda que de forma breve, no processo criativo e na compreensão de Dalcídio Jurandir sobre a representação da realidade, em termos literários. Feito isso, destacaremos a saga do personagem Eutanázio e determinadas questões circundantes a sua vida, a saber, os processos de saúde-doença. Por fim, chamaremos a atenção para a utilização da literatura no ensino de educação em saúde como um dispositivo a favor de um outro olhar sobre o processo saúde-doença.

1 LITERATURA E REALIDADE: FIOS DE UM MESMO TECIDO?

Obras literárias, personagens, cenários, enredos, imaginação e poética, entrelaçados, podem ser outros dispositivos a favor de aprendizagens significativas e interfaces propositivas entre educação e saúde. Acreditamos na literatura dalcídiana a favor de um outro olhar sobre o processo saúde-doença na Amazônia “dos campos”, das diferentes localidades, porque acreditamos na literatura enquanto imagem e/ou retrato da realidade, em que ficção e realidade se entrelaçam em uma trama complexa. A possibilidade de combinação entre o artístico e o real foi entendida por Dalcídio ao ponto de representar, por meio da Literatura, várias questões, principalmente aquelas relacionadas à vida do povo humilde da Amazônia. E esta vida, recriada, revivida pelos personagens do escritor nortista, ganhou não um falseamento, mas uma transfiguração possibilitada pela licença que a literatura traz consigo: re-apresentar não os indivíduos, mas os tipos que estes exercem no meio social (FARIAS, 2009).

Na obra *Chove nos campos de Cachoeira*, ao criar um espaço e personagens sob a égide de um tempo assemelhado ao período pós 1ª guerra mundial, Dalcídio procura aproximar-se da realidade objetiva dos indivíduos que viveram em Cachoeira do Arari e, por extensão, na Amazônia, nesse momento. Seu ofício, amargamente realizado, passou a significar a possibilidade de eco à voz de um povo esquecido, sofrido, massacrado pelas injunções da lógica capitalista.

Em meio ao entendimento de Dalcídio Jurandir sobre o que seria re-presentar esse seu povo, julgamos ser importante salientar as formulações de uma dentre tantas outras influências que teve quando se trata de produção literária: as ideias do crítico literário inglês Henry James⁴ quando se antecipa àqueles que atacam o romance como criação literária cujo objetivo consiste em fingir a vida real.

A literatura, em especial o romance, conforme reflete James (1884), tem vida própria e, alusivamente, não comporta a justificativa de que a representação molhou-se mais ou menos nas águas do real. A criação romanesca reveste-se de certa autonomia, equiparada, na compreensão do crítico literário inglês, aos escritos produzidos por um historiador, a tela elaborada por um pintor, uma estátua construída por um escultor. A todas estas produções, sem concessões, cabe a tarefa de representar. Henry James é taxativo ao enfatizar que, unicamente, cabe aos indivíduos envolvidos nestas áreas da arte, recriar uma determinada expressão humana:

De um quadro não se espera que se humilhe para que o perdoem; e a analogia entre a arte do pintor e a do romancista, tanto quanto posso alcançar, é completa. A inspiração de ambas é a mesma, o processo (considerada a diversidade qualitativa do meio de expressão), o mesmo, seu êxito é o mesmo. Podem aprender uma com a outra. Explicar-se e apoiar-se mutuamente. Sua determinante é a mesma, a honra que se concede a uma é a mesma que se concede à outra. Os maometanos consideram um quadro algo profano, porém, muito tempo se passou desde que os cristãos faziam o mesmo, e surpreende que na mente do cristão permaneçam até hoje vestígios (dissimulados que sejam) de uma desconfiança para com a arte-irmã. O único modo eficaz de deixar de lado a questão é realçar a analogia que acabo de referir – insistir no fato de que assim como a pintura é realidade, o romance é história. Esta é a única definição geral (a qual lhe faz justiça) que podemos dar ao

⁴ As ideias de Henry James, tratadas nesse ensaio, saíram de um material no mínimo curioso. Esse material, disposto no acervo de Dalcídio Jurandir, na FCRB, Rio de Janeiro, tem como título “A Arte da Ficção”, de Henry James. Aparentemente publicado de forma seriada, em fascículos (e que Dalcídio teria colecionado), o escrito do crítico literário inglês apresenta em suas bordas algumas anotações e comentários realizados por Dalcídio Jurandir.

romance. Mas a história também é permitida representar a vida: dela não se espera, tanto quanto da pintura, que se desculpe. A matéria-prima da ficção é igualmente armazenada em documentos e registros e, a não ser que se trata inadvertidamente, é seu dever falar com segurança, no tom do historiador. Certos romancistas consumados têm o hábito de se traírem inadvertidamente, o que traz lágrimas aos olhos das pessoas que lhes levam a sério a ficção (JAMES, 1884, p. 4-5).

O romancista, na percepção de James (1884), necessita firmar seu propósito e sua obra como produto de uma arte assentada em uma realidade tal como faz o historiador, o pintor e qualquer outro indivíduo que se propõe a representar a vida cotidiana, a vida diária, independentemente se seu meio de representação for um documento, um registro, um romance ou uma tela. Dalcídio Jurandir esclarece que, em sua compreensão, cabe ao romancista ter nítido que sua produção não assumirá o caráter mais subjetivo (o que lhe aproximaria do gênero memórias), nem tão pouco se valerá de uma construção mais impessoal, sedenta de objetividade (o que lhe levaria ao *status* de historiador); cabe ao romancista, elaborar uma narrativa que ergue uma “deformação consciente, em que os fatos e as pessoas deixam de ser as mesmas da vida para serem imagens desta” (JURANDIR, 195?, s/p)a.

Aqueles que justificam seu romance como produção encharcada de puro faz-de-conta, e admitem que os sucessos que narram efetivamente não aconteceram e que podem imprimir à sua narrativa o rumo que mais agrade ao leitor, merecem, na compreensão de James (1884, p.5), total descrédito por iniciarem sua atividade cometendo “falta de discrição nesse particular [...] traição para com um ofício sagrado, parece-me, confesso, um crime hediondo; é isto que entendo por atitude de quem se desculpa”. De forma conclusiva, Henry James ainda reitera que

Isto implica que o romance está menos empenhado em procurar a verdade (por verdade, é claro, significa aquilo que o romancista considera como tal), as premissas que lhe concedemos com antemão, quaisquer que sejam que o historiador, e assim procedendo despoja-se inopinadamente de seu lugar de espectador. Representar e ilustrar o passado, as ações dos homens, é tarefa tanto de um quanto do outro escritor. E a única diferença que posso ver, favorável ao romancista – desde que bem sucedido -, está em que este enfrenta maior dificuldade na coleta de seus dados, os quais longe estão de ser puramente literários. Parece-me que lhe confere feição toda especial a circunstância de ter ele tanto de comum com o filósofo e o pintor; essa dupla analogia constitui quinhão magnífico (JAMES, 1884, p.5).

Sobre essas considerações de Henry James, pelo menos duas manifestações de Dalcídio merecem registro. A primeira corresponde ao fato de, conscientemente, não se submeter às leis de mercado e elaborar uma narrativa simples, de grandes vendagens, mas por investir, como ponderou a Torres, Maranhão e Galvão (1976, p.4), na “linguagem, nos vagares da narrativa, no ritmo lento das cenas”. A segunda questão diz respeito ao historiar de forma literária, a vida cotidiana. Ao publicar crítica acerca dos conflitos e personagens no romance, em especial a obra *Os Subterrâneos da Liberdade*, de Jorge Amado, Dalcídio insiste na proposição de que a construção romanesca que não deve e não pode se distanciar dos acontecimentos históricos, além de ser cirúrgica na sua construção de tipos. Sua explicação, baseada em um exemplo bastante didático, confirma sua compreensão:

A arte literária, arte criadora de caracteres, de “tipos”, exige imaginação, intuição, invenção. Descrevendo qualquer lojista que conheça, ou um funcionário, um operário, o escritor fotografa um homem determinado, mas essa imagem estará privada de todo sentido social e educador, e pouco contribuirá para a amplitude, o aprofundamento do nosso conhecimento do homem, da vida. Mas se o escritor sabe extrair de cada vinte, cinquenta, cem lojistas, operários os traços característicos de

cada classe – seus hábitos, gostos, gestos, crenças, maneiras e falar, etc – os extrai e refunde em um só lojista, funcionário, operário – criará um “tipo” e isto será arte. A amplitude das observações, a riqueza da experiência humana concedem ao artista uma força que ultrapassa o seu ponto de vista pessoal, a sua subjetividade (JURANDIR, 1954, s/p).

Em outros termos, podemos inferir que Dalcídio Jurandir observa a efetivação, o sucesso do escrito artístico-literário, não pela lógica de mercado voltado às vendas, mas pela qualidade técnica, pela verossimilhança capaz de acionar o leitor. Ao artista, nessa perspectiva de Dalcídio, cabe a combinação de história e ficção, conduzindo a ação em termos, sem nunca afastar-se do fato histórico, verídico, isto é, o romancista tem como prerrogativa responsável, o “arbítrio de deslocar acontecimentos da história, recuar e antecipar fatos históricos que ocorrem ou que se presume acontecer” (JURANDIR, 195?, s/p)b.

Essas explicações se tornam necessárias para que se entenda a operação realizada por Dalcídio Jurandir ao criar o tipo Eutanázio, muito comum na Amazônia: homem maduro em idade (cerca de 40 anos de idade), saúde fraca e mergulhada em orgias, sobretudo as orgias sexuais, que o debilitava ainda mais. Vivendo de forma desenfreada, Eutanázio ilustra aquele tipo humano atraído pelo signo da morte - *thanatos*, personificação da morte na mitologia grega-, inclusive, impregnada na construção de seu nome, o que, de maneira incondicional o leva, emprestando uma imagem direcionada para representar seu criador, “a focar a sensação doce e ingênua e injusta que é o viver”(FARIAS, 2012, p.122).

Literatura e realidade, em *Chove nos campos de Cachoeira*, se articulam a tal ponto de caracterizarem uma pintura em que a agudez e a sutileza do cenário amazônico seguem como tinta forte e vacilante, capazes, em um só tempo, de ainda incomodar. Ao capturar, como declarou em entrevista a Torres, Maranhão e Galvão (1976, p. 3), “almas, cenas, figuras, linguagens, coisas, bichos, costumes”, estaria Dalcídio apresentando indícios da elaboração de uma ficção-realidade, aplicação precisa dos ensinamentos aprendidos em uma vida dedicada a ilustrar, em termos ficcionais, “o que vive, sente e sonha o homem marajora”, e por justa extensão, o homem Amazônida?

2 A SAGA DE SAÚDE-DOENÇA: O PERSONAGEM EUTANÁZIO, O CONTEXTO DA OBRA

A escolha do personagem Eutanázio na obra *Chove nos campos de Cachoeira* se deu por se destacar na narrativa, ao lado de seu irmão, o personagem Alfredo. Na verdade, alguns pesquisadores, como por exemplo Pantoja (2006), em grande medida, nivelam a importância de Eutanázio e Alfredo no romance em questão, etendendo o primeiro como um co-protagonista. Apesar de outros personagens do romance apresentarem questões relacionadas à saúde-doença, o filho mais velho do Major Alberto se destaca desde as primeiras páginas como um ser afeto às questões de saúde-doença, a começar pelo próprio nome. Eutanázio nos faz pensar imediatamente em eutanásia. Agora, julgando ser pertinente, desviamos temporariamente da obra e do personagem para discutirmos um pouco mais sobre diferentes questões em torno da eutanásia.

O termo eutanásia, como sinalizamos em momento anterior, deriva do grego, aceitando como possibilidade de tradução a ideia de “boa morte” ou “morte apropriada”. Um outro registro do termo, também pioneiro, que se aproxima da disposição do personagem Eutanázio, consiste na concepção de Bacon (1663), que discorre sobre a noção de eutanásia como o tratamento adequado às doenças incuráveis.

Eutanásia, de maneira geral, associa-se à ação de uma pessoa causar, deliberadamente, a morte de outra que está fraca, debilitada ou em sofrimento. Neste último caso, a eutanásia

seria justificada como uma forma de evitar um sofrimento acarretado por um longo período de determinada doença. Por extensão, compreendemos que a palavra eutanásia, se utilizada no seu real sentido, designaria também o emprego de meios adequados para tratar uma pessoa que está morrendo.

Enquanto procedimento médico, consiste na forma de apressar a morte de um doente incurável, sem que esse sinta dor ou sofrimento. Quando feito de forma legal, a ação é praticada por um médico com o consentimento do doente ou de seus familiares. Diante das controvérsias, fica nítida a polêmica que gera, inclusive em âmbito bioética, do chamado biodireito, pois apresenta pareceres e argumentos favoráveis e contrários. De um lado há entendimentos de que a eutanásia seria uma forma de aliviar a dor e o sofrimento de uma pessoa, que se encontra em estado crítico, sem perspectivas de melhora, e assim autorizada a dar fim a própria vida. Em outra perspectiva, em especial do ponto de vista da ética médica, tanto o médico quanto o sistema de saúde, devem fornecer todo e qualquer meio necessário para o tratamento da pessoa, ainda que se trate de uma doença considerada incurável.

Saindo da necessária digressão e retornando à ficção dalcidiana, encontramos o personagem Eutanázio como um amante do sofrimento, um ser inclinado à vida desregrada, afeito à morte em vida, ou seja, um personagem que localiza a dignidade de seu viver na derruição progressiva de suas ações. Para isso, se vale de si e dos outros, em especial da prostituta Felícia, que, de forma paradoxal, nutre a vida esfacelada de Eutanázio com doses suaves de sofrimento, não só por determinada doença transmitida, mas por uma indiferença ao amor apresentado pelo decrepito moço:

Ninguém andasse se preocupando com ele. Nem tinha sido de Belém que trouxera a doença. Voltou-lhe a náusea daquela noite de luar em que sentiu a sua desgraçada carne pedir, a sua carne fria, mas suada, o empurrar para a barraquinha de Felícia. Tinha saído da casa de seu Cristóvão [...] sentiu que devia se entregar a qualquer coisa que ao mesmo tempo contentasse a carne e castigasse a sua impotência (JURANDIR, 1941, p. 25-6).

Posto isso, é de se afirmar que Eutanázio simboliza, dentre outras possibilidades de leitura, um auto-alívio para as dores sentidas desde o vir ao mundo, sendo seu próprio algoz. Cabe a ele próprio, a prerrogativa de poder aliviar suas dores, se autodestruindo, uma vez que na realidade da ficção, encontrou somente caminhos tortuosos, de insucessos, de frustrações, o amor mal correspondido, um amor de escárnio, ofertado por Irene que, com seu desdém, acentuava o ar moribundo de Eutanázio:

Está completa a sua miséria. Irene, se soubesse, daria a sua gargalhada. Quando ela ria, a boca, um pouco grande, não se abria, mas arreganhava, era o termo de Eutanázio, e apesar de ser uma criatura moça e bonita era uma máscara odiosa. Um riso que o cortava todo, caía nos nervos como vidro moído [...] Por que em vez de Irene não ama Felícia? Santa Felícia (JURANDIR, 1941, p. 29).

Além desse desamor vivido, ou melhor, o insucesso amoroso de Eutanázio parece se combinar ao contexto vivido, marcado por crises econômicas, guerras, epidemias e mortes. Sugerindo o final dos anos 10, a obra nos aproxima de pelo menos dois trágicos registros: a Primeira Guerra Mundial, com seu amargo saldo de oito milhões de mortos e 20 milhões de mutilados, e a Gripe Espanhola, também devastadora, silenciosa arma que atacou entre setembro e novembro de 1918 o planeta inteiro, e deixou mais de 20 milhões de mortos, isto é, 1% da população.

Só nos Estados Unidos, 500 mil pessoas morreram da Espanhola. Essas estatísticas, representam uma quantidade muito maior de vidas ceifadas, que o número de soldados mortos no campo de batalha durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coreia e

Guerra do Vietnã juntas. Grande parte desses números de mortes entre os soldados e seus familiares, se deu por causa de suas idas e vindas. Doentes, voltavam para sua terra natal e infectavam mais gente, em diferentes países, em diferentes regiões e localidades do mundo.

A primeira notícia do vírus da gripe espanhola no país foi de setembro de 1918, logo depois da chegada de um navio com imigrantes vindos da Espanha. Vários deles apresentavam sintomas da gripe. Outro relato dizia que alguns marinheiros sentiram estranhos sintomas a bordo de um navio que ancorou em Recife. O fato é que no início de novembro de 1918, a doença já tinha alcançado vários pontos do Brasil, alastrando-se das cidades portuárias, que sofreram de imediato, até às regiões longínguas, como a vila de Cachoeira, decrita na ficção dalcidiana:

A guerra mandara a Espanhola para Cachoeira. E Doutor Campos, vermelho de cachaça com limão, bradava:

- É a influenza em Cachoeira e o bolchevismo nas estepes!

Eutanázio, com a língua de fora, andava sempre, sem medo da Espanhola [...]. Os defuntos pobres iam mesmo nas redes velhas, nas esteiras. As covas já nem eram de sete palmos. Enterravam dois, três, numa cova (JURANDIR, 1941, p. 101-2)

É neste cenário, transposto para a ficção, que convive com a morte, o personagem Eutanázio e tantos outros moradores de Cachoeira. Estes, de modo geral, justamente por morarem distante dos grandes centros do país, sofreram com o descaso do poder público frente à Gripe Espanhola e tantas outras doenças. Alíás, a saúde pública na Amazônia, em particular a saúde pública no Pará, como observou Farias (2009), apresentou no início do século XX um ar decadente, de franca e compatível deteriorização com o regime republicano, instaurado na 1ª República. Isso tudo, conforme salienta Coimbra (1981, p.137), confirmava a inoperância de um regime “esclerosado, incapaz e fadado irremediavelmente, a desaparecer, para dar lugar a um novo período, com novas características, onde tudo deveria ser modificado, em todos os níveis, a vida societária, política e social”.

Nesse período cinzento, a educação em saúde (se podemos falar disso nesse momento), na lógica da educação sanitária, se constitui enquanto disciplina capaz de higienizar corpos sadios, doentes e carentes porque mergulhados em condições precárias de habitação, saneamento básico, acesso às medidas de prevenção e controles eficazes. Esse quadro real, de forma precisa, é plasmado e re-apresentado por Dalcídio Jurandir.

Como último aspecto alusivo a esse contexto histórico, ilustrado no romance de Dalcídio, destacamos que, dada a necessidade de ação frente às calamidades, os discursos médicos passam a ganhar força na sociedade como um todo. Por sinal, o novo olhar para a saúde e educação que o período aspira, leva muitos higienistas e eugenistas a observarem em tom favorável a atuação de profissionais das áreas médicas, inclusive no espaço escolar, por meio das atividades de inspeção médica, ensino de higiene.

À escola, inserida em uma rede de instituições, como detectou Stephanou (2005), começou a ser organizada como formadora de cidadãos capazes de executar práticas individuais e coletivas sedimentadas na higiene, na saúde, nos modos de agir e pensar, tudo isso ligado às indispensáveis noções de civilização e urbanidade. Na realidade amazônica esse modelo não é implementado de imediato, e quando executado, apresentou uma gama de dificuldades, de limites. Na ficção, pelo menos em *Chove nos campos* de Cachoeira, as dificuldades foram maiores ao ponto de não se ter tais medidas na prática. Meio que combinando a esse colapso socio-educacional, Eutanázio seguia a duras penas para a escola, visto não encontrar realização alguma nos saberes trabalhados naquele recinto.

Eutanázio acabou não adivinhando a utilidade de saber ler e escrever. Tudo seria a mesma coisa. A vida teria a mesma cara e a mesma coroa, quem era rico e os que eram pobres, o almoço e o jantar, a fome e a morte [...]. Nunca respondia mal ao

mestre. Tinha, no entanto, uma submissão soturna e distraída. Estudava para não apanhar de palmatória. Se apanhasse, seria capaz de matar o mestre com uma pedrada. O mestre escancarava o seu despeito:

- É obediente por birra, ele. E por birra. Por enjambração. Eutanázio olhava interrogativamente, muito espantado. A palmatória atenta à beira da mesa. O mestre tinha os bigodes pontudos, a pastinha dos cabelos puxada para a testa e só vivia palitando os dentes. Com o mesmo palito distraidamente palitava o ouvido (JURANDIR, 1941, p. 36-7).

Não sendo a escola o grande encanto do personagem Eutanázio no mundo, ele segue vivendo as possíveis realizações da vida, satisfeito com a doença da mocidade, acionando, em poucos momentos, alguns fármacos de caráter paliativo, como é o caso do Elixir de Nogueira. No geral, o que se visualiza em *Chove nos campos de Cachoeira* é um personagem praticamente fundido ao próprio contexto derrocado, disposto em fisionomias lânguidas, disformes, vacilantes.

3 EUTANÁZIO, UM ITINERÁRIO MARCADO PELO “SOFRIMENTO”

Eutanázio, desde seu nascimento, não acumulou sucessos, felicidades, mas determinações que lhe fizeram ser um sujeito marcado pela vida vazia, angustiada, emaranhada no sentimento profundo de inferioridade, de pouco valor na pobre vila de Cachoeira.

Eutanázio pensava que doença do mundo ele tinha era na alma. Vinha sofrendo desde menino. Desde menino? Quem sabe se sua mãe não botou ele no mundo como se bota um excremento? Sim, um excremento. Teve uma certa pena de pensar assim sobre sua mãe.

Não tinha grandes amores pela mãe. Morrera, e quando o caixão saiu, ele, sem uma lágrima, sentiu sede e foi fazer uma limonada. Aquele choro das irmãs, dos parentes, lhe pareceu ridículo. Enfim, sua mãe tinha morrido. Ele saltou de dentro dela como um excremento. Nunca dissera isso a ninguém. Depois, a sua própria mãe contava que o parto tinha sido horrível. Os nove meses dolorosos. Sim, um excremento de nove meses. A gravidez fora uma prisão de ventre (JURANDIR, 1941, p. 22).

Com essa passagem do romance, o narrador registra de forma impactante sua infância, sua mocidade, o momento de sua indiferença ante a morte de sua mãe. Eutanázio - o sujeito não nascido, mas “expelido” pela mulher do Major Alberto, em seu primeiro casamento-, vivia desacreditado, entre tudo e todos os moradores da Vila de Cachoeira:

O silêncio de exumação de Eutanázio. Quantas covas a abrir no seu passado. Uma infância doentia, infeliz. Certos desejos, certos sonhos, as inquietações obscuras da adolescência. Os primeiros desenganos ruins demais para a sua sensibilidade, ou melhor, para a sua irritabilidade. Mas enterrara tudo sem saber se estava morto ou não. Daí o seu silêncio de exumação. Obsessão de rever as ossadas, os vestígios de certos sonhos, certos desejos que mal se completaram, como fetos, na sua mocidade solitária e inútil (JURANDIR, 1941, p. 29-30).

Vida e morte rondam em torno do personagem; o narrador define essa mortificação com termos que representam mais o morrer em vida do que o viver com vida (por exemplo: silêncio / exumação / covas / passado / infeliz / obscuras). Nesse sentido, inferimos tratar-se da própria eutanásia atravessando a saga do personagem:

Na saleta Eu sem viver, mas também sem morrer [...]. O seu medo de morrer aumentava. A garganta podre, seus olhos ardiam, o sexo doía, a garganta, a fraqueza [...] respira com mais dificuldade, os olhos saltavam do esqueleto para o telhado, osso e pele [...]. A morte” (JURANDIR, 1941, p. 271; 283).

Quando se foca ainda mais no itinerário de Eutanázio, é possível destacar em seu tipo a intensidade de culpas, vergonhas e uma parcela, ainda que pequena, de certa realização pela experiência vivida em sua mocidade, já que, de acordo com a personagem D. Gemi, acostumada “a curar doença de toda gente [...] mocidade é isso mesmo” (JURANDIR, 1941, p. 28). Seu itinerário de saúde-doença é marcado pelo contexto decandente que descrevemos, somado a uma doença que não tinha seu nome anunciado, mas que é referida no romance com expressões fortes e marcantes: “uma doença cuja vergonhosa intimidade lhe contamina a imaginação [...] o vexame [...] aquela enfermidade [...] essa imundície [...] dessas porcarias [...] o mal [...] o mal de Felícia [...] a imunda moléstia (JURANDIR, 1941, p. 21-7; 140).

Trata-se, como já sugerimos, da doença que adquiriu após contato íntimo com Felícia, a uma mulher que seguia humilhada, sobrevivendo da prostituição às margens do rio, entre viajantes e moradores de Cachoeira, a culpa e a culpada do sentimento de irrealização de Eutanázio.

Você está boa? Hem? Anda boa? Não está? [...] Credo, seu Eutanázio [...] Não sabia se estava contaminada. Se entregou a Felícia para corromper-se mais. Mas aqueles minutos foram horríveis. No meio daquela luta, ele subitamente se levanta, como se tivesse ido apenas com ela para contrair o mal [...]. Sentiu vontade de transmitir o mal a todas as mulheres do mundo. Se tivesse pegado o mal, era o sacrifício desejado. [...] Se entregou a Felícia para corromper-se mais (JURANDIR, 1941, p. 26-7).

A representação de Eutanázio, nesse momento, guardada as diferenças, se assemelha àquela elaborada por Ricardo Van Steen para figurar a vida do poeta Noel Rosa no cinema: canções, diversões desenfreadas nas noites, amores vividos sem limites, sem pudores. Noel foi um tipo presente no início do século XX, que morreu de tanto viver, uma vida curta, aproveitada em sua inteireza, apesar do pior (NOEL, 2006).

Enquanto o poeta da Vila, nesses anos iniciais do século passado, ardia de paixão por Ceci⁵, a “dama do Cabaré”, Eutanázio, compositor simples da Vila de Cachoeira, via na prostituta Felícia, a prostituta que “cheirava a terra úmida, a terra dos caminhos pisada por todos os caminhantes” (JURANDIR, 1941, p. 26), o seu agridoce prazer, seu mal de amor intenso, vivido, não dissimulado. Os versos irônicos e sarcásticos de “uma valsa cheia de palavras difíceis”, compostos por Noel Rosa, registrados por Leitão (2011, p.36), muito valeriam como criação do compositor simples que foi Eutanázio enredado ao amor de morte, sentido por Felícia:

Eu saí da tua alcova
Com o prepúcio dolorido
Deixando o teu clitóris gotejante
Com volúpia emurchecido.
Porém o *gonococcus* da paixão
Aumentou minha tensão...

Posto as aventuras amorosas - do ser real, Noel Rosa, e do ser ficcional, Eutanázio -, tornou-se comum a recorrência aos tratamentos populares, paliativos, que vizavam amenizar parte das consequências advindas dos “*gonococcus* da paixão”. Assim, tanto no romance de Dalcídio Jurandir como em outros romances que registram as décadas iniciais do século XX,

⁵ Em relação ao nome “Ceci”, temos um dado curioso em que Dalcídio, provavelmente, também tenha “ardido de paixão” por uma mulher com essa alcunha. Em sua coletânea sobre os escritores brasileiros contemporâneos, Perez (1964, p.92) registra que Dalcídio Jurandir, na entrada dos anos 30, em suas viagens pelas localidades do interior do Pará, vivera “uma paixão por mulher ausente, que aumentava. E certa moça de nome Ceci lhe ficaria como lembrança”.

como é o caso do romance *Enquanto as águas correm*, de Cyro Martins, aparece certo remédio utilizado por um grande número de homens como Eutanázio e Noel Rosa: o elixir de Nogueira.

- E até digo mais - continuava ela - devemos nos prevenir contra qualquer surpresa desagradável, tomando diariamente a nossa dosezinha preventiva. Isto eu não só aconselho, como cumpro religiosamente. Aqui em casa, todos os dias cada um toma as suas dosezinhas. Não é, Pacheco? Não é verdade que tu tomas todos os dias três colheres de **Elixir de Nogueira para afinar o sangue e curar a sífilis, ainda do tempo de rapaz?**

- **Ah, sim, o Elixir de Nogueira é ótimo preparado.** Faz muitos anos que o uso.

- E quem foi que te meteu esse hábito no corpo?

- Todos sabem que foi a minha velha.

- Ainda bem que tu reconheces.

- Ora, mulher... (MARTINS, 1939, p. 24, grifo nosso).

O diálogo entre o comerciante Pacheco e a mulher, poderia valer, por empréstimo perfeito, para a figura central do romance gaúcho, o personagem Izidro, um perambulante homem de vida mórbida, esfacelada por um viver errante, cheio de aventuras e acolhimento de uma prostituta, semelhante a vida de Eutanázio e Felícia que seguiam “doentes e satisfeitos”: “D. Gemi aconselhou o remédio [...] Felícia apareceu com quinze mil-réis para comprar um Elixir de Nogueira” (JURANDIR, 1941, p. 33; 166).

Ainda que no romance de Jurandir (1941), tanto narrador quanto personagens tratem da doença de Eutanázio de forma velada, envergonhada, deduzimos se tratar de alguma doença semelhante a sífilis ou a gonorréia. Pelo menos avistamos certos indícios, pois o medicamento existente em Cachoeira para o “mal de Felícia” é mesmo medicamento usado para tais doenças sexualmente transmissíveis. As boticas e farmácias populares, nesse contextos, passaram a ser os estabelecimentos comuns, às vezes os únicos, de fácil acesso para as muitas populações (das cidades e “dos campos”), enfrentarem suas sagas de saúde-doença. Tais sagas - Izidro e a prostituta no extremo sul; Eutanázio e Felícia no extremo norte -, representam apenas alguns itinerários de tantos outros indivíduos, que recorreram aos medicamentos populares, a sabedoria transmitida de forma oral entre comerciantes, vizinhos, familiares e amigos.

Com a “morte física” confirmada somente nas obras seguintes do ciclo dalcidiano, Eutanázio seguia sua vida em Cachoeira entre o amor não correspondido de Irene, as humilhações amoroso-sexuais de Felícia, as recordações de *Dores do Mundo*, obra de Schopenhauer que vira nas livrarias em Belém, e a vontade de cuidar, ser “enfermeiro de livros, pobres livros maltratados e doentes[...]estes seriam mais agradecidos, mais humanos” (JURANDIR, 1941, p. 38).

4 CONCLUSÃO

Há algum tempo que observamos na Literatura uma parceria para a compreensão/discussão de diferentes problemas, de determinadas questões. Talvez, pela liberdade que traz em seu bojo, a produção literária enquanto expressão artística possibilita a facilitação do ensino de educação, no nosso caso, a educação em saúde no início do século XX, a partir de um tipo, uma representação literária construída por Dalcídio Jurandir.

Ao tratarmos de algumas questões ilustradas na obra *Chove nos campos* de Cachoeira, sobretudo aquelas circundantes ao personagem Eutanázio, relembramos nesse momento conclusivo do ensaio que a liberdade utilizada pelo romancista não corresponde ao registro total da realidade, mas uma transfiguração, uma re-apresentação do real, expressando valor justamente por registrar, a partir da mescla do olhar objetivo e subjetivo, tipos humanos,

contextos, acontecimentos, uma série de episódios que, a sua maneira, também podem e devem ser colhidos pelo historiador, pelo memorialista.

Conhecer, problematizar, refletir sobre questões referentes à saúde-doença, tomando como referência o desenrolar da vida do personagem Eutanázio, corresponde a um duplo movimento, com ações combinadas: uma frente que sobressai a Literatura Brasileira de Expressão Amazônica, a produção de Dalcídio Jurandir – destacável escritor merecedor de notável posicionamento na Literatura Brasileira, Universal; em outra frente, a busca de inserção de outras possibilidades que auxiliem o trabalho dos educadores oriundos de diferentes campos, quer seja no ensino, quer seja na pesquisa (os profissionais que trafegam pela educação em saúde, pelos estudos culturais, pela Literatura como Fonte Histórica, por exemplo).

Esse movimento, sinalizará para a ampliação do quadro de referenciais na produção do conhecimento acadêmico, científico. Na verdade, entendemos que as diferentes áreas deveriam fazer uso das produções literárias, uma vez que elas são frutos de determinado tempo e representam a humanidade em (des)concordância com ideias, aspirações, inquietações, problemas, necessidades e esperanças de uma particularidade da história.

O material criado, nesse caso o romance, recebe a assinatura de um autor, contudo as questões ali tratadas pertencem a uma coletividade. Muito do específico representado em *Chove nos campos de Cachoeira*, apresenta similitudes a problemas universais. Eutanázio é um exemplo disso, haja vista ser um tipo social que caracterizou e caracteriza ainda homens e mulheres afetados por rejeições, pobreza, desigualdades, doenças e aflições humanas, de maneira mais ampla.

Inegavelmente, a Literatura, em especial a produção literária de expressão amazônica, com o romance inaugural de Dalcídio Jurandir, centra-se em sua missão ao ponto de ressaltar suas contribuições: anunciar, denunciar, propor soluções/reflexões à questões que insistem em afligir a sociedade global. Eis então uma das mais nobres “utilidades do inútil” que é a literatura, para lembrar o manifesto de Ordine (2016): ela nasce, reside e vive buscando sempre o registro e outras formas de se ver velhas-novas questões.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Historia vitae et mortis**. Volume 1. Ap. Joan Ravesteinium, 1663.

CALAMÉ, P. Defesa de uma redistribuição de saberes. In: WITKOWSKI, N. **Ciência e tecnologia hoje**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CAMUS, A. **Le mythe de Sisyphe**. Paris: Galimard, 1942.

COIMBRA, C. O início da década de 20. In: **A Revolução de 30 no Pará - Análise Crítica e Interpretação da História**. Conselho Estadual de Cultura. Belém, 1981 (Coleção História do Pará - série Artur Viana).

FARIAS, Fernando Jorge Santos. **Representação de educação na Amazônia em Dalcídio Jurandir: (des)caminhos do personagem Alfredo em busca da Educação Escolar**. 120p. 2009. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade do Estado do Pará. Belém, 2009.

FARIAS, Fernando Jorge Santos . Última Página de um Romance-Vida. **Antologia**: Poesias, Crônicas e Contos. Belém: EDUFPA, 2012.

JAMES, Henry. A Arte da Ficção (I). Tradução e Nota de José Geraldo Barreto Borges. **Longman's Magazine**, S.l, 1884 (Casa de Rui Barbosa/Instituto Dalcídio Jurandir, RJ: acervo “Dalcídio Jurandir – assuntos diversos”).

JURANDIR, Dalcídio. **Chove nos campos de Cachoeira**. Rio de Janeiro: Vecchi Editor, 1941.

JURANDIR, Dalcídio. **Conflitos e Personagens no Romance**. S.l, 1954 (Casa de Rui Barbosa, RJ: acervo “crítico literário”).

JURANDIR, Dalcídio. **Romance, Realidade e História**. Casa de Rui Barbosa, RJ: acervo DJ Romancista. [S.l, 195?] a

JURANDIR, Dalcídio. **A Realidade Histórica no Romance**. Casa de Rui Barbosa, RJ: acervo Dalcídio Jurandir crítico literário. [S.l, 195?]b

LEITÃO, Luiz Ricardo. **Noel**: poeta da Vila, cronista do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARTINS, Cyro. **Enquanto as águas correm**. Porto Alegre: Globo, 1939.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

NOEL o poeta da Vila. Direção de Ricardo Van Steen. São Paulo: Imovision, 2006. 1DVD (96min).

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PANTOJA, Edilson. **Morte, Desamparo, Niilismo e Liberdade**: abalo e entusiasmo ante Chove nos campos de Cachoeira, de Dalcídio Jurandir. Dissertação (Mestrado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

PEREZ, Renard. Dalcídio Jurandir. In: **Escritores Brasileiros Contemporâneos**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e Memórias da educação no Brasil**. Vol III – Séc. XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TORRES, Antônio; MARANHÃO, Haroldo; GALVÃO, Pedro. Um Escritor no Purgatório

[Entrevista com Dalcídio Jurandir]. **Revista Escrita**. São Paulo, 1976, p.3-5 (Casa de Rui Barbosa, RJ: acervo revistas).

SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E DIVERSIDADE NA AMAZÔNIA

APRESENTAÇÃO

A região amazônica a longo do século XX, assistiu a implementação de diversos grandes projetos governamentais e empreendimentos empresariais que muitas vezes partem do pressuposto que concebe erroneamente a Amazônia como um *vazio demográfico* com imensas riquezas naturais que poderiam ser exploradas para garantir o desenvolvimento nacional.

Estes discursos ignoram as populações locais da região e ainda pensam ideias de desenvolvimento que não se importam com a diversidade social e ambiental, bem como veem as naturezas não humanas como uma forma de gerar riquezas para o humanos, mas não como tendo valor em si mesmas. Estas visões colocam em risco a existências de humanos, da fauna e da flora da região amazônica, pois são vistos apenas como um meio para gerar riquezas em algum lugar e para alguns grupos do Brasil, mas não com a importância intrínseca que possuem para a própria região e até mesmo, para a garantia da qualidade de vida no planeta.

Assim, o presente dossiê pretende problematizar determinadas visões sobre a região, sem perder de vista que é fundamental estudar as diversidades culturais e ambientais que existem na região que, apesar de possuir concretamente imensas riquezas energéticas, minerais e em sua flora, possui o segundo pior Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, ficando à frente somente da região Nordeste.

Este é um desafio não respondido neste dossiê, mas assim, como é uma marca da *Nova Revista Amazônica*, pretende mergulhar em diferentes comunidades e em uma visão geral sobre a região para ampliar o debate, possibilitando aos leitores, refletir para além de discurso políticos ou presentes na mídia, no sentido de pensar as problemáticas que envolvem esta região que ocupa mais da metade do território brasileiro. Enquanto decisões importantes são tomadas ou propostas em outras esferas, pessoas seguem fabricando e comendo farinha, pescando, dançando, compondo músicas, vivendo, em um cotidiano diversificado, apesar dos problemas sociais que lhes são impostos.

No artigo *O desenvolvimento sustentável e a implementação de políticas públicas na Amazônia*, de Carla Moreira e Tânia Ribeiro, abre o dossiê trazendo ao centro da cena o problema vivenciado pelas populações da região em seus desafios cotidianos.

O texto de Renato Silva, *Que rufem os tambores”: um estudo etnográfico sobre a dimensão cultural de uma banda escolar em Santarém/PA*, traz o olhar etnográfico sobre o cotidiano de populações da região, ao focar em uma banda escolar, nos permite pensar nas pessoas que vivem nas cidades da região.

Gutemberg Guerra e Osvaldo Mesquita em *Imersão virtual no movimento de mulheres das ilhas de Belém, Pará, Brasil*, trazem as novas tecnologias de pesquisa como mecanismo para problematizar como os movimentos se organizam nas ilhas de Belém, o que destaca a importância da organização dos movimentos sociais para a região amazônica.

Em *A farinha d'água de Bragança: sua rota turística e seu processo de patrimonialização*, Miguel Picanço traz um elemento que não apenas demarca fortemente a identidade em Bragança, a farinha, como também dialoga sobre como pode gerar riquezas, através do turismo e adentra nos diálogos sobre a patrimonialização e seus significados.

José de Moraes e Teresinha Gonçalves, em seu estudo sobre *Sustentabilidade e educação ambiental crítica em uma cooperativa na Amazônia*, trazem o olhar sobre uma comunidade que se organizou em cooperativa para enfrentar o desafio da sustentabilidade ambiental, sem esquecer da garantia de seus modos de vida e da qualidade de vida da população.

Na **seção livre**, encontramos o artigo *Aspectos do novo romance histórico na obra os pardais estão voltando de Gilvan Lemos* em que Luciano Ferreira da Silva analisa a obra ficcional *Os pardais estão voltando* do escritor pernambucano Gilvan Lemos, mostrando como os elementos narrativos personagens, tempo, espaço e memórias são articulados na leitura da obra que simboliza o estado brasileiro em tempo de crise. Logo na sequência, temos o artigo *O currículo pós-crítico: uma experiência na escola de ensino fundamental em vitória/es*, onde as autoras Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva e Raquel Amorim dos Santos analisam a compreensão do currículo numa perspectiva pós-crítica por estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vitória-ES.

Na seção **Ensaio Etnofotográficos** temos dois importantes trabalhos que evidenciam a relação entre imagem e texto na produção do conhecimento sobre as realidades vividas por comunidades, civilizações e sociedades da Amazônia. No ensaio *Da terra firme aos estuários: traços de territorialidades nos sistemas socioecológicos na Amazônia brasileira* os autores Indira Eyzaguirre, Alan Alvão, Daniel Sousa retratam a experiência de pesquisa entre os municípios de Bragança e Tracuateua, mostrando as dinâmicas de subsistências das comunidades a partir do uso da terra entendida como um bem comum que constrói significados sobre os saberes e a importância do trabalho agrícola e da segurança alimentar dos moradores da região. Já no segundo ensaio intitulado *A física da argila: um estudo visual sobre a produção de cerâmica na comunidade vila que era* os autores Samuel do Rosario e Carlos Silva desenvolveram uma pesquisa que tem como temática o ensino de ciências, em especial o da Física, por meio do processo de fabricação de peças artesanais de argila na comunidade Vila Que Era, no município de Bragança, estado do Pará mostrando como a construção de uma peça em cerâmica envolve diferentes formas de saberes que são transmitidos de geração para geração por meio da realidade e saberes tradicionais.

Já na seção **Crônicas Etnográficas**, vislumbramos dois importantes trabalhos que evidenciam a relação entre imagem e memória, a percepção do real e a dimensão ficcional da literatura expressas por meio das experiências sensíveis que caracterizam as aventuras da pesquisa de campo nas ciências humanas. Na crônica *Dona Marina*, a autora Beatriz Ribeiro narra, a partir de três gestos, sua experiência de campo no estado do Acre retratada no conjunto de narrativas aqui apresentadas, a partir das iterações com Dona Marina, a quem ela dirige este texto. Já na crônica intitulada *Mudanças na percepção e percepção das mudanças* o autor Gutemberg Guerra mostra como a percepção sobre os ambientes e os seus múltiplos aspectos estão sujeitos a alterações e como o olhar desempenha um papel fundamental na percepção dos espaços em suas permanências e fluxos de mudanças.

Na seção **Video etnográfico** destacamos a produção o *Dom de Curar* de autoria de Ana Chaves e Luis Saraiva onde os autores apresentam uma produção fílmica resultante de uma pesquisa realizada em Soure-Marajó-Pará sobre as experiências acerca do dom de curar a partir da observação etnográfica da Senhora Maria Florinda e do seu cotidiano com suas plantas e seus saberes ligados ao dom de curar.

Finalmente, acreditamos que o presente dossiê com suas demais seções, buscam, portanto, transitar entre diferentes temáticas, para que os leitores da *Nova Revista Amazônica*, pesquisadores, discentes e docentes, de ensino superior e da educação básica, bem como a sociedade em geral, tenham mais este material de consulta, diálogo e debates para pensar sobre a Amazônia. Desejamos que seja uma importante e recorrente fonte de consulta.

Os organizadores

César Augusto Martins de Souza

Doutor em História e docente no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança.

Marcos Murrelle Azevedo Cruz

Docente no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (DFCS/UEPA). Doutorando em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGPA)

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Carla Siqueira Moreira¹
Tânia Guimarães Ribeiro²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o discurso que envolve a categoria desenvolvimento sustentável, sobretudo quando atrelada ao crescimento econômico. Para isto, partimos da contribuição de autores da teoria crítica, assim como de outros críticos do conceito, analisando a ideia de desenvolvimento sustentável que se consolida, principalmente a partir da década de 1980, e se traduz na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à Amazônia brasileira, marcadas pela ambiguidade do crescimento econômico e aliado a conservação ambiental.

Palavras – chave: Desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável. Amazônia. Políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the discourse that involves the category sustainable development, especially when linked to economic growth, for this we start from the contribution of authors of critical theory, as well as other critical authors of the concept, to analyze the idea of sustainable development that consolidates itself, mainly from the 1980s, and translates into the formulation and implementation of public policies aimed at the Brazilian Amazon, marked by the ambiguity of economic growth combined with environmental conservation.

Keywords: Development. Sustainable development. Amazon. Public policy.

Data de submissão: 28.08.2020

Data de aprovação: 02.09.2020

INTRODUÇÃO

O debate envolvendo as perspectivas do desenvolvimento e da sustentabilidade no nível internacional de acordo com (DIEGUES, 2008); (ESCOBAR, 2005); (ENRIQUEZ, 2010); (ESTEVA, 2000); (SACHS, 2008), entre outros. Constitui a base explicativa para se compreender a formação de uma política ambiental no Brasil que por um período, principalmente após a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³, teve a definição de áreas protegidas, como a principal política ambiental do país. A efetivação de Unidades de Conservação no Brasil, particularmente as Reservas Extrativistas, envolve a atuação de diversos atores sociais em vários níveis de atuação nas esferas local e global (ALLEGRETTI, 2008).

¹ Doutoranda e Mestra em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). Membro do Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente- ACTA e do Grupo de Estudos e Pesquisas "Eneida de Moraes" sobre Mulher e Relações de Gênero- GEPEN/UFPA. E-mail: carlasiqueiramoreira@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA). E-mail: ptolomeu@gmail.com

³O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi criado pela Lei 9.985 (BRASIL, 2000) e é responsável pela criação e regulamentação das UC's no Brasil.

Como resultado, observa-se no estado do Pará a existência de diversas Unidades de Conservação (UC's) de proteção integral e uso sustentável, criadas, sobretudo, após os anos 2000, formando um complexo de UC's localizadas na Amazônia brasileira, com o objetivo de proteger os ecossistemas marinhos da região. Portanto, é fundamental marcar o contexto histórico e político de criação dessas unidades, assim como os interesses em proteger determinados ecossistemas e biomas, aparentes nos acordos e convenções internacionais, por exemplo.

Dessa forma, o estado brasileiro, até então, é signatário de vários documentos elaborados em convenções internacionais de direitos humanos e do meio ambiente, sendo um deles a Declaração do Milênio, acordo estabelecido entre 190 países que participaram da Cúpula do Milênio, promovida em setembro de 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essa declaração estabeleceu os oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dentre os quais estava o de reduzir, até 2015, a extrema pobreza a metade do nível registrado em 1990.

No mesmo período, volta-se a região a formulação de políticas nacionais, orientadas por uma perspectiva neodesenvolvimentista, expressa pelos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e pelo Plano de Integração da América do Sul (IIRSA) que tiveram entre outras consequências o aumento da violência e do desrespeito às populações tradicionais residentes em regiões de implementação de grandes projetos de infraestrutura - hidrovias, hidrelétricas, rodovias, ferrovias, portos - previstos nas políticas citadas.

Portanto, este artigo propõe um ensaio crítico dos termos desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, tendo como base de análise as experiências voltadas a formulação e implementação de políticas públicas para a Amazônia, marcadas pela ambiguidade conservação e crescimento. Para isso, primeiramente apresenta-se alguns elementos da Teoria Crítica que contribuem para a discussão sobre os termos em análise, em seguida destaca a discussão sobre desenvolvimento e desenvolvimento sustentável para, por fim, argumentar sobre a contradição do modelo de desenvolvimento sustentável da sociedade capitalista com a questão ecológica, recoberta pela ideologia da aliança entre uma economia pautada no crescimento econômico e uma prática ecologicamente viável.

1 TEORIA CRÍTICA E A CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA PARA ANÁLISES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A contribuição para a análise de elementos nem sempre evidentes como contraditórios da realidade social proposta pelos autores ligados a Teoria crítica, tais como Horkheimer e Adorno, permitem a compreensão da utilização de conteúdos ideológicos no processo de construção histórica da realidade.

Na estrutura política vigente do capitalismo observa-se que vários conceitos surgem com o objetivo, as vezes não manifestos, de reafirmação do sistema social e político dominante, por exemplo, os termos: progresso, crescimento, desenvolvimento social, inclusivo e sustentável.

No entanto, como veremos adiante, dentre os termos citados, o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, às vezes empregados como sinônimos, guardam em sua fundamentação a concepção de conciliação do capitalismo com a pauta ambiental. Expresso na proposta de um plano sustentável de reparação dos ecossistemas e de uma produção que leve em conta a finitude dos recursos naturais com o objetivo de solucionar a crise socioambiental, mantendo um sistema econômico baseado no consumo e exploração dos recursos naturais. A ambiguidade apresentada nessa proposta marca o caráter ideológico do conceito de desenvolvimento sustentável.

Ao fundamentar a teoria crítica, Horkheimer critica a teoria tradicional, como forma predominante de racionalidade que se estabeleceu nas ciências. Para o autor, “a teoria crítica

não se deixa enganar pela aparência, isto é, pela ilusão fomentada meticulosamente nas ciências sociais, de que propriedade e lucro não desempenhariam mais o papel decisivo” (HORKHEIMER, 1991, p. 64).

Sendo assim, uma das principais contribuições da teoria crítica é a elucidação da importância da teoria tradicional sem, todavia, fazer disso uma nova alegoria, conforme alertado por Adorno e Horkheimer (1985) na obra “Dialética do Esclarecimento”. A teoria crítica é um programa, no sentido filosófico de ir à origem na compreensão de algo. Seus fundamentos estão baseados em uma construção histórica originária das práxis analíticas da sociedade (VIZEU, et al., 2012).

Portanto, seguindo as premissas da Teoria crítica, destaca-se neste trabalho a tentativa de compreensão das contradições produzidas nos sistemas de produção capitalista e em algumas instâncias sociais que estejam relacionadas a produção das condições de existência dos indivíduos. Tendo em vista a revelação daquilo que se apresenta como aparência.

O capitalismo, através das premissas do ganho financeiro e da acumulação de riqueza, torna-se responsável por instrumentalizar as relações dos indivíduos. A teoria crítica, portanto, tem como objetivo questionar as racionalidades dominantes. Isso é possível através do entendimento do contexto social-histórico. Portanto, é necessário examinar as ideologias, e como elas se tornam um recurso de poder e controle do capital sobre o trabalho, pois “intervém implicitamente em todos os juízos filosóficos da sociedade humana” (HORKHEIMER, 1984, p. 14).

A teoria crítica, dessa forma, procura analisar as ideologias para tentar compreender de que formas as racionalidades são capazes de aprisionar indivíduos e grupos sociais ao invés de emancipá-los. O projeto da teoria crítica é a promoção da emancipação individual e coletiva, através da reflexão crítica sobre a realidade a qual estamos inseridos.

2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E O APARECIMENTO DA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Enriquez (2010) apresenta as classificações e divisões feitas por alguns autores sobre as teorias do desenvolvimento, citando, por exemplo, Hunt (1989), Hirschman (1977) e Muller (1998). As teorias abordadas no ensaio da autora ainda influenciam profundamente as explicações sobre o subdesenvolvimento, especialmente em regiões ricas em recursos naturais, mas com indicadores socioeconômicos que demonstram desigualdade e pobreza.

De acordo com a autora, há quatro principais linhas de abordagem que marcam os estudos sobre desenvolvimento: as teorias clássicas de crescimento da economia convencional (*mainstream*), também denominadas teorias ortodoxas dominantes, em que desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico; as teorias de inspiração marxista, ou neomarxista, quando ocorre uma crítica severa aos modelos dominantes de crescimento; as teorias institucionalistas ou neoinstitucionalistas, nas quais as investigações são conduzidas no sentido de explicar o papel das instituições na determinação dos resultados socioeconômicos; e, por fim, as propostas de desenvolvimento sustentável.

Existem ainda outras dimensões pouco exploradas pelas teorias tradicionais do desenvolvimento, como as argumentações que consideram impossível um desenvolvimento sustentável, em geral, e, particularmente, em regiões periféricas que exploram os recursos naturais, classificando-o como um “neocolonialismo”, e as que consideram a proposta de sustentabilidade possível, desde que respeitados os princípios de justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica, como em Sachs (ENRIQUEZ, 2010).

Para os autores das teorias clássicas de crescimento da economia convencional, o crescimento é o mesmo que desenvolvimento econômico, e este ocorre de forma linear, sendo o PIB per capita a medida central. Esses autores e escolas possuem em comum a característica de desconsiderar em seus estudos a perspectiva histórica do capitalismo, e consideram suas

categorias básicas de análise universais dentro da teoria econômica. Essas abordagens deram origem a estratégias de desenvolvimento que priorizam a coordenação do crescimento de diferentes setores, e seus resultados serviram para fundamentar várias ações de cooperação técnica e financeira internacional (ENRIQUEZ, 2010).

De acordo com a autora, podemos afirmar que as teorias de crescimento ainda exercem forte influência no imaginário dos elaboradores de políticas, e no conteúdo das propostas efetivas do desenvolvimento. Outro ponto de destaque é que os autores referência dessas teorias não levam em consideração a questão ambiental.

As teorias de inspiração marxista ou neomarxista conflitam quase que totalmente com as perspectivas das teorias clássicas do desenvolvimento, pois, dão ênfase à questão histórica e rejeitam as formulações universais, além da valorização do caráter político subjacente à ideia de desenvolvimento. Os autores dessa escola são céticos sobre a possibilidade das sociedades que se integram tardiamente ao capitalismo e que a dinâmica global de acumulação superarem os graves problemas do desenvolvimento.

As teses institucionalistas incluem questões importantes sobre o desenvolvimento, que permitem enxergar além das questões econômicas. “Sem arranjos institucionais que favoreçam o desenvolvimento econômico, os investimentos produtivos por si mesmos terão pouco alcance para transformar a realidade socioeconômica” (ENRIQUEZ, 2010, p. 97).

De acordo com os autores que apostam na proposta da sustentabilidade, como Abramovay (2012) os negócios em uma nova economia devem ser pautados em práticas de mercado norteados pela ética do cuidado com as pessoas e o planeta. De acordo com o autor uma estratégia alternativa de transição para uma nova economia, deve levar em consideração na relação sociedade e natureza dois aspectos: limite (limites dos ecossistemas) e inovação (sistemas de inovação orientados para a sustentabilidade). O metabolismo social depende desses aspectos, assim como da permanência e regeneração dos serviços que os ecossistemas prestam às sociedades humanas.

A abordagem da economia ecológica também chama a atenção para a necessidade de respeitar os limites ecossistêmicos do desenvolvimento e para a justiça distributiva dos recursos naturais e ambientais. Dessa forma, para essa perspectiva, a escala no uso dos recursos deve anteceder às questões alocativas, ou seja, à destinação de recursos financeiros, no sentido de se evitar a irreversibilidade (ENRIQUEZ, 2010).

Outra perspectiva é apresentada em Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen (2010), o autor afirma que a pobreza consiste na privação das liberdades individuais, por exemplo, escolha de emprego, formas de trabalho, liberdade política. A pobreza é a privação de potencialidades básicas mais do que a carência de rendimentos. No entanto, a liberdade depende das opções disponíveis e a atratividade das opções. Para o autor, a desigualdade é um problema que tende a ficar maior quando associado à desigualdade de conversão de renda em capacidade.

Com relação ao conceito de desenvolvimento sustentável⁴, o Relatório Brundtland, publicado em 1987, difundiu sua conceitualização. Como objetivos, a proposta do desenvolvimento sustentável pretende elevar, simultaneamente, o meio ecológico, o bem-estar econômico e a justiça social.

O relatório redigido pela Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega, identificou os principais problemas ambientais que barram o desenvolvimento de muitos países do Sul, e estabeleceu o ambiente como prioridade internacional. O documento destacava as ligações entre pobreza no

⁴O conceito de desenvolvimento sustentável também foi adotado em outros documentos, além do Informe Nosso Futuro Comum, de 1987, como a Estratégia Mundial para a Conservação em 1980; Cuidar de Terra em 1991; e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe em 1991 (BURSZTYN, M, PERSEGONA, M, 2008).

Terceiro Mundo e degradação do meio ambiente. A definição estabelecida pela comissão trata o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

O Relatório Brundtland apresenta em seu conteúdo dois conceitos-chaves, de acordo com Bursztyn e Persegona (2008), o de necessidades, sobretudo das essenciais - dos pobres no mundo - que devem receber a máxima prioridade; e a noção das limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Consequentemente, o desenvolvimento sustentável não é um fator natural decorrente do avanço tecnológico, mas, está atrelado as decisões de poderosos grupos econômicos. A sustentabilidade “é um conceito plurifacetado que envolve as dimensões sociais, econômicas e políticas” (DIEGUES, 2003, p.1).

É importante lembrar, que de acordo com esteva (2000), desde que Truman usou a palavra “subdesenvolvido”, em 1949, ele empregou um novo significado ao termo desenvolvimento, criando um símbolo que representaria a hegemonia americana. “Duzentos anos de construção social do significado histórico-político do termo desenvolvimento foram, naquele momento, vitoriosamente usurpados e transformados” (ESTEVA, 2000, p. 60). Nesse mesmo período, os franceses adotaram o termo “terceiro mundo”, para separar os países ricos capitalistas –primeiro mundo – dos países socialistas, segundo mundo.

Segundo o autor, o termo subdesenvolvimento passou a representar e homogeneizar cerca de dois bilhões de pessoas. Naquele momento, elas deixaram de existir em sua diversidade e passaram a ser a imagem inversa da realidade alheia, uma imagem inferiorizada, que define sua identidade à imagem de subdesenvolvidos.

Portanto, a metáfora do desenvolvimento absorveu um poder “colonizante”, súbito e violento, utilizado pelos políticos da época⁵. O modo de produção industrial tornou-se o estágio final e unilinear para a evolução social. “A metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social” (ESTEVA, 2000, p. 63).

De acordo com Rocha (2006), a partir da década de 1970, o meio acadêmico e as instituições de financiamento do desenvolvimento reconhecem também que as questões relacionadas à pobreza e as desigualdades sociais não estavam sendo equacionadas com o crescimento econômico, tanto nos países ricos como nos pobres. A partir de então, a pobreza ganha centralidade nas pautas de governos nacionais e nos debates acadêmicos e sociais.

A partir da década de 1990, diante do agravamento da pobreza e da força dos movimentos sociais, o Banco Mundial inicia uma revisão de suas propostas pós-consenso de Washington, revendo suas diretrizes sobre os ajustes estruturais e defendendo os programas de diminuição da pobreza nos países periféricos (MOTA, 2015).

Isto demonstra como o Banco Mundial foi responsável por determinar, as tendências do desenvolvimento – dessa vez, desenvolvimento social – na América Latina, através da manutenção das reformas neoliberais, expansão das políticas de assistência social e de renda mínima ou inserção, voltadas para a redução dos níveis extremos de pobreza.

Nesse contexto é que emerge o neodesenvolvimentismo, modelo alternativo de desenvolvimento para a América do Sul e outros continentes considerados subdesenvolvidos,

⁵Na América Latina, o Peace Corps, o Point Four Program, a Guerra à Pobreza e a Aliança para o Progresso contribuíram para fixar ainda mais a noção de subdesenvolvimento na percepção popular e para aprofundar o sentimento de deficiência que essa percepção tinha criado. O subdesenvolvimento tornou-se a criação do desenvolvimento.

o qual deveria combinar crescimento econômico com uma melhora substancial nos padrões distributivos dos países.

A partir dos anos 2000, setores progressistas assumem vários governos de países latino-americanos, com discursos anti-imperialistas e em defesa da autonomia dos Estados nacionais, após décadas de subordinação às políticas de ajuste estruturais impostas pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI. Esses governos difundiram a ideia do crescimento econômico com desenvolvimento social (MOTA, 2015).

3 O ESTADO BRASILEIRO E A RELAÇÃO COM UMA PAUTA INTERNACIONAL SOCIOAMBIENTAL

Conforme mencionado anteriormente, o Brasil é signatário de documentos elaborados em convenções internacionais de direitos humanos e sobre o meio ambiente que demonstram como os instrumentos relacionados à pauta ambiental foram assumindo uma relação intrínseca entre a erradicação da pobreza e a conservação ambiental. Destacando-se a convenção sobre a diversidade biológica, assinada na Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Eco 92, ratificada pelo governo brasileiro em 1994, e o pacto socioambiental firmado após a Conferência Rio+20, em 2012.

Na ocasião, houve uma importante fusão entre os ambientalistas e os movimentos sociais. Foi na reunião de 1992 que se estabeleceu a pobreza como uma das geradoras da degradação ambiental, após a constatação de que muitas pessoas de baixa renda são obrigadas a viver em áreas de risco ou protegidas. Nessa reunião, também foi dado destaque ao consumo elevado promovido nos países de alta renda, uma vez que também provocam muitos impactos ambientais.

Após a Rio+20, tiveram início as negociações que culminariam nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em setembro de 2015, por ocasião da Cúpula das Nações Unidas pelo Desenvolvimento, os quais orientariam as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS são a base da Agenda 2030, tratando-se de um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros no caminho do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 também foi definida após a Rio+20, estabelecendo mais um instrumento do desenvolvimento, oficialmente adotado pelos Chefes de Estado e de Governo do mundo todo na Cúpula das Nações Unidas.

Esse quadro normativo para demonstra como a Amazônia se configura como uma área de relevante interesse, devido à sua biodiversidade e sociobiodiversidade. Essa característica é responsável pela imposição de modelos de programas de desenvolvimento e políticas econômicas e de controle ambiental e social, os quais, dados os interesses internacionais sobre o bioma, são desenhados com vistas à conservação de determinados ecossistemas.

4 A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA AMBIENTAL PARA A AMAZÔNIA PAUTADA NA CONTRADIÇÃO ENTRE CRESCIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Até 1972, ano da Conferência de Estocolmo, não havia, no Brasil, uma política ambiental propriamente dita. A política ambiental era pautada em questões específicas, como a da água, criando-se o Código das Águas, em 1934. No entanto, a ideia da necessidade de um desenvolvimento que estivesse aliado à conservação ambiental vinha crescendo, pois, o assunto se tornou pauta em diversas conferências e documentos internacionais, como o citado

relatório Brundtland, de 1987, que disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável em discussões públicas e políticas sobre questões ambientais⁶.

Contudo, em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), órgão que atuava no nível federal, e, em 1981, foi sancionada a Lei 6.938 (BRASIL, 1981), que criava o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), ano em que também foi instituído o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), responsável por assessorar a Presidência da República na formulação da Política Nacional de Meio Ambiente.⁷

Nesse período destaca-se que o país viveu uma política econômica desenvolvimentista, guiada pelos militares que impuseram ações sobre a Amazônia com base no pretexto do vazio demográfico da área. O crescimento econômico neste tipo de concepção é confundido com melhorias na qualidade de vida, como se fosse uma resposta automática ao desenvolvimento a diminuição dos problemas sociais; no entanto, o crescimento econômico do país, na época, não resultou na distribuição da riqueza, aumentando as desigualdades socioeconômicas e, por consequência, fazendo crescer a desigualdade social no Brasil. Portanto, o contexto de intensa modificação pelo qual a Amazônia passou, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, com o projeto de integração do território pelos militares (CASTRO, 2014).

A década de 1980, período caracterizado por grandes mobilizações e pela inclusão de temas ambientais na Constituição Federal, é marcada também pela criação de instrumentos como a avaliação de impactos ambientais e o licenciamento ambiental. Esses procedimentos foram incorporados à Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988a). Desde então, os órgãos responsáveis pela questão ambiental sofrem uma reestruturação. Em 1989, houve a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), que passou a incorporar diversos órgãos públicos responsáveis pela questão ambiental brasileira. Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o órgão passou a administrar as unidades de conservação federais.

Destaca-se que no Brasil uma concepção específica de desenvolvimento sustentável estava sendo construída nos anos de 1980, encabeçada pela luta dos seringueiros no Acre. A luta de Chico Mendes, o líder dos seringueiros, conquistou aliados em organizações nacionais e internacionais, pois viram em seu modo de vida um exemplo de relação sustentável entre os seres humanos e a natureza (TATAGIBA, et al, 2018).

A seguir nos anos de 1990 com o apoio de movimentos internacionais, ambientalistas brasileiros socioambientalistas, baseados na ideia de um desenvolvimento sustentável vinculada à defesa do direito dos povos tradicionais de continuar seus modos de vida em seus territórios, conseguiram promover a criação da primeira reserva extrativista. Estimulada pela luta dos seringueiros e da repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes, levando o governo federal a decretar a criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, em 1990 (TATAGIBA, et al, 2018). A primeira RESEX marinha brasileira foi criada em 1997 em Arraial do Cabo, Rio de Janeiro.

Ressalta-se ainda a participação da Igreja Católica na formação política de lideranças que estavam na reivindicação desses territórios e dos direitos das populações tradicionais. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram forte presença na Amazônia, a partir da década de 1970.

⁶Os estudos como os de Rachel Carson (1962) que em 1962 demonstrou os efeitos danosos do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (“DDT”), sobre animais e seres humanos; e o relatório do Clube de Roma (Meadows et al, 1972) também foram fundamentais para despertar a questão ecológica no mundo.

⁷Até os anos 1970, a gestão dos vastos recursos naturais brasileiros se subordinava plenamente ao desenvolvimento econômico. A partir dos anos 1970, ativistas de movimentos ambientalistas participaram da construção de um subsistema autônomo de política ambiental, muitas vezes, ocupando cargos governamentais. Desde então, as políticas ambientais se tencionam com outras políticas públicas, especialmente as ligadas ao desenvolvimento econômico (TATAGIBA, 2018, et. al, p.119).

De acordo com De Faria (2002) o processo de inserção e desenvolvimento do catolicismo na região do Acre, por exemplo, ocorreu em vários períodos, o período entre 1970 e 1990 foi de mais forte atuação da Pastoral Libertadora, e o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Ressalta a autora que:

o contexto social era de grande opressão, pois o governo incentivava a transformação dos seringais, a destruição da floresta, os desmatamentos, provocando inchamento das cidades. A Igreja Católica, nessa situação, começou a se questionar sobre o valor das obras sociais com a Pastoral, em conjunto com os bispos do Brasil e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) (DE FARIA, 2002, p. 26).

A ação das CEB's e pastorais fomenta ainda, a criação de importantes espaços de participação para as mulheres rurais, denominados de Clube de Mães. Foram espaços, articulados pela igreja católica, que possibilitaram a construção e mobilização de movimentos de mulheres, como o Movimento das Quebradeiras de coco babaçu (MIQCB) e o Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MNEPA).

A partir dos anos 2000, outras políticas foram implementadas. O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), coordenado pelo MMA e gerenciado financeiramente pelo FUNBIO, foi lançado em 2002, para ser executado em três fases. Tem por objetivo proteger, no mínimo, 60 milhões de hectares da Amazônia brasileira. Junto à aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é responsável pela criação e regulamentação das UC's, foram sem dúvida, de extrema relevância na criação e consolidação de áreas protegidas na Amazônia brasileira.

A pesquisadora Mary Allegretti (2006), ao analisar as políticas implementadas nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva no que se refere à agenda do desenvolvimento na Amazônia, do ponto de vista ambiental, levanta que o modelo econômico inaugurado pelos militares, baseado em uma economia de fronteira⁸, continuou vigente até a atualidade.

Verifica-se nesse contexto o conflito a respeito dos diferentes conceitos sobre a natureza. “De um lado, as políticas econômicas facilitam investimentos que visam o acesso à terra e aos recursos; de outro, as políticas ambientais viabilizam o avanço da agenda da sustentabilidade” (ALLEGRETTI, 2006, p.17).

A Amazônia se configura nesse cenário como área de interesse, dada a notável biodiversidade e potencialidade de recursos naturais. Isso fica evidente nos discursos proferidos durante os eventos que discutem as questões ambientais, nos quais a Amazônia quase sempre fica relegada ao papel de reserva de recursos que precisam ser conservados para interesses futuros, muitas vezes, sem considerar as populações que residem na área.

Todavia, no Brasil existem várias experiências de elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de regiões consideradas de grande potencial sustentável, como a Amazônia, e as políticas ambientais guardam em sua concepção a ambígua estratégia do desenvolvimento aliada à conservação ambiental.

Dessa forma, as políticas ambientais são concebidas com objetivos nem sempre evidentes de valoração da natureza, como nas próprias reservas extrativistas, categoria criada no SNUC para atender a ideia da sustentabilidade. As UC's geraram várias normas e mudanças que alteraram o modo de vida das populações tradicionais, moradoras das áreas atendidas, e, em muitos casos, os planos de uso e manejo não levam em consideração conhecimentos tradicionais referentes às atividades produtivas realizadas nas reservas.

Portanto, notamos no país a conflitualidade entre a implementação de um modelo de desenvolvimento voltado ao crescimento econômico e a efetividade das questões associadas à

⁸ “[...] o desenvolvimento econômico de áreas remotas, sem direitos de propriedade definidos, viabilizada por políticas públicas que incentivam o acesso aos recursos naturais e seu uso predatório” (ALLEGRETTI, 2006, p.16).

sustentabilidade, gerando diversos conflitos socioambientais. Os diversos debates travados ao longo da elaboração do SNUC foram bastante tensos, o que envolveu a escolha das categorias. Mas, ao final, a lei ganhou duas categorias para abrigarem a ideia da sustentabilidade: Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Extrativistas (Resex).

As populações tradicionais possuem saberes e desenvolvem técnicas, muitas vezes, incompatíveis com a concepção de conservação e sustentabilidade e, por consequência, de desenvolvimento desses territórios pelos órgãos oficiais. Todavia, tais saberes se revelam fundamentais na manutenção dos próprios territórios e do modo de vida dessas populações. Dessa forma, se faz necessário analisar as questões relativas ao desenvolvimento e conservação ambiental a partir do local, dos territórios ocupados pelas populações tradicionais e suas ações, como destaca Escobar (2005).

As pesquisas que foram realizadas em UC's, na Amazônia, por Oliveira (2001), Moura (2007), Simonian (2010), Costa (2014), Moreira (2017), por exemplo, abordam o estudo de políticas públicas, principalmente o processo de implementação, no contexto de Unidades de Conservação, bem como as consequências geradas pela criação dessas UC's e sua relação com os modelos de desenvolvimento e sustentabilidade.

A análise de Castro et al. (2014) sobre a implementação de Mega Projetos na Amazônia, sob influência da teoria crítica, parte da perspectiva da teoria de campo para analisar o espaço social de forma relacional. Assim, para a autora, trata-se de uma arena de negociações e de disputas, que aparece na formulação e implementação de políticas públicas, nas redes urbanas, nos debates acerca da comunicação e da mídia como arena e na configuração de ideias sobre o desenvolvimento.

Por sua vez, o desenvolvimento é tratado como campo relacional, em que os discursos produzidos encontram sentido e eficácia simbólica. A construção do discurso de desenvolvimento se ancorou nas teorias do século XX sobre o crescimento econômico. Sob o prisma do crescimento a relação sociedade e natureza ocorre de maneira instrumentalizada, pois os recursos para obtenção de bens através do trabalho são retirados da natureza, concebida como fonte inesgotável desses recursos que por sua vez vão gerar utilidades, ou bens para o consumo.

Sendo assim, a crítica ao modelo de desenvolvimento direcionado à hegemonia do crescimento econômico está atrelado ao colonialismo, ou seja, entende-se o discurso do desenvolvimento equivalente ao discurso colonial. De acordo com Castro e Figueiredo (2014) trata-se de um sistema de crenças organizadas sob uma lógica relacionada à expansão de capitais, ao sistema de mercado e da economia globalizada e que precisa ser repensado radicalmente

Nesse sentido, de acordo com o exposto, infere-se que a análise das consequências dos Mega projetos na Amazônia realizada por Castro et al (2014) tem por base a crítica ao modelo de desenvolvimento aliado ao crescimento econômico. De acordo com Castro (2015, p. 243) “o desenvolvimento é antes de tudo uma construção política e ideológica e por isso é um discurso produzido. Um discurso de poder e de legitimação simbólica e relações sociais estabelecidas.”

O crescimento econômico como grande medidor ou sinônimo de desenvolvimento, além de principal justificativa para a imposição de projetos homogeneizantes nos países mais pobres, gerando uma consciência de superioridade dos mais ricos, foi um dos motivos que possibilitou o questionamento do modelo economicista e a confirmação de sua inviabilidade.

Percebemos que a partir dessas preocupações o termo sustentabilidade se tornou em pouco tempo um dos mais expressivos adjetivos para o desenvolvimento, sendo até a atualidade e com muito maior rebatimento, a base para todo arcabouço de políticas elaboradas pela maioria dos países em torno de questões sobre conservação ambiental.

A construção da categoria lugar como espaço de pertencimento, cultura e vida. Partindo da proposta de decolonização do conhecimento, valoriza o conhecimento construído a partir do lugar, conforme apresentado por Arturo Escobar (2005). O autor critica a concepção de desenvolvimento, afirmando que este desloca o tempo e o espaço e propõe sua desconstrução, possibilitando a ideia de construção de um pós-desenvolvimento, que, por sua vez, não possui uma única e homogênea matriz teórica de pensamento.

Para Escobar, o modelo do desenvolvimento deve ser superado como um todo, pois conforme demonstra Radomsky (2011), formas de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza são sacrificados em favor de um modo racional de governo, com a constituição de programas de crescimento econômico que supostamente vão gerar bem-estar e qualidade de vida para as populações entendidas como pobres.

Essa crítica pode ser localizada também em documentos e manifestações da sociedade civil, como movimentos sociais, associações, sindicatos e pastorais religiosas entre outros. Destaca-se o documento publicado pelo Vaticano, de autoria do Papa Francisco, a Carta Encíclica *Laudato Sí*. Apresenta uma forte crítica ao modelo de desenvolvimento pautado no crescimento econômico e que não leva em consideração os limites da natureza, ressaltando as consequências ambientais e sociais do modelo, pois aborda temas como, mudança climática, poluição, qualidade e acesso à água, perda da biodiversidade, entre outros.

A encíclica ao abordar a terra como nossa casa comum traz reflexões sobre os direitos da natureza, ética do cuidado, as desigualdades de exposição aos riscos ambientais e a construção moderna de separação do homem da natureza. Mostra-se, portanto, bem atual e vai ao encontro das discussões que propõe alternativas ao desenvolvimento.

Os eixos que norteiam a discussão do documento são: a relação entre pobreza e a questão ambiental e que, portanto, tudo está conectado no mundo, a análise crítica da utilização de novas tecnologias, o apelo para pensarmos de maneira diferente a economia e o progresso, a responsabilização da política nacional e internacional, e do Estado, a apreciação de um modo de vida pautado no consumo, a cultura do descarte, o destaque para o sentido humano da ecologia e a valorização da vida de cada criatura.

O documento reconhece que outras igrejas e comunidades cristãs, bem como outras religiões também tem desenvolvido reflexões sobre a degradação e destruição do ambiente. Porém, destaca: “As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas” (FRANCISCO, 2015).

Dessa forma, chama a atenção para a superficialidade e fragilidade das nossas reações que na prática buscam conciliar estilos de vida pautados na produção e no consumo com práticas sustentáveis, o que convém a ideologia do desenvolvimento sustentável. E chama para a compreensão e efetivação de uma ecologia integral que considere aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos a fim de alcançar o bem comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável a partir dos pressupostos da Teoria Crítica e outras contribuições, a fim de evidenciar a contradição presente no discurso que envolve o conceito. Destacou-se ao longo do trabalho que o conceito surge para amenizar os resultados de uma crise socioambiental provocada pelo próprio sistema de produção capitalista.

Dessa forma, a concepção de desenvolvimento sustentável se apresenta dissociada das contradições inerentes ao próprio processo histórico que a originou. Tornou-se uma ideia instrumentalizada, a ser disseminada sem questionamentos, discussões e reflexões. O desenvolvimento sustentável se apresenta também como concepção aparente, uma alegoria, que dissimula suas contradições e a ambiguidade da relação crescimento e conservação.

Portanto, o desenvolvimento se apresenta como uma espécie de ilusão social, criada a partir da atribuição do adjetivo “desenvolvido” aos países industrializados, que tiveram grande retorno financeiro com esse modelo. Dessa forma, contribuindo para a concepção do desenvolvimento, acredita-se, também, na ilusão de que todos os países podem chegar a este patamar um dia, criando-se estágios nos quais os países não industrializados passaram a ser chamados de subdesenvolvidos. Na verdade, o modelo desenvolvimentista acirrou as desigualdades no interior das sociedades.

Observamos também que o papel da natureza no imaginário ocidental sobre a América Latina tem duas faces: por um lado, os recursos naturais contidos no continente são extremamente valorizados e sua preservação é tida como fundamental; por outro, o subdesenvolvimento e a fragilidade das instituições marcam a incapacidade da América Latina em lidar com essa biodiversidade e preservá-la.

Surgindo nesse contexto as ideias de justiça social e a concepção de desenvolvimento sustentável que definem como obrigação do crescimento econômico a promoção da distribuição equitativa dos resultados do processo produtivo, a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida da população, em sintonia com o uso racional dos recursos naturais, assim como a valorização da natureza pelos serviços ambientais que proporciona.

Apesar das contradições apontadas, admite-se que houve grande avanço nas garantias das populações tradicionais sobre os territórios tradicionalmente ocupados e na utilização dos recursos naturais. Atualmente, a grande ameaça para as Unidades de Conservação de uso sustentável no Estado do Pará, são os pedidos de recategorização para Áreas de Proteção Ambiental (APA), nesta categoria haveria menos regras de uso e manejo nos territórios, além de menor participação das populações na gestão, o que poderia contribuir para a degradação dos ecossistemas protegidos. Isto ocorre juntamente as medidas adotadas em 2019 pelo atual governo, de flexibilização de leis ambientais e desmonte de órgãos de gestão e fiscalização ambiental.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Ed. Abril, 2012.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALLEGRETTI, M. Do Avança Brasil ao PPA de Lula: o que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimentismo na Amazônia. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 32, p. 15-34, jan./jun. 2006.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 18, p. 39-59, dez. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988a.

_____. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981.

_____. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza.** Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

CARSON, R. **Silent Spring.** USA. Houghton Mifflin, 1962.

CASTRO, E. et al. Mega projetos e novos territórios do capital: infraestrutura de transporte e portuária na Amazônia. *In:* CASTRO, Edna e FIGUEIREDO, Silvio (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público.** Belém: NAEA, 2014, p.14-42.

CASTRO, E; FIGUEIREDO, S. O lugar do desenvolvimento nas arenas públicas. *In:* CASTRO, E; FIGUEIREDO, S (Orgs.). **Sociedade, campo social e espaço público.** Belém: NAEA, 2014, p.7-13.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. *In:* FERNANDES, C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (Orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo.** Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2015. p. 225-246.

COSTA, A. P. **Políticas públicas e desenvolvimento nas RESEX Verde Para Sempre e Arióca Pruanã - Pará.** Belém, 2014. 424 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7761>. Acesso em: 1 nov. 2017.

DE FARIA, A. C. **Catolicismo Popular, Comunidades Eclesiais de Base (Ceb's) e Movimento Social: o Caso da Reserva Extrativista Cazumbá-Iracema.** Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciência da Religião, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2002.

DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis.** São Paulo: NUPAUB/USP, 2003.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec; USP/CEC, 2008.

ENRIQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In:* LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 133-168.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. *In:* SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Tradução: Vera Lúcia M. et al. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica.** *In:* Horkheimer, M.; Adorno, T. W. **Textos Escolhidos.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

HORKHEIMER, M. **Filosofia e teoria crítica.** São Paulo: Abril Cultural. 1983.

HORKHEIMER, M. & ADORNO, T. “Sociologia e investigação social empírica” in **Temas básicos de Sociologia.** São Paulo: Cultrix, 1978.

HIRSCHMAN, A. O. **A Generalized Linkage Approach to Development,** with Special reference to Staples. *Economic Development e Cultural Change.* USA: University of Chicago Press, nº.25 (suplem.), 1977, p.67-98.

HUNT, D. **Economic Theories of Development: na Analysis of Competing Paradigms**. Great Britain, 1989.

IGREJA CATÓLICA, FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si: sobre o cuidado da casa comum**. São Paulo: Paulinas, 2015.

MEADOWS, D. H; MEADOWS, D L; RANDERS, J; BEHRENS, W W. **The limits to growth**. New York, 1972.

MOREIRA, C. C. S. **Entre a Conservação Ambiental e a Transferência de Renda: O Programa Bolsa Verde em uma Resex Marinha na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. PPGSA Belém, Pa: UFPA, 2017.

MOTA, A. E. Prefácio. In: NASCIMENTO, Maria Antonia (Org.). **Tempo de bolsas: estudos sobre programas de transferência de renda**. Campinas: Papel Social, 2015. p. 9-13.

MOURA, E. A. F. **Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamiráua, estado do Amazonas, Brasil**. Belém, 2007. 314 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MULLER, A. Las Teorías del desarrollo: algunas reflexiones desde la actualidad. In: **Economia e Tecnologia**, Campinas, V. I. n.º. I., 1998, p.4-29.

OLIVEIRA, M. S. de. **Políticas públicas e ações de desenvolvimento para as populações tradicionais da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre, Brasil**. Belém, 2001. Dissertação (Mestrado) – Curso Internacional de Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

RADOMSKY, G. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-62, fev. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000100009>. Acesso em: 1 nov. 2017.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcs, 2010.

SIMONIAN, L. T. L. (Org). **Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá**. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

TATAGIBA, L. et al. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Ideias e Experiências na Construção de Modelos Alternativos. In: **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. PIRES, R. et, al (Org). Brasília: Ipea: Enap, 2018.

VIZEU, F. et al. Por uma Crítica ao Conceito de Sustentabilidade nos Estudos Organizacionais. **Anais do VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Curitiba, 2012.

**“QUE RUFEM OS TAMBORES”:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA EM UMA BANDA ESCOLAR
EM SANTARÉM/PA.**

Renata Souza da Silva¹

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma disciplina cursada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, onde foram abordados aspectos do estudo etnográfico e seu uso nas pesquisas de campo de cunho, principalmente, antropológico. Foi então que em busca de responder as questões: de que forma a preparação de uma banda escolar, tanto em seu aspecto técnico-musical quanto social, é percebida pelo olhar de um terceiro? Que tipo de ambiente uma banda escolar oferece aos seus? Quais relações são desenvolvidas nesse ambiente? Este trabalho pretende colaborar com o entendimento desse segmento musical e com futuros pesquisadores que se interessam pelo tema. Diante disso, esta pesquisa propôs-se a investigar o ambiente sócio musical de uma banda escolar através de uma experiência etnográfica, na qual foram acompanhadas a preparação e ensaios, bem como, a performance no III Concerto da Banda de Música da Escola Deputado Ubaldo Corrêa na cidade de Santarém/PA. Com essa pesquisa ficou claro o envolvimento e significado social que essa prática possibilita, e ainda, existem aspectos que somente podem ser sentidos se presenciados; aspectos esses que também são difíceis de descrever, talvez pelo fato de que o “being there” de Geertz (1998), nesse caso, não se refira a um lugar, mas a um sentir da atmosfera proporcionada pelo momento e pelo som.

Palavras-chave: Banda Escolar. Experiência etnográfica. Relações sociais.

ABSTRACT

This article was developed from a course taken at the Graduate Program in Society Sciences at the Federal University of Western Pará - UFOPA, where aspects of the ethnographic study and its use in field research, mainly anthropological, were discussed. . It was then that in an attempt to answer the questions: how is the preparation of a school band, both in its technical-musical and social aspect, perceived by the eyes of a third party? What kind of environment does a school band offer its students? What relationships are developed in this environment? This work intends to collaborate with the understanding of this musical segment and with future researchers who are interested in the theme. Therefore, this research proposed to investigate the socio-musical environment of a school band through an ethnographic experience, in which the preparation and rehearsals were accompanied, as well as the performance in the III Concert of the Music Band of Escola Deputado Ubaldo Corrêa in city of Santarém / PA. With this research it became clear the involvement and social meaning that this practice makes possible, and yet, there are aspects that can only be felt if witnessed; aspects that are also difficult to describe, perhaps due to the fact that the “being there” by Geertz (1998), in this case, does not refer to a place, but to a feeling of the atmosphere provided by the moment and the sound.

Keywords: School Band. Ethnographic experience. Social relationships.

Data de submissão: 10/07/2020

Data de aprovação: 26/08/2020

¹ Licenciada em Música e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, Participante do projeto de pesquisa: Memória, sociabilidades e cultura ribeirinha - Nupeam/UFOPA. E-mail: renata_06stm@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma disciplina cursada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, em que foram abordados aspectos do estudo etnográfico e seu uso nas pesquisas de campo de cunho, principalmente, antropológico. Nesse sentido, verificou-se que a etnografia pode contribuir ricamente com o pesquisador que procura desvelar um ambiente que é estruturado muito além de seu espaço físico ou de sua estruturação organizacional, apresentando elementos relacionais e valores subjetivos que necessitam de método mais adequado para o alcance de seus objetivos.

Para tanto, optei por direcionar a pesquisa ao campo das bandas escolares da cidade, já que são grupos musicais muito presentes e populares na região. Por atuar na área da educação musical e por já ter sido membro de uma banda escolar, me questionei enquanto pesquisadora, se poderia desenvolver um estudo sobre um objeto tão familiar sem interferir de forma significativa nesse novo ambiente que antes era intrínseco a minha atuação profissional e que agora me inquietava de forma a causar estranhamentos antes imperceptíveis.

Foi então que em busca de responder as questões: de que forma a preparação de uma banda escolar, tanto em seu aspecto técnico-musical quanto social, é percebida pelo olhar de um terceiro? Que tipo de ambiente uma banda escolar oferece aos seus? Quais relações são desenvolvidas nesse ambiente? Este trabalho pretende colaborar com o entendimento desse segmento musical e com futuros pesquisadores que se interessam pelo tema.

Diante disso, esta pesquisa propôs-se investigar o ambiente sócio musical de uma banda escolar através de uma experiência etnográfica, na qual foram acompanhadas a preparação e ensaios, bem como, a performance no III Concerto da Banda de Música da Escola Deputado Ubaldo Corrêa na cidade de Santarém/PA.

Este trabalho foi organizado em 3 partes, além desta introdução, alguns subtítulos remetem-se a elementos de uma partitura musical. A primeira seção Relações sociais e o fazer musical: contextualizando o objeto de pesquisa, discorre sobre referencial teórico da pesquisa e apresentação do local pesquisado; em seguida apresenta-se a seção referente a descrição resumida dos registros feitos em campo e intitula-se Diário de bordo, contendo 3 subseções que descrevem o primeiro e o segundo ensaio e o concerto, estas subseções foram nomeadas com expressões constituintes do fazer musical no ambiente estudado; por fim, as Considerações finais: “Da sensível à tônica” apresenta os resultados da pesquisa, ressaltando os elementos vistos, ouvidos e percebidos nessa experiência etnográfica.

1 RELAÇÕES SOCIAIS E O FAZER MUSICAL: CONTEXUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA.

A produção (ou fazer) musical e seus efeitos podem ser diversos, tanto para aqueles que executam esta linguagem em uma *performance* quanto para os que a “recebem”, transformando o evento musical em um momento de interação entre músicos e sua audiência e é nesse momento que surge a “comunicação que geralmente resulta em vários níveis de satisfação, prazer e até êxito” (SEEGER, 2008).

Max Weber em seu livro *Fundamentos Racionais e Sociológicos da Música* (1995) discorre sobre vários aspectos musicais demonstrando seu domínio técnico musical e seu interesse em apresentar a música como expressão decisiva no processo de racionalização, evitando conceituá-la de forma geral, analisando-a através de seu progresso em termos de sua estrutura e notação e “estabelecendo relações causais empíricas e históricas” (WAIZBORT, 2008).

Por muitos momentos na história, a música foi tratada como ferramenta facilitadora de aprendizagem e se demonstra presente na cultura de diversos povos, contribuindo para a

aquisição de valores e hábitos indispensáveis na construção da identidade coletiva. A arte (inclui-se a música como linguagem artística) e cultura são aspectos sociais indissociáveis. Para Merriam (1977) a música é parte integrante da cultura e do comportamento humano e reflete a sociedade em que se encontra.

Diante disso, o fazer musical contribui e faz parte das relações sociais estabelecidas em diferentes grupos e de diferentes formas. A compreensão do ambiente e como a música está sendo produzida, tal qual, o modo que contribui nas relações cultivadas; é relevante para o entendimento das suas funções. Merriam (1964) estabelece 10 funções sociais da música dentre elas a de “*comunicação*” e a de *contribuição para a integração da sociedade*. É sobre a colaboração do fazer musical às relações sociais e aspectos associados é que o olhar desta pesquisa foi direcionado, não especificamente, para o desenvolvimento da técnica musical, sem descartá-la como elemento constituinte do ambiente a ser desvelado.

Oliveira (1998) relata que em uma pesquisa em que o observador desenvolve um processo de imersão no campo, como ocorre na etnografia, são necessárias três etapas a serem cumpridas: *o olhar, o ouvir e o escrever*. No olhar e no ouvir, realiza-se o momento de percepção do pesquisador em campo, porém, será no escrever que as relações do que foi estudado previamente e experienciado em campo são fundidos em novos questionamentos e produções de discursos que sejam próprios da construção da teoria social.

Geertz (1998) já apresenta duas etapas distintas na investigação empírica: o “*being there*”, e o “*being here*”, em tradução livre “*estar lá*” e “*estar aqui*”. No “*being there*” há referência ao momento de estar no campo, o que podemos relacionar ao “*olhar e ouvir*” do pensamento de Oliveira (1998); e o “*being here*”, ao momento em que o pesquisador retira-se do campo para registrar e refletir sobre a experiência; podemos então relacionar a terceira etapa descrita por Oliveira (1998), o “*escrever*”. Portanto, as etapas descritas são importantes orientações em como caminhar pelo estudo antropológico e utilizar da etnografia para o desenvolvimento de estudos sobre a sociedade.

Em se tratando da cidade de Santarém, estado do Pará, *locus* desta pesquisa, reconhece-se desde sua fundação (séc. XVII), contínua história de movimentos artísticos que resultou em considerável produção de obras e autores diversos. Essa produção consolidou de forma visível a sistematização do ensino da música desde essas épocas, a maioria das escolas, tanto públicas quanto particulares mantem em suas atividades a música através da formação de bandas.

Santarém é um município que está localizado na região Oeste do Pará; e segundo o IBGE, ocupa uma área de 22.887 km², possui 294.580 habitantes e está a 1.400 km² de distância da capital do estado, Belém. Há uma tradição musical evidente no histórico de formações de bandas (militares, escolares e fanfarras) que é prestigiada principalmente nos desfiles cívicos da semana da Pátria – que acontece entre os dias 1 e 7 de setembro – mas também nos famosos festivais locais de bandas e fanfarras, que atualmente é desenvolvido pelo poder público municipal.

Os eventos culturais realizados na cidade contam com a participação massiva da população, um desses eventos, que é voltado às bandas escolares, é o Festival de Bandas e Fanfarras, que incentiva a produção musical nas escolas através da premiação em instrumentos para formação das bandas; as vencedoras do festival (1º, 2º e 3º lugares) são premiadas com instrumentos de sopro para a composição dos seus grupos musicais.

Eventos que envolvem música são populares em qualquer lugar do mundo (SEEGGER, 2008) e se apresentam de variadas formas e estilos – festivais, shows, projetos, entre outros e para que sejam desenvolvidos de forma satisfatória; os atores deste meio seguem, na maioria das vezes, uma rígida preparação musical, física e emocional; e apesar da diversidade dessas atividades, certas características permanecem.

Além do Festival de bandas de Santarém, que já foi tema da dissertação de mestrado de Fonseca (2016), a semana da Pátria também é grande atração na cidade. Durante a primeira semana do mês de setembro, as escolas públicas e particulares, instituições de cunho religioso, projetos governamentais, militares, entre outras organizações; desfilam nas principais ruas da cidade acompanhados das Bandas Marciais, que ditam a cadência de marcha ao som de dobrados e repertório temático variado.

Nesse contexto, grupos musicais formados com instrumentos de sopro – aerofones, como, saxofones, clarinetes, trompetes e trombones – e instrumentos de percussão – membranofones, como bumbos, caixas e surdos e vibrafones, como os pratos musicais – passaram a ser inseridos nas escolas com a finalidade primária de acompanhar o desfile das instituições durante a Semana da Pátria; tocando músicas que ditam o andamento e marcam a principal característica desses eventos: a locomoção em marcha (herança militar).

A esses grupos musicais que apresentam formação semelhante à banda militar, e que se desenvolvem dentro das escolas, chamamos de banda escolar. Souza (2010) já destaca em sua pesquisa, que investigações sobre os processos encontrados no ambiente de uma banda escolar, favorece o entendimento não só da música como linguagem técnica, mas também seus aspectos socioculturais.

Entre os anos de 2010 e 2012, resolvi ingressar em uma banda escolar para melhor desenvolver minha aptidão musical e aprender um instrumento de sopro, e este, foi meu primeiro contato com uma Banda Marcial. Foi então que pude perceber o quão árduo é o trabalho desenvolvido nesses grupos musicais e como os participantes se empenhavam em busca da perfeição na apresentação, sendo que os músicos passam por uma preparação contínua que antecede tais eventos, para que desenvolvam a música de forma significativa e assim, justifiquem sua estadia perante o público e, conseqüentemente, o apreço deste.

Além da preparação para a semana da Pátria, que é um evento muito prestigiado pela população santarena, desde 2008 a Prefeitura de Santarém organiza o Festival de Bandas e Fanfarras. Nesse evento, as bandas fazem suas apresentações musicais e coreográficas, e disputam nas categorias: Fanfarras Simples (composta por instrumentos de percussão: bumbos, pratos, surdos, entre outros; Fanfarras com melodia (que apresenta em sua formação tanto os instrumentos de percussão quanto cornetas e cornetões) e Banda show.

Durante o mês de novembro pude acompanhar, conversar e conhecer melhor uma banda da Escola Municipal Deputado Ubaldo Corrêa, também conhecida como BAMDUC, que existe desde 2002 e já passou da formação de uma fanfarras simples para uma Banda Marcial, através do incentivo do “Projeto Música na Escola” também promovido pelo poder público municipal.

A BAMDUC funciona na escola municipal mencionada, que fica localizada às margens da Rodovia Fernando Guilhon, no Bairro do Santarenzinho, e já foi tida como um educandário que representava um ambiente hostil, com venda e uso de drogas e de encontro de gangues, mas segundo aquilo que presenciei nas conversas com as pessoas que frequentam a instituição, essa prática já foi controlada e que muita gente externa à escola ainda tem essa impressão como relatado no histórico da banda; este documento me foi enviado pelo responsável da banda na escola que coletou dados com ex integrantes e antigos coordenadores:

“Devido haver na escola um grande número de ocorrência de violência tanto no entorno da escola e até mesmo dentro, onde as chamadas “gangues” se encontravam devido à localização da escola naquela época estar desprotegida de vizinhos. Como estratégia em 2003, foi feita parceria entre escola e 3º BPM [...]a cada dia o desempenho da banda crescia e ajudava a Escola a conquistar o respeito da comunidade e dos gestores públicos da época”

Atualmente a escola recebe alunos que geralmente moram próximo à instituição e, grande parte são moradores do Residencial Salvação (onde moram mais de 3.000 famílias), e por essa razão, ao se locomover pela rodovia nos horários de 7h e 13h, pode-se verificar um grande número desse alunado dirigindo-se à escola a pé, identificados com o uniforme escolar. Meu trajeto diário, este em que observo esse “pequeno igarapé de alunos”, se faz por eu exercer a função de professora de Artes nessa escola, porém, não tenho ligação direta às atividades banda, apenas como observadora e apreciadora de trabalhos como esse.

A BAMDUC aceita em sua formação, alunos, ex alunos e algumas pessoas da comunidade (após análise da gestão do projeto em que a banda está inserida e da coordenação pedagógica da escola), mas em sua maioria, os alunos/músicos estão efetivamente matriculados na escola.

Os ensaios e as aulas de teoria musical perduram ao longo do ano, incluindo os meses de Julho e Janeiro (período de férias escolares), para não perder o contato com os alunos, bem como dar continuidade aos estudos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa foi desenvolvida sob forma de etnografia seguindo os padrões abordados do olhar, ouvir e ver, já citados nos trabalhos etnográficos por Lévi-Strauss (com a modificação do último verbo para ler), por Oliveira (1998), dentre outros antropólogos. Inserindo-me como pesquisadora nos ensaios da Banda da Escola Municipal Deputado Ubaldo Corrêa, localizada na cidade de Santarém/PA, e acompanhando-os até a realização do III Concerto BAMDUC (nome utilizado para referir-se à banda).

2 DIÁRIO DE CAMPO:

2.1 PRIMEIROS COMPASSOS

No primeiro dia de campo, fui ao ensaio somente para observar, sem a intenção inicial de conversar com os participantes, até para não prejudicar o andamento dos eventos e desfocar os músicos, o que pareceu, aparentemente, difícil de concretizar como será abordado mais adiante.

Cheguei às 17h, e por já ter intimidade com o ambiente, me direcionei primeiramente à sala dos professores onde encontrei o regente e responsável pela banda, tivemos uma breve conversa, eu já o conhecia por ele também lecionar a disciplina de arte na escola, porém pouco conversávamos já que trabalhamos em turnos diferentes, foi então que iniciamos breve diálogo, pois a hora de iniciar o ensaio (17h30) já estava próxima. Nesse curto momento, o regente comentou-me que a dinâmica de ensaio iniciava-se com o estudo individual ou em naipes – grupos de instrumentos iguais ou da mesma família - dos alunos/músicos e posteriormente todos seriam direcionados à quadra para o ensaio coletivo, a banda estava em preparação para seu II Concerto anual a ser realizado em data próxima.

Subi então uma longa rampa que interliga as salas de aula e termina numa área coberta que é utilizada como refeitório e antecede a quadra. Ao percorrer a rampa pude observar que os estudantes de música se espalhavam pelas salas de aula e áreas externas da escola, sempre procurando um lugar que estivesse longe dos instrumentos de outros naipes para não se distrair com o som dos colegas, essa seria uma missão difícil pois a estrutura da escola não apresenta nenhuma possibilidade de isolamento acústico ou pelo menos uma tentativa de minimizar o som produzido.

Alguns rostos familiares das turmas da manhã, nas quais leciono, me reconheciam e quase podia ouvir seus pensamentos pelas expressões faciais. O que ela está fazendo aqui? A primeira impressão que tive é de que eles estavam completamente incomodados com a minha presença, como se estivesse ali para avaliá-los de alguma forma. Não me ative a observar os estudos, mas verifiquei que estavam em estudos individuais e de naipe portavam apenas

instrumentos de sopro (flautas, clarinetes, saxofones, trompetes e trombones), representando uma parcela majoritária da banda, porém faltava a percussão.

Segui então até a quadra e lá já se encontrava o grupo de percussão (bumbos, surdos, caixas e pratos), ensaiando, alinhados à frente de um condutor, aparentemente aluno veterano da banda, que os direcionava na execução musical das peças. Então sentei-me na arquibancada, ao lado de outros alunos e pais que por ali estavam, observei a aproximação do professor/regente que logo pediu a outros que chamassem todos os músicos de sopro que estavam em seus estudos individuais e de naipe.

Então, percorri o olhar através dos rostos (alguns conhecidos), me pareceram tão jovens e tão focados no que estavam fazendo, diferentemente do que demonstram no dia a dia em sala de aula, essa observação remeteu-me a Geertz, pois trata-se de uma percepção que se apresenta com mais clareza quando o pesquisador está *in loco* e presencia os fenômenos *being there*.

2.2 DO "S" AO CODA: O SEGUNDO ENSAIO.

Na segunda visita, cheguei por volta das 17h30min e direcionei-me novamente à sala dos professores onde encontrei, como da primeira vez, o regente da banda e perguntei se podíamos ter uma conversa mais detalhada sobre a estadia dele na escola e na banda.

O regente então me contou que está ali a cerca de 5 anos, quando assumiu o cargo de professor de arte (o mesmo é formado no curso de Licenciatura Plena em Música pela Universidade do Estado do Pará – UEPA e concursado no cargo de professor de arte do 6º ao 9º ano) e foi justamente neste momento que o responsável pela Banda com seu cargo voluntário naquele ano, chegou e entregou seu posto. Portanto, ficaria sem aquela atividade extraclasse que era muito apreciada pelos alunos (a BAMDUC já existia desde 2002, pouco mais de uma década antes da chegada do atual regente na escola, porém apresentava formato de fanfarra, somente com instrumentos de percussão - bumbos, surdos, pratos).

2.3 DA CAPO AL FINE: O III CONCERTO ANUAL DA BAMDUC.

No dia 20 de novembro de 2019 foi realizado o III Concerto BAMDUC na Casa de Cultura, localizada na Avenida Borges Leal, Bairro Santa Clara, em Santarém-PA; às 20h. Cheguei ao local do evento por volta das 19h e já avistei os alunos/músicos aquecendo, estudando seus instrumentos em preparação para apresentação, todos estavam trajando vestimentas sociais padronizadamente pretas. As meninas trajavam vestidos longos e os meninos camisa, calça e sapatos sociais. Era perceptível o capricho nos acessórios, penteados e maquiagem, representando a importância do momento, bem como a presença dos pais e familiares dos alunos, também empossados de vestimentas aparentemente, escolhidas com cuidado.

Às 20h30min o evento iniciou com as boas-vindas do cerimonialista que continuou com a seguinte fala: “Há 16 anos, a escola que era conhecida por abrigar integrantes de gangues, traz um espetáculo à Santarém, comprovando que a música pode transformar realidades” disse em tom efusivo, confirmando a “má fama” com que a escola convive referente à fatores que aparentemente foram superados. Era perceptível o envolvimento pessoal na fala do mestre de cerimônia, assim como seu apreço pelas atividades da Banda em seus comentários.

As apresentações começaram com a participação do grupo de dança da escola, intitulado DANCEDUC, com a coreografia Mova-se elaborada pelos próprios alunos que, ao que me parece, estão sem professor (durante o ano havia uma professor de dança que

organizava, montava as coreografias e ensinava aos alunos), porém, é importante ressaltar que a qualidade do que foi montado e apresentado por eles foi de admirável rigor artístico.

Em seguida as apresentações percorreram por peças executadas por grupos menores subdivididos em naipes; iniciando pelos instrumentos de percussão com composição adaptada pelo regente e arranjo próprio para o evento. Após a percussão, o grupo de flautas transversais apresentou a Música Photograph de composição de Ed Sheren e Arranjo de um ex aluno e integrante da Banda e atual acadêmico do Curso de Música, é importante salientar que as atividades desenvolvidas pela Banda podem incentivar o aprofundamento e o interesse artístico e profissional dos alunos em exercer na música uma prática que protagonize suas atividades diárias, como aconteceu com o arranjador citado.

Após o naipe de flautas, foi a vez dos trombones apresentarem a Música Anunciação de Alceu Valença e arranjo de um dos músicos colaboradores da Banda. A reação do público foi de satisfação e o acompanhamento das palmas foi quase que inevitável.

Após o bloco executado pelos naipes, a segunda parte da apresentação mostrou o repertório preparado pela banda completa com as músicas apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 1: Repertório apresentado no III Concerto da BAMDUC.

Nº	Música	Arranjo/Adaptação
1	Feira Santarena	Arranjo: Fabio Rodrigo
2	Farinhada	Arranjo: Cb PM Jarlio
3	Rock “O Lutador”	Arranjo e adaptação: Paulo Nadson (aluno da Banda) e Fabio Rodrigo (ex integrante, já citado)
4	Abba Gold	Arranjo: Ron Sebreghts Transcrição: Marcos Paulo da Silva
5	Que país é esse	Compositor: Renato Russo
6	Ana Júlia	Compositor: Marcelo Camelo
7	Tempo Perdido	Compositor: Renato Russo Adaptação: Fabio Rodrigo.
8	Pais e Filhos	Compositores: Dado Villa Lobos, Renato Russo e Marcelo Bonfá.
9	Sequência de músicas apresentadas no Festival de Bandas e Fanfarras de Santarém 2019.	

Fonte: Programa do evento.

As músicas 1 e 2 representam peças da região Norte, onde apresentam em seu ritmo o estilo marambiré (gênero musical d Vila de Alter do Chão em Santarém) e o carimbó (gênero musical típico da Região Norte do Brasil, mais evidente no estado do Pará) e em suas letras aspectos da cultura paraense, como na música Feira Santarena que ressalta motivos para amar a cidade, seus aromas, crenças e lendas; e na segunda música Farinhada destaca-se o feitio da farinha de mandioca, alimento típico regional.

A peças 3 e 4 são músicas internacionais dos anos 70, com arranjos que valorizam os instrumentos da família dos metais (trompete, trombones, tuba e trompa), e que foram incluídas no concerto e que segundo o regente foram sugeridas pelos alunos por serem músicas conhecidas destes e que já haviam sido utilizadas no programa de estudos dos naipes, apesar de sua preferência por músicas nacionais.

As músicas 5 a 8, já faziam parte do repertório tocado pela banda em diversos eventos e direciona o público à apreciação do Rock nacional que fez muito sucesso nos 80 e 90 e ainda são reconhecidas pelo público atualmente.

Finalizando com a sequência utilizadas no Festival de Bandas e Fanfarras de Santarém em 2019, que tratava das músicas brasileiras mais tocadas nos meios de comunicação nacionais nas décadas de 60, 70, 80, 90 e anos 2000, respectivamente:

Banho de Lua (Celly Campelo), Não quero dinheiro (Tim Maia), Astronauta de Mármore (Nenhum de Nós), Era um garoto que como eu amava os Beatles e os Rolling Stones (Engenheiros do Havaí) e Tempo de Alegria (Ivete Sangalo).

A sequência de músicas escolhidas, segundo o regente, priorizam composições brasileiras com algumas exceções como as músicas Rock “O lutador” e “ABBA Gold” que foram apresentadas no evento com a justificativa de serem arranjos sugeridos pelos próprios alunos e são conhecidas pela maioria dos membros deste grupo musical; todo o repertório é escolhido pelo próprio regente que utiliza como critérios: a reação do público e o nível de produção musical dos alunos. Durante o concerto o público interagiu cantando as músicas e acompanhando-as com palmas.

O concerto encerrou com a fala da Diretora da escola que agradeceu emocionada a presença dos pais e responsáveis no evento, comentou que muitos indagavam “Esses meninos não param de tocar não?” referindo-se aos momentos de estudos, geralmente são feitos em horários intermediários às aulas. O cerimonialista completou: “Somos mais que uma Banda, somos uma família!, quando muitos não acreditavam em nós, fomos lá e mostramos do que somos capazes!” referindo-se ao título recém conquistado no Festival de Bandas, arrancando aplausos e gritos efusivos dos alunos.

Percebi que momentos como esses trazem à tona o sentimento de pertencimento, como os que os alunos demonstram pela escola, não só os que participam da banda, mas também os que se fazem presentes para prestigiar o trabalho dos colegas, muitos exibiam orgulhosos a farda da banda que apresenta o símbolo e as cores da escola.

Diante disso afirma Cortina (2005, p. 27): “o fato de se saber e de sentir cidadão de uma comunidade, pode motivar os indivíduos a trabalhar por ela”. Sendo exatamente essa a atmosfera que exalava no momento dos participantes da BAMDUC, ficando claro no relato emocionado de alguns membros durante as visitas e na dedicação destes em ensaios cansativos realizados em horários intermediários, que geralmente são momentos de lazer ou descanso fora do ambiente escolar. A expressão de satisfação dos familiares, professores, músicos e alunos da escola contribuíam para o cenário que representava a superação e determinação de um trabalho musical voltado para o desenvolvimento integral de seus membros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DA SENSÍVEL À TÔNICA

Numa escala musical, as notas são chamadas graus e representadas por números romanos, assim são enumeradas de I à VII; o sétimo grau de uma escala, geralmente causa uma sensação de tensão na música, sensação só desaparece com a emissão do I grau que chamado de tônica, ou seja, na música, na maioria das vezes a sensível, que causa tensão, necessita ser resolvida pela tônica.

Nesta etnografia, a “sensível” questão apresenta-se nos inúmeros fatores negativos que podem influenciar no funcionamento de atividades como as da Banda pesquisada. O passado de gangues da escola, a estrutura precária do prédio público que dificulta o desenvolvimento das atividades com produção sonora e as dificuldades se lidar com indisciplina, problemas pessoais dentre muitos outros aspectos advindos das personalidades dos alunos/músicos e suas famílias afetam direta ou indiretamente a efetivação e eficiência do fazer musical nesse contexto.

A tônica que traria o alívio à tensão causada pela sensível apresenta-se na própria convivência e produção musical, pois tais atividades confortam, animam e incentivam os participantes não à continuidade da produção musical, mas também na difusão dos conceitos de pertencimento, disciplina e prazer. Nas curtas conversas com alguns integrantes, todos

citam a banda como uma família e como este fazer modificou algum aspecto de sua percepção de mundo, de coletividade e de seu papel neste grupo musical.

Sabemos, empiricamente, que a música causa efeitos diversos no ser humano, muitos teóricos musicais, como Dalcroze, Kodály e Orff, músicos eruditos que dedicaram-se à elaboração de métodos de ensino da musical que favorecem o interesse, acessibilidade e a potencialidade de aprendizado de todos à essa arte. Com essa pesquisa ficou claro o envolvimento e significado social que essa prática possibilita, e ainda, existem aspectos que somente podem ser sentidos se presenciados; aspectos esses que também são difíceis de descrever, talvez pelo fato de que o “being there” de Geertz (1998), nesse caso, não se refira a um lugar, mas a um sentir da atmosfera proporcionada pelo momento e som.

REFERÊNCIAS

CORTINA, Adela. ***Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania***. (Traduzido por Silvana Cobucci Leite). São Paulo: Loyola, 2005.

FERRAZ, Gabriel. **Heitor Villa-Lobos e Getúlio Vargas: Doutrinando crianças por meio da educação musical**. *Latin American Music Review*, vol. 34, nº 2, p. 162-195 (Artigo). 2013.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém Momentos Históricos**. 5 ed. ICBS – Instituto Cultural Boanerges Sena – Santarém, 2006.

FONSECA, Wilson. **Meu Baú Mocorongo: pesquisas, recordações e reflexões sobre a vida histórica e sociocultural de Santarém, PA: SECULT, 2006**. 6 v. 1 CD

FONSECA, Eliane C. N. F. **Bandas e Fanfarras escolares: Processos de ensino na preparação para o Festival de Bandas e Fanfarras de Santarém**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.

Geertz, C. (1998). **O dilema do antropólogo entre "estar lá" e "estar aqui"**. *Cadernos De Campo (São Paulo 1991)*, 205-235. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52621>. Acessado em: 10 de agosto de 2020.

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

KOELLREUTTER, Hans-Joachim. **Educação musical hoje e, quiçá, amanhã**. In: LIMA, Sonia A. (Org.). *Educadores musicais de São Paulo: Encontro e reflexões*. São Paulo: Nacional, 1998. p. 39-45.

MERRIAN, Alan. ***Anthropology of the music***. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 1998.

SEEGER, Anthony. **Etnografia da música**. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

SILVA, Hélio R. S. **A situação etnográfica: andar e ver.** Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188. 2009.

SOUZA, E. L. **“P’ra ver a banda passar”:** uma etnografia musical da Banda Marcial Castro Alves. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal da Paraíba. 187fl. João Pessoa, 2010.

WAIZORT, Leopoldo. **Música e Racionalismo em Weber.** Revista Cult, São Paulo, p. 55 – 57, maio 2008. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/musica-e-racionalismo-em-weber/>. Acessado em 1 de março de 2020.

ZIMMERMANN, Nilsa. **A música através dos tempos.** 3ª ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

IMERSÃO VIRTUAL NO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM, PARÁ, BRASIL

Gutemberg Armando Diniz Guerra¹
Oswaldo Mesquita²

RESUMO

O objetivo desse artigo é descrever o processo metodológico de acompanhamento do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, originalmente desde 24 de maio a 30 de dezembro de 2016, e depois com atualizações até 2020, através do grupo de WhatsApp criado pelas lideranças, e de outros instrumentos virtuais que serviram como fonte de informações para elaboração de uma dissertação de mestrado. Como um dos instrumentos de comunicação entre os membros da organização era o WhatsApp, solicitou-se que fosse permitido aos pesquisadores a inserção neste grupo, pois possibilitaria que estivessem a par de todas as suas atividades. Além da comunicação virtual, foram feitas visitas frequentes durante todo o ano de 2016, em particular durante mutirões, reuniões, atividades dos projetos, atividades festivas e visitas para entrevistas com membros da entidade. Conclui-se pela enorme importância desse meio de comunicação cotidiana que permite uma visualização da relação entre os membros do grupo e os seus simpatizantes, funcionando como um elemento de utilidade com amplas possibilidades de comunicação, registro e imersão no ambiente da pesquisa.

Palavras chave: trabalho de campo. Metodologia de pesquisa. Epistemologia. Redes sociais.

ABSTRACT

The aim of this article is to describe the methodological process of monitoring the Belem Islands Women's Movement - MMIB, originally from May 24 to December 30, 2016, and later with updates until 2019, through the group of WhatsApp created by the leaderships, and other virtual instruments that served as source of information for the elaboration of a Master's thesis. As one of the communication tools among the members of the organization was WhatsApp, it was requested that researchers could be allowed to join the group, since it would allow them to be aware of all their activities. Besides the virtual communication, frequent visits were made throughout the year 2016, particularly during collaborative efforts (grouping), meetings, project activities, festive activities and visits for interviews with members of the organization. It is concluded by the enormous importance of this daily means of communication that allows a visualization of the relationship between group members and their sympathizers, performing as an element of utility with wide possibilities of communication, registration and immersion in the research environment.

Keywords: Fieldwork. Research Methodology. Epistemology. Social networks.

Data de submissão: 15.07.2020

Data de aprovação: 26.08.2020

¹ Professor associado do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. E-mail: gguerra@ufpa.br

² Geógrafo, mestrando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Professor da Rede Municipal de Tailândia. E-mail: vavadimesquita@gmail.com

INTRODUÇÃO

A imersão presencial no campo de estudo é uma exigência metodológica nos trabalhos científicos, em particular no campo da Antropologia e mais ainda se houver pretensão de produzir uma etnografia. No caso apresentado, o objetivo do trabalho é entender as relações entre o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém e as empresas que demandavam produtos como a priprioca, a andiroba, o pracaxi e artesanato utilizando produtos florestais não madeireiros. A relação de proximidade entre os pesquisadores e o MMIB permitiu, além da presença em momentos de atividades coletivas como reuniões, mutirões, palestras, festividades, também o contato virtual via email e grupo de whatsapp. Esse último permitia mais do que o acesso a documentos, o acesso cotidiano para entender a dinâmica de comunicação entre os membros do MMIB e o tratamento dados aos assuntos de interesses da comunidade, em particular o referente ao que se relacionava com o fomento de atividades econômicas. O que interessava na pesquisa, era acompanhar as atividades do MMIB e o uso do Whatsapp. Seria mais do que uma ferramenta de coleta de dados e de identificação dos momentos cruciais para acompanhamento dos debates das ações organizacionais do MMIB. Dessa forma, a metodologia utilizada foi a de visitas frequentes em momentos estratégicos da dinâmica do MMIB, entrevistas e o acompanhamento diário das mensagens trocadas no grupo virtual.

O que inspirou esse texto foi a percepção de que a ferramenta virtual se constitui em uma inovação no processo de comunicação, com uma presença e acesso diferenciado a detalhes que escapam a instrumentos convencionais de pesquisa. A dispersão geográfica dos membros do MMIB é minimizada com as mensagens diárias, seja para convocar para reuniões, para dar notícias de andamentos dos projetos, e para saudações de outra natureza que se justifiquem como atividade social do grupo.

1 MERGULHO NA ILHA DE COTIJUBA E NO GRUPO VIRTUAL

A solicitação para ser adicionados ao grupo virtual, não obteve nem uma resistência da direção do movimento e foi fundamental para inserir os pesquisadores no mesmo status que os seus membros.

Belém é um município em que 2/3 de seu território é composto de um arquipélago com características de ruralidade bem definidas. Quais sejam a dispersão dos habitantes no espaço, atividades produtivas do setor primário, relações sociais primárias, acesso precário. Menos de 10% da população do município habitam nas 42 ilhas que integram o território municipal. Cotijuba é a 3ª maior ilha em extensão do município de Belém e tem sido alvo de atenção pelo governo e sociedade civil nas quatro últimas décadas pelo fato de oferecer uma costa rica em praias de rara beleza, a uma distância de 22 quilômetros do centro da cidade. Para se ter uma ideia da área insular de Belém e sua representatividade, apresentamos o quadro 1 constante no Anuário Estatístico do Município de Belém em 1998 e o mapa 1 da CODEM/SEGEP, representando a região metropolitana de Belém, indicando a presença de suas principais ilhas, entre as quais se vê Cotijuba.

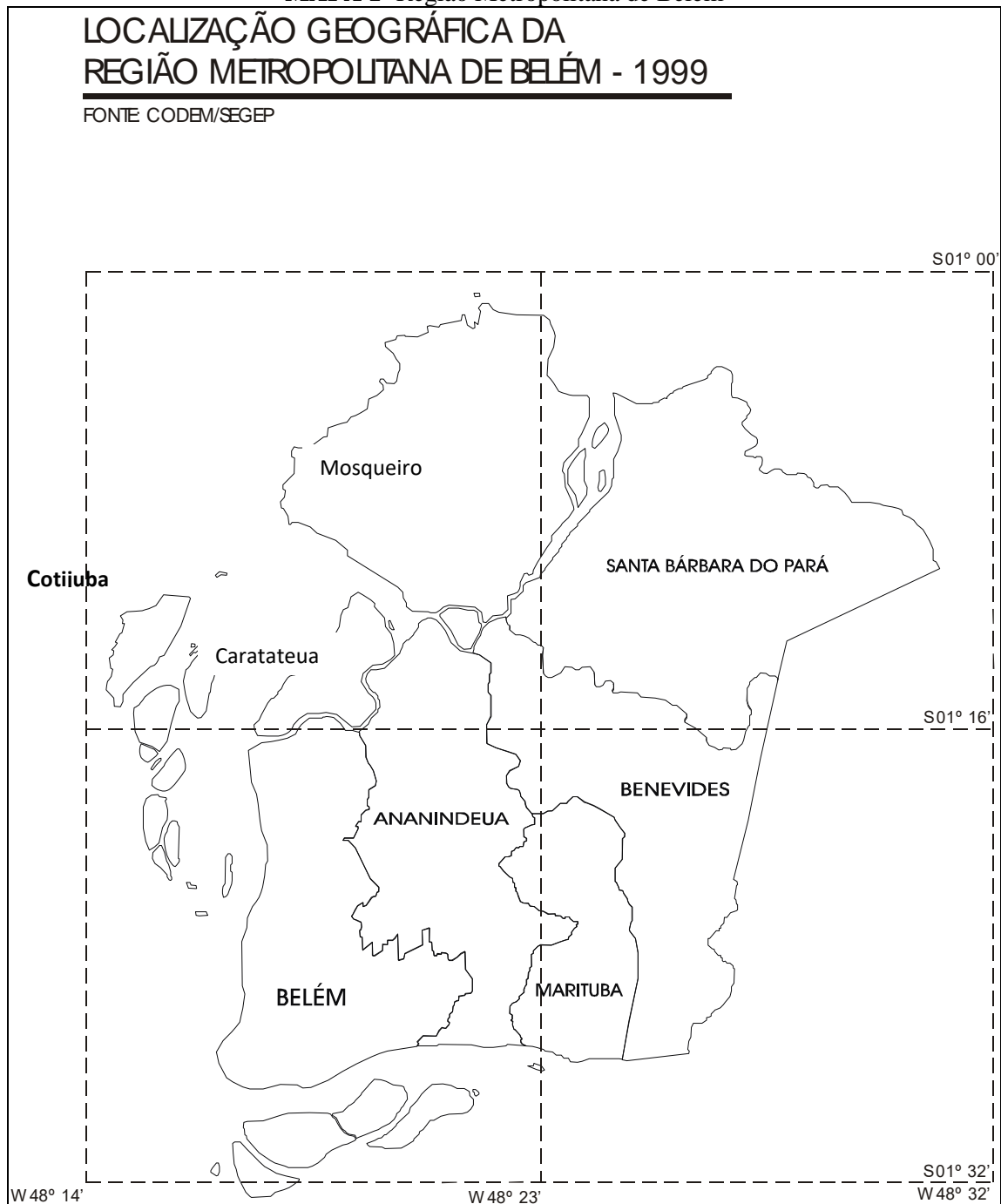
QUADRO 1 - Ilhas do Município de Belém

No	Nome das Ilhas	Área (Ha)
01	Ilha do Mosqueiro	21.254,67
02	Ilha sem nome/Ilha das Pombas (Exército)	0,73
03	Ilha sem nome/Ilha do Maracujá (Exército)	1,89
04	Ilha do Papagaio (Exército)	84,94

05	Ilha sem nome/Ilha do Maruim I (Exército)	2,45
06	Ilha sem nome/Ilha do Maruim II (Exército)	3,27
07	Ilha sem nome	0,35
08	Ilha sem nome	1,12
09	Ilha sem nome (não identificada no ISLANDSAT)	...
10	Sem nome (identificada nos ISLANDSAT)	0,75
11	Ilha Canuari	256,95
12	Ilha da Conceição (Exército)	37,40
13	Ilha sem nome	0,53
14	Ilha São Pedro	416,80
15	Ilha de Caratateua, Outeiro ou Ilha das Barreiras	3.165,12
16	Ilha de Santa Cruz	6,99
17	Viçosa	...
18	Ilha de Tatuoca	6,58
19	Ilha de Cotijuba	1595,29
20	Ilha sem nome (Não existe na C.N. 62 e nem no ISLANDSAT)	...
21	Coroinha (FIBGE)/Nova (C.N. 62)	10,87
22	Ilha de Jutuba	507,97
23	Urubuoca/Paquetá (FIBGE)/Paquetá-açú (C.N. 62)	789,76
24	Ilha sem nome	...
25	Ilha sem nome	7,87
26	Ilha de Patos/Nova (FIBGE)/Mirim (C.N.62)	280,56
27	Papagaios/Uruboca (FIBGE)/ Jararaca (C.N. 62)	356,53
28	Barra/ dos Patos (FIBGE) /Jararaquinha (C.N. 62)	193,70
29	Ilha sem nome	...
30	Ilha sem nome	...
31	Ilha Redonda/Jararaca (FIBGE)/ Longa (C.N. 62)	109,39
32	Ilha do Fortim/ Ilha da Barra	105,72
33	Ilha sem nome/ Ilha do Cruzador (C.N. 62)	...
34	Ilha sem nome/ Ilha do Fortinho (C.N. 62)	0,44
35	Ilha dos Patos	16,06
36	Sem nome	...
37	Ilha de Cintra/Maracujá (FIBGE)	647,67
38	Ilha Marineira/Combú (Exército, FIBGE, C.N. 62)	1505,72
39	Ilha Murutura/Murutucu (Exército)	879,83
40	Ilha Paulo da Cunha/Grande (FIBGE)	929,16
41	Ilha Poticarvônia/Ilhinha (Exército)	8,85
42	Ilha Negra/Sem nome	14,78
	Parte das 42 ilhas	33.203,67 (65,64%)
	Parte do continente	17.378,63 (34,36%)
	Total do Município de Belém = 51.569,30 ha	50.582,30

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO MUNICÍPIO DE BELÉM, v. 5. 1998. Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1999.

MAPA 1- Região Metropolitana de Belém



Fonte: Codem/SEGEP, 1999.

Medidas de integração das ilhas à dinâmica demográfica e de atividades de lazer têm sido intensificadas, embora de forma oscilante, provocando alterações importantes no universo estudado. O perfil dos moradores e frequentadores destas ilhas é um indicador das relações entre o rural e o urbano, sejam estas categorias consideradas em separado ou como um *continuum*.

A ideia de estudar os usos de material botânico nativo no processo produtivo permitindo a geração de emprego e renda, vem sendo desenvolvido com base no trabalho do Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB desde que criado como Grupo de Mulheres da Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Adjacências - AMICIA, nos anos 1990. Atitudes discriminatórias por parte de diretores masculinos da Associação

implicaram na formação de um grupo de mulheres que passaram a fazer oposição a diretoria e a desenvolver atividades que foram dando corpo e personalidade ao Grupo que finalmente se constituiu como um movimento. Enquanto se verificava o definhamento da AMICIA, paralelamente se fortalecia o Grupo de Mulheres que viria a ser o MMIB. Um dos momentos cruciais dessa separação foi o fracasso de projetos como o da criação de patos, em parceria com a Prefeitura de Belém. A demora na entrega das rações e o não atingimento da performance esperada levou a uma situação de inadimplência dos associados que se engajaram nesse projeto, o que veio a se somar com outros débitos que foram minando a credibilidade da AMICIA.

O MMIB se forma extrapolando a perspectiva de atividades apenas na Ilha de Cotijuba, pretendendo uma área de abrangência que compreende várias ilhas das 42 do arquipélago de Belém, embora a maioria das ações do MMIB ocorram na Ilha de Cotijuba, em projetos com objetivos diversos que vão desde a inclusão digital, artesanato, coleta de sementes de plantas nativas como a andiroba, o tucumã e o pracaxi, organização, assistência a projetos produtivos como o da pirioca.

Uma das particularidades desse grupo é o fato de se situar em uma zona metropolitana mas apresentar fortes marcas de uma ruralidade geralmente não reconhecida pelos gestores municipais e nem pela população que habita essa região (GUERRA, 2006). Em que pese essa característica de ruralidade pouco evidenciada pelas administrações municipais, tem surgido propostas inovadoras como a da Fundação Escola Bosque na Ilha de Caratateua com suas extensões em algumas das ilhas de Belém incluindo-se Cotijuba entre elas (REIS, 2009). A diferença de percepção de cada gestão sobre os investimentos a serem feitos nesses espaços em que a população é rarefeita e dispersa se traduz em descontinuidades (MELO, 2010, p. 103), seja pela pouco retorno eleitoral que essas áreas proporcionam, seja pelo fato de exigir um tratamento diferenciado para o que a visão urbana dos administradores não se qualifica para as intervenções nesses espaços. As manifestações efetivas do MMIB sobre ações administrativas da Prefeitura Municipal de Belém ou de órgãos do governo do Estado do Pará atuantes nesse espaço, nas diversas áreas como educação, saúde, comunicação, transporte, segurança, revelam o esforço da comunidade em protagonizar tudo o que lhes diz respeito enquanto moradores e cidadãos.

A necessidade de isolamento social compulsório que a pandemia do COVID 19 fez estabelecer nesse ano de 2020 poderá levar a um posicionamento diferenciado sobre o tratamento a ser dado a essas áreas consideradas até então como áreas de reserva para a expansão urbana, fortemente impactadas pela especulação imobiliária e por um mercado de terras oscilante. O grau de abrangência do MMIB deve ser considerado, portanto, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também temático, uma vez que praticamente cobre todos os aspectos do cotidiano vivido em geral pelos moradores das ilhas de Belém, em particular os de Cotijuba.

Acompanhando as vivências do MMIB desde 2000, foram-se atualizando as informações em incursões pontuais, a cada ano, com visitas, ora sistemáticas, ora eventuais, guardando-se uma proximidade e relações frequentes com aquele grupo. Em 2015, surgiu a oportunidade de fazer um trabalho sistemático sobre o MMIB, engajando um dos alunos do mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas, do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará. A pretensão do estudante era fazer um investimento sobre Agroecologia e o orientador pretendia aprofundar o estudo sobre a organização do Movimento de Mulheres, redundando em uma proposta que cobriria os dois conceitos de duplo interesse.

O Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, protagonizado por indivíduos que habitam a Ilha de Cotijuba, mantém uma relação regular com empresas que compram

produtos existentes na Ilha como a andiroba (*Carapa guianensis* Aublet), a ucuuba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze), ou cultivados sob encomenda, como a priprioca (*Cyperus articulatus* L.).

Feitos os acertos iniciais com a diretoria do MMIB, os pesquisadores se organizaram para estar presentes o maior número de vezes possível na Ilha e acompanhar de perto as atividades da entidade e de seus membros. Sabendo da existência do grupo de Whatsapp, solicitou-se a inclusão neste grupo, o que foi aceito e a partir de maio de 2016 iniciaram a participação no grupo de WhatsApp que tinha o nome da organização MMIB.

A experiência de participar no grupo dava a sensação de uma imersão completa, durante 24 horas ao dia, o que permitiu associar imediatamente à ideia de uma etnografia como descrita pelos antropólogos, que a traduzem como vivência por um determinado tempo e que permite uma descrição densa do grupo observado (GEERTZ, 2008).

Embora a ideia fosse instigante, a pesquisa bibliográfica permitiu verificar a existência de artigos científicos e capítulos de livros sobre o assunto, encontrando-se explícitos o conceito de netnografia, fundindo as palavras net com etnografia, tanto quanto etnografia virtual, definidos como observações do processo de comunicação virtual (AMARAL, NATAL, VIANA, 2008). Outros termos tentam dar conta do processo de pesquisa com estes instrumentos como etnografia digital, webnografia e ciberantropologia (AMARAL, 2010, p. 127).

A associação da virtualidade com a etnografia que pressupõe um longo período de presença física no campo, soam contraditórias principalmente se considerados os clássicos da antropologia como BOAS (1967) que fundou seus pressupostos em larga experiência junto aos inuit, no Canadá, Malinowsky (1978) e sua obra baseada em imersão no Pacífico Ocidental que, no início do século XX, vão delimitar o exercício antropológico como fundamentado na observação direta.

A análise das interações sociais e humanas possíveis pelas mídias sociais remonta à segunda guerra mundial, embora o instrumento aqui utilizado, o WhatsApp tenha surgido em 2009, conforme indicado por fontes diversas (LIMA, ARAUJO e CAVALCANTE, 2019).

No caso desse artigo a proposta foi de participar do grupo como uma forma de imersão que permitisse observar o conteúdo das comunicações e intensidade da vivência do grupo a partir desse instrumento, complementando informações de que já se dispunham, inclusive publicadas em trabalhos anteriores pelos autores e outros estudiosos da mesma ilha de Cotijuba, como: Amaral (1992); (CARVALHO e GUERRA, 2003); Corte Brilho (2015); (CRESPI e GUERRA, 2013); Melo (2010); (SILVA, LOPES e GUERRA, 2003; Guerra (2001, 2002^a, 2002^b, 2007); (GUERRA e MENDES, 2001), assim como orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrados e participações em bancas de avaliação de dissertações e monografias sobre a ilha de Cotijuba. De fato, a circulação de informações no grupo de Whatsapp não se restringia às atividades produtivas, mas a todos os aspectos do cotidiano do grupo, iniciando pelas saudações cordiais de bom dia, ampliando-se pelos votos de feliz aniversário, manifestações carinhosas e de amizade, trocas de fotografias, piadas, informações de utilidade pública como a comunicação sobre concursos públicos, ofertas de emprego, dicas de saúde, alimentação, orações, comunicados de acidentes, assaltos, adoecimentos, falecimentos, eventos urbanos, atividades culturais, manifestações políticas e debates sobre temas polêmicos como o processo da Lava Jato e os embates entre as diversas linhas desse campo nos períodos eleitorais.

Em que pesem as manifestas divergências de ideias e posicionamentos políticos, religiosos, esportivos e culturais, o ambiente se caracteriza pela cordialidade, havendo cinco defecções desde o seu início até o momento em que foi acompanhado. De 43 membros do grupo em maio de 2016, em abril de 2019 esse número é de 39, sendo que um deles é caracterizado como o próprio grupo, o que deixa como soma 38 participantes individuais

nessa data. Das pessoas que saíram do grupo, apenas uma manifesta motivos políticos para se ausentar, as outras com registros pela administração do grupo como o não interesse pelos temas tratados, uma justificando sair de todos os grupos dos quais fazia parte por motivos de tratamento espiritual e duas delas sem justificativa manifestada.

A descrição detalhada do grupo virtual mostra como o relacionamento entre os seus membros extrapola os objetivos expressos da entidade, permitindo um relacionamento coloquial e amistoso, em que pese a impressão de que o auto controle a que se impoem os participantes seja efetivo.

2 MMIB - GRUPO DO WHATSAPP

O grupo do WhatsApp do MMIB foi criado em 04 de junho de 2014 por Adriana Gomes, uma das coordenadoras do movimento, sendo que o grupo tinha 43 membros em 2016 e era administrado pela sua criadora. Esse Grupo, seguindo o perfil do MMIB, é formado por 30 mulheres e 8 homens, sendo portanto delas a predominância. A importância desse protagonismo e afirmação de gênero se encontra desenvolvido na tese de Corte Brilho (2015), em que demonstra a dificuldade de reconhecimento do papel da mulher no ambiente da ilha em geral e em particular na Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba. Dentre os membros do MMIB estão presentes coordenadores da entidade, associadas e associados, parceiros, colaboradores, pesquisadores de Instituições científicas públicas e privadas e membros de ONGs parceiras do MMIB. O MMIB tem, segundo L, uma das administradoras, em torno de 70 membros, mas apenas 20 deles quites com a organização. Considerando esses números, verifica-se que a burocracia da organização está longe de atender ao dinamismo que ela demonstra.

Os autores desse texto solicitaram suas inserções no grupo na condição de pesquisadores e colaboradores da entidade. A intenção declarada e acordada ao se solicitar a entrada no grupo foi a de poder acompanhar as suas ações, em particular as formas de mobilizações e articulações da entidade. Com a vivência desse relacionamento se pode perceber que esse meio de comunicação tem outras virtudes que fortalecem a identidade do próprio grupo, seja pelas mensagens referentes às atividades específicas do MMIB, seja por outras que dizem respeito à saúde, educação, transporte, política, religião, esporte, emprego, segurança, saneamento e utilidades públicas ou ainda pela relação de amizade, companheirismo, sociabilidade e solidariedade que em diversos momentos são explicitados no grupo. O grupo virtual é dinâmico, informativo e um dos principais meios utilizados pela direção da entidade para publicizar, articular, informar, animar e mobilizar membros associados, parceiros e colaboradores a participarem das ações e projetos realizados pela entidade. Além de tudo isso, é um excelente meio de registro das atividades do MMIB, divulgando-se o cotidiano da entidade, com imagens e textos sobre cada um de seus eventos.

Para os pesquisadores foi um importante instrumento de comunicação e informação, de coleta de dados, e um caminho efetivo para a investigação, entretanto, reafirma-se novamente que tais possibilidades não substituíram a presença em campo.

A Sede da organização está localizada na ilha de Cotijuba, dificultando a mobilidade de quem está à frente da entidade fazer pessoalmente as devidas publicidades e articulações das ações em todo o território de abrangência da entidade. Deve-se levar em conta que a disposição geográfica das moradias dos participantes do MMIB é de dispersão no vasto território insular belemense, o que torna os meios de comunicações virtuais, principalmente o aplicativo WhatsApp, um importante instrumento de comunicação.

Outro fator que deve ser levado em conta é o custo dessa mobilidade. Sendo essa feita pelas redes sociais os gastos são acessíveis ou a custo zero. Esse modo de comunicação tem ajudado a entidade no processo de mobilização já que ela não tem uma receita fixa. A rede de

relações dentro do grupo do WhatsApp permite que se conversem sobre as questões relacionadas aos interesses do MMIB, porém vai além disso, pois no grupo desenrolam-se outros assuntos que estão relacionados às atividades e interesses pessoais, como a preocupação pela saúde de um determinado membro, o compartilhamento de momentos felizes ou tristes, opiniões sobre assuntos da política, economia e outros, ou simplesmente uma postagem engraçada ou cordial para manifestar apreço, provocação jocosa, felicitações por conquistas realizadas ou sentimentos de pesar nos casos de doenças ou falecimentos.

O uso dessa ferramenta virtual (WhatsApp) é percebido por COSTA (2018) da seguinte forma:

São registros em textos, vídeos, fotos, músicas, paródias etc. que podem reunir o apoio do grupo de referência, por meio de um simples 'curtir', como também em forma de comentários e ampliando a rede de envolvidos, quando o registro é compartilhado (COSTA, 2018, p.16).

Esses tipos de assuntos não relacionados à entidade eram e são possíveis pelo laço de amizade e solidariedade entre seus associados e as pessoas colaboradoras da entidade.

Os relacionamentos e comportamentos no grupo do WhatsApp do MMIB podem ser observados pela imersão virtual, ferramenta capaz de auxiliar na observação do comportamento humano. Entende-se, porém, que só é possível um bom resultado desta articulação e mobilização, quando já se tem com as pessoas do grupo uma relação presencial construída ou em fase de construção.

Os dados documentais obtidos de forma não presencial se deu principalmente através de email ou da página na internet da associação, facebook ou blog. Não foi usada a ferramenta WhatsApp para a coleta de dados documentais, pois, eram obtidos de forma presencial e em situações pontuais, por email. Entretanto, estima-se que a inserção dos pesquisadores no grupo do WhatsApp da entidade foi fundamental para o sucesso do projeto de dissertação.

Para sustentação teórico-conceitual da pesquisa, foram definidos os procedimentos de coleta e análises de dados que trouxessem respostas aos questionamentos orientadores da pesquisa sendo o principal: como se estabeleceram “as relações e os interesses de uma empresa, que tem como objetivo final o lucro¹, mas faz investimento e marketing de empresa social e ambientalmente correta” (MESQUITA, 2017).

A metodologia correspondeu à coleta de dados de campo e à revisão de literatura que foi se construindo paralelamente, ou seja, pesquisa de campo e pesquisa literária, ambas se complementaram e formaram um arcabouço de conhecimento que possibilitou este trabalho. Na fase de coleta de dados em campo, através de levantamento de dados primários foi utilizado o método da observação participante, integrada a entrevistas qualitativas e semi estruturadas. Essa foi a principal ferramenta de coleta de dados em campo.

Os recursos para coleta e registro de dados usados foram: roteiro de entrevista, celular, caderno de anotações, canetas, gravador, máquina fotográfica. O uso de um roteiro de entrevista, foi restrito e usado em algumas situações como um norteador das indagações, pois esse tipo de instrumento, gera no pesquisado um desconforto e pouca liberdade de manifestação. Na outra ponta, a pesquisa secundária que de certa forma, aconteceu paralelamente à pesquisa de campo, criamos uma base teórica que nos possibilitou a entender e organizar os dados trazidos do campo e que foram usados na dissertação (MESQUITA, 2017).

A sistematização e análise dos dados empíricos e teóricos coletados (entrevistas, as observações e as anotações em campo, leitura de mapas, a pesquisa bibliográfica) trouxeram como resultado a elaboração da dissertação citada no parágrafo anterior.

3 ETNOGRAFIA VIRTUAL OU APENAS UM TIPO DE IMERSÃO NO CAMPO PARA COLETA DE DADOS?

As páginas virtuais na internet, os correios eletrônicos e as redes sociais são exemplos de comunicação e informação usados cada vez mais para o acesso à pesquisa. Para Costa (2018) as redes sociais virtuais “... tornaram-se também, canais para estudos científicos e empíricos, servindo como meio para coleta de dados, para divulgação de resultados ...”.

Mill e Fidalgo (2007, p. 2) dizem que “os meios virtuais podem significar uma transformação benéfica e, de certa forma, radical nas propostas metodológicas de investigações futuras”. O uso do WhatsApp e correio eletrônico foram importantes instrumentos utilizados na coleta de dados para a formação do arcabouço de conhecimentos que subsidiou a dissertação e esse artigo. Esses instrumentos virtuais contribuíram para o acesso à comunicação, informações técnicas e sobre o cotidiano da organização, trazendo provas documentais como vídeos, áudios, imagens e textos, além de um diálogo cotidiano que permitiu identificar posicionamentos e um comportamento próprio do grupo (MESQUITA, 2017).

Logo depois dos primeiros contatos, com a definição do recorte da pesquisa e com o foco principal definido, o MMIB, muitas informações e provas documentais foram acessadas por esses meios, com destaque para o uso da rede WhatsApp. Para saber de algumas informações ou ter acesso a determinados documentos, fazia-se contatos anteriormente, via whatsapp privado das coordenadoras do movimento, no sentido de saber da existência de tais informações ou de documentos e a possibilidade de acessá-los. Em seguida procedia-se à formalização, fosse por um email assumindo o caráter de ofício ou memorando, fosse por carta impressa, o que entretanto foi raro.

Para Mill e Fidalgo (2007, p. 4) “o bate-papo ou o fórum de discussão faz uso principalmente da linguagem escrita, mas também se pode utilizar a linguagem oral ou a imagem”.

Vários motivos dão à rede de comunicação WhatsApp, a primazia: primeiro por ser no Brasil, o segundo mais utilizado nessa linha de redes sociais. “Entre os internautas, 92% estão conectados por meio de redes sociais, sendo as mais utilizadas o Facebook (83%), o Whatsapp (58%) e o Youtube (17%) (BRASIL, 2014, p. 7). Depois, pela rapidez e os recursos oferecidos, como o envio e recebimentos de textos, imagens, fotos, documentos, áudios e vídeos. É incontestável a eficiência e facilidade que traz para quem acessa.

A literatura pertinente ao assunto é recorrente em reflexões sobre os aspectos interativos que as tecnologias midiáticas tem permitido e as alterações que tem provocado nas relações sociais (SOUZA; ARAUJO; PAULA, 2015). O que afirmamos é que os meios virtuais são canais importantes, contemporâneos e um suporte que vem se demonstrando eficaz como instrumento de informações, comunicação, interação e coleta de dados não dispensando, entretanto, a presença física no campo. Deve-se considerar, que o grau de imersão no grupo, durante 24 horas, permite um tipo de relação qualitativamente intensa e que inspira a associação a uma presença física.

Mill e Fidalgo (2007, p. 1 e 2), no artigo “A internet como suporte técnico para coleta de dados para pesquisas científicas”, dizem:

A tese explorada neste texto é que, com o advento e a evolução das ferramentas virtuais (tecnologias da informação e da comunicação), isto é, com o advento da Internet, os suportes comunicacionais adotados para o uso das técnicas de coleta de dados ganharam um reforço extremamente importante e rico.

A Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 (PBM-2015) foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBPOP. “Encomendada pela Secretaria de

Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) para compreender como o brasileiro se informa, a PBM 2015 foi realizada com mais de 18 mil entrevistas” (BRASIL, 2014, p. 7).

Outro meio que foi utilizado para a pesquisa, menos acessado, mas não menos importante, foi o correio eletrônico (e-mail) pelo qual se teve acesso a diversos documentos do MMIB. “E-mail ou correio eletrônico é um serviço disponível na Internet estabelecido a partir do envio e recebimento de mensagens entre seus usuários” (MILL e FIDALGO, 2007, p. 5). Por meio deste instrumento virtual solicitaram-se documentos e informações ao MMIB, justificando o objetivo para a solicitação e o compromisso de não usá-lo para outros fins que não o da pesquisa da dissertação. Desta forma se teve acesso a documentos como o estatuto social, relatório anual das ações da entidade, entre outros, gentilmente enviados pela direção. Considerando que para o acesso a estes documentos não se fez necessário ir sempre ou estar fisicamente na Sede do MMIB, houve uma efetiva economia de tempo e custo financeiro.

Compreende-se que para o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB ter atendido a esta solicitação foi necessário se criar com a entidade e os pesquisadores um nível de relação de confiança e respeito e isso só se constrói *in loco*. Foi isso que foi buscado nas diversas vezes que se foi ao local, em algumas dessas viagens participando de atividades como mutirões, oficinas, atividades culturais, possibilitando-se o fortalecimento de vínculos e das relações com os membros da entidade, através do respeito, da solidariedade, da colaboração e do compromisso com o que se estava propondo realizar e partilhar.

O relacionamento anterior de um dos pesquisadores com o grupo facilitou essa imersão virtual e a entrada no campo para a efetivação da pesquisa, o que foge ao enquadramento do clássico trabalho etnográfico em que os pesquisadores imergem em ambientes longínquos de seus espaços de vivência e culturas completamente diferentes das de origem do pesquisador. Esse é um ponto que merece reflexão uma vez que esse tipo de imersão virtual se dá em ambiente já conhecido, com uma ferramenta que é partilhada com os indivíduos (ou pelo menos com parte deles) da comunidade estudada. Apesar de estarem no mesmo enquadramento geográfico e cultural, é pertinente a crítica e a reflexão sobre até onde ficam garantidos os exigidos requisitos de distanciamento e as cautelas com o engajamento que possam comprometer os resultados da pesquisa (ELIAS, 1993).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença em grupos de WhatsApp permitem um tipo de imersão qualificado, com limites e vantagens que devem ser ponderados. No caso específico tratado nesse artigo, qual seja o do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém, o MMIB, deve-se levar em conta os seguintes aspectos. Em primeiro lugar, a comunicação em tempo imediato é um avanço considerável para o controle de informações de mercado, esclarecimentos, posicionamentos para tomadas de decisões urgentes e em acordo com os membros da organização. Áreas consideradas longínquas, isoladas, dispersas, confins, covões, praticamente deixaram de existir por conta de que as informações chegam e de lá saem com uma velocidade praticamente de tempo real, permitindo aos habitantes dessas localidades uma interação qualificada com os centros urbanos.

Em segundo lugar, percebe-se o esforço tácito da administração do grupo em evitar temas políticos que possam comprometer a coesão dos participantes da entidade, embora a manifestação de cada um não tenha sido nem estimulada nem tolhida. Houve um caso de candidatura política de um dos membros do MMIB, sem que aparentemente esse fato comprometesse as relações entre os seus membros. Ao contrário, ao que se pode deduzir, o engajamento no MMIB pode ter sido subliminarmente elemento credenciador dessa candidatura. Atualizando as informações para o que vem ocorrendo na política nacional,

estadual e municipal, a postura do MMIB tem sido ponderada e muito cautelosa, não se furtando os seus participantes a se manifestar sobre os assuntos da atualidade.

Em terceiro lugar, a fluência dos temas pertinentes ao grupo, em particular os relativos a atividades produtivas, tiveram preponderância e uma animação ilustrada com fotografias e comentários estimulantes a cada uma das ações. Nesse mister couberam também registros de seus membros participando de reuniões externas ou representando a entidade em eventos ocorridos fora da localidade.

Em quarto lugar, verifica-se que o grupo de comunicação via zap fortaleceu as relações entre seus membros, não se restringindo às atividades produtivas, mas abrangendo todos os aspectos da convivialidade entre os seus participantes. Dada a amplitude do grupo e dificuldades existentes para o acesso em determinadas áreas distantes das ilhas, algumas pessoas se constituem como mensageiros ou como nós de uma rede para ampliar essa comunicação. Há casos em que um telefone serve como meio de comunicação para várias famílias.

Em quinto lugar, verificou-se, por parte dos pesquisadores, a imersão virtual funcionando para comunicar fatos e solicitar informações, tanto quanto para se inserir em atividades presenciais como mutirões, reuniões com organizações parceiras, marcação de entrevistas e atividades de campo pertinentes ao trabalho da pesquisa, com uma eficácia que recomenda o uso desse procedimento em pesquisa, guardando-se e recomendando-se a perspectiva de mesclar sempre essa atividade com a presença física.

Embora esse tipo de imersão virtual cotejada com a presença frequente em campo permita uma associação com os estudos etnográficos, não se autoriza o enquadramento enquanto etnografia, uma vez que os elementos demarcatórios desse conceito se deram historicamente com características específicas em que a presença física prolongada dos pesquisadores nas comunidades e grupos pesquisados e o distanciamento cultural entre eles se estabeleceram como premissas fundadoras e éticos de comportamento do campo da antropologia.

Baseados na reflexão comparativa entre a virtualidade e a presença física nos trabalhos etnográficos, cabem algumas questões que permanecem para alimentar o debate e a crítica saudável sobre as ferramentas tecnológicas que vem se agregando ao campo da pesquisa. Que termo utilizar para definir esse tipo de imersão virtual concomitante com visitas frequentes ao campo estudado? Que pertinência legítima ou desautoriza o uso de termos como netnografia e etnografia virtual, considerando-se principalmente o estabelecido como o conceito de etnografia no campo antropológico? O que fazer para atualizar o debate sobre a inserção das tecnologias informacionais no campo específico da antropologia? Essas questões, levantadas a título de considerações finais, estimulam à verificação das transformações que vem ocorrendo no campo da pesquisa por força e interferências das tecnologias de informação em curso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. **Registro histórico da ilha de Cotijuba:** uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba. 1992. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1992.

AMARAL, Adriana. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. **Revista USP**, São Paulo, n.86, p. 122-135, junho/agosto 2010.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Cadernos da Escola de Comunicação**, Curitiba, 06: 1-12, 2008.

BOAS, Franz. **Kwakiutl Ethnography**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria de Comunicação Social**. Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília : Secom, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 08 julh. 2020.

CARVALHO, V. R. V. e GUERRA, G. A. D. . Ruralidade na capital do Estado do Pará. Permanência e mudança na Ilha de Cotijuba. In: Luis Eduardo Aragón. (Org.). **Conservação e Desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. 1a. ed. Belém: UFPA/NAEA, 2003, v. I, p. 199-214.

CORTE BRILHO, Silvaneide Santos de Queiroz. **Dinâmica econômica e social na Amazônia rural: o protagonismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (PA)**. 2015. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 2015.

COSTA, Barbara Regina Lopes. Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de dados de uma Pesquisa Científica. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**. CIAGS/EA/Universidade Federal da Bahia. Salvador, v 7, n 1, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Vav%C3%A1/Downloads/24649-93456-1-PB.pdf> Acesso em: 18 jan. 2019.

CRESPI, Brunna e GUERRA, G. A. D. Ocorrência, coleta, processamento primário e usos do Pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze) na Ilha de Cotijuba, Belém- PA. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 176-189, 2013.

ELIAS, Norbert. **Engagement et distanciation**. Paris: Fayard, 1993.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 13ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUERRA, G. A. D. O poder das marés na região amazônica no final do século XVIII e início do XIX: o engenho de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil. **Movendo Idéias** (UNAMA), Belém, v. VI, n.10, p. 69-75, 2001.

GUERRA, G. A. D.; RAMOS, C. R.; MONTEIRO, M. A. H. . Transformações recentes na paisagem e na base produtiva da ilha de Cotijuba. Belém, Pará, Brasil. **Movendo Idéias** (UNAMA), Belém, v. VII, n.11, p. 48-55, 2002a.

GUERRA, G. A. D. **Perfil socioeconômico dos produtores agro-extrativistas da ilha de Cotijuba, Belém-Pará**. Belém: Universidade da Amazônia; Banco da Amazônia; Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia, 2002b.

GUERRA, G. A. D. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: **O Rural e o urbano na Amazônia**. Diferentes olhares em perspectivas. 1ed Organização Ana Claudia Duarte Cardoso. Belém: EDUFPA, 2006, p. 97-110.

GUERRA, G. A. D. **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da Ilha de Cotijuba**. 1. ed. Belém: Unama, 2007.

GUERRA, G. A. D.; MENDES, F. T. As duas faces do Turismo em Cotijuba. **Comunicado**, Belém, p. 1 - 2, 17 dez. 2001.

LIMA, Danilo Lopes Ferreira; ALMEIDA, Lana Paula Crivelaro Monteiro de; CAVALCANTE, Alexandre Guimarães Bezerra. **A utilização do WhatsApp como ferramenta de construção inicial de um trabalho de conclusão de curso**. Disponível em: unifor.br/documents/20143/718764/A+utilizacao+do.... Acesso em: 07 abr. 2019.

MALINOWSKY, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico Ocidental**. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia 2ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MELO, Odimar do Carmo. **Lugar e comunidade na Ilha de Cotijuba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

MESQUITA, Osvaldo. **Usos de produtos florestais não madeireiros pelas mulheres das Ilhas de Belém, Pará, Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – INEAF, Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

MILL, D.; FIDALDO, F. **A internet como suporte técnico para coleta de dados para pesquisas científicas**. 2007. Disponível em: http://intranet.ufsj.edu.br/rep_sysweb/File/vertentes/Vertentes_29/mill_e_fidalgo.pdf. Acesso em: 10 maio 2016.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

SILVA, L. C. M.; LOPES, J. L. S. ; GUERRA, G. A. D. . Religiosidade popular e devoção doméstica: a festa de Nossa Senhora da Batalha na Ilha de Cotijuba. **Fragments de Cultura** (Goiânia), Goiânia, v. 13, n.4, p. 845-859, 2003.

SOUZA, Juliana Lopes de Almeida; ARAÚJO, Daniel Costa de; PAULA, Diego Alves de. Mídia Social Whatsapp: uma análise sobre as interações sociais. **Revista AlterJor**, Ano 06– Volume 01 Edição 11 – Janeiro-Junho de 2015. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj11-a05/aj11-a005.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2019.

A FARINHA D'ÁGUA DE BRAGANÇA: SUA ROTA TURÍSTICA E SEU PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Miguel de Nazaré Brito Picanço¹

RESUMO

O artigo objetiva descrever e analisar as experiências e as práticas de produtores de farinha d'água de Bragança e de outros sujeitos exógenos ao contexto bragantino, que têm levado a mandioca e sua farinha à condição de patrimônio alimentar da cidade, dispondo-as em contextos espetaculares, tais como: programas de televisão e festivais. Os dados deste estudo foram coletados em incursões a campo de 2017 a 2018, mas também resulta de coletas em fontes secundárias, bem como de jornais, *sites* e televisão, e indicam que a farinha d'água de Bragança encontra-se em um comedido, porém, contínuo processo de patrimonialização.

Palavras-chave: Patrimônio alimentar. Mandioca. Festival. Turismo.

ABSTRACT

The objective of this article is to describe and analyze the experiences and practices of Bragança flour producers and other exogenous subjects in the Bragantine context, who have elevated cassava and its flour to the city's food heritage, providing them in spectacular contexts such as: television programs and festivals. Data from this study were collected in field trips from 2017 to 2018, but also results from collections from secondary sources such as newspapers, websites and television and indicate that Bragança's water flour is in a moderate but continuous process of patrimonialization.

Keywords: Food patrimony. Cassava. Festival. Tourism.

Data de submissão: 08.07.2020

Data de aprovação: 06.08.2020

INTRODUÇÃO

Como se sabe, a mandioca (*Manihot esculenta*) – conhecida especialmente como farinha - tem desempenhado papel decisivo na formação da História do Brasil. Tem sido apontada como um dos mais importantes alimentos da mesa do brasileiro, senão o mais importante deles, funcionando como recurso que desenhou não apenas a cozinha, mas também a ideia de brasilidade que norteia a identidade brasileira. A propósito, dentre o conjunto de alimentos que derivam da mandioca, a farinha toma centralidade. Isso foi o que asseverou DaMatta (1986, p. 63) ao dizer que “[...] De fato, a farinha serve como o cimento a ligar todos os pratos e todas as comidas dos brasileiros”, é “o ingrediente que está presente de norte a sul do Brasil, em todas as mesas, das mais ricas às mais pobres [...]”. (ATALA, 2017).

¹ É Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, na linha de pesquisa: identidade e sociabilidade, na modalidade Doutorado Sanduíche (Bolsa/CAPES), com estágio doutoral pela Universidad de Barcelona (UB), no Observatorio de la Alimentación (ODELA). Pós-doutor em Antropologia da Alimentação, na linha de pesquisa Patrimônio Alimentar e Turismo, pelo Observatorio de la Alimentación, na Universidad de Barcelona. É pesquisador colaborador do Observatorio de la Alimentación (Odela/Universidad de Barcelona), pesquisador membro do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil (LApCAB/UNISINOS) e pesquisador membro do Alere, Grupo de Pesquisa em História da Alimentação e Abastecimento na Amazônia/CNPq. Desenvolve pesquisas nos campos da Antropologia Visual e da Antropologia da Alimentação, em particular da comida como patrimônio alimentar do nordeste paraense. E-mail: micanbri2013@gmail.com

Dito isso, cabe pontuar que a importância da mandioca é tanta que no estado do Pará ela aciona um conjunto de práticas, relações sociais e experiências cujos conteúdos revelam um elevado valorêmico presente no cotidiano dos paraenses, em especial, na mesa, na economia e na religião daqueles que habitam não apenas a cidade de Bragança, mas também em toda a região bragantina, no nordeste paraense, lugar onde os discursos e práticas dos nativos, ou não, têm elevado a mandioca e sua farinha d'água² à condição de melhor farinha da região e quiçá do mundo. Esse título tem acionado um conjunto de práticas em prol do reconhecimento e da proteção da referida farinha, no sentido de assegurar-lhe, por meio de políticas públicas, o reconhecimento de sua qualidade e sua Indicação de Origem.

Esses processos têm sido atravessados por atores exógenos ao contexto bragantino (Chefes de cozinhas de fama nacional e internacional, programas de televisão, festivais etc.) e têm promovido o deslocamento da farinha de Bragança para outros contextos brasileiros e até estrangeiros, dispondo-a ora em programas de televisão, ora em manchetes de jornais e ora em festivais, como no Festival Junino da cidade de Bragança. Parece que esses movimentos da mandioca, por entre os discursos e práticas, sejam dos produtores da farinha de Bragança, sejam dos atores exógenos ao lugar, apontam para um contínuo processo de patrimonialização da mandioca e sua farinha d'água de Bragança, conforme descrito no que segue.

1 A FARINHA DE BRAGANÇA PARA O MUNDO: FAMA, PRESTÍGIO E CERTIFICAÇÃO

Farinha de Bragança é crocante e intensa. E quer indicação geográfica. Ela é torrada à mão segundo tradição passada de pai para filho, em comunidades no Pará. Agora, a região busca proteção contra fraudes para agricultores e consumidores (PERALVA, 2017, p. 1).

O excerto acima foi manchete do Jornal Estadão e diz respeito a uma prática muito conhecida na região bragantina e, provavelmente, por todo o estado do Pará, um costume que remonta a tempos imemoriais, herdado dos índios tupinambás e que na atualidade coloca a cidade e a região bragantina entre os maiores polos produtivos de farinha do estado. Porém, a matéria supracitada não se refere especificamente à quantidade, e sim à qualidade, que é peculiar à farinha produzida na região bragantina, o que a torna única.

Essa unicidade atribuída à farinha de Bragança criou, no decorrer dos anos, demandas que há algum tempo vêm movimentando os produtores de farinha da região, especificamente de farinha d'água, que, ao mesmo tempo, em que reivindicam um selo de qualidade para suas farinhas, também pleiteiam sua Indicação Geográfica (IG).

No ano de 2016, avanços profícuos se deram em torno da certificação em decorrência dos diálogos entre os produtores de farinha de Bragança e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), que, por meio da Gerência de Produtos Artesanais de Origem Vegetal, em parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), decidiram unir-se para atender a demanda supracitada. Isso foi o que afirmou a técnica da ADEPARÁ:

[...] Será feito um estudo econômico da produção da casa de farinha de alguns produtores que fazem parte da cooperativa e da associação de produtores rurais. Na

² Segundo Picanço (2018), dentre os derivados da mandioca, no estado do Pará, a farinha d'água constitui-se no mais importante deles. É comida do dia a dia que se manifesta no mercado, na vida e mesa dos paraenses, desde o café da manhã até o jantar. Seu nome faz referência às técnicas utilizadas para sua feitura, que exige a submersão da mandioca na água, de rios ou tanques, por aproximadamente cinco dias, tempo necessário para a fermentação e amolecimento do tubérculo.

oportunidade, reunimos também com a Emater, local que ficará como responsável técnico desses estabelecimentos. O trabalho está começando, mas já demos o primeiro passo. A certificação permite ampliar mercados, expandir as vendas, diferenciar e qualificar os produtos, desenvolver a confiabilidade dos consumidores e gerar riquezas especialmente ao pequeno produtor. (BELFORTE, 2016, p.1).

As reivindicações pela certificação mediante um selo da ADEPARÁ, assim como pela IG, se iniciaram desde o ano de 2013 e decorrem, dentre outras coisas, das insatisfações dos produtores de farinha da região em relação as suas condições de trabalho, assim como do fato de existirem outros produtores de outras regiões do estado que comercializam farinhas em Belém e em outras cidades, afirmando serem de Bragança.

Os tensionamentos em torno da origem e da qualidade atribuída à produção da farinha de Bragança em relação às farinhas de outras regiões do estado, se manifestam com certa regularidade nos discursos dos produtores, dos vendedores e dos consumidores, os quais afirmam que ela é a melhor farinha do Pará, por ser ao mesmo tempo, a mais *baguda*, mais crocante e também a mais amarela:

Ela é a rainha da feira. Exibe orgulhosa seu nome, chama a atenção de quem passa. É a menina dos olhos da bancada de farinhas, a mais pedida, a mais procurada. Amarelinha, crocante, intensa. Das melhores do País. É de mandioca e é d'água. E é de onde? De Bragança. (PERALVA, 2017, p. 1).

Os discursos sobre a proeminência da farinha de Bragança em relação às demais, fundam-se em argumentos que são comuns a quase todos os sujeitos envolvidos tanto na produção, quanto na comercialização e consumo do produto. Trata-se de argumentos inerentes à qualidade agregada à farinha com base em critérios específicos - crocância, cor e granulação - que estão diretamente relacionados à maneira como os bragantinos fazem suas farinhas:

Depois que a gente tira a mandioca da água, a gente amassa ela na mão ou no catitu, depois esprememos a massa no tipiti e depois colocamos no forno para torrar por mais ou menos uma hora. Depois disso a farinha fica pronta para comer. Pra ela ficar crocante e grossa, vai depender de saber mexer a farinha na hora do escaldamento e depois, até ela ficar boa pra comer. A cor amarela depende do tipo de mandioca e do tempo que ela ficou plantada na roça. Na verdade, pra ela ficar torradinha, amarela e graúda, vai depender de quem faz, de quem sabe fazer. (Helena Paiva - mandiocultora de Araújo, na região bragantina - em entrevista concedida em março de 2017).

Toda essa discussão sobre a qualidade e singularidade da farinha bragantina remonta ao início do século XX e se confunde com a construção e funcionamento da estrada de ferro – desativada em 1965 – que, na época, interligou não apenas a cidade de Bragança, mas praticamente todo o nordeste paraense à capital Belém, que passou a ser um dos principais polos de escoamento da produção da farinha bragantina, a qual desde então “caiu” no gosto dos paraenses, alcançando, nos últimos anos, outros lugares e outros paladares para além do nordeste paraense, se fazendo presente nas mesas e nas preferências de chefes e proprietários de restaurantes renomados em outros estados do Brasil.

Ademais, importa aqui dizer também que as experiências vividas pelos bragantinos com a farinha de Bragança conferem-lhes certo “orgulho” de ser de um lugar onde, segundo eles, se tem a melhor farinha do estado e quiçá do mundo. Esse sentimento de pertencimento, que desencadeou toda uma agenda em prol do processo de proteção e indicação geográfica da farinha de Bragança, foi reconhecido pelo Ministério do Turismo do Brasil, que incluiu o tema da mandioca e da feitura da farinha d'água como atrações do Festival Junino da cidade.

Em Bragança, a farinha de mandioca artesanal não está só na mesa. É [...] também uma das estrelas do Festival Junino da cidade, que movimenta cerca de 50 mil pessoas entre 8 e 11 de junho. Para se ter uma ideia, a produção mensal de farinha na cidade, que envolve 4 mil famílias no município, é de 1,5 tonelada. Por ano, isso significa R\$ 75 milhões, cerca de 8% do PIB da cidade. (SAMPAIO, 2017, p. 1).

O Festival Junino mencionado diz respeito a um dos mais importantes eventos públicos da cidade de Bragança, que ocorre desde o ano de 1988 na praça central, lugar que tem importância histórica para os bragantinos, pois ali passava a antiga estrada de ferro. O Festival configura-se em uma mostra, uma narrativa sobre a vida da região, incluindo referências ao turismo e à economia do lugar. É um ponto de encontro que, por meio das exposições e apresentações das quadrilhas juninas em conjunto com as manifestações dos bois-bumbás, dos cordões de pássaros, dos tocadores de rabecas³ e dos dançadores de xote, contam histórias da cidade (conforme mostram as imagens de 1 a 3).

Figuras 1 a 3: Festival Junino de Bragança em 2018



Fonte: arquivo do autor, 2018

O Festival não se faz de maneira isolada, ao contrário, nesse conjunto estão imersas outras práticas da cidade, tais como: a cadeia produtiva do turismo e da gastronomia bragantina, e é exatamente por conta dessa dimensão híbrida do evento que a mandioca e seus materiais puderam compor o cenário da festa, como ocorreu no Festival do ano de 2018, onde uma casa do forno⁴, também chamada de casa de farinha (conforme mostra a imagem 4), foi instalada no centro do espaço festivo.

³ Rabeca é um instrumento musical usado para tocar o legítimo xote bragantino.

⁴ É importante frisar aqui que a casa do forno é um dos elementos mais importantes no processo produtivo da farinha, tão fundamental quanto a roça, a mandioca, o poção, as pessoas e a farinha. Ela é, antes de qualquer

Enquanto a festa acontecia, os turistas e nativos da cidade assistiam um espetáculo à parte, a saber: na casa de farinha, os derivados da mandioca eram produzidos em tempo real - por Seu Benedito Batista da Silva conhecido também como Seu Bené, o professor da farinha - bem aos olhos do público (conforme mostram as imagens 5 a 7), o qual, ao mesmo tempo que prestigiava o saber-fazer as comidas derivadas da mandioca, particularmente a farinha d'água (conforme mostram as imagens 8 e 9), também a comprava em painéis que foram delicadamente elaborados para o festival, conforme mostram as imagens 10 e 11.

Figura 4: Casa de farinha no Festival Junino de Bragança



Fonte: arquivo do autor, 2018

A relevância do Festival Junino de Bragança foi notadamente reconhecida pelo Ministério do Turismo do Brasil, que, dentre tantos outros festivais, o escolheu, por meio de edital de chamada pública, para receber ações de promoção e divulgação ao nível nacional e internacional com o intuito de transformá-lo em um produto turístico, assim como é o Carnaval.

A ideia é que a celebração cultural passe a atrair visitantes estrangeiros e estimule cada vez mais o turismo doméstico, assim como acontece com o Carnaval. A divulgação das festas, bem como a realização de ações de promoção e apoio à

coisa, um lugar de trocas de experiências, onde o saber-fazer as comidas oriundas da mandioca é ensinado, aprendido e mantido de geração em geração. A casa do forno é um espaço fulcral para a história da mandioca: “[...] pois, ao mesmo tempo em que se constitui no lugar onde são feitos não apenas as farinhas, mas todos os demais descendente da mandioca, ela também se revela um lugar de interações sociais e sociabilidades que são alimentadas em um extenso fluxo de pessoas, de distintas famílias [...], que ali trabalham em cooperação”. (PICANÇO, 2018, p. 186).

comercialização, faz parte da estratégia conjunta do Ministério do Turismo e da Embratur. (SAMPAIO, 2017, p. 1).

A inclusão da cadeia produtiva no Festival, ou melhor, da mandioca e sua farinha, não se deu por acaso, além de ser considerada a melhor farinha do Pará, a ela foi atribuído o título de melhor farinha do mundo: “A farinha de mandioca também leva o nome da cidade para o mundo, um verdadeiro ‘troféu’ conquistado após arrematar o título de ‘melhor farinha do planeta’ no maior festival mundial do movimento *slow food*, realizado na Itália”. (PERALVA, 2017, p. 1).

Figuras 5 a 7: O saber-fazer a farinha d’água de Bragança no Festival



Fonte: arquivo do autor, 2018

Foi no bojo desse movimento que se atribuiu fama e prestígio à farinha de Bragança que Seu Bené também se tornou uma celebridade, inclusive internacional, pois a farinha que levou o título de ser a melhor do mundo é feita pelas mãos habilidosas e “inteligentes” de Seu Bené, que é referência no assunto. Sua presença, seu discurso e, principalmente, sua experiência na arte de fazer farinha tornaram-no protagonista de dois documentários – *O professor da farinha* e *Seu Bené vai à Itália*⁵ - além das constantes aparições em matérias de jornais que tratam dos movimentos da mandioca ao se fazer farinha na região bragantina. A mais recente dessas matérias data do dia 1º de julho de 2017 e foi publicada pelo jornal

⁵ Os documentários *O professor da farinha* e *Seu Bené vai à Itália* foram produzidos por Teresa Corção e encontram-se disponíveis no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=qF1CaJ9zIeU&t=149s>.

Estadão na versão online, na qual Seu Bené aparece como personagem principal, com o título de “professor da farinha”.

Seu Bené é tão famoso quanto sua farinha e é conhecido na região e fora dela como Mestre da Farinha. O título se legitima pelo conhecimento que ele até hoje utiliza na feitura desse alimento, especialmente por manter técnicas antigas aprendidas com seus antepassados. A história que culminou com o reconhecimento de Seu Bené como professor e/ou mestre da farinha se confunde com o reconhecimento nacional e internacional da qualidade e da singularidade atribuídas à farinha de Bragança.

Figuras 8 e 9: Seu Bené torrando a farinha d’água no Festival



Fonte: arquivo do autor, 2018

Outrossim, argumenta-se aqui que esses movimentos recentes em torno da farinha - que além de lhe conferir o título de melhor farinha do estado do Pará, do Brasil e do mundo⁶, também lhe dispôs no Festival Junino de Bragança - potencializaram a demanda pela certificação e Indicação Geográfica, iniciada lá atrás, incluindo nesse processo a equipe da ADEPARÁ e outras instituições, como: Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTEC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Secretaria de Turismo do Pará, (SETUR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e prefeituras dos municípios envolvidos que juntas formaram na região um grupo

⁶ Esses agenciamentos institucionais, em correspondência com o uso das práticas alimentares oriundas da mandioca, parecem torná-las, em certa medida, reféns de uma estratégia política que reforça um essencialismo do Estado. Romper com essa correspondência diz respeito ao retorno às “raízes identitárias” dessas práticas, que são rearranjadas a partir da convergência das experiências de produção, circulação e consumo dos alimentos. Isso está presente na ideia de regionalização: Norte, Pará, Amazônia.

de trabalho denominado: “Projeto Farinha de Bragança”, cujo objetivo foi solicitar, no ano de 2018, ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) a Indicação Geográfica para a farinha de Bragança.

Importa saber, que a Indicação Geográfica é um instrumento de proteção que se diferencia dos demais, por estar envolto em práticas e coletividades, compondo:

[...] o Sistema de Propriedade Industrial, que, no Brasil, é regulado pela Lei 9.279/96, é um conjunto de mecanismos voltados à proteção de produtos industriais, estando, entre eles, as patentes, as marcas e os desenhos industriais. No Brasil, a Indicação Geográfica tem duas modalidades: “Indicação de Procedência”, quando existe uma notoriedade e um reconhecimento da qualidade dos produtos desenvolvidos no lugar de origem; ou “Denominação de Origem”, quando o produto carrega consigo as características do lugar, seja por conta das propriedades do solo, seja por conta do clima, garantindo-lhe um diferencial por aspectos próprios da região. A Indicação Geográfica de determinado produto, após o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial, constitui-se em um selo utilizado por todos os produtores instalados na área delimitada, os quais respeitam as regras de uso. Um selo é colocado no rótulo do produto e não interfere na marca que distingue os produtores. (RODRIGUES, 2016, p.1).

Figuras 10 e 11: Paneiros de farinha d’água de Seu Bené



Fonte: arquivo do autor, 2018

Porém, para que a IG seja impressa sobre a farinha, os produtores terão que abdicar de alguns quesitos que dizem respeito ao modo como fazem suas farinhas, dentre elas, aquelas que estão implicadas em questões de insalubridade e higiene-sanitária. A título de exemplo, como já mencionado anteriormente, a grande maioria dos produtores, (com raríssimas exceções), fazem suas farinhas de maneira artesanal, sendo assim, os recursos utilizados para essa feitura advêm, quase que em sua totalidade, da força do trabalho humano, tornando-se

imprescindível o contato direto das mãos dos produtores com a mandioca, com a massa e com a farinha.

Portanto, manusear esses produtos com as mãos parece ser necessário no processo de fazer farinha artesanal. Ademais, além dos humanos produtores de farinha que transitam nas casas do forno, existem outros indivíduos que, no decorrer do tempo, tornaram-se protagonistas desse modo ancestral de fazer farinha: cachorros, galinhas, patos e, em alguns casos, até porcos. Sendo assim, a aquisição da IG implica, dentre outras questões, mudanças profundas no saber-fazer a farinha, que é peculiar aos produtores da região bragantina. Convencê-los da necessidade de mudar esses hábitos parece ser um dos maiores desafios da equipe que gerencia o processo de aquisição da IG, que, por meio de cursos e oficinas, buscou sensibilizá-los da necessidade de padronizar e “melhorar” a produção.

A farinha de Bragança é [...] gostosa, mas não é segura. Então, para que ela se torne gostosa e boa, é necessário que a gente padronize todo o processo produtivo, para que ela torne-se um produto seguro, para que na hora que o consumidor comprar, ele se sinta seguro de que ele está consumindo um produto de qualidade, de que aquele produto não vai causar nenhum dano à saúde dele. (GASPAR, 2016).

Torna-se importante dizer que os produtores de farinha de Bragança resistiram a essas imposições. Argumentam que o modo como sabem fazer farinha advém dos ensinamentos de seus antepassados e que por isso não lhes agrada a ideia de mudar. Segundo Paz (1995 apud PEREIRA, 2016, p. 1711), essa resistência ocorre porque:

O artesão [...] não é fiel a uma ideia, nem mesmo a uma imagem, mas a uma disciplina prática: seu trabalho. Sua oficina é um microcosmo social governado por suas próprias leis especiais. Seu dia de trabalho não é ditado rigidamente por um relógio de ponto, mas por um ritmo que tem mais a ver com o corpo e sua sensibilidade do que com as necessidades abstratas de produção.

Assim, os discursos que fundamentam e defendem a importância da IG como política pública de proteção patrimonial parecem ser paradoxais porque, ao mesmo tempo que defendem a IG como políticas públicas voltadas para a proteção e preservação de saberes e fazeres de um dado lugar, impõem sobre os sujeitos a necessidade de mudar alguns aspectos dessas práticas que, em alguns casos, acabam por se transformar em outros modos de saberes e fazeres.

Nesse sentido, Pereira (2016) aponta que esse conflito entre o saber-fazer tradicional e as exigências para aquisição da IG decorre, dentre outros fatores, do fato de que “a demanda pela IG nasce muito mais das instituições externas aos agentes produtores do que por meio do interesse dos próprios” (p. 1711), o que resulta em tensionamentos: de um lado, o artesão, que se nega a mudar seu jeito de saber-fazer; do outro, os agentes exógenos tentando padronizar esse modo de produção. Pereira (2016, p.1712) pontua que esses grupos externos devem considerar que as práticas feitas artesanalmente diferenciam-se substancialmente de:

[...] um produto de massa, homogêneo e pasteurizado. Seu ritmo de produção é diferente; as formas resultantes possuem peculiaridades por mais que se trate de um mesmo objeto entre outras especificidades. Falar de padronização é simplesmente ferir toda a lógica de produção e desenvolvimento do artesanato.

Ocorre que esses movimentos e contradições em torno dos modos de saber-fazer a farinha de Bragança, alinham-se, em certa medida, às agendas da ciência e da tecnologia, cujos discursos surgem da necessidade de modernizar e transformar o campo da tradição, ao ponto de convertê-los em um novo método, que mesmo estando muito próxima da tradição, já não é “autêntico”. Nessa perspectiva, para que o modo de preparo permaneça na tradição, faz-se necessário certa transformação em sua “originalidade”. Somente aderindo a esse

movimento é que se pode vislumbrar sua proteção e, nesse processo, o espetáculo (festivais, televisão, etc.) opera como lugar privilegiado para torná-la consumível, sem perder sua área patrimonial, conforme descrevo na próxima seção.

2 ENTRE A ROÇA E O ESPETÁCULO

Diante da discussão exposta, pode-se inferir que a proeminência da mandioca no estado do Pará está relacionada ao hábito alimentar dos paraenses, que historicamente a elegeram como alimento basilar de suas refeições, com inquestionável notabilidade para a farinha d'água, que se faz presente em todas as regiões do estado e em praticamente todas as refeições diárias.

Porém, como já mencionado anteriormente, apesar da posição fulcral da farinha na alimentação paraense, outros derivados da mandioca também são decisivos na composição dos hábitos alimentares que, associados a outros alimentos, atribuíram a Belém o título internacional de cidade criativa da gastronomia. O referido título foi concedido pela Unesco no ano de 2015, nomeando Belém como cidade brasileira referência mundial em gastronomia. A partir de então, Belém integra uma rede de cidades que buscam, por meio de práticas alimentares, promover o desenvolvimento de maneira sustentável, portanto, socialmente justo.

É importante notar que em termos gastronômicos, não apenas a capital Belém, como também o Pará tem se destacado nacionalmente pela importância de sua culinária, segundo o que diz a mídia e também o Ministério do Turismo, ao afirmar que:

[...] quando o assunto é gastronomia, o Pará desponta entre as estrelas nacionais com uma culinária de ingredientes da cultura indígena, temperada com influências portuguesa e africana. Essa mistura regionalíssima fez com que a capital do estado, Belém, se destacasse neste quesito como o destino brasileiro mais bem avaliado pelos turistas estrangeiros que visitaram o Brasil em 2016. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, p.1).

O excerto supramencionado diz respeito a uma matéria divulgada no *site* do Ministério do Turismo que versa sobre o resultado de uma pesquisa, cujo objetivo era desvendar qual capital brasileira tem a preferência gastronômica dos turistas estrangeiros. E,

De acordo com o estudo, enquanto a gastronomia brasileira recebeu nota máxima (muito bom e bom), de 95,4% dos visitantes internacionais, a de Belém chegou ao topo, com 99,2% de aprovação. Os cheiros e sabores da fauna e da flora da Amazônia – açaí, camarão, caranguejo, peixes, além de ervas - como o jambu -, pimentas e a famosa farinha de mandioca - encantaram turistas da França, principal emissor de turistas para Belém em 2016, com 34% do total de visitantes, e também do Suriname, Estados Unidos, Holanda, Argentina, Alemanha, entre outros. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, p.1).

Ao assumir o topo da lista na preferência estrangeira, a gastronomia paraense e belenense passa a ser considerada pelo Ministério do Turismo como um importante e potente dispositivo turístico para a região, assim como “[...] um ativo importante do turismo brasileiro.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, p.1).

Isso posto, torna-se relevante apontar para a centralidade da mandioca e seus derivados na culinária apontada pela pesquisa, que pode ser notado, por exemplo, no subtítulo da referida matéria, o qual diz que: “[...] Pato no tucupi, tacacá, maniçoba, moquecas, caruru e chibé são algumas iguarias que podem ser encontradas em Belém.” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017, p.1). Com exceção da moqueca, todas as demais iguarias citadas na matéria têm a mandioca como elemento básico.

Por conta da notoriedade no contexto paraense, nos últimos anos a mandioca tem sido apropriada pela mídia (jornais, *sites* e televisão), assim como pelas políticas públicas voltadas para o turismo e o lazer que a tem colocado em posição de destaque, de tal modo que, algumas vezes, seus derivados aparecem protagonizando programas televisivos, conforme ocorreu no dia 09/05/2017, quando Thiago Castanho, renomado chefe de cozinha paraense, referência da gastronomia amazônica, esteve no programa Master Chef, espécie de *reality show* voltado para a competição na área da culinária. Segundo Thiago Castanho, programas como esse se convertem em oportunidades singulares, pois, ao darem visibilidade à culinária nortista, permitem ao povo brasileiro conhecer-se a si mesmo, além de potencializar o turismo na região.

Nesse episódio, Thiago Castanho apresentou um extenso repertório da culinária belenense e de outros lugares do norte brasileiro, e que, segundo ele, são marcadores da identidade Amazônica. Dentre outros alimentos, o destaque do cozinheiro foi para a mandioca e seus derivados: “[...] a gente fala de Amazônia, o que vem à cabeça logo? Uma infinidade de frutas, uma infinidade de pescados, mas eu acho que grande parte da relação que o povo tem dentre esses produtos, em Belém, é com a mandioca”. (CASTANHO, 2017).

Em seguida, o chefe Thiago Castanho apresentou os derivados da mandioca que se encontravam dispostos no palco do programa, que despertaram a admiração dos participantes do *reality* e, certamente, dos espectadores que assistiam à transmissão por meio da rede de televisão brasileira, canal Band. Os derivados da mandioca exibidos pelo chefe foram: farinha de Bragança, massa de mandioca, tucupi, goma, farinha d’água, maniva moída, beiju e chibé. A cada produto apresentado, o cozinheiro explicava sua utilidade como também os processos operados e necessários para que a mandioca se materialize em cada um desses alimentos, que, em conjunto com outros produtos alimentícios do norte brasileiro, inspiraram os pratos produzidos pelos participantes do programa naquele episódio.

É fato que essa diversidade de ingredientes amazônicos parecia ser desconhecida dos participantes do *reality*, com algumas exceções, fato notado em suas expressões faciais, que quase sempre se mostravam alheios àqueles materiais. De outro modo, a reação era de estranhamento, provavelmente advindo do desconhecimento. Segundo Castanho (2017), isso acontece em decorrência de que a cultura nortista, em especial aquela associada à comida, “[...] é muito mais parecida com a de alguns países como Equador, Colômbia e uma parte do Peru, do que com a cultura do Sudeste do Brasil”. (entrevista concedida ao jornal Diário do Pará).

Cabe ressaltar que esses movimentos e experiências sobre a mandioca e a farinha d’água de Bragança, indicam que elas encontram-se em processos de patrimonialização. Para entender tais processos, faz-se pertinente o diálogo com Contreras e Ribas (2014) que asseveram que a patrimonialização, a mercantilização e o turismo são processos e tendências que surgem no bojo de um projeto político e econômico que tende a padronizar e homogeneizar quase todos os campos da vida humana, inclusive aqueles enredados com a comida.

Esse contexto, que se configura como uma tentativa de internacionalizar coisas e práticas alimentares, tem provocado mudanças significativas na maneira como as pessoas se relacionam com a comida, dentre as quais pode-se apontar: a ampliação da produção mundial de alimentos e, conseqüentemente, do repertório alimentar disponível no mercado mundial, assim como o aumento do consumo de alimentos industrializados, tanto no âmbito da casa, quanto fora dela, com o deslocamento do ato de fazer comida do campo doméstico para a cadeia produtiva.

Essas mudanças configuram um novo cenário frente às questões alimentares, desencadeando novos hábitos, preferências e repertórios alimentares, o que tem culminado

com o desaparecimento e/ou a substituição gradativa de algumas práticas relacionadas à comida, que historicamente marcavam e definiam grupos e pessoas.

Destarte, esse contexto de progressiva homogeneização alimentar tem fomentado discursos cujos conteúdos, *a priori*, fundam-se em repertórios saudosistas, nostálgicos e de cunho político, que funcionam como enfrentamento e resposta frente ao modelo de produção global. Ou seja, são narrativas cujos discursos tentam manter, recuperar e/ou proteger antigas práticas relacionadas à comida que foram ou estão sendo suprimidas pela sociedade moderna. Os referidos discursos se materializam em demandas que, ao mesmo tempo que reivindicam a proteção de certas práticas alimentares, dispõem essas mesmas práticas em processos de patrimonialização.

Isso posto, convém frisar que as exigências para que se eleve à condição de patrimônio residem nas suas disposições de agregar determinados valores relacionados ora com o tempo, ora com a capacidade de serem exibidas não como coisas quaisquer, mas a partir de suas diferenças e singularidades. Isto é, verifica-se que o processo de patrimonialização só é viável quando se permitem agregar valor. Nesse sentido, prossegue-se a argumentar que o processo de patrimonialização consiste em um movimento que converte determinadas coisas eleitas em patrimônio cultural e/ou natural. Para tal, presupõe-se a ativação de alguns recursos específicos que identificam e as marcam como bens patrimoniais.

A esse respeito, Kirshenblatt-Gimblett (2004) considera que a elevação de bens especificados à condição de patrimônio está intrinsecamente enredada com as ativações de valores, que com regularidade dizem respeito a questões do passado, da exibição e da diferenciação. Tais valores:

[...] deben ser activados para tener un efecto social, mediante un proceso de selección, ordenación e interpretación, que conduce necesariamente a la formación de discursos patrimoniales, tradicionalmente destinados a sostener y sacralizar versiones ideológicas de la identidad (de las identidades), que promueven adhesiones emotivas al respecto mediante la eficacia simbólica de los referentes patrimoniales y la direccionalidad inequívoca de los discursos. (PRATS, 2006, p. 73).

Assim, as ativações patrimoniais se dão mediante três dispositivos basilares: os objetos, que correspondem basicamente aos museus e coleções; os lugares, como monumentos, sítios arqueológicos e/ou áreas naturais e, por último, as manifestações. Essas últimas referem-se às aparições de algo que: “[...] sólo existen en la medida en que se producen o representan, ya se trate de la música, del teatro, de los descubrimientos científicos, de las fiestas, de la gastronomía o de la tradición oral [...]” (PRATS, 2006, p. 73).

Afora isso, Prats (2006) sinaliza que os processos de patrimonialização podem ser atendidos na medida em que a indústria do turismo e do entretenimento dispõe os bens culturais como mercadorias a serem comercializadas em eventos e lugares estratégicos nas mais diversas cidades do mundo. São nesses lugares que os patrimônios encontram espaços para serem reinventadas, de modo a se apresentarem como sendo espetaculares. Assim, parece que é na capacidade da coisa se manifestar e se exibir como algo híbrido, mais ou menos próximo daquilo que um dia ela foi, ou daquilo que ainda é em seu contexto primeiro que reside a possibilidade dela ser “recuperada”.

Assim, a coisa disposta ao consumo, não se exhibe exatamente como é na realidade, mas como mera representação de si mesma (RIBAS, 2014), concretizando-se mais no plano virtual do que no real propriamente dito. Portanto, ao se manifestar na arena da indústria turística, a coisa reproduzida se mostra recursivamente capaz de garantir a continuidade do passado, ao mesmo tempo que se faz própria ao consumo. Esse processo pode ser notado nas imagens 12 e 13. A imagem 12 “fala” da casa do forno como de fato é no contexto da roça, já a imagem 13 diz respeito à representação da casa para o Festival Junino de Bragança.

Desse modo, a patrimonialização é viável na medida em que a coisa se dispõe a “falar” de um determinado contexto social, mas também quando ela é capaz de se converter em mercadoria, fornecendo recursos econômicos aos grupos e sujeitos enredados nesse processo. Essas dimensões da coisa só são possíveis mediante a ativação de mecanismos de descontextualização – invenção da realidade - e recontextualização - construção social da realidade (RIBAS, 2014), cujo lugar apropriado reside na indústria do turismo e do lazer, lugar sem igual para a espetacularização da coisa. (RIBAS, 2014; PRATS, 2006; KIRSHENBLATT-GIMBLETT, 2004).

Figura 12: Casa do forno real



Fonte: Arquivo do autor, 2017

Figura 13: Casa do forno recriada no Festival Junino de Bragança



Fonte: Secretaria de Cultura de Bragança

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Variado era o uso da mandioca na culinária indígena; e muitos dos produtos preparados outrora pelas mãos avermelhadas da cunhã, preparam-nos as mãos brancas, pardas, pretas e morenas da brasilidade de todas as origens e de todos os sangues. Da índia a brasileira aprendeu a fazer de mandioca uma série de delicados quitutes: a farinha fina, de curimã, para o filho pequeno; o mingau; o beiu ou beiju. (FREYRE, 2005, p. 191).

Por fim, cabe salientar que as informações apontadas por Freyre no excerto acima somadas as contribuições contidas no decorrer deste *paper*, nos ajudam a compreender o lugar que a *Manihot esculenta* e seus derivados têm ocupado na história e na constituição da sociedade brasileira, pois como já é sabido, são variados os modos pelos quais, historicamente, a mandioca tem alimentado não apenas os indígenas, os colonizadores e colonos que, em tempos de outrora, habitavam por aqui, mas também nos dias atuais ela continua a ser a base da alimentação de milhões de brasileiros que vivem, seja no Sul, seja no Norte deste Brasil.

Afora isso, importa frisar que desde os tempos coloniais até meados do século XIX, a proeminência da mandioca para a História do Brasil não se restringiu apenas à função alimentar, ela foi objeto decisivo para o projeto colonizador, assim como para a economia do país, pois além de alimentar a mão de obra escrava – africana e indígena - também serviu de moeda de troca em terras portuguesas, africanas e asiáticas.

Ademais, o referido trecho permite compreender que, no decorrer da história nacional brasileira, a mandioca desempenhou papel imprescindível, contribuindo para desenhar o protótipo daquilo que hoje é a nossa cozinha e as implicações dessa cozinha na constituição da nossa sociedade, em especial do povo paraense e, sobretudo, para os bragantinos, cujos

modos se ser e estar no mundo são fortemente marcados e elaborados a partir de suas experiências de sociabilidades e comensalidades mediadas pela mandioca e seus derivados, como: a farinha seca, a farinha lavada, a farinha para farofa, a farinha de tapioca, a carimã, a goma, o tucupi, a maniva moída, a macaxeira⁷ e, principalmente, a farinha d'água.

Outrossim, é como farinha d'água que a mandioca tem ocupado lugar de destaque na mesa, na vida e na economia dos bragantinos. Essa importância, ao mesmo tempo em que tem alcançado outros territórios, nacionais e internacionais, também tem operado novos movimentos e experiências nos ciclos e trajetórias da mandioca - seja no contexto dos produtores de Bragança, quando reivindicam a certificação e a Indicação Geográfica de suas farinhas e seus modos de fazê-las, seja quando esses mesmos sujeitos e outros se apropriam dos materiais e da própria mandioca para incluí-los em festivais, rotas turísticas ou em rede nacional de televisão - apontam para um processo que cada vez mais alcança as dimensões da vida em termos globais, inclusive daquelas enredadas com o ato de comer: falo do processo de patrimonialização em geral e, em particular, do patrimônio alimentar e de suas imbricações com a mercantilização turística.

Isso pode ser notado, por exemplo, no Festival Junino de Bragança que ao incorporar a mandioca, suas técnicas de produção e da feitura da sua farinha d'água como uma de suas atrações, nos faz perceber, dentre tantas outras coisas, que os movimentos operados em torno da mandioca apontam para outro movimento: ela e suas coisas de comer, particularmente a farinha d'água de Bragança encontram-se emaranhadas em um comedido, porém, contínuo processo de patrimonialização.

Portanto, esses movimentos que são próprios do processo de patrimonialização parecem funcionar como estratégias que são capazes de converter as práticas e as experiências relacionadas a comida em recursos, fonte inesgotável que produz e atrai investimentos locais, por meio da economia turística, da indústria do lazer (RIBAS, 2014), ou ainda por meio da indústria cultural (YÚDICE, 2006), o que demonstra estar ocorrendo com a mandioca e seus derivados, particularmente com a farinha d'água de Bragança. As implicações desses movimentos operados nos processos de patrimonialização da mandioca e suas rotas turísticas no contexto paraense e bragantino parecem ser fenômenos suscetíveis às novas e futuras observações.

REFERÊNCIAS

ATALA, Alex. Nada de arroz e feijão: saiba qual alimento une o Brasil, segundo Alex Atala. **BBC Brasil**, Brasil, 01 abr. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39425712>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BELÉM é eleita Cidade Criativa da Gastronomia pela Unesco. **G1 Pará**, Belém, 01 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/belem-e-eleita-cidade-criativa-da-gastronomia-pela-unesco.html>. Acesso em: 11 ago. de 2017.

BELFORTE, Karen. Casas de farinha de Bragança receberão certificação da ADEPARÁ. **ADEPARÁ**, Belém, 2016. Disponível em: <http://www.adepara.pa.gov>. Acesso em: 03 jun. 2017.

⁷ A macaxeira diferencia-se da mandioca, de acordo com uma classificação que se baseia no teor de uma substância tóxica: o ácido cianídrico. A mandioca-brava ou mandioca-amarga ou simplesmente mandioca é rica em ácido cianídrico. Por outro lado, a macaxeira/aipim, que é considerada mandioca mansa, ou seja, sem o ácido cianídrico. O uso da primeira é destinado com mais frequência no campo da indústria, exceto no estado do Pará, onde sua toxicidade é extraída no processo de cozimento e torrefação, enquanto que a macaxeira ou aipim, é consumida em todo o Brasil como alimento humano.

CASTANHO, Thiago. Entrevista concedida ao jornal Diário do Pará. Belém, 2017. **Jornal Diário do Pará**. Disponível em: https://www.diarioonline.com.br/_/noticia-412428-chef-paraense-estara-no-masterchef-desta-terca.html. Acesso em: 15 jun. 2017.

CASTANHO, Thiago. **Ingredientes do norte com o chef Thiago Castanho**, 2017. vídeo (10min 11seg). Publicado pelo canal Master Chef Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sDG11VXAj5Y>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CONTRERAS, Jesús; RIBAS, Juan. Sobre la Construcció Social del Patrimoni Alimentari. **Revista d'Etnologia de Catalunya**, Catalunya, n. 39. 2014. Disponível em: <http://www.raco.cat>. Acesso em: 15 jun. 2017.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** 1ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. São Paulo: Global Editora, 2005.

GASPAR, Daniela. **Projeto farinha de Bragança**, Belém, 2016. 1 vídeo (14min 33seg). Canal Ana Paula Bronze. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ZtIz4htduw. Acesso em: 25 jul. 2017.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. Intangible Heritage as Metacultural Production. **Museu International**, Oxford, v. 52, 2004. Disponível: <http://onlinelibrary.wiley.com>. Acesso em: 20 de maio. 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL. **Gastronomia paraense é a mais bem avaliada do país**, Brasília, 01 ago. 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/8030-gastronomia-paraense-%C3%A9-a-mais-bem-avaliada-do-pa%C3%ADs.html#:~:text=Quando%20o%20assunto%20%C3%A9%20gastronomia,com%20influ%C3%A2ncias%20portuguesa%20e%20africana..> Acesso em: 02 de ago. 2017.

PERALVA, Carla. Farinha de Bragança é crocante e intensa. E quer indicação geográfica. **Jornal Estadão**, São Paulo, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,farinha-de-braganca-e-crocante-e-intensa-e-quer-indicacao-geografica,70001896716>. Acesso em: 25 de jul. 2017.

PERALTA, Patricia Pereira. Necessidade de políticas institucionais para a aplicação de indicações geográficas como instrumento de proteção e valorização do patrimônio cultural. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS*, 7, 2016. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFPB, 2017. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/>. Acesso em: 24 mar. 2017.

PICANÇO, Miguel de Nazaré Brito. **Na roça, na mesa, na vida: uma viagem pelas trajetórias da mandioca, no e além do nordeste paraense**. 1ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2018.

PRATS, Llorenç. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. **PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, Sevilla, n. 58, 2006. Disponível:

<https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/2176>. Acesso em: 02 jun. 2017.

RIBAS, Juan Serra. **Vi, Política i Espectacle: Procés de patrimonialització de la Cultura del Vi a la denominació D'origen Alella**. 1ª. Ed. Barcelona/Es: UOC, 2014.

RODRIGUES, Hojo. Farinha de Bragança sem falsificações: Pesquisa analisa Projeto de Indicação Geográfica para produto tradicional. **Jornal Beira Rio/UFPA**, Belém, 2016. Disponível em: <http://www.beiradorio.ufpa.br>. Acesso em: 30 de maio. 2017.

SAMPAIO, Vanessa. Bragança (Pa) festeja a gastronomia no São João. **Ministério do Turismo**, Brasília, 02 jun. 2017. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/7845-bragan%C3%A7a-pa-festeja-a-gastronomia-no-s%C3%A3o-jo%C3%A3o.html#:~:text=Em%20Bragan%C3%A7a%20a%20220%20km,n%C3%A3o%20est%C3%A1%20s%C3%B3%20na%20mesa.&text=Ingrediente%20obrigat%C3%B3rio%20da%20culin%C3%A1ria%20local,moqueca%20mingau%20e%20at%C3%A9%20s%20orvete..> Acesso em: 03 jun. 2017.

YUDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: 1ª.ed. Editora UFMG, 2006.

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM UMA COOPERATIVA NA AMAZONIA

José de Moraes¹
Teresinha Valim Oliver Gonçalves²

RESUMO

Este artigo tem como foco a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares dos Caetés- (COOMAC), como uma experiência amazônica comprometida com a sustentabilidade ambiental. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que objetivou analisar práticas ambientais desenvolvidas pela referida cooperativa, tendo em vista a relação com a perspectiva da educação ambiental crítica. A questão norteadora da pesquisa foi configurada da seguinte pergunta: Em que aspectos as práticas ambientais desenvolvidas na COOMAC podem ser relacionadas com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica? Os resultados evidenciam que a COOMAC consiste numa alternativa socioambiental, em que há um vínculo integrador entre os elementos ambiental, econômico e social, que converge para a educação ambiental crítica na modalidade de educação não formal. Os resultados contribuem para reflexões de que é possível a existência de experiências sustentáveis na Amazônia, que superem modelos ambientais a serviço dos interesses capitalistas.

Palavras-Chave: Cooperativismo, Educação não Formal, Educação Ambiental Crítica.

RESUMEN

Este artículo se centra en la Cooperativa Mixta de Agricultores Familiares de los Caetés (COOMAC), la cual es una experiencia amazónica comprometida con la sostenibilidad ambiental. Este trabajo es una investigación con enfoque cualitativo, la cual tuvo como objetivo analizar las prácticas ambientales desarrolladas por la cooperativa, específicamente la relación con la perspectiva de la educación ambiental crítica. La pregunta que guio esta investigación fue la siguiente: ¿En qué aspectos, las prácticas ambientales desarrolladas en la COOMAC, pueden relacionarse con la perspectiva de la Educación Crítica Ambiental? Los resultados muestran que la COOMAC es una alternativa socio ambiental, en la que existe una relación de integración entre los elementos: ambiental, económico y social, que convergen hacia la educación ambiental crítica en la forma de educación informal. Los resultados contribuyen a reflexionar, que es posible tener experiencias sostenibles en la Amazonía que superen los modelos ambientales al servicio de los intereses capitalistas.

Palabras claves: Cooperativismo, Educación informal, Educación Ambiental Crítica.

Data de submissão: 11.08.2020

Data de aprovação: 28.08.2020

INTRODUÇÃO

Em uma sociedade ainda marcada com modelos de exploração ambiental e humana, a existência de experiências que refletem visões e práticas sustentáveis e solidárias, se constituem como referências que podem ser tomadas como estímulos para a ampliação dessa realidade. Nesse sentido, este trabalho tem como foco a Cooperativa Mista dos Agricultores

¹ Professor na Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, Faculdade de Educação. Doutorando no Instituto de Educação Matemática e Científica- IEMCI/UFPA. E-mail: msjunho@yahoo.com.br

² Professora Titular da Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora na área de Educação em e Educação Ambiental. E-mail: tevalim@gmail.com

Familiars dos Caetés (COOMAC), como uma experiência amazônica que prioriza visões de sustentabilidade e solidariedade em relação ao ambiente e a vida em geral.

Este artigo é proveniente de parte de uma pesquisa do Programa de Doutorado de Educação em Ciências e Matemática do Instituto de Educação Matemática Científica IEMCI/UFPA, voltada para a formação de professores de Ciências em diálogo com cooperados da COOMAC, na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, tendo o cinema como elemento de mediação formativa.

O interesse pelo objeto de estudo se deu a partir das visitas realizadas na sede da cooperativa com alunos dos cursos de licenciaturas, para que estes conhecessem práticas de educação não formal experimentadas pelos cooperados. Essas visitas nos possibilitaram contato com a forma relacional que trabalham os aspectos ambiental, econômico e social; nos fizeram refletir que experiências desse tipo podem contribuir para novas compreensões epistemológicas e pedagógicas, em prol da transformação das tradicionais formas de produção e gerenciamento dos recursos naturais na sociedade capitalista.

A relevância desta pesquisa pode também ser entendida na construção de conhecimentos que evidenciam êxito em experiências ambientais sustentáveis compatíveis com uma configuração de educação ambiental crítica, que supera visões comportamentalistas ou românticas sobre as relações do ser humano com o meio ambiente, o que pode contribuir para reflexões a serviço da vivência de outras experiências dessa natureza.

A pesquisa pode contribuir para a ampliação do pensamento de que a educação ambiental não se restringe à modalidade de educação formal, mas pode ser experimentada também em ambientes não formais. Essas modalidades de educação podem ser dialogadas sem hierarquizações, uma vez que ambas podem contribuir para uma formação ambiental crítica.

No que diz respeito a fundamentação teórica para o desenvolvimento desta pesquisa, os principais autores que nos subsidiaram, foram Bomfim (2008); Carvalho (2004); Layrargues (1997); Grün (1996); Loureiro (2004); Guimarães (2000, 2007). Esses autores entendem que educação ambiental crítica constitui uma perspectiva que pode contribuir para a superação da crise socioambiental.

Em termos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2003, p.21) pode ser entendida como a que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”. Especificamente neste trabalho, tivemos como técnicas metodológicas, observação, entrevistas semiestruturadas e conversas informais.

A observação nos permitiu construir relações entre as falas dos sujeitos e o que observamos durante as atividades formativas dos cooperados; sobre as condições ambientais de espaços próprios da cooperativa, como áreas de moradia e de atividades agrícolas e extrativistas. Nesse sentido, concordamos com Neto (2004, p.60) que “a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”

A entrevista semiestruturada em que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada” (GIL, 1999, p.120), foi essencial para a construção de uma caracterização da cooperativa, em seus aspectos constituintes, tais como: origem, produção, proposições e práticas ambientais de caráter educativo; tendo como colaboradores, o atual presidente da

cooperativa e dois cooperados, sendo um do sexo feminino e o outro masculino. E, quanto as conversas informais com os referidos sujeitos, foram essenciais, não somente para ampliarmos os conhecimentos vindos das técnicas acima, mas também para desenvolvermos relações mais próximas com os cooperados, o que realmente convergiu para o estabelecimento de relações de confiança e amizade.

O objetivo geral da investigação consistiu em analisar práticas ambientais desenvolvidas pela referida cooperativa, tendo em vista a relação com a perspectiva da educação ambiental crítica. Em termos específicos, buscamos refletir sobre os contextos e ideais que motivaram a criação da cooperativa; caracterizar as proposições ambientais que norteiam as práticas experienciadas na cooperativa e refletir sobre as convergências das práticas ambientais da cooperativa para a educação ambiental crítica. Dessa forma, temos como problemática a questão norteadora expressa na seguinte questão: Em que aspectos as práticas ambientais desenvolvidas na COOMAC podem ser relacionadas com a perspectiva da Educação Ambiental Crítica?

Os resultados da pesquisa evidenciam que a COOMAC pode ser entendida como uma experiência socioambiental na Amazônia, que se propõe ao desenvolvimento de uma vida sustentável, contemplando de modo dialético os elementos ambientais, sociais e econômicos. As práticas que são experimentadas estão de acordo com as proposições da educação ambiental crítica, em que o ambiente é visto de forma indissociável com os aspectos, humano, natural e cultural. Portanto, a pesquisa contribui para reflexões a respeito de que é possível a concretização de experiências sustentáveis na Amazônia, coerentes com uma visão solidária, que proponha a superação de velhas práticas que exploram e dominam o ser humano e a natureza em prol do desenvolvimento econômico.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação ambiental não se restringe a uma única perspectiva, pois existem várias concepções e pensamentos, assim como diferentes interesses e intencionalidades políticas. Mas, neste artigo, temos como foco a educação ambiental crítica, que também recebe outras nomenclaturas, tais como educação ambiental transformadora, popular ou emancipatória, a qual não é exclusividade dos espaços escolares, mas conforme a Lei Federal 9.795/99 (BRASIL, 2007), no Capítulo I, Art.2º, “ a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

A educação ambiental crítica se contrapõe às visões tradicionais que apresentam compreensões reducionistas sobre as questões ambientais. Segundo Loureiro (2004) essa visão fomenta questionamentos sobre as abordagens comportamentalistas, reducionistas e dicotômicas sobre a relação entre cultura e natureza, entre ser humano e natureza. Enfoca nas transformações da sociedade, questionando os fundamentos do sistema capitalista, que se alicerça no acúmulo do capital e no consumismo. Diante disso, propõe a transformação desse sistema, pois entende que não há como ter uma vida sustentável mantendo as bases de um modo de produção que explora a natureza e o ser humano a favor do lucro.

De acordo com Chesnais e Serfati (2003, p, 43) “é impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias”. Portanto, nesse contexto não é compatível uma abordagem de educação que desassocia os problemas ambientais do capitalismo, mas uma educação que possibilite aos sujeitos uma atuação refletiva e transformadora, pois “uma educação ambiental crítica é aquela que percebe a inevitabilidade do confronto político”

(BOMFIM 2008, p. 13). Concordamos com Lima (2002) e Loreiro (2004) quando afirmam que a Educação ambiental crítica apresenta uma atitude reflexiva frente à crise civilizatória que vivemos, o que pode contribuir para que os cidadãos busquem novos caminhos e outras formas de pensar e se relacionar com o meio ambiente.

A educação ambiental crítica não reduz as questões ambientais aos aspectos físicos e geográficos, mas o ambiente é visto sempre a partir de uma relação dialética com os diversos aspectos, tais como social, histórico, econômico e cultural. Não se pauta em conhecimentos que justifiquem a separação e a dominação do ser humano em relação a natureza, mas busca conhecimentos que contribuam para a formação de pensamentos que desconstruam a visão disciplinar moderna, a qual tem contribuído para atitude de dominação ambiental.

No processo de transformação proposto pela educação ambiental crítica, há uma relação de interação entre os aspectos individuais e sociais, em que não se nega a importância do indivíduo, mas este também não se desliga dos aspectos sociais. A educação é algo dinâmico, totalmente relacionado com os problemas sociais, atento aos contextos em que estão inseridos; logo, não há independência entre indivíduos e sociedade, entre pensamentos e práticas, mas uma relação de diálogo e interação, portanto:

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é *práxis*. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam a sociedade são priorizados, significando uma educação política (GUIMARÃES, 2000, p.17).

Nessa perspectiva crítica, o conhecimento não se limita ao âmbito biológico, mas dialoga com conhecimentos das áreas sociais, antropológicas e outras, assim como também alcança os conhecimentos não científicos. Há a valorização de outras formas de conhecimento que superam as visões fragmentadas modernas, pois a ciência não é vista como o único conhecimento válido, mas um dos conhecimentos que o ser humano constrói para interpretar e experimentar o mundo.

Consideramos relevante mencionar a diversidade de conhecimentos que existem na Amazônia e que podem convergir para esse diálogo em prol das compreensões ambientais sustentáveis. Entre eles, os conhecimentos míticos, nos quais se percebem formas de compressão em relação ao ambiente, como é o caso do mito do curupira, que expressa que as pessoas que retiram da natureza mais do que precisam, são castigadas. Isso em nossa visão representa um pensamento que já concebe a necessidade de um relacionamento equilibrado entre o ser humano e a natureza; também nos mostra que as preocupações ambientais não se restringem aos âmbitos da ciência e da escola.

A ideia de diálogo entre conhecimentos visando a sustentabilidade, felizmente não é apenas uma proposição, mas já são visibilizadas práticas nesse sentido. Já é possível perceber que em meio a uma sociedade baseada em exploração do meio ambiente, há também iniciativas que entendem a importância do estabelecimento de novas relações, que passam a ver outras possibilidades de conhecimentos a serviço de uma perspectiva solidária com o ambiente e os seres humanos. Isso é possível porque todo conhecimento é político; assim como tem conhecimentos que legitimam a exploração, há também aqueles que podem

contribuir para outras relações ambientais, diferentes das práticas hegemônicas. Jacobi (2003, p. 191), corrobora com essa reflexão ao dizer que:

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

A proposta da educação ambiental crítica possibilita a relação de interdependência entre os que educam e os que são educados, superando uma visão dicotômica entre os sujeitos, formando assim ambientes propícios para a conscientização quanto a necessidade de uma cidadania em que a participação de forma crítica é fundamental. Nesse sentido, Tozoni-Reis (2006, p.96) afirma que:

A ideia mais geral da educação libertadora é que a educação é uma atividade em que os sujeitos, educadores e educandos, mediatizados pelo mundo educam-se em comunhão, processo que Paulo Freire chamou de processo de conscientização e a tão propagada sustentabilidade ambiental é entendida como fundamento da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, compreendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas. A educação ambiental para a sustentabilidade é, assim, uma educação política, democrática, libertadora e transformadora.

Um dos elementos importantes no processo da formação de sujeitos críticos na perspectiva ambiental, diz respeito a importância de uma educação que contribua para uma cidadania, com base na construção de valores éticos a favor da vida em suas diversas expressões. A busca por meras mudanças comportamentais, sem problematizar os valores que têm sido priorizados nas sociedades do consumo, não tem contribuído para a formação de pessoas comprometidas com mudanças significativas, quanto a forma como tem se relacionado com o meio ambiente e com os outros.

Por isso, a perspectiva de educação ambiental crítica exige uma ética libertadora, em que o ser humano e o ambiente passam a ser vistos como elementos constituintes da grande teia da vida. Compatível com esses ideais, Jacobi (2003, p.198) expressa que “a educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens.”

Advogamos a respeito de uma compreensão de sustentabilidade não restrita ao fator econômico, mas vista numa amplitude que contempla os vários aspectos necessários para o desenvolvimento harmonioso entre o ser humano e o meio ambiente, considerando os diversos aspectos tanto ligados ao humano, como ao ambiente. O que pode ser visto na compreensão de Loureiro (2012, p.56) quando expressa que:

No âmbito do debate sobre sustentabilidade, necessidades são vistas tanto no sentido material quanto simbólico –portanto, econômico e cultural. Assim, fazem parte destas: subsistência (garantindo a existência biológica); proteção; afeto; criação; produção; reprodução biológica, participação na vida social, identidade e liberdade. Portanto, sustentável não é o processo que apenas se preocupa com uma das duas dimensões, mas que precisa contemplar ambas, o que é um enorme desafio diante de uma sociedade que prima pelos interesses econômicos acima dos demais.

Portanto, a educação ambiental crítica em sua politicidade contribui para que os sujeitos entendam que o ambiente não é uma responsabilidade do outro, mas de todos que dele fazem parte. E nessa visão, o ser humano não é um senhor do ambiente, nem mesmo um ser passivo, mas um sujeito ativo, protagonista, que interage com os outros e com o meio; com novas lentes e com uma consciência, de que é parte da vida. Com uma atitude humilde e amorosa se sente participante da dimensão planetária da existência.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COOMAC está localizada no nordeste paraense, sendo composta atualmente por vinte e três comunidades pertencentes aos municípios de Bragança, Augusto Corrêa, Viseu, Santa Luzia e Traquateua, perfazendo um total em torno de 104 sócios. O surgimento da referida cooperativa se deu do impacto da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica Romana, no ano de 2007, com o tema “Fraternidade e Amazônia – Vida e Missão neste Chão,” que se voltava para a preservação ambiental e sustentabilidade na Amazônia. O grupo inicial foi impactado pelo trabalho educativo da referida campanha, no sentido de se comprometer com uma prática ambiental sustentável, adotando uma alternativa de trabalho coerente com os seus ideais de sustentabilidade.

Após três anos de convencimento social, de investimentos em formações para conhecimentos das comunidades a respeito do cooperativismo, e, em meios as dificuldades e desafios, em 05 de março de 2010 surge então oficialmente a COOMAC, como é visto na expressão de seu atual presidente:

Como se tratava de um projeto oriundo da igreja, que vem trabalhando as organizações sociais, no caso da CÁRITAS. E também da Campanha da Fraternidade, que falava da preservação da Amazônia e da fixação do homem no campo. Mas para isso precisava de recursos, que as pessoas ganhassem dinheiro. Daí o **tripé**, a preservação ambiental que é o objetivo principal da cooperativa, o primeiro objetivo; o segundo que é gerar renda para que essa preservação ambiental realmente valha a pena para o agricultor, para que ele se sintam bem a vontade com essa geração de renda. E o outro que é a questão da integração social, que é a questão da organização que tem voltado para a organização familiar, que vem trazendo de volta os mutirões nas comunidades, que vem trazendo os mutirões nos trabalhos da cooperativa. Então são esses três eixos que movimentam e seguram a cooperativa (Presidente, Entrevista, 2019).

A Cooperativa tem como principal proposição a integração de três elementos, a saber: o ambiental, o social e o econômico. Esse tripé possui relação com uma perspectiva da educação ambiental crítica, que propõe a superação de dicotomias entre o ser humano e o ambiente, e de visões romantizadas que perpassam a ideia de um ambiente intocável, em que se preserva sem considerar as necessidades humanas. Nesse contexto, o trabalho em cooperação é visto como uma alternativa que não desassocia os cuidados com ambiente, da valorização do ser humano, o que realmente é coerente com o cooperativismo, pois segundo Ricciardi e Lemos, (2000, p-58-59) “pode-se dizer que o trabalho em cooperação resulta numa economia humanizada, cujo valor maior reside no indivíduo, acima do capital, pois o resultado final da ação conjunta reverterá para o desenvolvimento integral daquele humano.”

As principais atividades dos cooperados são a agricultura familiar e o extrativismo vegetal. Especificamente no que diz respeito ao extrativismo, entendem que essa atividade consiste numa oportunidade diferenciada de vivenciarem a sustentabilidade, pois encontraram de forma especial nessa prática, maneiras de evitar agressões ao meio ambiente, como expressam os sujeitos abaixo:

Os produtos que trabalhamos hoje são da agricultura familiar e do extrativismo, agricultura familiar no seu geral, como produtos alimentícios, frutas, verduras, legumes: a mandioca, a farinha, o milho, o feijão. (...) Já na área do extrativismo, temos produtos mais sustentáveis que vem da biodiversidade amazônica, em que trabalhamos a parceria entre o homem e a natureza, sem destruição, sem colher além do que precisamos. Nesse campo, há muitos produtos, mas a gente trabalha só com alguns como bacuri, o tucumã, o murumuru, a andiroba, ucuuba, o coco branco e o buriiti. A gente extrai apenas as sementes, não derrubamos as árvores desses produtos, inclusive fazemos reflorestamento, novos plantios, e manejo; a gente tira o excesso de umas e planta outras. Para isso temos a licença da SEMA, o acompanhamento das secretarias e a própria EMATER que nos ajudam a fazermos um manejo sustentável (Presidente, Entrevista, 2019)

Hoje, por exemplo, em nosso trabalho não pensamos apenas em ganhar, mas nos preocupamos com a natureza; a primeira coisa que pensamos é se não vamos prejudicar o ambiente. Quanto extraímos da natureza os seus frutos, somos gratos, não derrubamos as árvores, pois como podemos acabar com o que nos faz viver, se fizer isso, estamos prejudicando a nós mesmo. (Cooperada 01, Entrevista 2019).

A organização dos agricultores em cooperativa tem contribuído para que eles desenvolvam uma articulação com o mercado local, nacional e internacional. O que pode ser visto como reflexo da importância de uma organização social, pois sem isso, os agricultores talvez não conseguiriam essa projeção, como acontecem com outros agricultores, que perdem produtos por não conseguirem vendê-los. Os sujeitos entrevistados mostram em suas falas essa conquista, quando dizem que:

Com as oleaginosas produzimos alguns produtos e também fornecemos para outras empresas para elas também produzirem. Nossos grandes compradores hoje são algumas empresas nacionais e multinacionais, como Beraca, Loxitane, Loreal, Natura, Fache, In Cosmetics, e mais umas cinco outras empresas como a Amazon Oil, Amazon em gotas, Citro Óleo, e várias outras empresas menores que compram esses produtos da gente. Mas também a gente tem a questão dos nossos produtos que produzimos aqui, que são também desde os cosméticos, inclusive o perfume que a gente lançou agora no mês de dezembro, fez o lançamento desse perfume em homenagem ao maior padroeiro da cidade que é o São Benedito. E como a música desse Santo, fala de cravos e flores de laranjeira, a gente fez um perfume voltado para essa área que é a questão cultural e religiosa da nossa cidade. (Presidente, Entrevista, 2019)

Hoje sabemos que o que produzimos, além de não agredir muito o ambiente, não vai agredir as pessoas, pois não tem adubos químicos. E também sabemos que não vamos perder, pois por meio da cooperativa a gente sabe que vai ter quem compre, que todos ganham. (Cooperado 2, Entrevista, 2019)

Ressaltamos que a experiência de articulação da cooperativa com o mercado é um elemento que pode se constituir como uma experiência pedagógica no sentido de contribuir para que outros sujeitos entendam a necessidade da organização social e da coletividade. Isso representa um contraponto a uma visão que advoga que o individualismo sempre traz mais vantagens, e mostra a força que tem o coletivo, que vale a pena sair de uma instância de cada um por si e buscar a vivência de práticas de valorização do grupo. Nessa perspectiva, vale refletir que:

A missão fundamental das cooperativas é servir de intermediária entre o mercado e a economia, promovendo, assim, seu incremento. Desta diferenciação decorrem diversas implicações para o processo de gestão em cooperativas, em especial na relação cooperado-cooperativa. Todo esforço através do Cooperativismo é centrado em promover pessoas com maior capacidade de decisão e igualdade econômica. (CARVALHO, 2011, p. 43-44).

Numa sociedade em que a competição e a luta individual pela sobrevivência ainda são padrões, se torna urgente a necessidade de mudança desse paradigma para uma perspectiva de cooperação, o que indubitavelmente não constitui algo simples, mas é pleno de desafios e conflitos. Os cooperados entenderam que mesmo diante desses problemas é possível construir alternativas em que a vida possa ser conjugada de forma coletiva, em que a exclusão e o individualismo, cedem lugar para uma vida solidária, sem a priorização do capital em detrimento do ser humano, como elucida Carvalho (2011, p. 45): “a busca pelo crescimento visando ao equilíbrio econômico e social justifica a busca pelo direcionamento estratégico, na perspectiva de estender as vantagens do cooperativismo a mais pessoas que se encontram em situação desfavorável, frente ao desenvolvimento econômico.”

Ressaltamos que tais mudanças não acontecem de imediato, mas exigem paciência histórica, uma vez que dizem respeito não somente a forma de conceber o ambiente, mas também as relações de produção, o que evidencia a relevância da interdependência dos elementos trabalho, ambiente e educação. Portanto, para que haja mudanças, se faz necessário uma educação que contribua para a conscientização sobre a necessidade de novos valores, que não se esgotam na busca pelo lucro, mas se baseiam numa proposta holística, em que o importante não é só ganhar dinheiro, mas, todos os aspectos que convergem para uma qualidade de vida. Aspectos estes em que toda a teia planetária é considerada e respeitada, o que indubitavelmente não representa uma mudança imediata, como é possível ver na fala do presidente:

A gente tentou formar a cooperativa no começo do ano de 2010, fizemos uma festa para esperar uns quinhentos agricultores, já que se ‘tratamos’ de trinta mil agricultores em Bragança. E quando a gente marcou a assembleia geral, preparamos lanches, comidas, refeições, para mais ou menos quinhentas pessoas, já que tínhamos formado bastante pessoas de cooperativismo nas comunidades. Mas, para resumir o dia, apareceram 21 pessoas às 9h da manhã na segunda chamada, para poder formar a cooperativa e quando terminou a assembleia, meio dia, tinha 31 pessoas na assembleia da cooperativa na formalização dela. Hoje estamos com 104 sócios, trabalhamos com 1600 famílias indiretamente na cooperativa, fora dos 104 sócios, mas nós estamos trabalhando com essas pessoas como se eles fossem sócios da cooperativa, temos o mesmo carinho, o mesmo respeito com eles. (Presidente, Entrevista, 2019).

A realidade da COOMAC mostra que inicialmente foi difícil as pessoas se convencerem que se tratava de um empreendimento confiável, isso devido algumas experiências negativas de cooperativismo na região, principalmente no que diz respeito a falta de honestidade com os recursos financeiros de algumas pessoas, que desvirtuaram os propósitos do cooperativismo. Essa situação pode ser consequência de uma visão que prioriza a concorrência ao invés da cooperação; em que as pessoas priorizam o individualismo e os interesses próprios, o que é característica do sistema em que estamos inseridos. Com isso, refletimos sobre a necessidade constante de formações que contribuam para reflexões e transformações dos pensamentos marcadamente a favor de uma economia baseada apenas no lucro, para uma economia em que todos participam e buscam o bem comum, em que o econômico é conjugado com os aspectos sociais e ambientais, como acontece na cooperativa, em que, segundo Carvalho (2011, p. 36) “todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, que é sua base de sustentação econômica e funcionamento.”

A disposição para o enfrentamento dos problemas para a manutenção da cooperativa, constitui experiências que podem servir como pontos de reflexão para outras iniciativas, pois como toda construção social e coletiva, exige uma gestão social consciente de desafios. Tendo em vista que, apesar da cooperativa representar uma alternativa com uma base social e coletiva, as pessoas ingressam nesse espaço com uma visão individualista, uma vez que não podem negar as influências do modo de produção vigente e as características do momento

histórico que vivem. No caso da COOMAC, a compreensão dessa processualidade foi essencial para que continuassem investindo, inclusive numa educação que mudasse esse cenário. Sobre isso, os cooperados que entrevistamos dizem que:

Não foi de uma hora para a outra que nossa cooperativa se formou, tivemos dificuldades para acreditar no início, as vezes a gente pensava que não tinha resultados, mas hoje vemos que valeu a pena, principalmente porque mudamos nosso pensamento, aquilo que era vantagem para nós antes, hoje não é mais, fomos pouco a pouco, aprendendo outras práticas para trabalhar, a pensamos na natureza, nos outros. (Cooperada 1, Entrevista, 2019)

Foi preciso a gente mudar nosso pensamento, pois antes a gente estava ‘acostumado’ a fazer tudo o contrário, por isso precisamos aprender para pensar diferente. Tinha momento que achava que não ia dar certo, que eu tinha que voltar atrás, mas hoje, vejo que estava enganado. (Cooperado 2, Entrevista, 2019)

A educação não formal é fundamental na vida dos cooperados e contribui para sua formação cidadã crítica, o que é próprio dessa modalidade de educação, quando tem como um de seus objetivos, a vida comunitária e a cidadania (GOHN, 2005). Isso reforça a importância da educação no processo de formação socioambiental, independente da modalidade, uma vez que os processos educativos não se encerram no ambiente escolar, mas podem também ser expressos em ambientes não formais e informais.

Como a educação não formal também é política, identificamos nas práticas desenvolvidas na cooperativa, uma relação próxima com a educação ambiental crítica, a qual se faz presente em todos os seus momentos do referido espaço, inclusive em sua constituição inicial, quando contribuiu também para que as pessoas mudassem as visões negativas que tinham sobre cooperativismo, assim como foi essencial e continua sendo para que houvessem mudanças em suas percepções sobre o ambiente, a economia, os outros e sobre eles mesmos. A educação transversalizou as práticas vivenciadas na COOMAC, não como um elemento a parte, ou uma atividade desvinculada da rotina das pessoas, mas como um elemento constituinte de suas práticas:

Tivemos várias formações durante esse período nas comunidades, com vários encontros, palestras. Fomos motivando as pessoas a terem realmente amor pela sustentabilidade, sabendo por exemplo que ao preservar uma árvore, estará preservando a vida dele, a vida dos filhos e a vida dos netos. Então por que plantar uma castanheira se eu não vou comer dela? Mas e os meus filhos e os meus netos? Por que eu vou plantar X árvores que vão me dá frutos daqui a 30, 40, 50 anos, se eu já tenho 50 anos de idade? Mas eu vou plantar porque alguém plantou ‘pra’ mim, eu tenho que fazer isso para que alguém coma futuramente, viva futuramente. (Presidente, entrevista, 2019)

Na cooperativa temos palestras e outras atividades que nos ensinam preservar o meio ambiente, aprendemos os motivos porque não devemos desmatar, mas de acordo com a necessidade devemos replantar, reflorestar e conservando, pois, a natureza se não for cuidada, assim como a nossa própria vida acaba, e nós também não existiremos mais, pois um depende do outro. Mas não só aprender e depois esquecer, a gente tem botado em prática no nosso trabalho, em casa, com as pessoas também. (Cooperada 1, Entrevista, 2019)

Refletimos que a educação não é um ato definitivo ou exclusivo, mas um processo dialético e diverso. Assim como se aprende um modo de ver o mundo, pode-se aprender também outras formas diferentes, portanto, para que se mude de pensamentos e atitudes ambientais incompatíveis com a sustentabilidade, se faz necessário investimentos em uma formação social que contribua para reflexões de que as mudanças são possíveis. Do mesmo modo como alguém foi ensinado a ver o ambiente como um mero instrumento para suas

necessidades, pode também aprender na perspectiva crítica, em que “aponta nesse momento para a Educação Ambiental como um meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória “(LOUREIRO, 2004, p. 71).

A educação não formal não necessita seguir os parâmetros escolares, em aspectos como tempo, espaço, mas acontece de forma indissociável com as outras práticas próprias de cada ambiente (GONH, 2005). Na COOMAC as atividades educativas acontecem constantemente, não somente quando o momento é específico para formações, mas também durante atividades administrativas e de outra natureza, como é visto no pronunciamento dos sujeitos:

Em todas as reuniões que a gente faz, a gente fala o tripé da Cooperativa, porque é preciso sempre ‘tá’ lembrando, sempre é preciso você mostrar o caminho, sempre é preciso você ir lá e limpar o caminho pra alguém passar, porque então vai ‘cerrar’, então você precisa fazer isso sempre. E também a gente busca algumas formações com algumas parcerias; a gente teve parceria já da própria CÁRITAS que já nos passou algumas formações, o SENAR, o SEBRAI que nos ajudam muito com essas formações. A gente teve também parceria com a questão de alguns institutos, o instituto Vitória Régia, o Instituto Iburaquitã e vários outros institutos que nos deram formação em relação a essas atividades (Presidente, Entrevista, 2019).

Eu sempre digo, que a cooperativa é para nós uma escola, a gente aprende dentro das nossas atividades, não precisamos nos matricular numa escola, não precisamos sair todo dia com o livro debaixo do braço, aprendemos, trabalhamos, conversamos sobre o que aprendemos. (Cooperado 2, Entrevista, 2019)

A cooperativa, ao optar por uma economia solidária, não se limita aos aspectos ambientais e econômicos, mas entende que para que haja realmente sustentabilidade, há a necessidade de se trabalhar os aspectos sociais, com uma educação comprometida com a transformação de pensamentos preconceituosos e práticas que oprimem e impedem uma vida inclusiva. Nessa perspectiva, a cooperativa coerente com suas proposições, não ignora nenhum dos aspectos visto no tripé que defende. Por isso, segundo seu presidente:

No aspecto social, a gente vai destrinchando alguns temas sobre questões relacionada a: igualdade de gênero, juventude, inclusão da mulher, que o homem precisa ser um cara parceiro e não ‘mandatário’; discutindo que o jovem pode bater no peito e dizer com orgulho que é agricultor, que a roça não é esse troço que todo mundo diz: “estuda, se não tu vai pra roça”. Pois a roça é um meio de viver, é um meio de você ter uma vida digna, porque você ‘tá’ tendo seu próprio negócio. Pra ele se apresentar em alguns lugares, sem vergonha de dizer que é agricultor. (Presidente, Entrevista 2019)

A preocupação com os aspectos sociais, evidencia que compreendem que, mais do que práticas ambientais isoladas, se faz necessário um trabalho que alcance os outros aspectos em que o ambiente está ligado, principalmente o ser humano e suas diversas relações, o que traduz a importância de uma compreensão de que o ser humano faz parte do ambiente, portanto, não se pode ignorar suas necessidades econômicas e financeiras, como de outras dimensões. A vida em cooperativa pode ser então uma alternativa para se buscar esses ideais, uma vez que segundo Stahl e Schneider (2013, p. 129) numa cooperativa

As pessoas se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, se aproxima da ideia de desenvolvimento social e econômico, podendo constituir-se como uma ideia-força, capaz de fomentar a transformação social.

Uma das contribuições da educação na COOMAC, diz respeito às mudanças nas relações de gênero. Antes, quando os coordenadores chegavam nas casas das pessoas, geralmente o homem ficava na sala conversando, e mandava a esposa fazer o café para oferecer às visitas. Eles observavam isso como um indicativo de desigualdade, em que a mulher além de trabalhar na roça, também tinha que trabalhar em casa. A partir dessas constatações, desenvolvem um trabalho educativo que produz resultados positivos, pois os cooperados foram entendendo que relações desse tipo são incompatíveis com o que defendem nos princípios da cooperativa, em que a participativa coletiva é um elemento convergente para a cidadania. Carvalho (2011, p.37) reflete que:

As cooperativas possuem uma missão social; no meio em que atuam, fortalecem o fraco, integram pessoas e geram renda, pois em sua doutrina o objetivo principal visa a correção das distorções, mediante as desigualdades do meio econômico e social. Os princípios que norteiam todas as ações cooperativas, quando observados, facilitam significativamente a disseminação do bem e do interesse comum.

Experimentar o compromisso com as transformações sociais representa uma investida contrária a um sistema que se apoia em relações de explorações e exclusões, que tem se constituído num plano que ignora outras prioridades que não sejam o capital, o que gera sérios problemas em consequência da desvalorização do ser humano em favor dos interesses econômicos. No processo de transformação social que a COOMAC vivencia, destacamos a importância da participação de todos, inclusive no direito a expressarem seus olhares, seus anseios, principalmente daqueles que tem mais dificuldades de se sentirem participantes do processo, uma vez que historicamente foram excluídos das participações sociais, como é caso das mulheres. Nesse sentido, o presidente afirma que:

Sempre que a gente está em reunião, estimulamos as mulheres a expressarem suas vozes, a se avaliarem, buscarem empoderamento, e conquistarem seu espaço. Porque se você não der oportunidade às pessoas, elas nunca vão se sentir à vontade; então a gente busca essa parceria, pois, hoje o que a gente mais quer é que as pessoas tenham entendimento de que tudo na vida é cooperação, tudo na vida a gente precisa um do outro. Eu não consigo fazer as coisas sozinho, sempre preciso de pessoas para cooperar comigo. Família é cooperação, um cooperando com o outro, então essas são as formações que a gente passa, esse empoderamento de como você 'tá' se sentindo dentro dessa sociedade. (Presidente, Entrevista, 2019)

Quando o presidente fala sobre o estímulo que fazem para que as mulheres participem, expondo suas visões, relacionamos com afirmação de Gonh (2005) de que a metodologia da educação não formal se expressa mais na oralidade, com o intuito de favorecer a expressão de pessoas, que, durante a vida, não foram oportunizadas a comunicarem seus pensamentos e anseios. Nesse sentido, ressaltamos a importância da cooperativa como espaço propício para uma formação pautada na participação de todos, o que é coerente com o pensamento de Ventura et al, (2009, p.95-96), quando afirmam que:

A organização da cooperativa demanda comprometimento e participação de seus associados. A participação é condição fundamental para sua plena existência e para cumprimento de sua missão. Todos os esforços devem ser empreendidos para estimulá-la. A participação contribui para a gestão democrática da organização, melhor fiscalização e aumento da solidez, alinhamento dos interesses internos e atendimento à expectativa dos associados.

As práticas ambientais que a cooperativa tem experimentado tem sido motivadas pelo compromisso com os propósitos iniciais, o que não significa que não haja dificuldades ou desafios. Nesse contexto, temos percebido que assim como em todo processo educativo, houve e há dúvidas, dificuldades, mas isso não lhes impediu de continuarem; de enfrentar os

desafios, buscando superá-los. Nesse sentido, o presidente expressa uma relação entre os desafios do início da cooperativa e as realidades atuais:

Como a gente vai preservar sem ganhar dinheiro, sem ganhar recurso, sem ter como nos sustentar? Então eu só preservo se tiver como tirar recursos de lá! Essa era a visão de alguns agricultores. E hoje a preservação já faz parte da vida deles; hoje não é mais: “Ah, se eu preservo... Ah eu vou plantar, eu não vou derrubar!” Hoje temos cuidado em não colocar sacola, não deixar sacola correr no rio. Eu tenho cuidado com as minhas garrafas que uso, tenho cuidado com tudo que é reciclável, de separar para não jogar no meio do mato, não jogar no rio, não jogar nas terras. Temos cuidado em não fazer queimadas, pois entendemos que quanto mais queimamos, mais esquentamos o planeta, porque quanto mais fogo vai ter mais quente fica. (Presidente, Entrevista, 2019)

Ressaltamos que percebemos na fala do presidente indícios de uma compreensão aos moldes da educação ambiental crítica, quando mostra uma fala que supera dicotomias, apresentando relações indissociáveis entre o ser humano e a natureza, entre o ambiental e o social, a partir de uma lógica de interdependência, pois “na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou hierarquizar estas dimensões da ação humana” (CARVALHO, 2004, p. 20).

Assim como a COOMAC advoga a relação interativa entre os elementos ambiental, econômico e social, a educação adotada contempla também essa visão contextualizada, o que tem convergido para uma compreensão mais ampla, que auxilia os cooperados a entenderem e experimentarem os ideais defendidos na cooperativa de forma consciente e significativa, como anuncia o presidente:

O nosso trabalho com educação não é só sobre gerar renda. Mas também gerar bem-estar, saúde; mais prosperidade. Que a pessoa vai ter mais vida, vai conseguir andar em harmonia com a natureza, vai aprender que a natureza precisa dela e ela da natureza. Então nossa educação não é dizer que a natureza só deve ficar em pé porque ela rende dinheiro, não é essa a ideia, a ideia é que o projeto se mantenha vivo, que o meio se mantenha vivo e que a gente consiga de fato viver essa harmonia entre natureza e ser humano. Que as pessoas convivendo ali naquele meio, não venham afetar de maneira nenhuma as próximas gerações e que cada árvore e outros seres que fazem parte do meio, sejam respeitados com seus significados. (Presidente, Entrevista, 2019)

As atividades de educação ambiental são trabalhadas constantemente com os cooperados e mesmo as mais eventuais, como as que são apresentadas abaixo pelo presidente, não são tratadas como uma mera abordagem comportamental, mas acontecem dentro de um processo que envolve orientações e acompanhamento. Nesse contexto, destacamos que as práticas que experienciam são refletidas numa perspectiva local e global, em que problematizam tanto as atitudes na comunidade, como também as de grande expressão do cenário capitalista. O que converge para o pensamento de que os problemas ambientais não devem ser percebidos fora das configurações coletivas, que não são problemas apenas de determinados indivíduos, mas de toda a sociedade.

Sempre fazemos também gincanas ambientais, nos meses de agosto, setembro e outubro, quando temos oscilação na produção, que é o tempo que temos menos produção. Uma das exigências ambientais é não ter nada de degradável no meio ambiente, saco, sacola, naquela comunidade, isso vale ponto e muito ponto. Uma semana antes a gente visita a comunidade para ver como está o andamento, se tem algo assim no chão. Pois as crianças hoje já não jogam o papel do bombom no chão, mas colocam no bolso para colocar no sexto lá em casa. Essa cultura está boa, pois as crianças não estão mais fazendo isso e os pais vem isso e também já não fazem mais (Presidente, entrevista, 2019)

Coerente a visão relacional que a COOMAC trabalha o meio ambiente, na indissociabilidade com os aspectos sociais e econômicos, a educação que experienciam tem se voltado também para a formação de pessoas que entendam e experimentem os princípios da economia solidária, uma vez que entendem que esta constitui uma oportunidade de vivenciarem relações com os outros e com o ambiente, de maneira dialógica e contrária a degradação e exploração humana e ambiental. Sobre isso os sujeitos expressam que:

A gente vem se ‘baseando’ na ideia da economia solidária, que é a economia da troca, da sustentabilidade, do respeito com outro, com o meio ambiente, do companheirismo, da partilha de formação e da própria produção. Conhecemos vários projetos de economia solidária dentro do município, dentro de outros estados e até mesmo no espaço nacional. Em alguns encontros, em alguns eventos, estudando, buscando informações sobre economia solidária. (Presidente, Entrevista, 2019)

Com a economia solidária aprendemos que a sustentabilidade não é só a gente trabalhar sem prejudicar o meio ambiente, mas também viver de forma harmoniosa com as outras pessoas e como todo tipo de vida. (Cooperado 2, Entrevista 2019)

Refletimos, que, diferentemente das empresas capitalistas convencionais em que apesar do trabalhador produzir, os bens não são seus, mas do dono dos meios de produção. Na economia solidária há uma partição coletiva, tanto na produção como na apropriação do capital (SINGER, 2002). A educação foi essencial para o entendimento desses novos valores, o que é favorável afirmar que essa educação tem contribuído para a formação de sujeitos que entendam o ambiente numa perspectiva crítica, uma vez que a educação ambiental na COOMAC, não se limita a uma abordagem comportamental, mas como afirma Medina (2002, p.52) consiste num “[...] processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos, adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades [...]”.

As mudanças sociais, econômicas e ambientais que são experimentadas na COOMAC, não podem ser vistas de forma definitiva, mas sempre em processo, pois a cooperativa como toda realidade social, é dinâmica. Nessa perspectiva, podemos afirmar que durante esses dez anos de existência, a referida cooperativa apresenta indicativos de mudanças, o que é esperançoso, pois evidencia que é possível construir outras bases, outras formas de pensar, sentir e se relacionar com o meio, de maneira diferente da visão de exploração dominante na modernidade. É o que afirma o presidente:

Não temos mais nem cinco pessoas na cooperativa que trabalham com queimadas; trabalhamos com roças, mas sem fogo, sem destruição da floresta. As áreas que estão abertas vão continuar abertas e vamos fazendo o trabalho, vamos fazendo plantio fixo. Antes a gente usava a floresta para derruba e fazer plantio, derrubava e plantava o que a gente queria, mas a partir da cooperativa, evitamos a derruba a queimada, hoje estamos trabalhando com a biodiversidade amazônica viva em pé, estamos zelando, fazendo manejo para ter mais frutos, mas produto mais qualidade (Presidente, Entrevista, 2019)

De acordo com a fala do presidente e nossas observações, realmente a cooperativa tem conseguido avanço em termos ambientais. A maioria dos cooperados mudou tanto o modo de pensar, como também sua prática, parando de fazer derrubadas, queimadas e outras atividades prejudiciais, embora ainda haja alguns que ainda não conseguiram mudar totalmente. Com isso, refletimos que apesar de investimentos em uma educação comprometida com a sustentabilidade, as pessoas não respondem simultaneamente de forma positiva, uma vez que possuem tempos, ritmos, valores e influências que não se limitam a vida em cooperativa, o que implica em dizer que “essas questões socioambientais podem ser entendidas como essencialmente políticas, pois encerram um campo de tomadas de decisões e de relação entre

pessoas e grupos sociais que estruturam a organização de cada sociedade” (GUIMARÃES, OLABARRIAGA e TONSO, 2009, p. 216).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conexão com os objetivos propostos nesta investigação, podemos afirmar que a COOMAC representa uma experiência amazônica, que prima por uma perspectiva de sustentabilidade, que considera as questões ambientais relacionadas com os aspectos econômicos e sociais. Nessa perspectiva, nossas análises nos permitem enxergar que em suas práticas educativas não formais, estão relacionadas com a ótica da educação ambiental crítica.

A COOMAC entende que não é possível continuar com práticas ambientais paliativas, sem mudar as realidades econômicas, sem buscar a transformação de um sistema que prioriza a exploração da natureza e o consumismo. Diante disso, se lança na construção de uma forma de produção alternativa, que busca harmonia com o meio e com as pessoas, a partir de uma visão sustentável e solidária. Nesse contexto, os cooperados estabelecem relações dialógicas entre sustentabilidade e economia solidária; constroem um universo em que trabalham de forma dialética os aspectos ambientais, econômicos e sociais, com uma educação que também contempla a relação entre os três elementos mencionados, convergindo para as características da educação ambiental crítica.

A vida em cooperativa constitui uma opção que exercita uma forma de vida diferente das prioridades capitalistas, que, juntamente com a economia solidária, contribuem para algumas mudanças fundamentais: a construção de relações de participação nas decisões, na produção e na propriedade comum dos bens produzidos. Isso significa que há uma dinâmica em que é possível experimentar uma vida de forma coerente com os princípios de sustentabilidade e justiça social, em que todos são considerados como protagonistas e lutam para superarem visões e práticas preconceituosas e excludentes, pois entendem que a igualdade de participação é necessária para a permanente conquista da cidadania crítica.

Ressaltamos que a educação é indispensável para que ocorram mudanças, tanto nos pensamentos como em termos de práticas, pois é incoerente esperar mudanças ambientais sustentáveis se as pessoas foram educadas para pensarem o ambiente e a vida de forma fragmentada; numa cadeia de relações de dominação, em que se busca sempre explorar e dominar a natureza e outros seres humanos.

Nesse contexto, a COOMAC constitui uma experiência que evidencia ser possível vivenciar uma realidade ambiental sustentável e uma economia solidária, apesar das dificuldades e desafios de romper com o paradigma moderno de exploração da natureza e do próprio ser humano. Isso não significa dizer que se trata de uma realidade simples de ser constituída, mas exige efetivos investimentos humanos, sociais e principalmente uma educação que esteja a serviço da formação de sujeitos comprometidos com os valores de tais perspectivas, o que em nosso modo de ver, se identifica com a educação ambiental crítica.

Portanto, reiteramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, pois os resultados sinalizam que a cooperativa consiste numa experiência que tem como propósito a busca por uma vida sustentável e solidária, com a proposição da vivência relacional dos elementos ambientais, econômicos e sociais, em que a educação não formal é valorizada como uma ferramenta fundamental para as transformações que visam alcançar. O que nos permite afirmar com base na literatura científica advogada neste artigo, que as práticas ambientais desenvolvidas na COOMAC acontecem na perspectiva da educação ambiental crítica.

REFERÊNCIAS

- BOMFIM, A. M. **Trabalho, Meio Ambiente e Educação: apontamentos à Educação Ambiental a partir da Filosofia da Práxis.** In: XIV ENDIPE, 2008, Porto Alegre. XIV ENDIPE. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008 p.1-14
- BRASIL **Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias.** Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, v. 2, 2007.
- CARVALHO, I. C. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico,** São Paulo, Cortez, 2004.
- CARVALHO, A. D. **O cooperativismo sob a ótica da gestão estratégica global.** São Paulo: Baraúna, 2011.
- CHESNAIS, F. e SERFATI, C. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas.** Crítica Marxista. n° 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOHN. M. da G. **Educação Não Formal e Cultura Política.** São Paulo. Editora Cortez, 2005.
- GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: no consenso um debate?** Campinas, Papyrus, 2000.
- GUIMARÃES, M.; OLABARRIAGA, N.; TONSO, S. A pesquisa em políticas públicas e educação ambiental . In: **Pesquisa em Educação Ambiental.** v. 4, n. 2, 2009, p. 215-227.
- GRÜN, M. **Ética e Educação Ambiental: uma conexão necessária.** Campinas: Papyrus, 1996.
- JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa,** n. 118, p.189-205, 2003.
- LAYRARGUES, P. P. **Do Ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** Revista Proposta, Rio de Janeiro, v. 24, n. 71, p. 1-5, 1997
- LIMA, G. F. C. **Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória.** In: LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo, Cortez, 2002.
- LOUREIRO, C. F. B **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo, Cortez, 2004.
- LOUREIRO, C. F, **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política,** São Paulo Cortez, 2012.

MEDINA, N. M. Formação de multiplicadores para Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. G. (Org). **O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 47-70.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETO, O. C. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos, São Paulo, LTr, 2000, Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redede.virtual.bibliotecas:livro:2000;000582302>> Acessado em 9 ago. 2019.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STAHL, R. L.; SCHNEIDER, J. O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, nº. 2, p.197-206, maio/ago. 2013

TOZONI-REIS, M. F. C. Temas ambientais como “temas geradores”: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 96-110, 2006.

VENTURA, E. C. F.; FONTES FILHO, J. R.; SOARES, M. M. **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009.

SEÇÃO LIVRE

ASPECTOS DO NOVO ROMANCE HISTÓRICO NA OBRA *OS PARDAIS ESTÃO VOLTANDO* DE GILVAN LEMOS

Luciano Ferreira da Silva¹

RESUMO

O presente artigo analisa a obra ficcional *Os pardais estão voltando* do escritor pernambucano Gilvan Lemos, depreendendo da obra citada aspectos do novo romance histórico. Evidenciam-se inicialmente informações sobre a vida e a obra do referido escritor bem como alguns comentários críticos feitos à sua produção literária. Em seguida ocorre a análise do romance apontando as suas estratégias narrativas evidenciadoras de um discurso romanesco aliado a conceitos provenientes de estudos acerca do novo romance histórico latino-americano nas considerações de Menton (1993), Le Goff (1996), Barros e Fiorin (1994), Bakhtin (1997), entre outras estratégias que estão presentes no romance. Expedientes narrativos como personagens, tempo, espaço e memórias são articulados na leitura da obra que simboliza o estado brasileiro em tempo de crise.

Palavras-chave: História. Ficção. Novo romance. Memória.

ABSTRACT

This article analyzes the fictional work *Os pardais estão voltando* from the writer from Pernambuco Gilvan Lemos deducing from the work cited aspects of the new historical novel. Initially, information about the life and work of that writer is evident, as well as some critical comments made on his literary production. Then, the analysis of the novel occurs, pointing out its narrative strategies evidencing a romanesque discourse combined with concepts from studies about the new Latin American historical novel in the considerations of Menton (1993), Le Goff (1996), Barros and Fiorin (1994), Bakhtin (1997) among other strategies that are present in the novel. Narrative expedients like characters, time, space and memories are articulated in the reading of the work that symbolizes the Brazilian state in times of crisis.

Key-words: Story. Fiction. New novel. Memory.

Data de submissão: 18.08.2020

Data de apresentação: 01.09.2020

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é analisar o romance *Os pardais estão voltando* do escritor pernambucano Gilvan Lemos, depreendendo da obra citada os elementos caracterizadores de um discurso ficcional que se alia a um novo romance histórico cuja

¹ Possui graduação em Letras pela Faculdade de Filosofia do Recife (1996), Especialização em Literatura Brasileira pela Universidade Federal de Pernambuco (1997), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Paraíba (1999) e Doutorado em Letras, Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Atualmente é professor Adjunto II da UESPI, Campus de Parnaíba, lecionando as disciplinas de Literatura Infanto-juvenil, Teoria da Literatura, Crítica Literária e Literatura Brasileira. Orienta Trabalhos de Conclusão de Curso e PIBICs. Foi professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará, lecionando na graduação em Letras e na Especialização em Literatura e Cultura na Amazônia. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura Queer, teoria literária, literatura infanto-juvenil, ensino de literatura, literatura comparada e história. Estuda as representações do homoerotismo e da homoafetividade na literatura brasileira infantil, juvenil e adulta. Publicou artigos em revistas especializadas e capítulos de livros. E-mail: lucianosf31@bol.com.br

referência é o momento pós-golpe militar de 64 no Brasil. A produção narrativa do referido escritor já se estende por décadas e a escolha da obra e do referencial teórico se dão pelo desejo de torná-la (a obra) mais conhecida e, especificamente, focalizando o diálogo que ela estabelece com o contexto histórico ficcionalizado.

A crítica especializada ainda deve um pouco à produção ficcional do escritor, pois ela incorpora inovações técnico-formais da narrativa latino-americana contemporânea. Publicada pela Editora Guararapes de Recife em 1983, o romance *Os pardais estão voltando* conta a história de uma pequena cidade sertaneja do Nordeste, Bentuna, povoada de pobres e ricos, opressores e oprimidos, ambos ambiciosos, rancorosos e corruptos, alguns cheios de paixão, outros com sede de justiça. A obra, evitando transformar as personagens em “tipos”, entrelaça suas vidas em uma “realidade” com injunções políticas diluindo a fronteira entre culpados e inocentes.

O objetivo aqui não se reduz a tratar a obra como mera narrativa de fatos históricos ficcionalizados, mas depreender da mesma o seu caráter dialógico, polemizador e inovador, tecnicamente falando, na representação de um passado histórico recente do Brasil. Não se pretende também rotular o romance como histórico ou regionalista, uma vez que a organização composicional da obra não permite tais classificações. A escritura do autor pernambucano se alia aos chamados romances de trinta como também a aspectos maravilhosos na busca de uma verossimilhança com fatos históricos durante a ditadura militar no Brasil. A primeira parte do nosso estudo faz um mapeamento da vida e da obra do escritor, apontando também a crítica especializada sobre a mesma. As demais partes deste artigo se referem às características do novo romance histórico presentes na obra.

1 SITUANDO O AUTOR, SUA OBRA E A CRÍTICA ESPECIALIZADA

Gilvan Lemos nasceu em São Bento do Una, agreste meridional de Pernambuco a primeiro de julho de 1928 e faleceu em primeiro de agosto de 2015. São Bento é o santo das cobras e Uno é o rio que banha a cidade. Bentuna, cidade ficcional do romance *Os pardais e estão voltando*, faz referência direta à sua cidade natal. Gilvan Lemos só fez o curso primário e aos quatorze anos conheceu os romancistas, obras de José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Lúcio Cardoso entre outras foram suas primeiras leituras romanescas. Aos quinze anos de idade empregou-se numa loja de laticínios e gastava quase todo o seu ordenado com literatura. Em sua casa, todos gostavam de ler romances, mas sua preferência inicial eram as histórias em quadrinhos. Ele queria ser desenhista. Criava suas próprias historietas onde os heróis eram tipicamente brasileiros. Sua estreia foi tímida e familiar, escreveu setecentas páginas. Quando Gilvan Lemos decidiu ser escritor, incentivado por sua irmã mais velha, escreveu crônicas para o serviço de alto-falantes da cidade, aos dezessete anos teve um conto classificado numa revista que assinava de Belo Horizonte, Alterosa. Esperou doze meses para que publicassem seu conto e aos vinte anos deixou São Bento do Una e foi para Recife.

Em 1952, com seu primeiro romance *Noturno sem música*, conseguiu o prêmio Vânia Couto de Carvalho em Recife e um segundo lugar num concurso promovido pela Secretaria de Educação de Pernambuco que lhe valeu uma aproximação com Osman Lins: “aquele romance enorme, aquele Ulisses do interior, com suas 700 páginas, foi a mágica maior. Depois disso, Gilvan Lemos descobriu uma coisa: não bastava puxar histórias do bolso, o essencial era tirá-las da alma.” (LINS, 1996, Orelha do livro). Osman Lins o aconselhou a inscrever o seu segundo romance *Jutáí curumimn* (1995) que recebeu o prêmio Orlando Dantas do Diário de Notícias do Rio de Janeiro em 1962. Obteve o referido prêmio com o parecer de uma comissão composta pelos escritores Aurélio Buarque de Hollanda, Herberto Sales, Otto Maria Carpeaux e Raul Lima. No mesmo ano foi atribuído a este romance o

Prêmio Olívio Montenegro, instituído pela UBE-PE (em 1968, o título do romance foi modificado para *Jutaí menino*).

Com *Emissários do diabo* (1968) obteve o prêmio Othon Bezerra de Mello da Academia Pernambucana de Letras (APL). Em 1965, conseguiu menção honrosa no prêmio José Lins do Rego da Paraíba com seu primeiro livro de contos *O defunto aventureiro* (1974). O romance *Os olhos da treva* (1975) recebeu o prêmio José Condé de São Paulo. Já *O anjo do quarto dia* (1976) obteve o prêmio Érico Veríssimo no Rio Grande do Sul em 1981. Ainda foram publicados *Os pardais estão voltando* (1983), *Espaço terrestre* (1993), *Cecília entre os leões* (1994), *A lenda dos cem* (1995) e *Morcego cego* (1998). Livros de contos, além de *O defunto aventureiro* (1974), foram: *A noite dos abraçados* (1975), *Os que se foram lutando* (1976), *Morte ao invasor* (1984), *A inocente farsa da vingança* (1991), *Neblinas e serenos* (1994) e *Na rua padre Silva* (2007). Gilvan Lemos, aposentado como funcionário público, dedicou-se à literatura até falecer em primeiro de agosto de 2015 aos 87 anos no Recife.

Pode-se perceber por esta breve explanação sobre o escritor e sua obra que ele foi bastante atuante e que recebeu vários prêmios demonstrando, pelo conjunto de sua obra, que ele teve um senso agudo com relação à realidade. Sobre seu primeiro romance *Noturno sem música*, Olívio Montenegro comenta:

Raramente temos notícia de um jovem de província estreando-se no romance com um domínio tão forte sobre este gênero de ficção: com esse segredo diabólico de transformar os fatos da sua experiência interior em fatos de tanta e viva sugestão humana. (...) admirável é que o autor não cai no melodrama; ferindo temas de tanta eloquência emocional não peca por nenhuma grande ênfase. (MONTENEGRO, 1996, p. 07)

No fragmento citado, o crítico evidencia o aspecto autobiográfico no romance aliado à realidade vivenciada. Os aspectos individuais ganham caráter universal por meio do tratamento temático diferenciado, algo inovador para um estreante na literatura. Durante toda produção ficcional gilvaniana, esta não se desvinculou de dados pessoais do autor, índices, marcas, traços de sua vivência estão, de certa forma, representados em seus romances, contos e crônicas.

Sobre seu segundo romance *Jutaí menino*, o próprio escritor fala de suas vivências espelhadas nas suas obras:

O segundo, *Jutaí menino*, mais do que todos. Nele, eu praticamente me transponho para as páginas. Também eu, como um dos personagens, sofri de conjuntivite. (...) eu também costume colocar nos romances pessoas conhecidas, mas quando elas viram personagens se transformam. (LEMOS, 1995, p. 07)

Segundo as declarações do autor, quando colocadas no romance, as referências aos dados pessoais das pessoas conhecidas sofrem uma transformação literária em nome da manutenção do universo romanesco, tudo em nome da “realidade” ficcional. A propósito do terceiro romance, *Emissários do diabo*, fala-nos o crítico norte-americano Carlisle:

O uso do tempo no desenvolvimento da narrativa *Emissários do diabo* de Lemos coloca o latifundiário e aqueles que o seguem dentro de um contínuo temporal condenando-os ao fluxo da passagem e ao esquecimento, enquanto que o oposto ocorre com aqueles imunes à passagem do tempo. Camilo Martins e os outros do grupo do degredo representam os verdadeiros valores da humanidade que, embora momentaneamente sujeitos à morte física como um bode expiatório da sociedade, deverão, afinal de contas, sobreviver àqueles que poderiam trair a humanidade através da exploração e da traição do latifundiário. (tradução nossa) (CARLISLE, 1991, pp. 320-330)

O trabalho com o tempo é fascinante na obra do escritor Gilvan Lemos, um tempo que passa e provoca o esquecimento e um tempo mítico que fica ao redor dos personagens imunes a ele. Já com relação ao romance *Espaço terrestre* o professor Lindinalvo comenta:

Em entrevistas na TV ou em lançamentos da obra, inclusive em nota explicativa (orelhas do texto, por Ênio Silveira) sempre frisou o autor não ser o texto um romance histórico. De fato uma análise cuidadosa do livro pode constatar que o texto finca raízes em diversos ângulos: aspectos históricos propriamente ditos, desde o recife, reporta-se às revoluções de 1817, 1824, adentra-se para as plagas interioranas, envolve o trisavô de José Albano Neto, a Coluna Prestes, descobre Sulidade e evidência, pois, a geração de Albanos, a expressão da nossa origem. (ALMEIDA, 1994, p. 07)

O professor, além de fazer um mapeamento sintético da obra, toca num aspecto que nos é caro: a referencialidade histórica. Como o próprio autor diz, não se trata de um romance histórico, mas devemos acrescentar não um romance histórico tradicional, mas sim uma narrativa que autoriza a configuração de um novo romance histórico que faz incursões tanto pelo sabor mágico quanto pela realidade social representada.

Com relação ao romance *Cecília entre os leões*, devemos citar as apreciações do escritor Nivaldo Mulatinho Filho que considera esse romance um poema:

Um romance de amor. Um romance sobre o encontro e o desencontro das gerações, um romance recifense. O Recife guardado na memória e o Recife desfigurado de hoje, sem ao menos, uma nova edição do livro de Rubem Franca sobre seus momentos: um dos livros lidos e relidos, pelo professor Anquises, personagem do romance, homem que ama a terra pernambucana (embora costume esquecer as datas históricas) (FILHO, 1994, p. 07)

O motivo central desse romance é o amor entre dois adolescentes: Sileno e Cecília. Tem ainda como pano de fundo o Recife e a relação entre duas gerações: a do neto e a do avô. Gerações que simbolizam respectivamente, segundo Nivaldo Mulatinho Filho (1994), o Recife desfigurado de hoje e um Recife guardado na memória.

Também a história se faz presente na obra *A lenda dos cem* e sobre esse romance Janilto Andrade comenta:

Porque ficcional, a escritura romanesca é lenda. Mas o romance é, também, história, uma vez que se trata de contexto social verbalizado. Enquanto lenda, o romance é, não resta dúvida, mais bonito do que a história. A beleza do romance se afirma na sinceridade, pois a lenda, na arte, não oculta, mas revela a história. (...) A lenda criada pelo romancista, no entanto, faz-se sempre, história, em função do compromisso do escritor de revelar o que as ideologias escodem. (ANDRADE, 1995, p. 07)

Aqui o professor e escritor Janilto Andrade nos diz que a lenda é revestida de história e isso se atualiza no romance gilvaniano. Na mais recente obra de Gilvan Lemos, *Morcego cego*, podemos perceber que o personagem Juliano, na busca por respostas para o seu conflito existencial, representa a trajetória do homem moderno. Deste modo:

Pode-se pensar que o romance *Morcego cego* de Gilvan Lemos nada mais é que uma representação simbólica de nossa própria consciência que busca encontrar respostas para os questionamentos básicos da humanidade: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? (SILVA, 1998, p. 07)

Fazendo conexões como o romance *Os pardais estão voltando*, percebemos que esses questionamentos também fazem parte da vida do protagonista. A retomada, via linguagem literária de um passado histórico, efetiva-se por meio da constante reflexão que o personagem principal faz sobre sua função num determinado momento de sua vida.

As próximas partes deste artigo referem-se às características do novo romance histórico baseadas nas considerações do teórico Seymour Menton (1993) e que estão presentes n'*Os pardais estão voltando*, ou diretamente ou adaptadas pela escrita inovadora de Gilvan Lemos.

2 OS TEMAS FILOSÓFICOS E A MEMÓRIA

Observamos que no romance *Os pardais estão voltando* a representação ficcional de um passado no novo romance histórico se dá por diversas estratégias narrativas, entre elas estão algumas assinaladas pelo estudioso Seymour Menton como:

La subordinación en distintos grados, de la reproducción mimética de cierto período histórico a la representación de algunas ideas filosóficas, difundidas en los cuentos de Borges y aplicables a todos los períodos del pasado, del presente y del futuro. Com base em el “Tema del traidor y del héroe” (1944) y la “Historia del guerrero y la cautiva” (1949), pero aun em algunos cuentos del tomo *Historia Universal de la infamia* (1935), las ideas que se destacan son la imposibilidad de conocer la verdad histórica o la realidad ... (MENTON, 1993, p. 42)

Lembrando que o contexto histórico do romance é o período da ditadura militar no Brasil. Iniciaremos discutindo que a reprodução mimética de um dado momento histórico se dá primeiramente pela presença de três temas filosóficos, são eles: o tema do traidor e do herói; a história do guerreiro e do cativo; e as três versões de Judas. O primeiro tema, *do traidor e do herói*, se refere tanto à caracterização ambígua de determinados personagens quanto a possíveis polos opostos que se antagonizam. Um deles seria o padre Alberto: “No início condenavam-lhe o amor que dedicava aos esportes, a alegria que mostrava publicamente, nas festas de rua, o topete que deixava na cabeleira, o convívio que procurava manter com os jovens mais ou menos de sua idade”. (LEMOS, 1983, p. 152)

Podemos perceber que o padre pertence a ala mais progressista da igreja, logo com hábitos que vão de encontro à postura do padre anterior. O novo padre era atacado por ter preocupações sociais, o que ele demonstrava nos sermões do domingo e nas suas caminhadas pelo ambiente nordestino castigado pela seca. Um defensor dos injustiçados e perseguidos, um personagem contra os poderosos em discursos e ações. O padre não ficou imune aos olhos dos poderosos daquela pequena cidade interiorana. Surge então a figura do traidor, cuja caracterização é mal definida, danificando assim, uma possível identificação com os mandantes da traição. Um dia, um rapaz pediu para que o padre fosse visitar uma pessoa que estaria doente e o padre indo até a suposta casa do enfermo, foi agarrado por dois homens que colocaram éter em seu nariz, levando-o ao desmaio. No outro dia estava numa casa de prostituição. O caso, claro, se tornou público e o padre Alberto, aconselhado pelo outro padre tradicional e da ala mais conservadora da igreja, teve que ser transferido para outra paróquia, deixando Bentuna.

Então aqui se caracteriza o tema do traidor e do herói. Contudo, há um discurso que, aparentemente ingênuo, reflete a consciência da armação da cena e a consequente expulsão velada do padre: “- Simporte não, padre Alberto. Todo mundo sabe que foi preparado. Simporte não, o povo vai ficar todo ao lado do senhor, pode jurar”. (LEMOS, 1983, p. 161). Confirma-se então, o preceito filosófico, segundo Menton, que um herói pode ser traído em um determinado momento histórico representado em novos romances históricos. Apesar da expulsão do padre da narrativa, a semente de uma mudança futura não foi esmagada, pelo

contrário, foi adubada na medida em que um personagem revela ter consciência da realidade que o circunda.

O segundo tema filosófico é *a história do guerreiro e do cativo*. A figura do guerreiro está representada no personagem Edeson. De origem humilde, segundo ele mesmo, só foi conhecer arroz, macarrão, bife e verdura quando entrou no exército. Lá aprendeu muitas coisas, entre elas, verdades e ambições. Chegou a ser cabo e quando estava se preparando para ser sargento, deram-lhe baixa, acharam que um aspirante a sargento ameaçava a segurança das forças armadas. Viajou muito e nessas andanças soube que a miséria era a mesma em qualquer região. Morou em favelas, em grandes centros e descobriu que iludiam os infelizes dizendo que era mais romântico ser pobre.

A verdade é que este personagem, longe de contentar-se com o convencimento através das palavras, ele passa à ação, formando o que os historiadores chamam de guerrilha pouco organizada. Em dois momentos do romance, encontramos efetivamente a ação desse foco liderado por Edeson. O primeiro foi um saque durante uma procissão. Os mantimentos conseguidos possuíam dois destinos. O primeiro: alimentaria os famintos da seca; e o segundo: manteria por um bom tempo os integrantes do grupo. Outro movimento mais ousado, contudo, mais restrito, foi posto em prática. Tião, o motorista, e o cabo foram até a fazenda do seu-Joãozinho e tomaram uma maleta 007 com o dinheiro da frente de trabalho (segundo seu-Joãozinho), depois disso, o grupo decide distribuir o dinheiro com a população para que não houvesse a centralização da responsabilidade do ato cometido. Edeson era o *guerreiro*. Quase nenhuma referência é feita à industrialização em Bentuna e vemos quão precária é a organização de Edeson. Ele decide, junto com o pequeno grupo, ampliar horizontes e sair de Bentuna, talvez organizasse uma guerrilha.

Por outro lado, o personagem de Lucas Prado representa a figura do *cativo*. Mesmo preso, Lucas incita os seus companheiros à luta e ao não-conformismo:

Lucas Prado? Um tipo estranho, misterioso. Às vezes dava a entender que era alesado. Ou se fazia de alesado. Porque, em certas ocasiões. Mostrava conhecimento de sábio. Noutras, parecia estar no mundo da lua. Que se havia de pensar de um sujeito de boa aparência, sabendo falar bonito, com procedimento de gente educada, de repente aparecendo em casa do tio, casa pobre, humilde, pedindo hospedagem? (LEMOS, 1983, pp. 74-75)

A caracterização polissêmica do personagem possui um ponto semântico comum: a diferença. Vocábulos como: estranho, misterioso, alesado, aliam-se a boa aparência e ao bem falar. Muitas informações são trazidas pela boca do povo, soube-se que Lucas Prado foi preso e sua não-resistência à prisão opõe-se à atitude do personagem guerreiro. Segundo depoimento do seu filho Mauro, Lucas Prado foi professor da Universidade Federal de Pernambuco, com seu carisma conquistou alunos e colegas professores. Após o golpe de 64, a Universidade Rural era conhecida como “Moscouzinho” e, devido a uma greve que ganhou repercussão, o pai de Mauro de repente obteve notoriedade. A Universidade então fora alvo principal da repressão e Lucas Prado, que defendia os alunos que viviam na miséria e na precariedade, porque tinha participado ativamente da greve, decidiu fugir, não por covardia, mas por perturbação emocional. Tempos depois, mãe e filho receberam a notícia, via jornal, de que Lucas Prado havia morrido.

A verdade sobre a morte de Lucas Prado possui versões bastante antagônicas, evidenciando assim polos ideológicos distintos. Apresentamos a seguir as duas versões que se arvoram em elucidar a “causa mortis” de Lucas Prado. Eis o diálogo travado entre Benício Viana, Quim Oliveira e Mauro:

Perdidas mais uma vez, as autoridades se apressaram a preparar sua morte. Que vergonha!

-Mas ele fugiu da cadeia.

- Uma farsa. Prepararam-lhe a fuga para que pudessem matá-lo legalmente. Dizem que rendeu o carcereiro, houve troca de tiros, que ele reagiu à prisão. Com quê? Acho que nem sabia pegar num revólver.

- Se era inocente, que interesse tinham as autoridades em eliminá-lo. Por que simplesmente não lhe deram a liberdade? – Estranha Mauro.

- Aí é que tá. Pra mim, eles temiam a reação do IV exército (...)

Quim Oliveira achava que Lucas Prado realmente tentara a fuga. Edeson, que poderia ainda estar pelos arredores, fizera chegar as suas mãos o revólver com o qual assaltara seu-Joãozinho ... (LEMOS, 1983, p. 26)

No fragmento citado, podemos perceber a presença de um dos conceitos filosóficos que também partiu dos contos de Jorge Luis Borges: *a impossibilidade de se averiguar a verdade histórica*. O que realmente aconteceu na narrativa com este “revolucionário” em um determinado momento da repressão, não nos é permitido saber ao certo. Ao falar do caso de Lucas Prado, o romance coloca o diálogo como ferramenta de rememoração dos fatos, mesmo que eles sejam difusos, é a oralidade na escrita constituindo uma memória coletiva:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 1992, p. 476)

Essa memória se faz presente na obra através do discurso oral dos personagens efetivado no diálogo entre eles como forma de tentar entender o que aconteceu com Lucas Prado. Boa parte da produção literária gilvaniana faz uso dessa memória para conservar informações e para se compreenderem os acontecimentos relatados na busca de se construir uma compreensão do passado histórico.

O último tema filosófico apontado por Seymour Menton diz respeito às *três versões de Judas*. Como sabemos pelo relato bíblico, Judas traiu Jesus e depois se suicidou. Não é de se estranhar que no contexto da América latina na década de 60, algumas figuras desempenharam o papel de Judas. Países latino-americanos subdesenvolvidos e sujeitos a imposições de países desenvolvidos sofreram com a miséria e com os regimes autoritários que, além de cercear a liberdade do povo com prisões e torturas, arrojavam a classe trabalhadora em prol de ajustamento da economia. Não é nova a ideia de crescimento econômico à custa dos menos favorecidos.

Percorrendo a narrativa de *Os pardais estão voltando*, verificamos a presença de possíveis três versões de Judas. Duas consubstancializadas em figuras anônimas que provocaram a denúncia de comunista feita a Benício Viana, que não surtiu efeito, pois ele era um alcoólatra conhecido e não causava perigo; e aquela que concretizou a transferência do padre Alberto. A terceira foi tipificada pela figura do personagem Demétrio. Os caminhos trilhados por ele enfatizam a sua natureza hostil em relação a Lucas Prado. Enciumado porque Lucas Prado era um homem educado e cuidava de Bezinha, Demétrio aliou-se às autoridades locais e denunciou Lucas Prado, alegando exercício ilegal da profissão. O destino de Demétrio, como o de Judas, guardadas as devidas proporções, foi trágico. Um perdeu a farda e saiu da cidade, o outro se suicidou. Ambos, depois de mudarem o rumo da história, saíram de cena.

3 A OMISSÃO, O EXAGERO E O ANACRONISMO

A omissão e o exagero são recursos utilizados pelo narrador para questionar os fatos históricos oficiais, como nos diz Menton: “La distorsión consciente de la historia mediante

omisiones, exageraciones y anacronismos”. (1993, p. 43) Na obra *Os pardais estão voltando*, o principal instrumento de omissão utilizado é a não-nomeação daqueles agentes do governo federal. O único representante das forças militares nomeado e, portanto, constituindo uma exceção na obra é o personagem Mac Pherson. Aqueles que efetuaram a prisão de Lucas Prado, excetuando-se Demétrio, também não foram nomeados. Omitem-se também detalhes das ações militares e do tratamento dado aos prisioneiros acusados de subversão. Pelo lado dos oprimidos é omitida a fonte da conscientização política de Benício Viana, Edeson e Lucas Prado.

Não é de se estranhar que, na época da publicação do romance, momento de abertura política em 1983, o título da obra seja aparentemente inocente. O próprio autor pode ter retirado do título algo comprometedor. O fato é que as omissões ocorrem em duas vertentes. De um lado, temos a omissão dos aparatos mantenedores da classe dirigente e opressora, por outro lado também não há a exposição do germe de resistência política opositora ao regime. Por esta razão é que se pode afirmar que existe a distorção consciente da história na medida em que se organizou, dentro do universo romanesco, mecanismos de defesa duplos, de um lado e de outro, operacionalizando a ambiguidade de toda grande obra de arte.

Outro aspecto indicador de distorção histórica via ficção é o exagero de dados da “realidade”. O caráter hiperbólico das descrições de determinados fatos ocorridos durante a narrativa gilvaniana provoca no leitor um maior dinamismo perante o ato narrativo. Tratam-se de exageros os seguintes fatos: a confusão provocada pelo assalto, onde se levaram os mantimentos durante a procissão na feira; o ato de tomar o dinheiro que estava em poder do seu-Joãozinho; a matança dos pardais feita por Benício Viana durante os domingos; e o espetáculo comprado e armado para abater a postura esquerdista do padre Alberto e sua consequente expulsão da cidade. As descrições têm um ponto em comum: o elenco disparatado de expressões que caracterizam exageradamente as ações descritas. O fato é que esses “exageros” rastreados no romance se referem tanto a atos considerados politicamente de esquerda quanto de direita, configurando-se no confronto de ideologias opostas dentro do romance.

O anacronismo surge como aquela estratégia narrativa que pode deslocar espaço-temporalmente tanto um personagem como um fato histórico. Aqui devemos fazer uma ressalva a essa categoria. Nenhum personagem ou fato pareceu de forma anacrônica no romance. Nesse momento fazemos uma adaptação a essa categoria apontada por Menton (1993), compreendendo como anacronia os flashbacks utilizados pelo narrador em alguns momentos da narrativa, caracterizando como a volta ao passado para explicar determinados acontecimentos, depois volta-se ao presente dos fatos narrados.

Não podemos deixar de evidenciar que alguns personagens, especificamente aqueles pertencentes às classes menos privilegiadas, externam o seu desejo de romper com o “sistema”, corroborando a consciência crítica que as impulsiona. Às vezes, não podendo efetivar a transgressão sonhada, projetam a possibilidade de ruptura como o “status quo” para um futuro não muito distante, numa perspectiva profética de mudança. Já outros personagens, aquelas que se acham estabilizadas no poder, não aceitam um possível, mesmo incipiente, movimento ascensional daqueles que lhes são opositores. Pensam, alas, em se perpetuarem na dominação dos fracos politicamente, configurando-se como classe dando continuidade, assim, à antiga dialética histórico-social da existência de opressores e oprimidos. A classe dominante, tentando se manter no comando, mistifica os chamados ingredientes dos novos tempos: paz e harmonia nacionais. Em alguns momentos históricos, como é o caso do pós-64, essa classe utiliza outro instrumento de dominação que atua sob a máscara da prosperidade: o crescimento econômico (“o milagre”)

4 O NEOPROTAGONISTA HISTÓRICO E A METAFICÇÃO

Podemos dizer que o protagonista de um romance tão povoado de personagens como este é o personagem Fábio Moreira. A astúcia da narrativa tratou de dificultar o achado do protagonista, uma vez que é difícil identificar uma primeira pessoa na obra, aparecendo muitas vezes, uma terceira pessoa no relato que se distancia da narrativa. Segundo Menton: “La ficcionalización de personajes históricos a diferencia de la fórmula de Walter Scott – aprobada por Lukács – de protagonistas ficticios.” (MENTON, 1993, p. 43) O protagonista histórico, tão bem representado nos novos romances históricos latino-americanos, tem uma ligação direta com os “reais” personagens da História da América Latina, da América do Norte e até da Europa. Menton (1993) cita Antônio Conselheiro, Colombo, Bolívar, entre outros, como algumas figuras históricas representadas ficcionalmente em romances como *La guerra del fin del mundo*, de Mario Vargas Lhosa, *Los perros del paraíso*, de Abel Posre e *El general em su labirinto*, de Gabriel Garcia Márquez, respectivamente.

No romance *Os pardais estão voltando*, o personagem Fábio Moreira é um caso bastante peculiar, ele é o ponto para onde convergem vários elementos que consubstanciam a representação de líderes políticos históricos. Elementos como a desmistificação de figuras políticas e a atemporalidade desses personagens vão ao encontro de Fábio Moreira. Essa personagem não é um protagonista histórico nos moldes como relata Menton (1993), mas seria um neoprotagonista histórico diferenciado na medida em que ele se torna um porta-voz tanto da classe dominadora quanto da classe dominada, sendo, desta forma, um personagem ambíguo.

Apesar de não participar ativamente dos acontecimentos “subversivos” e/ou “ratificadores” em relação ao momento histórico pós-64 ficcionalizado na obra, Fábio Moreira lança a si mesmo o desafio de “representar” os fatos principais ocorridos na época citada, por isso ele se torna um protagonista camuflado na obra em análise. Ao se dar esta tarefa, o escritor não esconde o peso de tal realização e, sutilmente, tenta dar pistas que nos revelem a dificuldade de tal empreitada. Desta forma:

Quando os lilases do pé plantado por Rita perfumam agressivamente a primeira noite do seu desabrochar, Fábio Moreira baixa o livro que estava lendo (...) e pensativo, fica a refletir, sem atinar de pronto com o motivo da interrupção. Há de repente, em seu redor, uma espécie de preparação para surpresas, apreensão, expectativa de alguma coisa desagradável a revelar-se. (LEMOS, 1983, p. 07)

O trecho: “perfumar agressivamente” nos remete ao momento que o escritor vai falar de Bentuna e “alguma coisa desagradável a revelar-se” seria o prelúdio do golpe de 64. O processo de aos poucos revelar o todo, com o passado e o presente de Bentuna, o escritor Fábio Moreira afasta de si as consequências de fatos ativos ou omissos, acende a chama da fidelidade aos acontecimentos e as ações no presente atuam como um meio de aprendizagem para o futuro, e é nesse quadro que o escritor constrói sutilmente a sua identidade como herói e como intelectual. Atitudes de neutralidade do escritor Fábio Moreira perante alguns acontecimentos, leva Benício Viana a criticá-lo, observemos que a oralidade da fala do personagem é estilizada, ou seja, é colocada exatamente como o personagem fala: “Escrever então pra quê? Pra brilhar na sociedade, pra ganhar fama e deitar na cama? O romance é obrigado, sim, a falar do que conhece, da época em que vive, dos problemas do seu país, de seu tempo, sua região”. (LEMOS, 1983, p. 124).

Conhecimento, época, problemas, tempo e região são os principais ingredientes para a formação de um romance não-alienado. Para que uma obra possa falar sobre uma determinada região e tempo, o escritor deve ter conhecimento de toda uma problemática que envolve uma época específica, contudo, não deve elaborar um simples espelhamento de fatos e cenários,

mas sim ter um olhar crítico-analítico sobre os mesmos. A obra traz discursos que polemizam entre si, como é o caso do discurso de Fábio Moreira e Benício Viana.

Há alguns traços caracterizadores de um protagonista histórico como: a presença de um narrador em primeira pessoa ou uma aparente terceira pessoa camuflada, sentimento de expectativa para uma revelação futura, um estado de orfandade e incompletude que só será modificado com a feitura de uma obra literária, elo entre a vida de um escritor e a história de uma região, oscilação do desejo em esquecer o passado mas ao mesmo tempo lembrá-lo, comprometimento com um passado histórico, revelações sutis, formação intelectual, presença de um antagonista e por fim a presença da pluralidade discursiva. Todos esses elementos estão presentes no romance *Os pardais estão voltando*.

Outro traço marcante do novo romance histórico é a metaficção: “La metaficción o los comentarios del narrador sobre el proceso de creación.” (MENTON, 1993, p. 43). Se a primeira pessoa que narra escolhe um procedimento que acredita ser o melhor para focalizar determinado passado histórico não parece, acontece a suposta terceira pessoa que narra, desestabilizando certezas ao tentar se mostrar neutra em relação ao relato, isso viabiliza o jogo de afirmação-construção e negação-estilhaçamento de sua soberania perante a narrativa: “Puxou do cigarro uma longa tragada. Olhou o que tinha escrito. Botaria, uma vírgula depois de ‘lilases’, outra depois de ‘Rita’? Aquele ‘desabrochar’, também estava chato, muito chato. Riscou-o”. (LEMOS, 1983, p. 186). O narrador em terceira pessoa (seria uma primeira pessoa?) revela o quão foi laborioso o processo de criação da obra, tão árdua foi a tarefa do escritor Fábio Moreira ao escrever e reescrever a obra: “Como esperava, era a amostra do romance impresso. Em suas mãos não pesava, tão leve materialmente: pesavam-lhe no coração todos os anos de espera, ansiedade, planos, trabalhos penosos, dúvidas, esperanças”. (LEMOS, 1983, p. 15)

O processo de preparação da obra, assim como o prenúncio de sua chegada, é triplamente caracterizado por instâncias que possuem dupla face. A espera está para a esperança, a ansiedade está para as dúvidas assim como os planos estão para o trabalho penoso. Os planos para a elaboração do romance estão vinculados certamente ao trabalho penoso anteriormente citado, assim reflete o narrador:

Fábio não lhe confessara, mas achava a idéia tentadora. O difícil era livrar-se do perigo de cair no pitoresco das situações localistas; fugir da sedução de tomar parte na narrativa, focalizando cediças figuras populares; cair na armadilha do regionalismo tipo década de 30. Os caminhos dessa espécie de literatura estavam bastante palmilhados. (LEMOS, 1983, p. 55)

O que o escritor Fábio Moreira temia era o pitoresco das situações localistas, o envolvimento na narrativa e a postura dos escritores regionalistas da década de 30. Seriam considerações do personagem narrador ou do próprio escritor Gilvan Lemos? A fusão de perspectivas seria a resposta. Ainda, na própria narrativa, os casos reais ou inventados eram dignos de pertencerem ao romance:

Agora, ali nos Terreiros, Fábio, distante em anos, presença, das pessoas de que recordava e que, inalcançadas, se perdiam no tempo, comprovava que a vida de fato se confundia com a ficção. Teriam existido Bico-doce, Horácio do cabeção, Ana Badé? Ou os teria lido em algum romance? Se não, que diferença havia? (LEMOS, 1983, p. 146)

Se as personagens folclóricas, lendárias e marginalizadas constituem elementos primordiais da organização da intriga, as empresas, as instituições e os próprios fenômenos da natureza exercem também papel fundamental na arquitetura do romance. Deste modo, um

simples objeto pode simbolizar algo mais: “É noite, crianças brincavam na praça, marmanjos aboletam-se diante do televisor, para o qual foi construído um arremedo de trono: dali o televisor governa”. (LEMOS, 1983, p. 07). Seria uma tônica, anos depois do golpe, a sátira aos governantes através de programas humorísticos, mas na década em questão, o apaziguador era o Chacrinha ao lado das novelas e dos noticiários, algo novo em Bentuna: “Havia um televisor na mesinha ao lado. Elias seria mais um dos que acompanhavam novelas, assistiam interessados a todos os programas, desde o noticiário às palhaçadas do Velho Guerreiro”. (LEMOS, 1983, p. 74)

5 A INTERTEXTUALIDADE E O DIALOGISMO

A intertextualidade é outro mecanismo ficcional presente nos novos romances históricos, assim:

La intertextualidade. Desde que García Marquez sorprendió a los lectores de *Cien años de soledad* con la introducción inesperada de personajes novelescos de Carpentier, Fuentes y Cortázar, la intertextualidade se há puesto muy de moda tanto entre los teóricos como entre la mayoría de los novelistas. (MENTON, 1993, pp. 43-44)

Os diálogos intertextuais se dão de duas maneiras, uma explicitamente, onde temos a citação direta do outro texto e a segunda onde notamos a alusão a um texto anterior através de pistas rastreadas no discurso. É no capítulo três que encontramos a primeira intertextualidade direta:

Amarelo Zé Maria,
 não em vida e agora não,

 o fole da ventania
 soprava raiva e carvão
 fazendo a foice do dia
 pra cortara mais amplidão

 Ponteva na galharia
 os capuchos do tostão
 e o Ferreiro, meio-dia,
 vinha encostar o tição.

História de ZéMaria e do ferreiro
 GERALDO VALENÇA
A Rosa Jacente (LEMOS 1983, p. 29)

As três partes citadas no texto “A Rosa Jacente” do escritor Geraldo Valença, dialogam de um modo bastante peculiar como o capítulo do romance. É criada através deste processo intertextual uma ligação com parte da obra. O Zé Maria tanto faz referência ao Tião motorista quanto à introdução do personagem Lucas Prado em sua discreta chegada a Bentuna. A expressão “o fole da ventania” dialoga com a parte que fala sobre o sol. Na terceira parte da citação podemos ligar o ferreiro a Edeson, um ferreiro com os instrumentos, o outro, Edeson, um ferreiro com as palavras.

O quinto capítulo possui como abertura um trecho de *Vidas Secas* de Graciliano Ramos:

Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos. GRACILIANO RAMOS *Vidas Secas* (LEMOS, 1983, p. 47)

A transcrição direta de parte do romance de Graciliano Ramos revela-nos o constante diálogo estabelecido na obra com outros textos. Assim:

Suportado por toda uma intertextualidade, o discurso não é falado por uma única voz, mas por muitas vozes, geradoras de muitos textos que se entrecruzam no tempo e no espaço, a tal ponto que se faz necessária toda uma escavação “filológico-semiótica” para recuperar a significação profunda dessa polifonia. (BLINKSTEIN in BARROS & FIORIN, 1994, p. 45)

Se a outra citação direta mantém o sentido do primeiro texto ao dialogar com o romance, esse fará o contrário. O trecho de *Vidas Secas* fala que o sertão mandará homens fortes para a cidade, aqui, no capítulo do romance, o homem forte tipificado na figura de Lucas Prado, vem ao sertão e pede humildemente para se hospedar na casa do Seu-Pinto. Diferente de Fabiano, Lucas Prado sabia lidar com as palavras, fora professor na Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O sétimo capítulo possui outra citação direta introdutória, vejamos:

A feira de Vila Bela
Tem chocalhos para vacas.
Na feira de Vila Bela,
Feijão e pó nas barracas.
.....
.....
Às sete e meia da noite
Virgulino disse: não.
Só meia hora depois
Cuspiu fogo sua mão.

Episódio Sinistro de Virgulino Ferreira

CARLOS PENA FILHO
Livro geral (LEMOS, 1983, p. 63)

O trecho citado do livro do escritor pernambucano Carlos Pena Filho, dialoga com o romance *Os pardais estão voltando* de duas maneiras. A primeira, os dados da feira de Vila Bela guardam semelhança com uma feira típica realizada nos finais de semana em Bentuna. A segunda parte fala-nos sobre a figura histórica de Virgulino que, guardadas as devidas proporções, dialoga também com o personagem ficcional Edeson, cuja personalidade também fusiona a figura do herói-vilão. Edeson é visto através de extremos no romance. Por um lado, devido aos seus discursos e ações a favor dos menos favorecidos, era tido como comunista por alguns e, portanto, seria uma ameaça ao sistema pós-golpe de 64. Por outro lado, com suas atitudes de distribuir dinheiro e alimentos para os mais necessitados, era visto como um benfeitor para alguns, poucos aliás ao longo de todo o romance. Há outras partes do romance em que a intertextualidade se faz presente, contudo não elencaríamos aqui todas elas por serem extensas.

6 O CARÁTER DIALÓGICO, CARNAVALESCO, PARÓDICO E HETEROGLÓSSICO

Ao produzir o universo ficcional bentuniano o escritor, neoprotagonista histórico Fábio Moreira, buscou nos fatos históricos recentes de sua época a matéria-prima para a feitura de seu romance. Dessa forma ele colocou no seu romance vários diálogos, entre eles, os diálogos em sentido amplo, no que se refere às analogias como os fatos históricos, costumes do povo, personagens folclóricos e lendários como as personagens Bico-doce e o Assobiador e a Lenda do Poço da Negra para citar apenas alguns. O narrador também constrói o diálogo no sentido restrito, na medida em que as personagens falam e interagem entre si, nem sempre compactuando ideias, mas também divergindo, ocorrendo a proliferação discursiva diversa. Desta forma, aparecem no romance o que Menton considera elementos do novo romance histórico: “Los conceptos bajtinianos de lo dialogico, lo carnavalesco, la paródia y la heteroglosia.” (MENTON, 1996. p. 44)

A manifestação cultural denominada de carnaval é objeto de severas críticas por parte de Edeson que vê este como sendo mais um instrumento da classe dirigente para desviar as preocupações sociais do povo: “Depois, encham a cabeça dos bestas, fazem deles, durante três dias, reis e imperadores, para que se esqueçam da fome e por outro lado lhes encham a barriga na exploração do turismo.” (LEMOS, 1983, p. 87). Também se vê na obra, não só o carnaval como manifestação sociocultural, mas também como estratégia discursiva do romance. O aspecto carnavalesco de determinada obra romanesca pode, dependendo de sua construção discursiva, ser um modo de libertação, assim:

O carnaval é um espetáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos são participantes ativos, todos participam da ação carnavalesca. Não se contempla e, em termos rigorosos, nem se representa o carnaval mas *vive-se* nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto essas vigoram, ou seja, *vive-se uma vida carnavalesca*. Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma “vida às avessas”, um “mundo invertido” (“monde à l’envers”)

As leis, proibições e restrições, que determinavam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca, revogam-se durante o carnaval: revogam-se antes de tudo o sistema hierárquico e todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc., ou seja, tudo o que é determinado pela desigualdade social hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade (inclusive a etária) entre os homens (BAKHTIN, 1997, pp. 122-123)

Há campos de efetivação de cena carnavalesca em alguns romances. O primeiro campo é o sério-cômico. O segundo campo é o da forma sincrética do espetáculo em que os “atores” são ativos e há a revogação das leis determinantes da vida comum. O terceiro campo é o do livre contato familiar entre os homens no qual o elemento excêntrico faz parte. O quarto e último campo é o da profanação em que há a alternância de elementos altos e baixos na cena romanesca. No trecho a seguir há a confluência desses campos, vejamos:

Acordou completamente despido, o sol já esquentando nas telhas-vãs, clareando um quarto estranho, exíguo, modesto, mas sobrecarregado de ornamentos coloridos. (...). Arrancou o lençol da cama, enrolou-se. Agia mecanicamente, tentando não perguntar, e agora, e agora? Mas era o que se perguntava, com a fronte latejando. Ouviu murmúrios vindos da rua. (...)

Padre Alberto sentou-se na cama, tentou rezar. Aquele, a despedida que lhe haviam preparado. Por certo, fora, já estava a sua espera a plateia contratada. Ali seria a residência de alguma prostituta, que a cedera para a grande comédia da sua vida. (...) para essas mulheres, constituísse temeridade mexer com a dignidade de um padre. Mas ele, que não usava batina? Pagas, não o tentavam no confessionário?

E começou a ouvir os insultos iniciais: Vai demorar muito, seu-padre? Quantas já deu? Eita! Padrezinho amolestado, só quem comeu um saco de amendoim! Vamos, padre Alberto, deixe um pouquinho pra nós...

Sair dali, àquela hora, seria prestar-se aos planos de seus inimigos. E como sair? Enrolado num lençol? Ajoelhou-se, abriu os braços, pôs-se a rezar. Oh! Deus um milagre. Não Lho pedira na estrada, pedia-o agora. (...) Desesperava-se, quando ouviu, entre algazarra, assobios, ditos canalhas, o ronco dum carro que parava frente à casa. Em seguida, puseram-se a bater na porta de entrada. Ficou em dúvida. Quem seria? Ouviu seu nome, reconheceu a voz do padre Amâncio. Abriu a porta, caiu em seus braços.

-Entre depressa no carro – disse padre Amâncio, conduzindo-o. (LEMOS, 1983, p. 158-159)

Fica claro nos fragmentos citados que houve uma armadilha para o padre Alberto para que este fosse desacreditado perante a comunidade de Bentuna. O padre acordou despido num ambiente caracterizado por vocábulos que o narrador revela, o “quarto estranho”, “exíguo”, “modesto” e “sobrecarregado de ornamentos coloridos” referem-se ao local onde supostamente morava uma prostituta. Então o cômico-sério está presente, assim como o espetáculo e a suposta “profanação” do que é “sagrado”: o padre estaria com a prostituta. Também temos como aspecto do carnavalesco na literatura a coroação bufa e o posterior destronamento, isso é o que percebemos na cena forjada contra o padre. Tal ardil estaria a favor da classe dirigente que conseguiu expulsar o padre progressista Alberto da cidade de Bentuna.

Operacionaliza-se na narrativa o que Diana Barros diz sobre dialogismo e a polifonia se baseando em Bakhtin:

Em resumo, Bakhtin concebe o dialogismo como o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso. Examina-se, em primeiro lugar, o dialogismo discursivo, desdobrado em dois aspectos: o da interação verbal entre o enunciador e o enunciatário do texto, o da intertextualidade no interior do discurso. (BARROS & FIORIN, 1994, p. 02)

Assim, já assinalamos esse dialogismo no que se refere aos discursos das personagens, ora compactuando, ora divergindo de ideias e ações, também verificamos a interação verbal do enunciador com o enunciatário nas reflexões do escritor neoprotagonista Fábio Moreira e também explanamos a intertextualidade explícita no constante diálogo do romance com outros textos.

O aspecto parodístico também aparece no romance em determinados trechos, como neste a seguir:

Aos humildes (para que não mais o sejam);
 aos que choram (para que sequem as lágrimas);
 aos mansos (para que se enfureçam);
 aos que têm fome e sede de justiça (para que saciem);
 aos misericordiosos (para que não mais se compadeçam);
 aos limpos de coração (para que se corrompam);
 aos pacificadores (para que promovam a revolta);
 aos que têm sido perseguidos por causa da justiça (para que se tornem perseguidores).
 EDESON (LEMOS, 1983, p. 05)

Essa é a dedicatória do romance que o escritor Fábio Moreira faz a Edeson e em que está presente o aspecto paródico constituindo uma espécie de epígrafe. A paródia, segundo Bella Josef (1980) possui dois elementos que a tornam uma escrita transgressora: o diálogo (eixo horizontal: sujeito da escritura-destinatário) e a ambivalência (eixo vertical: texto-

contexto), estes se entrecruzam formando a intertextualidade que, de certo modo, remete também à profanação, aspecto carnavalesco importante de alguns discursos ficcionais. Como se pode perceber, o discurso de Edeson como que profana o discurso religioso bíblico em prol de um discurso revolucionário. Invertem-se também alguns diálogos intertextuais como vemos em: “O velho Moreira nessa noite tomou pifão, voltou para casa recitando Augusto dos Anjos: E se a alguém causa riso a tua dor, escarra na boca desse sacana!”. (LEMOS, 1983, p. 08).

Assim, o último aspecto do novo romance histórico é o caráter heteroglóssico do discurso ficcional. A heteroglossia seria, segundo Bakhtin (1983) a voz como a interação de múltiplas perspectivas individuais e sociais, portanto não teríamos a posse das palavras que proferimos. O que expressamos já vem de outros discursos, o familiar, o religioso, o socioeconômico, o do grupo de trabalho, da escola e assim por diante. Na ficção, as falas dos personagens também estão formadas pelos mais diversos tipos de discurso. Observemos:

- Vê como são? Não há quem lhes arranque da goela seca uma palavra de revolta. Morre tudo como carneiro, sem se aventurar a comer um ao outro, mas isso é ignorância. Não têm consciência de que pelo Deus deles foram criados para viver; que assim passivamente. O estão traindo. Qual o Deus que ficaria satisfeito em ter sob Sua responsabilidade criaturas tão resignadas e covardes? Diga-lhes isso, será amaldiçoado. (...). No exército aprendi a ler: é uma grande escola para o matuto, o pobre, que também aprende a comer. Sim, a comer. A gororoba, que ao filhinho de papai sabe tão mal, para o miserável é um manjar. (LEMOS, 1983, p. 35)

A opinião de Edeson sobre boa parte do povo de Bentuna é expressa sem rodeios. Mas há alguns personagens que exprimem suas parcas opiniões conforme a sua visão ingênua do momento histórico-social em que vivem:

- Sindicato? Ouvimos falar, a gente tem não, por essas bandas não chegou. Mas do jeito que eles trabalhavam, como por aqui chegavam as notícias, a gente queria não. E tinha uma tal de Liga Camponesa que era um horror. Incendiavam canaviais, matavam inocentes. Não fosse a revolução já tinham tomado conta do mundo. Por aqui se vive em paz. (LEMOS, 1983, p. 33)

Interessante notar que o romance revela boa parte do pensamento social da comunidade de Bentuna. Pelo discurso do romance verifica-se a apreensão da oralidade do povo, esta é transcrita para a narrativa. Os discursos polêmicos estão em toda parte na obra, mostrando toda uma ambiguidade social representada ficcionalmente, personagem falando e narrador representando o jeito desconcertante do outro:

- A você não. É letrado, viajado, experiente. Conhece o Rio, São Paulo;; Que ganhou nesses lugares? Se lá fosse tão bom você não tinha voltado. E que aprendeu? A invadir feira, tomar dinheiro alheio, abrir porta com arame? Foi isso que você aprendeu?
Edeson sorri, tristonho. De certa forma o pobre amigo tinha razão. Um falhado, ele, na vida. Um falhado. (LEMOS, 1983, p. 87)

O discurso de Tião sintetiza de um modo bastante singular a trajetória de Edeson. O aprendizado se deu tanto pela via acadêmica quanto pelas andanças no mundo, lutando contra as hostilidades. A reflexão do narrador onisciente em terceira pessoa se mistura ao pensamento do personagem quando falam do nome dado por seu pai que não sabia escrever Édson, tudo isso se configura como um constante processo de aprendizagem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos fazer uma leitura da obra *Os pardais estão voltando* do escritor pernambucano Gilvan Lemos depreendendo da obra os aspectos que se referem aos ingredientes de um novo romance histórico, apontando mudanças substanciais com relação ao estudo de Seymour Menton (1986) como o caso do neoprotagonista histórico e a metaficção.

A produção ficcional do escritor é ampla, mas pouco conhecida e estudada nos meios acadêmicos. Gilvan Lemos depois de aposentado se dedicou intensamente à feitura de romances, contos e novelas. Sua literatura dialoga com outras literaturas o que influenciou sobremaneira a sua escrita.

Percebemos na obra analisada as constantes referências a obras de outros autores, sejam escritores, músicos, jornalistas entre outros o que corrobora a sua literatura como uma das inovadoras no campo do novo romance histórico. O neoprotagonista histórico está presente na figura do escritor personagem Fábio Moreira e, no decorrer da narrativa, pistas são dadas por um narrador em terceira pessoa de que há um narrador construindo o romance o tempo todo.

O estudo das estratégias narrativas presentes neste artigo também teve como meta explicar a funcionalidade das mesmas, mostrando-as como meios operacionais relevantes na estruturação do romance e no diálogo com o momento histórico representado na obra. As facetas estéticas e históricas via discursos e ações de personagens ora contratuais ora polêmicas expressam a grande ambiguidade da escrita gilvaniana na simbolização de um determinado contexto sócio histórico de crise. A narrativa ficcional mostra que a realidade é complexa, na medida em que incorpora ingredientes narrativos da nova narrativa histórica, mostrando todos os lados e percepções dos personagens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lindinalvo Alexandrino de. **Espaço terrestre, uma leitura**. Diário de Pernambuco. Recife, 23 de fev. de 1994.

ANDRADE, Janilto. **Lenda e História**. Diário de Pernambuco. Recife, 14 de out. de 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Dialogic Imagination**. Austin: University of Texas Press, 1983.

BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1994. (Ensaio de Cultura, 7)

CARLISLE, Charles Richard. Times and Scapegoat in Gilvan Lemos's *Emissários do Diabo*. In: **Luso-Brazilian Review**. University of Wisconsin Press, v. 18. N.02, pp. 320-330.

FILHO, Nivaldo Mulatinho. **O poeta Gilvan Lemos**. Diário de Pernambuco. Recife, 02 de nov. de 1994.

JOSEF, Bella. O espaço da paródia. In: **Sobre a paródia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEMOS, Gilvan. **Entrevista concedida ao Jornal do Comércio**. Recife, 16 de abril de 1995.

LEMOS, Gilvan. **Os pardais estão voltando**. Recife, Editora Guararapes, 1983.

MENTON, Seymour. **La nueva novela histórica de la America Latina. 1979-1992**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MONTENEGRO, Olívio. **Noturno sem música**. Diário de Pernambuco. Panorama literário. Recife, 30 de dez. de 1996.

SILVA, Ivanda Maria Martins. **Romance de Gilvan Lemos desnuda consciência**. Jornal do Comércio. Recife, 15 de mai. de 1998.

O CURRÍCULO PÓS-CRÍTICO: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL EM VITÓRIA/ES

Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e Silva¹
Raquel Amorim dos Santos²

RESUMO

Este estudo objetiva analisar a compreensão do currículo numa perspectiva pós-crítica por estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Vitória-ES, dando ênfase no desafio da escola, em seu processo de constituição em relação a construção social e valorização da cultura, capaz de nortear práticas pedagógicas para o reconhecimento das diferenças presentes no contexto escolar. Pretendeu-se por meio de um estudo exploratório de abordagem qualitativa, discutir temáticas de conteúdo do currículo pós-crítico, tendo como instrumento de coleta de dados grupos-focais e análise de documentos oficiais escolares. Concluímos que a reprodução das diferenças acontece de forma implícita distanciando o que é proposto nos documentos escolares e o que é desempenhado dentro das salas de aula pelos docentes.

Palavras-chave: Currículo pós-crítico. Escola. Formação de professores.

ABSTRACT

This study aims to analyze the understanding of the curriculum in a post-critical perspective by students of the Elementary School of the Municipality of Vitória-ES, emphasizing the challenge of the school, in its constitution process in relation to the social construction and valorization of culture, capable of guide pedagogical practices to recognize the differences present in the school context. It was intended, by means of an exploratory study with a qualitative approach, to discuss thematic content of the post-critical curriculum, using focus groups data collection and analysis of official school documents. We conclude that the reproduction of differences happens implicitly, distancing what is proposed in school documents and what is performed inside the classrooms by teachers.

Keywords: Post-critical curriculum. School. Teacher training.

Data de submissão: 24.08.2020

Data de aprovação: 02.09.2020

INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios para a elaboração de um currículo atualmente é pensar um currículo que acompanhe as transformações que ocorrem de forma acelerada, lidando com a heterogeneidade não só da sociedade como também na formação de professores³ e nas peculiaridades de cada indivíduo que faz parte deste cenário educacional contemporâneo.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente da FAESA – Centro Universitário Espírito Santense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). E-mail: rosangelabarboesaesilva@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Faculdade de Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais (GERA/UFPA). E-mail: rakelamorim@yahoo.com.br

³ Se a formação de professores, segundo estudos de GATTI (2010); ALVES e GARCIA (2012), é dever do Estado e tarefa da Universidade exige-se, do Estado, a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a qualificação desses profissionais. Da Universidade, por sua vez, exige-se a elaboração de um

É relevante destacar as diferentes perspectivas de compreensão do currículo, que perpassa desde a visão da Teoria Tradicional, com a presença da Filosofia, do Positivismo, onde destaca a verdade como algo imutável, única e absoluta independente do tempo e espaço da sua construção; perpassando a Teoria Crítica que busca questionar o conhecimento “engessado” de currículo, abordando não somente conceitos pedagógicos e de ensino, mas também incluindo na aprendizagem ideologias e poder; e a Teoria Pós-Crítica, como uma possibilidade de se construir outras verdades, outras maneiras de se conceber o mundo, a realidade, o conhecimento, a vida.

Nesse sentido, faz-se necessário pensar em um currículo inovador, comprometido com as diferenças culturais, com a formação de cidadãos críticos, autônomos e criativos. É preciso problematizar e questionar o que é o currículo, para movimentar os sentidos culturais, sociais, educacionais e políticos de nosso tempo, abrindo assim, possibilidades de ressignificação, principalmente na área educacional.

Por meio da pesquisa, buscamos considerar os alunos, como sujeitos na sua singularidade e analisar o currículo não somente como a redução do COMO, mas sim o processo de intenções e significados que envolve o processo formador daquilo que somos e daquilo que nos tornamos.

Por tudo isso, consideramos o currículo indispensável na educação, nas relações com o outro e na produção social, pois é por meio das lacunas que ficaram estagnadas na sociedade e que fazem refletir quando há a necessidade de mudanças consideráveis, objetivando desenvolver novas perspectivas e novas reflexões sobre a sociedade e sobre a educação.

Nosso principal objetivo com este trabalho foi analisar quais os processos e mediações realizadas na escola que constitui o currículo numa perspectiva pós-crítica, considerando a concepção de gênero, etnia, religião e classe social dos alunos. A principal hipótese é pensar em currículo como significações dos sujeitos, identificando as concepções dos alunos e as diferentes visões de currículo.

Esta pesquisa fundamentou-se no referencial teórico-metodológico de alguns autores que consideramos fundamentais para a discussão acerca do tema proposto e que nos trouxeram importantes contribuições como: Silva (2005), Paraíso (2004), Moreira e Candau (2014), Guimarães (2008), Schwarcz (2012), Corazza (2005), entre outros.

Desta forma, este estudo se faz importante pela intenção de analisar o Currículo numa perspectiva pós-crítica no ambiente escolar, destacando a diferença do mundo contemporâneo, onde nenhuma cultura pode ser julgada superior a outra, demonstrando que o currículo não é algo neutro, mas sim, exerce um papel social, cultural, ideológico e político.

1 CURRÍCULO FRENTE À TEORIA PÓS-CRÍTICA

Houve uma época em que se acreditava que o currículo tradicional produziria os saberes básicos para construir uma sociedade desejada, formada por classes sociais bem definidas e necessidades específicas: era um currículo preocupado em produzir cidadãos capazes de suprir a força de trabalho.

De acordo com Moreira e Candau (2014), com as mudanças do mundo contemporâneo, estudos curriculares têm definido currículo de formas muito diversas e várias dessas definições permeiam o que tem sido denominado currículo no cotidiano escolar, onde “a escola deve promover um processo de ampliação dos horizontes culturais dos estudantes” (MOREIRA e CANDAU, 2014, p. 14). Desta forma, é necessário que a escola se desafie a constituir-se como um espaço que permeie diferentes conhecimentos e saberes para a

promoção de uma educação intercultural, construindo e reconstruindo estratégias e práticas pedagógicas.

Nesta perspectiva, o currículo pós-crítico busca realizar no campo educacional brasileiro transformações, pensando em práticas educacionais que apontem para uma multiplicação de sentidos, para as variadas linguagens que o currículo traz como verdades que podem ser modificadas, com novas possibilidades e invenções.

De acordo com Corazza:

Nenhuma pedagogia e nenhum currículo ultrapassam ou substituem os anteriores, em direção ao melhor, mais avançado, mais perfeito. Mas cada pedagogia e cada currículo, cada um de nós, todos os grupos, ações, palavras, políticas, países, povos, indivíduos somos: em metamorfose, híbridos, mestiços, multifacéticos, polimorfos, de traços caleidoscópicos. Somos velhos e novos, pretos e brancos, homens e mulheres, grandes e pequenos, ricos e pobres. Somos os neutros e os da suspeita. Somos sempre muitos, que compõem o desafio educacional do aqui-e-agora. (CORAZZA, 2005, p. 10)

Enquanto o currículo tradicional busca a estabilidade, o currículo pós-crítico pede mudanças, um movimento que deve ser feito tanto por professores como por alunos, uma reconstrução de saberes e de vivências. Busca-se proliferar problematizações e investigações para representar grupos sociais marginalizados e inferiorizados em favor de outros, fugindo da homogeneização e assimilação cultural historicamente imposta, dando visibilidade à diversidade cultural. O currículo não é uma ação neutra, mas sim, um espaço para elaboração de novas possibilidades, de seguir caminhos desconhecidos, de modificar sentidos preestabelecidos e viver novas conexões.

Com base nos estudos de Paraíso (2004) entendemos que é através das lutas e resistências dos movimentos sociais com questões culturais, diversidade e multiculturalidades é que nos traz à tona os desafios e as problemáticas de diferentes perspectivas de conflitos no currículo. É esta luta para a produção de novos significados que nos faz perceber que o currículo, ao mesmo tempo que traça novos desafios, produz novos discursos e novas possibilidades, é o mesmo que separa, que nega e que exclui.

As teorias pós-críticas ampliam e, ao mesmo tempo, modificam aquilo que as teorias críticas nos ensinaram. As teorias pós-críticas continuam a enfatizar que o currículo não pode ser compreendido sem uma análise das relações de poder nas quais ele está envolvido. Nas teorias pós-críticas, entretanto, o poder torna-se descentrado. O poder não tem mais um único centro, como o Estado, por exemplo. O poder está espalhado por toda a rede social. As teorias pós-críticas desconfiam de qualquer postulação que tenha como pressuposto uma situação finalmente livre de poder. Para as teorias pós-críticas o poder transforma-se, mas não desaparece. Nas teorias pós-críticas, o conhecimento não é exterior ao poder, o conhecimento não se opõe ao poder. O conhecimento não é aquilo que põe em xeque o poder: o conhecimento é parte inerente do poder. Em contraste com as teorias críticas, as teorias pós-críticas não limitam a análise do poder ao campo das relações econômicas do capitalismo. Com as teorias pós-críticas, o mapa do poder é ampliado para incluir os processos de dominação centrados na raça, na etnia, no gênero e na sexualidade (SILVA, p. 148-149).

As teorias pós-críticas continuam enfatizando o papel formativo do currículo. Diferentemente das teorias críticas, entretanto, as teorias pós-críticas rejeitam a hipótese de uma consciência coerente, centrada, unitária. As teorias pós-críticas rejeitam, na verdade, a própria noção de consciência, com suas conotações racionalistas e cartesianas. Elas desconfiam também da tendência das teorias críticas a postular a existência de um núcleo subjetivo pré-social que teria sido contaminado pelas relações de poder do capitalismo e que

seria libertado pelos procedimentos de uma pedagogia crítica. Para as teorias pós-críticas, a subjetividade é já e sempre social. Não existe, por isso, nenhum processo de libertação que torne possível a emergência - finalmente - de um eu livre e autônomo. As teorias pós-críticas olham com desconfiança para conceitos como alienação, emancipação, libertação, autonomia, que supõem, todos, uma essência subjetiva que foi alterada e precisa ser restaurada (SILVA, p.149).

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES E OS DESAFIOS PARA A (RE)INVENÇÃO DA ESCOLA

É sabido que a escola se tornou um campo diversificado e de novos significados. Diante dos desafios da sociedade moderna, os professores se deparam com grandes mudanças na educação. Nas últimas três décadas, configurou-se uma nova visão de entender o currículo, consequentemente, configurou-se também um olhar direcionado em relação à formação de professores.

Pensar na formação dos docentes, cuja finalidade primordial é a prática de ensinar, e tendo o currículo como instrumento de aprendizagem dentro das instituições de ensino, podemos concluir que a relação entre a formação dos professores e o currículo é algo essencial, a fim de oportunizar a aprendizagem significativa dos alunos, como Sacristán bem expõe, “precisa-se de pessoas capazes de desenvolver uma nova linguagem e novas propostas de ação” (SACRISTÁN, 2013, p. 501).

Desta forma, fica explícita a necessidade da criação de novos caminhos para educar e novas condições de se analisar o currículo, ou seja, o currículo deve estar ao alcance dos professores para ir de encontro com as necessidades de aprendizagem de seus alunos. Portanto, para que haja mudança do currículo, deve haver formação de professores e vice-versa.

Diante desta afirmação, Alves expõe:

Depois de muitos e muitos anos de discussão sobre a formação de professores e professoras, podemos indicar e precisamos desenvolver, no presente, os seguintes contextos de formação: o das *prácticasteoriaspráticas* da formação acadêmica; o das *prácticasteoriaspráticas* pedagógicas cotidianas; o das *prácticasteoriaspráticas* das políticas de governo; o das *prácticasteoriaspráticas* coletivas dos movimentos-sociais; o das *prácticasteoriaspráticas* das pesquisas em educação; o das *prácticasteoriaspráticas* de vivências nas cidades, nos campos, à beira das estradas e por todos os *espaçostempos* em que os seres humanos passam deixando suas marcas e deixando-se marcar pelos novos processos de relações com outros seres e artefatos culturais. (ALVES e GARCIA *apud* LIBÂNEO e ALVES, 2012, p. 491 - 492).

Diante da contribuição de Alves, os educadores devem refletir sobre o currículo, investigando a partir das vivências presentes em sala de aula, bem como, criando espaços comprometidos com a produção de novas práticas sociais e saberes permanentes de aprendizagem e não com formações individuais, silenciosas e selecionadas, onde o objetivo principal é a reprodução de saberes e comportamentos presentes em sala.

Assim, Carvalho (2009) explicita:

Pensar o currículo escolar, é falar de práticas, saberes e de fazeres cuja proposta é uma mudança de perspectivas, de um deslocamento da atenção que implica acompanhar movimentos que transformem a cultura da escola, fortalecendo a criação coletiva e individual. (CARVALHO, 2009, p. 188).

Desta forma, evidencia-se a importância da formação dos educadores frente a valorização das culturas, da diversidade, de classes, orientações sexuais, religiões e gênero presentes no lócus de seu trabalho. Sabe-se que os desafios de desenvolver uma educação antidiscriminatória e baseada no multiculturalismo⁴ é grande, mas é necessário que haja uma integração de diferentes concepções acerca de costumes, valores, tradições e ideias para ir de encontro a pluralidade e a diversidade de reflexões em relação a tolerância e ao respeito.

Os docentes devem estar comprometidos com o social, o político e o ético para reconhecer a diversidade que ecoa em nossa sociedade, assegurando um modelo de igualdade a todos os envolvidos no processo de aprendizagem. Conforme Silva (2005, p. 147) destaca, o “currículo é uma questão de saber, identidade e poder”.

Pensar em possibilidades da formação de docentes frente a teoria pós-crítica, é pensar em práticas pedagógicas voltadas para o respeito às diferenças dos alunos, valorizando as diferentes culturas e o diálogo entre os saberes, tendo conhecimentos amplos em relação à aprendizagem, entendendo a ligação entre o ensinar, a cultura e o âmbito educacional. É preciso estar atento às situações de diversidade cultural e desigualdades tão presentes em nosso meio.

De acordo com Candau, em relação a heterogeneidade escolar:

Adotando essa perspectiva limitada, o(a) professor(a) termina por ver seus estudantes como idênticos, com interesses e necessidades similares. Deixa então de considerar a importância de organizar o currículo levando em conta essas diferenças [...] uma educação intercultural [...] envolve o reconhecimento da diferença, bem como a luta contra distintas formas de discriminação e desigualdade social. (CANDAU *apud* MOREIRA e CANDAU, 2014, p. 12).

É preciso consciência e ação na formação de educadores na sociedade atual. Possibilidades e práticas pedagógicas de avanço baseadas na teoria pós-crítica afim de adotar discussões e reflexões frente a diferença nas instituições de ensino. É necessário chacoalhar o velho currículo, na busca de um currículo frente as necessidades e significados para os dias atuais.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação, que estabelece uma Resolução que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, em seu artigo 5º, incisos I, IX e X, mostra que:

Art. 5º - O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I – Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; [...]

IX – Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X – Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (BRASIL, 2006, p. 02).

⁴ Para Candau e Moreira (2008), multiculturalismo: “são as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos dos movimentos sociais, especialmente os referidos às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo entre nós, os referidos às identidades negras, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo” (p. 18).

Desta forma, a formação entre professores e currículo deve ser indissociável, pois se o currículo é um instrumento da prática educativa, que permite os melhores meios e contextos para a aprendizagem, o professor é participante deste processo. O educador é o motivador mais próximo de um novo currículo, sem reprodução, rotina e transmissão de conhecimentos. É por meio dos professores que o currículo pode ter novas propostas significativas de ação e linguagem.

Portanto, é de extrema importância a participação crítica e ativa de todos os envolvidos no processo de aprendizagem, a fim de tornar o currículo mais dinâmico e flexível, onde tenham como objetivos, as decisões coletivas e a autonomia de seus agentes formadores.

De acordo com Arroyo:

Os educandos nunca foram esquecidos nas propostas curriculares: a questão é com que tipo de olhar eles foram e são vistos. Podemos ir além: com que olhar foram e são vistos os educandos nas suas diversas identidades e diferenças? Será que ainda continuamos discursando sobre a diversidade, mas agindo, planejando, organizando o currículo como se os alunos fossem um bloco homogêneo e um corpo abstrato? Como se convivêssemos com um protótipo de aluno? Como se a função da escola, do trabalho docente fosse conformar todos a esse protótipo único (ARROYO, 2006 *apud* BRASIL, 2007, p. 26).

Sendo assim, a formação dos docentes deve estar centrada em propostas curriculares que potencializem a produção do currículo no dia-a-dia escolar, dando espaço à criatividade, as inovações e a vivência da diversidade cultural.

É preciso ter autonomia e conhecimento para fazer diferente, aprendendo com os erros e experienciando cada oportunidade que o dia a dia oferece. Desta forma, o caminho para a mudança das práticas de educação torna-se uma realidade social. É preciso e possível pensar/ter uma formação significativa de professores para a (re)invenção da escola.

3 CONEXÕES ENTRE CURRÍCULO PÓS-CRÍTICO E MULTICULTURALISMO

A sociedade atual é formada por uma diversidade cultural, que interage diretamente com valores, saberes e diferenças, contribuindo, assim, para a formação de sujeitos críticos, aptos a conviver com diferenças étnicas, políticas e culturais. Este novo contexto social desafia docentes a produzir projetos curriculares conscientes e plurais de identidades culturais existentes, desconstruindo o currículo hegemônico, linear e heterogêneo. Desta forma, objetiva-se criar um currículo libertador e inclusivo, que respeite as diferenças e que dê voz aos excluídos.

O multiculturalismo no âmbito educacional vem para reconhecer as diferentes identidades presentes nos sujeitos envolvidos, procurando incluir os excluídos no contexto escolar. Nesta perspectiva multicultural, a Lei nº 10.639/03:

Não pode por si romper com as desigualdades sociais e raciais, mas contribui para que possamos refletir sobre as injustiças presentes em todos os campos sociais, dentre os quais destacamos a escola. Território que historicamente apresenta corporificações ideológicas e materiais, imbricadas em uma complexa teia de relações culturais e de poder. É nosso trabalho, portanto, como educadores, sobretudo na escola, desmistificarmos os conteúdos engessados, cristalizados no currículo escolar, as relações hegemônicas que se manifestam nas “linhas divisórias

que separam os diferentes grupos em termos de classe, etnia, gênero, etc.” (SANTOS; SILVA; COELHO, 2014, p.130,132).

Ainda que se entenda que a escola é um espaço de normatização, corresponde o local onde mais nos deparamos com as diferenças, sejam elas sociais, culturais dentre outras. Sendo assim, é a escola um ambiente favorável para trabalhar as diferenças. O espaço educacional deve ter como maior objetivo atender aos interesses de seus alunos, incluindo todos no processo educativo, independentemente da existência das diferenças, até porque vivemos em uma sociedade heterogênea, e a instituição educacional deve atender tanto aos grupos minoritários, como ao grupo da cultura dominante.

Nesta perspectiva, educar de forma multicultural, consiste em trabalhar as diferenças, os preconceitos instituídos no ambiente escolar, transformando o espaço em respeito às diferenças, à cultura, à igualdade, bem como a pluralidade de práticas desafiadoras e transformadoras. Deste modo, Silva (2005) expõe:

Além disso, o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente, como nas reivindicações educacionais progressistas anteriores. A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente. Não haverá “justiça curricular”, [...] se o cânon curricular não for modificado para refletir as formas pelas quais a diferença é produzida por relações sociais de assimetria. (SILVA, 2005, p. 90)

O multiculturalismo identifica que as diferenças fazem parte da sociedade, e que tais diferenças se fazem necessárias para favorecer espaços culturais, troca de experiências e o diálogo entre os diferentes grupos existentes, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo, dos grupos minoritários e trabalhar para que essa inclusão, efetivamente, aconteça. Todo esse processo de inclusão deve ser trabalhado por meio da alteração no planejamento curricular real e com participação e interesse dos docentes, para que não se perca de vista os saberes e experiências dos alunos.

A teoria pós-crítica junta-se ao multiculturalismo para entender os processos pelos quais os estudantes atravessam até tornar-se o que são. Deve ser entendido como parte importante nas relações de poder, pois é ele que impõe que diferenças raciais, étnicas e culturais e de gênero convivam conjuntamente com o espaço que antes era destinado a brancos, ricos, cristãos e héteros.

Não podemos considerar/julgar que uma cultura seja superior ou inferior a outra. Conforme CANEN (2010, *apud* LOPES e MACEDO, p. 179), “a necessidade de se compreender o currículo como uma seleção cultural impregnada por uma visão de mundo branca, masculina, heterossexual e eurocêntrica passa a ser central em estudos curriculares, que buscam pensar em currículos alternativos, multiculturais”. O multiculturalismo não só tolera ou respeita as diferenças, mas coloca essas diferenças sempre em destaque.

A teoria pós-crítica não é um conceito congelado, algo fechado, é um somatório de tudo isso junto. A perspectiva multicultural deve ser eixo do currículo escolar a fim de elaborar políticas curriculares de ação, que valorizem a diversidade sociocultural e proporcione relações interpessoais e sociais pautadas em uma educação crítica com princípios democráticos e éticos. O currículo é um campo de conflitos, que tem como objetivo fomentar o aprenderensinar, o afetar e ser afetado e pensar a educação como um campo da coletividade.

4 METODOLOGIA

A pesquisa adotou a metodologia de estudo exploratório de abordagem qualitativa. Utilizamos como instrumento de coleta de dados, o grupo focal, cuja técnica teve como objetivo entender conceitos, opiniões e atitudes de determinados grupos, presentes no contexto escolar, através de discussões propostas pelas pesquisadoras, que permitiu assim a compreensão de diferenças, divergências, contraposições e contradições existentes nestes grupos. O instrumento de coleta de dados aconteceu em dois encontros⁵, sendo realizados em dois dias definidos pela equipe escolar, durante a semana, na própria escola, no horário das aulas.

De acordo com Dal'Igna, a técnica do grupo focal permite:

[...]caracterizá-la e diferenciá-la das demais técnicas é o seu potencial para produção de informações sobre tópicos específicos, a partir do diálogo entre participantes de um mesmo grupo. Esse diálogo deve estimular tanto as ideias consensuais quanto as contrárias. Da mesma forma, a técnica de grupo focal, diferentemente de entrevistas (individuais ou coletivas), permite produzir um material empírico a partir do qual se pode analisar diálogos sobre determinados temas e não falas isoladas. (DAL'IGNA, *apud* MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 204).

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Vitória – ES, estado do Espírito Santo. Trata-se de uma instituição que oferta o Ensino Fundamental dos anos iniciais, para a faixa etária de crianças de 06 (seis) anos a 11 (onze) anos e Ensino Fundamental dos anos finais, para a faixa etária de adolescentes de 12 (doze) anos a 15 (quinze) anos. A escola possui uma boa infraestrutura, porém mostra fragilidade no quesito acessibilidade. Está organizada em dois turnos: o matutino e o vespertino.

Participaram deste estudo, como amostras alunos que frequentam do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. A pesquisa tem como sujeitos 04 (quatro) meninos e 06 (seis) meninas. Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas a análise das falas das pessoas envolvidas nesta pesquisa resultantes dos grupos-focais (ANEXO A), bem como análise de documentos oficiais escolares. A análise dos documentos tornou-se fundamental para que compreendêssemos os discursos trazidos pelos alunos no grupo focal.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentamos, a seguir, a título de exemplo, a organização da pesquisa:

ESTUDANTES ESCOLHIDOS	18
ESTUDANTES PARTICIPANTES	10
ESTUDANTES FALTOSOS	03
ESTUDANTES QUE NÃO FORAM AUTORIZADOS PELOS	02

⁵ A pesquisa contou com a participação das alunas do curso de Pedagogia Marcela Reis Nader e Nayara Moratti para a realização da coleta de dados.

RESPONSÁVEIS	
ESTUDANTES DO 6º ANO IMPEDIDOS DE PARTICIPAR PELA PROFESSORA	03

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras em 2018.

Participaram deste estudo, especificamente alunos que frequentam do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa teve como sujeitos 04 (quatro) meninos entre 11 e 14 anos e 06 (seis) meninas entre 11 e 15 anos, que serão aqui identificados como A1 (Aluna 1, 12 anos); A2 (Aluna 2, 15 anos); A3 (Aluno 3, 11 anos); A4 (Aluno 4, 14 anos); A5 (Aluna 5, 11 anos); A6 (Aluna 6, 14 anos); A7 (Aluna 7, 13 anos); e assim sucessivamente a fim de preservar suas identidades.

Por questões de organização interna escolar e objetivando o não comprometimento da rotina dos estudantes envolvidos, conseguimos autorização para estar na escola por dois encontros com duração de 1 (uma) hora cada, então para melhor aproveitamento desses encontros decidimos dividir os sujeitos em dois grupos – no primeiro encontro colocamos no primeiro grupo alunos do 7º, 8º e 9º anos e no segundo encontro alunos do 5º, 6º e 7º anos. Vale esclarecer que a escola tem duas turmas de 7º ano, por isso foi possível colocar alunos desse ano nos dois dias de pesquisa.

Também para melhor situar o leitor, precisamos registrar que no segundo dia de pesquisa, apesar dos sujeitos terem sido anteriormente autorizados por escrito pelas famílias para participar do encontro, a professora do 6º ano não permitiu que os alunos da turma dela participassem do grupo focal, o que refletiu parcialmente em nosso segundo encontro, uma vez que no segundo dia tivemos no grupo focal apenas 3 sujeitos (2 meninos e 1 menina). Dois sujeitos também não puderam participar, pois seus pais/responsáveis não concordaram com os assuntos que seriam abordados, alegando que não eram assuntos para serem tratados na escola e que por isso não deixariam seus filhos participarem.

A escolha do local para a realização do grupo focal é de grande importância para o desenvolvimento do trabalho, sendo um lugar confortável para os participantes, afastado de interferências e sem ruídos. Acontece que ao acordarmos com a supervisão, fomos informadas que a escola não teria salas disponíveis, que poderíamos fazer o grupo focal no refeitório (lugar quente, com muito barulho e pessoas entrando e saindo a todo momento). No primeiro dia de pesquisa, conseguimos reunir os alunos na sala de informática disponibilizada no intervalo da aula em um canto da sala e no chão para que pudéssemos nos sentar e dialogar.

Vale ressaltar também que nesta sala, além das pesquisadoras e entrevistados, havia também 03 professoras fazendo planejamento e que a todo momento abriam e fechavam a porta. E no segundo dia, conseguimos realizar os diálogos no auditório, sem interferências.

Todos os diálogos foram transcritos e encontra-se no ANEXO A deste trabalho. Dentre o instrumento de diálogo que estabelecemos no grupo focal, optamos também pela gravação de voz e vídeo, em virtude de permitir as pesquisadoras melhor análise e apreciação.

Para abordar os diversos assuntos e estimular a discussão, aplicamos algumas dinâmicas, a saber: inicialmente usamos como contexto o livro “O Grande e Maravilhoso Livro das Famílias” de Mary Hoffman (ANEXO C). Após a leitura do livro, abrimos a discussão livre, onde os entrevistados pudessem expor opiniões sobre o que eles acham sobre as diferentes formas de família existentes hoje em dia.

Durante os diálogos, percebemos que os estudantes concebem as diferentes formas de família e que convivem com essas diferenças no contexto familiar, respeitando e reconhecendo que não há problema algum em relação a esta problemática levantada. O que nos chamou a atenção é que diante dos vários docentes, apenas o professor de história e uma

antiga professora de ciências levantaram este assunto em sala, no caso dos alunos de 6º ao 9º ano. Já na turma do 5º ano, as crianças relataram que a professora aborda tais temas em sala sim.

Levantamos o tema família e suas variadas constituições⁶, por entendermos que este assunto dentro do contexto escolar gera certos desconhecimentos, desconfortos e preconceitos. As inseguranças que permeiam as diferenças familiares atuais ainda são pouco discutidas em salas de aula, privilegiando ainda os modelos tradicionais de sua constituição.

Logo após, apresentamos aos grupos algumas frases de impacto, e pedimos que cada um dos participantes apresentasse placas com palavras “concordo”, “discordo” e “tenho dúvidas”. Esta dinâmica tinha por objetivo levantar aspectos de igualdades de gênero, racial, social e outros assuntos dentro da escola, onde pretendíamos analisar se tais desafios de trabalho desta temática estavam promovendo reflexões e atitudes no contexto escolar.

Diante das falas dos entrevistados, podemos perceber que a diferença de gênero na escola é tratada de forma velada e implicitamente pelos professores, e de forma explícita dentro de sala de aula por colegas em diversos momentos:

A1 (Aluna - 12 anos) - Na minha sala, uma menina não pode fazer uma pergunta porque aí vem um menino e interrompe porque a pergunta não é tão significativa quanto a dele.

A2 (Aluna - 15 anos) - As meninas não podem ser tão inteligentes quanto eles (os meninos), senão eles ficam bravos.

P (Pesquisadoras) – E a quadra, todo mundo pode usar? Meninos e meninas? As meninas jogam futebol com os meninos?

A1 (Aluna - 12 anos) - Na minha sala joga separado, senão dá muita briga. Os meninos são agressivos.

A3 (Aluno - 11 anos) – Quando tem educação física tem futebol, aí fica de um lado menino e de outro menina, elas gostam mais de queimada, essas coisas... as vezes lá na educação física, a tia da educação física fala assim, que os meninos só têm que jogar futebol, ela divide a quadra aí só o D que não gosta de futebol, ele gosta só de jogar queimada com as meninas. Então a tia faz assim, ou ela divide a quadra ou um dia é dos meninos, no outro dia é das meninas. O problema é que ninguém respeita muito o D, aí a tia prefere dividir.

Diante desses diálogos, percebemos que a educação escolar tem tido muita dificuldade para incorporar em suas práticas o trabalho pedagógico na perspectiva de reconhecer as diferenças presentes no seu contexto. Nesse sentido, é importante abordar tais temas se pensa-se em trabalhar uma educação de qualidade para todos, qualidade no sentido social, capaz de reconhecer as especificidades dos diferentes grupos e, portanto, buscar ultrapassar toda tendência de homogeneização e padronização ainda muito presentes na educação escolar, por isso a importância de se trabalhar tais temas. Se partimos do pressuposto que não há uma forma certa de se trabalhar e obter êxito, é preciso se conectar ao contexto em que se está inserido.

Nesta perspectiva, Corazza apresenta que:

⁶ De acordo com Pereira (2015, p. 2) “A família está cada vez melhor. Ela não está em crise nem em desordem. Está apenas diferente do que era antes. As pessoas estão mais livres para estabelecerem seus laços familiares. A antropologia e a psicanálise já demonstraram que a família não é um fenômeno da natureza, mas da cultura. Por isso ela tem sofrido tantas variações. Por isso ela transcende a própria historicidade [...]. Com a valorização dos vínculos conjugais sustentados na afetividade, o direito de família atribuiu ao afeto um valor jurídico. É esse sentimento que tem derrubado velhas concepções e instalado uma nova ordem jurídica para a família. A consequência disso é o surgimento de diversas configurações de famílias conjugais e parentais, para além do casamento: uniões estáveis hetero e homoafetivas, multiparentalidades, famílias monoparentais, simultâneas etc”.

As diferenças puras dos diferentes não são para, simplesmente, serem respeitadas, ou para funcionarem como ponto de partida de nada. [...]. É por suas alteridades que estamos sendo interpelados e desafiados [...] foi para isso que os diferentes desequilibraram as relações conhecidas, dissiparam a segurança identitária, tornaram estranho tudo o que antes era tão familiar. Para que, junto com eles, assumíssemos a responsabilidade ética de educá-los em sua própria diferença. (CORAZZA, 2005, p. 10).

Dando continuidade a pesquisa, abordamos o tema religião com o intuito de debater sobre as possíveis dificuldades enfrentadas pela escola em abordar tais assuntos enfocando principalmente as de matriz africana⁷ que continua sendo alvo de discriminação, intolerância e preconceitos. Perguntamos se o assunto era abordado em sala, durante as matérias ou festividades da escola e algumas respostas foram:

A4 (Aluno – 14 anos) - Depende. Quando a gente toca no assunto tem que ser com o professor Y de história.

A1 (Aluna – 12 anos) - Lá na sala tem gente que é ateu, tem gente evangélico, católico, da umbanda.

A5 (Aluna – 11 anos) - (apontando para a imagem do candomblé) - Tia isso aqui tá com cara de macumba!

A5 (Aluna – 11 anos) – Ai credo! (Apontando mais uma vez para a imagem do candomblé) - Tia eu sei. Esse negócio aqui é o negócio da macumba. Eles fazem mal. É macumba sim! Se na minha sala tivesse alguém da macumba eu não ia respeitar não tia (fala exaltada), eu não respeito ninguém que é daquilo ali (referindo-se novamente à imagem do candomblé). Macumba faz coisas ruins para as pessoas tia!

A5 (Aluna – 11 anos) - Já jogaram macumba pra mim. Minha vó falou comigo que é coisa ruim.

Entendemos a educação como sendo um processo histórico, que reafirma a expressão social por seu contexto transformador e reflexivo, onde diferentes grupos sociais se manifestam e propiciam vivências culturais. A dificuldade está em como trabalhar as temáticas sociais, étnicas, de gênero, culturais e religiosas para oportunizar e valorizar as diversas culturas, objetivando melhor convivência, respeito e compreensão da identidade de determinados grupos sociais.

Gomes (2012, p. 54-55) destaca que:

O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amigos e se prolonga até a inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda.

⁷ De acordo com estudos de Junior (2009), as religiões afrodescendentes são um marco da resistência dos povos africanos e descendentes no Brasil. Não somente no Brasil como em toda a América. Os aspectos da constituição da identidade histórica e cultural da população brasileira são ligados às religiões de Umbanda e do Candomblé.

No decorrer dos diálogos, foi levantado pelos participantes o assunto de cotas raciais e sociais, tratadas pelos estudantes como cotas “racistas”. Nos revelaram que os professores trabalharam com eles a respeito desta problemática.

A7 (Aluna -13 anos) – A cota racista eu sou contra, da social sou a favor.
A2 (Aluna – 15 anos) – Por mais que tenha a lei não quer dizer que a gente é melhor ou tem um pouco mais de facilidade para aprender, então quer dizer que o nosso nível intelectual hoje é o mesmo, não tem porque diferenciar, só porque a maioria dos negros são pobres. Não tem porque diferenciar, a inteligência e o QI são os mesmos.

A6 (Aluna – 14 anos) – A maioria dos negros são pobres justamente por causa da desigualdade social. Se tivesse oportunidade social para A9 (negra) e para A7 (branca) é igual para todo mundo, mas não é assim que acontece.

Refletindo os discursos dos alunos, entendemos o silenciamento oculto de discriminação, onde Guimarães faz uma reflexão sobre o sistema de cotas que nos remete a um cabo de guerra entre etnia x social e vice-versa. O sistema de cotas nos revela algo que vem se perdurando por muito tempo, onde em uma sociedade democrática que todos possuem direitos e oportunidades iguais, o melhor caminho a ser seguido é [...] “O da construção da homogeneidade cultural e racial, que mantém as desigualdades de classes, ou o da construção de igualdade de oportunidades e de direitos, que convive com as diferenças culturais e étnicas?” (GUIMARÃES, 2008, p. 124).

Ao levantarmos a frase: “O negro não pode ser nada!”, fomos surpreendidas pelas falas:

A2 (Aluna – 15 anos) – A maioria dos negros são pobres pela desigualdade social, ele ainda é faxineiro, bandido, gari, essas coisas, ainda é visto como pobre, sofrido e burro, mas não é verdade.

A3 (Aluno – 11 anos) – Tia, o preto pode ser até rico! Eu vi um sapateiro preto que ficou rico! No tempo da escravidão eles não tinham seus direitos e hoje o negro... ele é livre!

Percebemos a necessidade da desnaturalização de tudo que permeia o contexto escolar, que no fundo é marcado por discriminações, preconceitos e estereótipos que dificultam uma abordagem de forma ampla e intercultural. É preciso ter novas perspectivas, principalmente nas escolas em que existem grupos com marcas identitárias. Devemos combater a desigualdade reconhecendo e valorizando as diferenças, trazendo-as para o contexto escolar. A fala dos estudantes remete ao vínculo do negro a comparações sociais, pejorativas e desagradáveis. O discurso de que somos todos iguais, consagra o não reconhecimento das diferenças. Portanto, precisamos de escolas que se comprometam em projetos de valorização da cultura e histórias de seus alunos, que se preocupem com o processo educativo e na formação de seus docentes objetivando a superação das desigualdades silenciadas dentro da escola.

Schwarcz (2012) acerca da discussão:

Não basta, portanto, resumir a questão da mestiçagem e a temática racial a um problema econômico. Limitá-la, porém, exclusivamente a uma explicação cultural significa essencializá-la e tirar a da cultura a sua história. O melhor é misturar esses marcadores todos. Afinal, no Brasil, subsiste um certo discurso da identidade que se afirma para fora e para dentro com base na ideia da mistura: mistura de credos, de religiões, de cores, de costumes e de raças. Mas este é igualmente o país do racismo internalizado do ritual “Você sabe com que está falando?” [...] diante das situações

de conflito, reafirmar diferenças sociais, culturais e também raciais. (SCHWARCZ, 2012, p. 118).

Pedimos também que o grupo se dividisse em dois – meninos x meninas – e nesse momento, meninas deveriam escrever o que os meninos podem e não podem fazer e vice-versa. Nesta dinâmica houve maior e melhor interação entre as meninas, onde compartilharam ideias e opiniões e estruturaram o cartaz de forma rápida e crítica, expressando por exemplo que os meninos não poderiam ser homofóbicos, racistas, machistas, não poderiam cometer assédio e agressão e nem querer ser melhor que as meninas. Já os meninos tiveram dificuldade de confeccionar o cartaz, demonstrando não saber o que colocar, preenchendo somente o quadro do que as meninas poderiam fazer, ressaltando que meninas poderiam fazer e ser o que quisessem e que não sabiam o que as meninas não poderiam fazer.

Diante de todas análises durante a pesquisa, os alunos nos revelaram que tais problemáticas não eram abordadas em sala de aula e quando abordadas eram docentes pontuais – o de história e a professora do 5º ano – e que tais questões eram levantadas a partir de dúvidas ou manifestações dos alunos, onde tivemos o relato da sala do 6º ano que não houve dúvidas por parte dos alunos, logo não houve abordagem por parte dos docentes.

Isso nos inquietou. Procuramos então analisar planos de ensino específicos que nos foram disponibilizados por parte da supervisão escolar (esboço no ANEXO B). Destacamos que, diante da análise dos textos documentais escolares e a relação que estabelecemos no diálogo com os alunos, entendemos que as ações descritas nos documentos eram para fins de comprovação/cumprimento/obrigatoriedade do que se pretende tal registro, mas a sua efetivação dentro da sala de aula não ocorria. Mesmo mostrando intencionalidade em trabalhar tais problemáticas, isto de fato não acontece. São documentos que possuem bases metodológicas de grande valia, mas que se distanciam da realidade escolar.

A intenção foi verificar conteúdos trabalhados e ações desempenhadas pelos docentes em sala de aula. Podemos perceber que na disciplina de artes o plano era igual para todos os anos, onde a abordagem principal é de caráter cultural regional, envolvendo a diversidade cultural em grupos, sociedade e períodos distintos. Na disciplina de ciências naturais, disponibilizada somente do 5º e 6º ano, a temática sexualidade está inserida, tendo relevância social em sua seleção de conteúdo, abordando temáticas que permitem os alunos a compreensão de acontecimentos atuais associados ao respeito e bom convívio das diferenças. Na disciplina de geografia os conteúdos são abordados por meio de eixos temáticos trazidos em temas como: o lugar como espaço de vivência das sociedades: cenários de riqueza e de pobreza das populações, o cotidiano em diferentes espaços tempos: a dinâmica da natureza e das sociedades, nas relações de trabalho/consumo, produtoras de diferentes paisagens, globalização, as territorialidades em rede: populações em movimento, fluxos de produção de capital e de poder e a cidadania planetária: a sustentabilidade do sistema terra e a convivência das diferenças e da diversidade cultural nas sociedades e a disciplina de história, as temáticas abordam as diferenças e suas múltiplas dimensões temporais e o compromisso de atitudes com diferentes grupos sociais numa relação entre o presente e o passado.

Percebemos a preocupação nos planos da abordagem de temáticas sociais de forma transversal, mas diante do que nos foi relatado pelos entrevistados, a problematização e articulação de tais conteúdos na prática docente é ausente ou se faz presente quando levantada/questionada por alguma dúvida ou algum conflito presente em sala.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos de antemão destacar o grande desafio dos docentes de lecionarem em salas tão diversificadas. Percebemos a fragilidade da escola frente as desigualdades e reconhecemos também a fragilidade das famílias, diante de tais problemáticas.

Neste sentido, sendo a escola um ambiente de ascensão social, podemos verificar na instituição pesquisada, as dificuldades em mediar um currículo numa perspectiva pós-crítica, onde as diferenças são silenciadas com punições ou advertências verbais, sem diálogos reflexivos, onde docentes delegam soluções de situações à direção, sendo incapazes de resolvê-las. O que refletimos é a urgência de uma ressignificação curricular, escolar e docente para a reinvenção de um convívio preocupado com as diferenças, e ações pedagógicas que promovam mais respeito, criticidade, problematização a todos os envolvidos.

A escola não é o único espaço e/ou responsável para alterar as desigualdades vigentes sejam elas raciais, culturais, sociais e religiosas, mas ela pode contribuir, enquanto espaço formativo legitimado socialmente, para mudá-las, para trazer questionamento à essas relações na sociedade.

Há a necessidade de oportunizar a valorização das diversas culturas, promovendo o protagonismo e a ascensão dos estudantes, revolucionando padrões hegemônicos historicamente impostos e compreender o currículo enquanto construção social. É preciso estar atento as inquietudes das salas de aula e o comprometimento com uma nova perspectiva curricular, desnaturalizando o preconceito, a discriminação e a inferiorização muitas vezes silenciadas. E por fim concluímos que o currículo historicamente celetista, autoritário, inflexível e hierárquico precisa de mudanças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia**. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

_____. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

CARVALHO. Janete Magalhães (Org.). **Cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis: DP et al., Brasília: CNPQ, 2009.

COELHO. Wilma de Nazaré Baía; SANTOS. Raquel Amorim dos; SILVA. Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; **História da África e dos Africanos na educação brasileira: mito ou realidade nos 10 anos da lei nº 10.639/03?** In: COELHO. Wilma de Nazaré Baía; SANTOS. Raquel Amorim dos; SILVA. Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e; SOUZA. Simone de Freitas Conceição; **A Lei nº 10.639/2003: pesquisas e debates**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

CORAZZA. Sandra Mara. **Nos tempos da educação: cenas de uma vida de professora**. V.13, n. 12, 2005. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/329>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

GARCIA. Regina Leite; ALVES. Nilda. **Sobre a formação de professores e professoras: questões curriculares**. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda. (Orgs.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI. Bernadete Angelina. **Formação de professores no Brasil:** características e problemas. Revista Educ. Soc., Campinas, v.31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

GOMES. Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

GUIMARÃES. Antonio Sérgio A. **Preconceito racial:** modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

JUNIOR. Henrique Cunha. **Candomblés:** como abordar esta cultura na escola. V.9, n.102, 2009. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/7738/4810>. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

LIBÂNIO. José Carlos. ALVES. Nilda. **Temas de pedagogia – diálogo entre didática e currículo.** São Paulo: Cortez, 2012.

LOPES. Alice Casimiro. MACEDO. Elizabeth. (Org.). **Currículo:** debates contemporâneos. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MEYER. Dagmar Estermann. PARAÍSO. Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

MOREIRA. Antonio Flavio; CANDAU. Vera Maria. **Multiculturalismo:** diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Currículos, disciplinas escolares e culturas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PARAÍSO. Marlucy Alves. **Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil:** esboço de um mapa. V.34, n.122, p.283-303, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22506.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

PEREIRA. Rodrigo da Cunha. **Novas configurações familiares:** afetividade e vínculos. 2015. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/9469_NOVAS+CONFIGURACOES+FAMILIARES. Acesso em: 23 de novembro de 2018.

SACRISTÁN. José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre currículo.** Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA. Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** Uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed., 9ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na sociabilidade brasileira – 1ª ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CRÔNICAS ETNOGRÁFICAS

DONA MARINA

Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro¹

Data de submissão: 08.07.2020

Data de aprovação: 06.08.2020

O primeiro gesto.

Colocação Pimenteira, Seringal Boa Vista, Município de Xapuri, Estado do Acre. Endereço da Dona Marina até o ano de 1997. Triste história para quem a ouvia dizer que seria enterrada ao pé da castanheira que ficava a uns 50 metros na diagonal da janela de sua cozinha. Tudo aconteceu mais ou menos assim. A primeira ida à casa da Dona Marina foi no ano de 1993, no mês de julho. Cheguei com meu filho que ainda não havia completado quatro meses, mas que desde os dois já andava na tipóia, agarrado no peito, pelos seringais do Acre. Foi comigo o Amarildo, rapazinho de Xapuri, que me ajudou a carregar o quiba², pois, naquele tempo, o caminho se fazia em 2 horas de pés. Porém, ainda inexperiente para andar nos caminhos da mata e com o menino no braço, gastamos umas três horas, talvez um pouco mais. Ao sair da mata e entrar no campo da Pimenteira, a imagem era de uma boniteza só; logo se via a castanheira apontando para o infinito azul do céu, ajudando a segurar o mundo, fincada no verde da grama que o pequeno rebanho ajudava a manter sempre aparadinha. Caminhando um pouco mais, chegávamos à sombra de uma castanhola que estava pelo lado de dentro do terreiro da casa. A cerca, tomada de um lado por um mandacaru, honrava a origem sertaneja da família; do outro, um buganvílie vermelho floria. Atravessamos o terreiro direto para onde o caminho apontava, e que não era para frente da casa: o caminho nos levava para a sua cozinha, um pouco recuada com relação à frente da casa, e destoando dela que era de madeira cerrada. A cozinha, feita de madeira roliça da paxiúba, ostentava as marcas do tempo da casa antiga. Do lado de dentro, a parede do fogão, também de paxiúba, era só o pretume da fumaça bem escondido pela tabatinga alvinha. A portinhola da entrada, com a parte de baixo fechada para barrar a subida dos bichos do terreiro, servia também para anunciar a entrada definitiva na sua cozinha. Só depois descobri que a cada semana essa portinhola teria uma tranca diferente por conta das traquinagens dos netos, mas também pelo uso ininterrupto das incessantes visitas que a Dona Marina recebia.

Chegamos. Paramos na frente da escada, antes da portinhola, e logo ela veio até nós:

– Subam! Foi a única palavra. O restante das acomodações quem encaminhou foi a sua nora Raimunda. Nem um olhar a mais, nem uma palavra. Julguei a Dona Marina como uma pessoa insensível, pois achei que ela, ao me ver debaixo do sol quente com um bebê no braço, deveria se preocupar comigo. No entanto, engano meu, foi exatamente o que aconteceu. Enquanto eu ajeitava o menino na rede da sala, ela, em sua cozinha, se mexia de lá para cá, sempre no seu ritmo, lento, para aqueles que a viam com um olhar de fora, mas cadenciado em sua própria natureza. De repente, lá vem ela na sala com um prato e um copo na mão e me diz:

– Farofa de ovo só é bom se for com café! E me estendeu os braços para que eu pegasse a oferta, abrindo um sorriso. Naquele momento entendi um pouco do extraordinário da vida, e meus olhos quiseram chorar porque meu coração pulou de alegria. Havia acabado de aprender a

¹ Geógrafa. Doutora em Geografia. E-mail: beatrizmfribeiro11@gmail.com

² Designação regional, usada entre os seringueiros, para mochila.

primeira lição com aquela senhora cujos passos não se ouviam, pois ela levitava em sua alteridade. Dona Marina me ensinou que a simplicidade, a delicadeza, e a sinceridade da vida, estão definitivamente nos gestos e muito menos nas palavras!

O segundo gesto.

Para mim não era muito fácil tudo aquilo. O filho, o trabalho, a mata, tudo era novo e intenso, não havia distinção de prioridades. O filho era o primeiro; a mata, nunca antes vista; e o trabalho, era o que me fazia estar ali. A Pimenteira não foi minha primeira experiência de mata, mas foi onde pela primeira vez estabelecemos uma relação de confiança. Lá consegui me sentir à vontade e sentir que as outras pessoas também estavam à vontade comigo. Somos mulheres, pensei, acima de qualquer diferença, somos mulheres! A rotina do meu trabalho era a rotina do trabalho da professora que morava na Colocação Viriato e, claro, a rotina da Dona Marina. Terezinha, a professora, era vizinha da Pimenteira a uns 40 minutos. Vinha todos os dias pelas tardes para dar aulas com suas três, às vezes, quatro filhas, que estudavam na escola com a mãe. Eu, imbuída da tarefa de assessoria às escolas dos seringais, esperava por ela na casa da Dona Marina, ajudando no que podia, o que era bem pouco, nos afazeres domésticos. O bebê que só mamava no peito consumia-me quase todo o tempo. Quando a professora Terezinha chegava, ia direto para a cozinha, encostava, esperava a ordem para subir, bebia café, falava do tempo, do roçado, das novidades da rua, fazia um cigarro de tabaco e ia para a escola. As meninas pediam “benção à minha madrinha” e ficavam ouvindo tudo, umas sentadas ao lado da mãe, outras penduradas na portinhola; as mocinhas encontravam-se com outras e iam passear pelo campo antes da aula, ou iam até a casa da Raimunda, que ficava pra lá da castanheira um pouco, ouvir música, fumar um cigarro de carteira e saber das histórias. Eu ficava na peleja tentando fazer o bebê dormir. Quando tudo se encaminhava, íamos todas para a escola que era do outro lado do campo, em frente da casa. As meninas vinham com um camburão de água da fonte para abastecer o filtro e lavar a louça da merenda. Tudo corria bem, até que lá pelas tantas, chegava a Marininha, neta da Dona Marina, me chamando:

– O bebê acordou! Eu saía correndo, pois achava que aquilo era dar trabalho para as pessoas, e que ninguém tinha a obrigação de cuidar do meu filho. Chegava lá e ele estava na rede chorando, a rede se embalando sozinha; Dona Marina, na cozinha, agia como se nada estivesse acontecendo... E assim passaram-se vários dias. Quase no final da minha estadia, numa dessas tardes em que estávamos na escola, a Dona Marina foi me chamar na escola:

– O Tetéu acordou! Não sabia o significado daquele nome, mas sabia que se tratava do meu filho. Fui para sua sala, como de costume, pegar o bebê. À noite, em sua cozinha, depois de jantar, ficávamos tomando café e fumando cigarro na companhia uma da outra, ouvindo o rádio, as histórias do seu meeiro Alemão e a risadagem do seu filho Emir. Nesta noite, perguntei sobre o nome tetéu, então descobri seu segundo gesto. Ela me contou, que todo dia, quando eu saía para a escola, assim que eu pisava o pé embaixo no terreiro, o menino acordava e - já interpretação minha do seu gesto - ela achava, com toda razão, que eu iria me atrapalhar com o trabalho na escola e os cuidados com o bebê e, por isso, ficava um grande tempo embalando o meu filho na rede. O nome tetéu veio de um passarinho - que é o mesmo quero-quero - que quase não dorme; ele fica cochilando em pé com uma perna só, e quando a perna vai caindo e toca ao chão, ele se espanta e sai voando gritando tetéu, tetéu! Fiquei com vergonha, pois achava que o Tetéu dormia o tempo todo e só acordava na hora em que eu era chamada. Dona Marina, creio eu, nunca iria dizer nada se eu não tivesse perguntado. A solidariedade e a feminilidade, presentes no seu gesto, foi a segunda lição aprendida com ela.

O terceiro gesto.

A volta que o mundo deu, a volta que o mundo dá, fomos morar na Pimenteira. A questão do momento era o Centro de Formação dos Seringueiros, experiência que se iniciou em 1995 e onde ficamos até 1997. Foram dois anos de intensa convivência com o mundo do seringal, com os alunos do Centro e com a Dona Marina. O local escolhido para a construção da nova escola, por decisão da família, ficava próxima à antiga casa, a primeira da Colocação Pimenteira. Na fase de construção da escola, muitas lembranças vieram à cabeça de Dona Marina, dos duros, mas bons tempos, quando ainda era vivo seu marido. Reativamos a fonte velha, a área do antigo roçado; tudo ali tinha uma história de um passado recente, mas que estava adormecido nas lembranças. Dona Marina virou a Vovó Marina. Teté completou o aniversário de dois anos no terreiro de sua casa, com balão, bolo, guaraná Maués, e um ataque de formigas de fogo que botou todos nós pra correr, e foi incorporado à renca de netos e afilhados que ela tinha. Vovó Marina, paciente, mas rigorosa, sabia dosar muito bem suas qualidades na relação com as crianças; seu “chocolate” – nome atribuído por ela a uma tira fina de couro que ficava guardada na travessa acima da portinhola da cozinha – assustava os meninos sem que nunca ela tivesse de fato o experimentado em algum deles.

Trabalhávamos muito dando aulas para classe de alfabetização/escolarização e, no campo, com a implantação de diferentes atividades produtivas: sistemas agroflorestais, criação de pequenos animais, culturas anuais e outros. Os alunos, todos adolescentes, viam aquele tempo-espaco mais como uma oportunidade de sociabilidade; era preciso muito esforço nosso para que eles encarassem os trabalhos do roçado, mesmo porque já faziam isso fartamente em suas casas. Dona Marina gostava muito daquela animação da escola; a Pimenteira ficava em festa, jogo de bola todas as tardes, banhos nos igarapés, mariscados, histórias, festas, reuniões e muitas, muitas visitas em sua cozinha. Também havia muitas chateações; os meninos perturbavam com pedição de água, café, cigarro, tudo; preocupações com namoros; brigas também eram frequentes, mas nada disso diminuía o prazer de ver aquela movimentação toda em sua casa. Recordava os tempos em que a Pimenteira era famosa - tinha sido e muito! -, no tempo em que seus filhos eram moços. Festa de São Pedro era tradicional, homenagem ao santo e ao seu filho mais velho. O Centro também rememorou esta festa. Em dois anos consecutivos realizamos duas grandes festas no dia 29 de junho. Inesquecíveis!

Íamos para o roçado todos os dias pela manhã. As mãos despreparadas para pegar num terçado sofriam, o corpo idem. Com o passar dos anos o treino começou a demonstrar sinais de progresso, mas mesmo assim, sempre em desvantagem com relação aos que ali nasceram e cresceram. Na boquinha da noite, caminhávamos pelo campo até à casa da Dona Marina, onde falávamos sobre o trabalho e acabávamos nos aconselhando sobre o melhor tempo para o preparo da terra, para o plantio da semente e a colheita dos frutos. Ela gostava de contar sobre o tempo em que ia para o roçado, e orgulhava-se em dizer que pegava no terçado “feito homem”. Sabia o quanto era difícil pra mim aquela tarefa, mas nunca me desanimava; pelo contrário, quando lhe contava sobre meu fraco desempenho na limpeza da terra do roçado, quando comparado com os demais ela dizia:

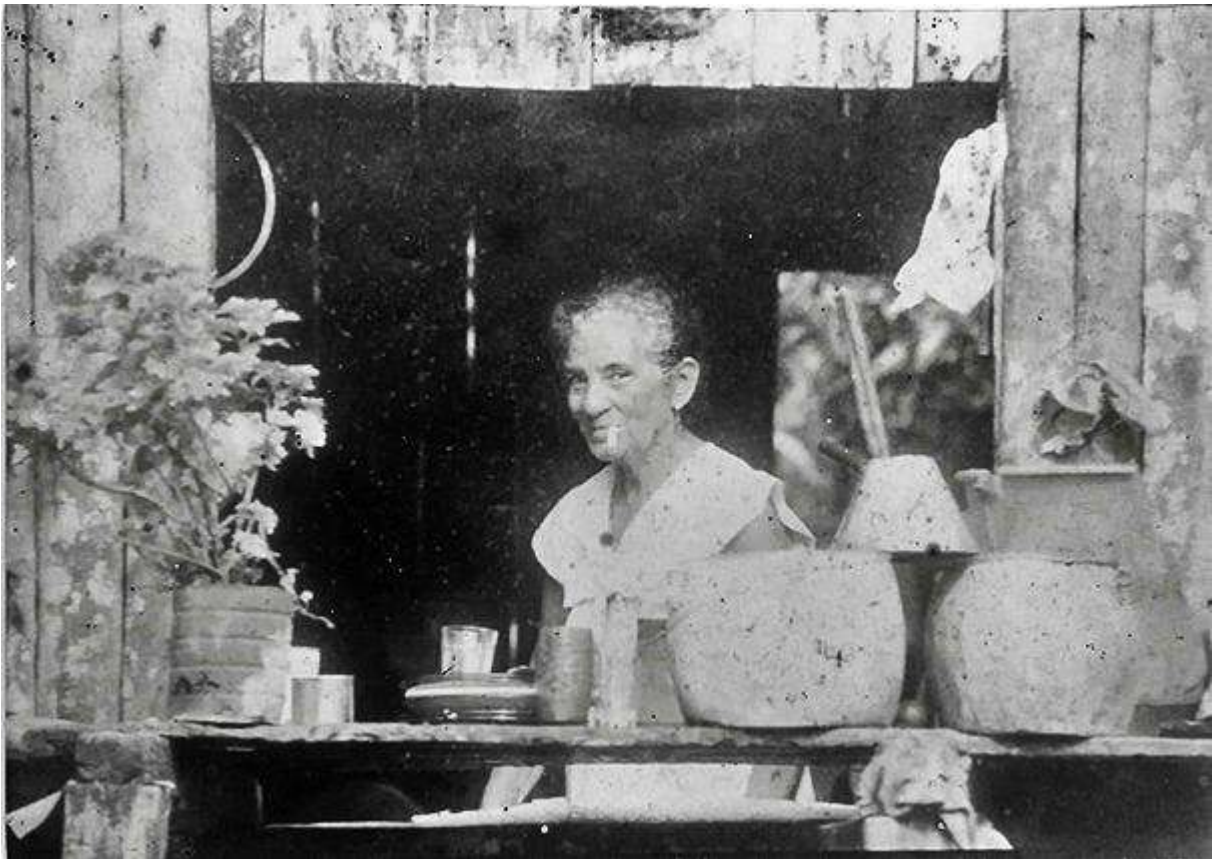
– Tem que ver que aquele pedacinho que você fez, ninguém vai precisar fazer mais! O reconhecimento do trabalho, o otimismo diante das adversidades, e a crença na capacidade de superação dos limites, conformam mais uma lição aprendida com Dona Marina.

Desse tempo em diante iniciou-se uma mudança muito grande no espaço-tempo da Pimenteira. A cozinha antiga, estrategicamente posicionada, - que permitia à Dona Marina ver todas as bocas-de-caminhos que davam acesso às outras colocações, enxergar do seu jirau o caminho da fonte e a casa da Raimunda, e ver do canto de seu banco, pela portinhola, a

castanheira, o campo de futebol e a escola - foi inteiramente desmanchada. A nova casa construída era de altos e baixos, com salão e tudo mais. Estive na nova cozinha uma vez só. Sentamos numa mesa grande no centro do salão, de costas para o fogão e para o jirau. Percebi que, nesta casa, não se via a Dona Marina, pois o fogão e o jirau ficavam num tipo de apêndice do salão da casa, escondidos, evidenciando uma outra concepção de morada e de vida. Neste lugar, Dona Marina não durou muito tempo. Logo adoeceu e foi levada por seus filhos para a capital a fim de realizar tratamento de saúde. Lá, faleceu anos depois.

Sua força e sua saúde dependiam, ao mesmo tempo, do profundo isolamento e da alta sociabilidade que a vida na mata produz. Dona Marina varria seu terreiro a cada tempo da lua cheia. Ela dizia que na madrugada a poeira não ofendia as pessoas e a luz do luar no alto prateava as folhas iluminando o chão.

Eu sempre desconfieei que eram nessas noites de lua que Dona Marina se encantava.



Fonte: acervo pessoal



Fonte: acervo pessoal

MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO E PERCEPÇÃO DAS MUDANÇAS

Gutemberg Armando Diniz Guerra¹

Data de submissão: 14.07.2020

Data de aprovação: 06.08.2020

A frequência ao Município de Salinópolis desde os finais dos anos 80 do século XX, inicialmente em visitas com hospedagem em casas de familiares até a fixação de moradia em dezembro de 2018, me proporcionou uma mudança de percepção sobre esse ambiente e seus múltiplos aspectos.

A formação de pesquisador aguçada pela inserção em Programas de Pós-Graduação exigindo uma performance de registro e elaboração de textos, consolidou uma prática que era exercida anteriormente de forma diletante, ainda que houvesse sempre um desejo de publicação sobre algo que ali se firmasse.

Uma das formas de registro, aprendida e apreendida com os religiosos com os quais convivi ao longo da vida profissional, em particular o Padre secular alemão Geraldo Brandstester, na Diocese de Alagoinhas, com quem partilhei entre 1977 e 1980 um trabalho (para ele de Pastoral, para mim de Extensão Rural) e o Padre Oblato belga, economista e professor Jean Hebette (1925-2015), meu orientador de mestrado na Universidade Federal do Pará e amigo pessoal durante quase três décadas.

A prática de registro ganhou sentido com a formação de pesquisador, principalmente depois que li a respeito e percebi concretamente que anotações sistemáticas davam consistência e possibilidade de análises qualificadas justamente pela reunião desses dados. Cadernos de campo, textos esparsos e agendas se multiplicam e fazem parte de um acervo ao qual dedico uma atenção especial, às vezes com um apelo saudosista – porque de ferro não sou –, mas sempre com a consciência de que tenho ali material para reativar a memória como ferramenta da escrita literária e/ou científica.

Desta vez recorro a esse material para falar sobre a evolução da percepção sobre os aspectos observados em Salinópolis, espaço atual de vivência como morador em um sítio na vila de Cuiarana, aposentado dos trabalhos acadêmicos, mas não ainda da vontade de publicar.

Nesse exercício de escrita considero ter passado por etapas que vão de veranista a morador/jardineiro/chacareiro/comerciante/mercador/agricultor de espaço periurbano. Embora o tempo de moradia seja ainda consideravelmente reduzido em relação ao que vivi como frequentador de finais de semana, de feriados prolongados ou umas ou outras férias parciais de quinze ou vinte dias, considero que a mudança de percepção é profundamente alterada de um estágio a outro, de uma função a outra.

O termo veranista talvez não se aplique ao visitante de finais de semana e feriados prolongados em uma determinada área. O que talvez lhe dê alguma consistência seja o fato de ser o local sempre o mesmo, o que permite um acúmulo de percepção sobre o que ali ocorre. Mais do que as visitas, as anotações frequentes e sistemáticas vão permitindo um bordado de elaborações que favorecem ao cotejamento da percepção de estrangeiro com a de nativos e moradores da localidade em que vamos nos inserindo com o tempo e as relações tecidas com a força e o peso do cotidiano. Nesse cotidiano devo relatar uma rotina de trabalhos que começam, aproximadamente, às 5 horas da manhã e que vão até aproximadamente às 22

¹ Professor associado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará. E-mail: gguerra@ufpa.br

horas, sendo que de trabalho efetivo no sítio devem-se considerar as tarefas distribuídas ao longo do dia, com intermitências para atividades outras como preparação de refeições, transporte das crianças para a escola, acompanhamento de tarefas escolares das crianças, compras, vendas e/ou entregas de produtos na cidade de Salinópolis.

Os circuitos do olhar variam quando as possibilidades de contato são restritas ou ampliadas, mas o importante é manter o olhar em curto circuito aberto para tudo o que se vê e, principalmente, para tudo o que se registra sob a mira de um recorte temático, com segundas intenções ou com perspectivas declaradas para abordagem de um determinado assunto.

O cotidiano no sítio obriga a uma observação apurada do que nos oferece a natureza e a relação do trabalho com ela. No que se pode em alguma medida controlar, todos os dias há sementes a plantar, compostagens, adubações, reciclagens, regas, tutoramento, podas, tratos a fazer e frutos a colher. Nessa relação com as plantas em perene transformação, as ideias e associações vão se fazendo e a matéria-prima para a reflexão e prática se imbricam produzindo ideias, termos, definições, conceitos e principalmente dúvidas, muitas dúvidas (estas últimas, sim, as verdadeiras motoras das ideias).

As primeiras vindas a Salinas (como é tratado habitualmente o município de Salinópolis) se deram nos anos 80, em 1986 ou 1987, em um contexto em que eu era engajado na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (outubro de 1986 a fevereiro de 1987) e logo depois como estudante do mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (1987-1991), enquadrando-me como visitante de finais de semana ou veranista, quando passava dias do mês de julho nesse município balneário.

Temas diversos chamavam a atenção e foram sendo registrados e desenvolvidos ora com mais consistência, ora com menos, alguns sendo publicados, outros permanecendo no computador como meras possibilidades. Posso listar alguns desses temas como as cuiaraneiras de Salinas (GUERRA, 2016), os chifres que se expunham como artesanato na beira da estrada em uma vila no km 51 da estrada entre Belém e Salinópolis, que converti em artigo (GUERRA, 2013), ou a Festa do Rei Sabá (GUERRA, 2014), realizada em uma praia do Município de Pirabas, mas que conheci com moradores do distrito de Cuiarana, ponto de apoio e atual moradia.

O exercício do trabalho cotidiano no sítio promove diálogos do olhar e da prática com as pessoas e a natureza, provocando interpretações ou associações de usos históricos e culturais feitos a partir dessa mesma relação de outros com essa mesma ou outros elementos da natureza. Explico: a colheita de mangas e armazenamento da polpa cortada e congelada, tanto quanto a polpa de coco ralado e o óleo feito com essa polpa, taperebás, araçás, goiabas, tucumãs, muricis e jacas igualmente colhidos e congelados são algumas das iguarias que pudemos aproveitar e nos dar conta do potencial de um terreno considerado pequeno, principalmente no contexto amazônico em que a extensão das terras é sempre em grau absoluto.

Para mim que convivi e estudei campesinato praticamente durante toda a minha vida profissional, o conceito e descrições minuciosas e precisas de autores como os russos Tchayanov (1990) e Shanin que muito escreveram sobre os seus patrícios, do belga Jean Hebette (2004) e do nordestino Francisco de Assis Costa (2012), que muito produziram sobre os camponeses amazônicos, dialogam com o meu cotidiano no minúsculo espaço em que convivo com a natureza e um camponês que atua como empregado mas com um grau de experiência que induz a muito do que se decide como produção agrícola no sítio.

Um dos aspectos que mais chama a atenção é a amplitude do universo de tarefas a serem realizadas em exíguo espaço de terra (aproximadamente um hectare) e tempo, implicando em um grau de aproveitamento de cada uma das possibilidades que vem ali se materializando como fato. Nem sempre o planejado se define em plenitude, sendo alterado

por fatores externos ou internos ao estabelecimento e à lógica de produção que ali se realiza. Tento manter a opção por utilizar apenas a mão de obra disponível do assalariado e do proprietário, com um baixo grau de mecanização justificado pelo tamanho da área e perspectiva do proprietário do lote em consumir parte da produção e comercializar apenas o excedente, sem se especializar em um cultivo específico.

A opção pelo uso da mão de obra de duas pessoas aproveitando todo o recurso disponível na área (coqueiros, mangueiras, muricizeiros, aceroleiras, goiabeiras, açaizeiros, bananeiras, pupunheiras, cacauzeiros, abieiro, patos e galináceos).

A mais significativa das mudanças de percepção se deu quanto ao tempo que se emprega para cuidar desses recursos, normalmente visto por quem está observando de fora como algo realizável sem grande esforço. Nesse mister, o termo penosidade do trabalho evidenciado por Tchayanov (1990) merece atenção redobrada, mas principalmente porque não se trata apenas da energia que exige, mas do tempo que se necessita para realização de cada uma dessas operações para que a gestão se dê de forma eficaz. Além do tempo, cada tarefa a ser realizada implica em custos com insumos e ferramentas, normalmente pensadas pelo observador externo como algo inerente ao estabelecimento e ao produtor, o que de fato não é porque se adquire no mercado e por isto se paga um valor nem sempre reduzido ou enquadrável no orçamento do produtor em tempo hábil a cada safra. Isso implica em afirmar que a percepção sobre a noção de tempo se altera quando se está de fora e quando se está engajado na atividade, gerando um grau de cumplicidade entre os que realizam as tarefas e de distanciamento com os que se apresentam propondo alterações do que se está fazendo.

Com todas essas observações feitas, cumpre registrar que a sensação de estrangeiro não se dissipou uma vez que muito do que pensam e propõem os nativos e o assalariado ainda está por ser experimentado do ponto de vista existencial ou, para qualificar nessa crônica, antropológica e etnográfica.

Cabe ainda nesse registro a impressão de estar lidando com uma cultura camponesa que se funda em um estilo de vida ou em uma forma específica de ver o mundo, com uma complexidade que é vista de forma limitada pelos estudiosos, ainda que neles se possa identificar um elevado grau de empatia com a cultura estudada.

Nesse ano de 2020, depois de muito resistir, cedi à proposta de queimar troncos de mangueira e coqueiro que haviam sido suprimidos por estarem em locais inadequados às propostas de utilização do espaço em que se situavam. Eu havia proposto a operação com o machado, mas resolvi acatar a proposta da queima feita pelo Sr. A. Entre os meus argumentos, o do sequestro de carbono, a menor perda e incorporação de maior quantidade de nutrientes ao solo que, a meu ver, imperceptíveis para o Sr. A. A diferença que interpretei em sua proposta é de que menos esforço físico (penosidade) e ser mais operacional o uso do fogo do que o do machado. O machado exige espaço para sua movimentação e isso implicaria em abertura de uma cova ao redor dos troncos, além de muita energia para os golpes do arcaico instrumento de corte do qual não seria eu o executor.

Gastamos quatro semanas para eliminar o grosso tronco de mangueira que medrara e se tornara frondoso em um campo de futebol. Eu previra uns três dias para a operação com o machado, mas tenho a impressão de que seriam necessários mais dias, talvez uma semana. Quanto ao tronco de coqueiro, duas semanas foram necessárias e, com certeza, no uso do machado implicaria no mesmo tempo necessário que para o da mangueira.

REFERÊNCIAS

COSTA, F. A. **Formação agropecuária na Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. 2. ed. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2012. v. 1. 299p.

GUERRA, G. A. D. Mandinga, terapia, decoração, música, aboio, utilidades domésticas e escárnio: os diversos usos dos chifres. **Amazônica**: Revista de Antropologia (Impresso), v. 5, p. 600-620, 2013.

GUERRA, G. A. D. A festa do Rei Sabá em São João de Pirabas, Pará, Brasil. Estátuas da natureza e trabalho humano nas representações das divindades. **Fragmentos de Cultura** (Goiânia), v. 24, p. 253-266, 2014.

GUERRA, G. A. D; PAIVA, R. Ocorrência de cuiaraneiras em Salinópolis, no Pará, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, p. 193-206, 2016.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. 1. ed. Belém-Pa: EDUFPA, 2004. v. 4. 1400p .

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA** – ANO 8, N. 7 – JULHO/DEZEMBRO DE 2005, 1-21. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456/1432>. Acesso em 28/06/2020.

TCHAYANOV, Alexander. **L'organisation de l'économie paysanne**. Paris, Librairie du Regard, 1990.

Figura 1: Artesanato com chifres



Figura 2: Festa do Rei Sabá



Figura 3: Cuiaraneira



ENSAIOS ETNOFOTOGRAFICOS

DA TERRA FIRME AOS ESTUÁRIOS: TRAÇOS DE TERRITORIALIDADES NOS SISTEMAS SOCIOECOLÓGICOS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Indira Angela Eyzaguirre¹
Alan Crhistian Quadros Alvão²
Daniel Gomes Sousa³

Data de submissão: 13.07.2020

Data de aprovação: 07.08.2020

Esta viagem etno-fotográfica leva-nos da terra firme aos estuários, proporcionando uma visão das dinâmicas de subsistência que compõem o cotidiano na lida com a terra, tomada como um bem de uso comum para as comunidades tradicionais paraenses na Amazônia brasileira, especificamente em dois municípios: Bragança e Tracuateua. Buscamos com isso, pensar outras formas possíveis de territorialidades, mediante o retorno citadino ao lar rural, e apontar a importância da reflexão sobre os saberes que constituem e são constituídos no trabalho e sobre o papel das comunidades agricultoras na segurança alimentar da região.

Partindo da premissa de que os recursos humanamente utilizados constituem sistemas socioecológicos⁴, a agricultura familiar e o extrativismo de recursos marinhos de áreas de manguezal seguem uma governança voluntária⁵. Esses sistemas são simbioses que compõe a natureza, as culturas e suas inter-relações. De forma que estas inter-relações constroem um espaço mais diversificado e heterogêneo:

Horizontalidades e verticalidades se criam paralelamente. As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições) (...) As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemônicos não raro distantes (...) As horizontalidades são o domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços, e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade econômica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação. (SANTOS, 1998, p. 26)

A interação dessas comunidades com o espaço físico vai além do controle ao tornarem-se integrantes do mesmo em relações humanas com não humanas, isto é, constroem territórios atribuindo significância cultural, política, social e econômica. Assim como as dinâmicas socioambientais compartilhadas entre as comunidades de terra firme como a do Miriteua, da Chapada e a do Sessenta da Região Bragantina.

O cotidiano destas comunidades assemelha-se nas múltiplas práticas de subsistência relacionadas à agricultura familiar. E diferencia-se em outras, como a extração de caranguejo

¹ Mestre em Biologia na área de ecologia socioambiental. Escritora, fotógrafa e desenhadora freelance. Possui diversas publicações de poemas, ensaios e artigos. E-mail: indira.eyza@gmail.com

² Licenciatura em Ciências Naturais na Universidade Federal do Pará e Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. E-mail: qalanchristian@gmail.com

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Bragança, Pará, Brasil. E-mail: Daniel.gds.1985@gmail.com

⁴ OSTROM, E, A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems, *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419–422, 2009.

⁵ EYZAGUIRRE, Indira A. L.; FERNANDES, Marcus E. B., Environmental Governance As a Framework for Mangrove Sustainability on the Brazilian Amazon Coast, in: MAKOWSKI, Christopher; FINKL, Charles W. (Orgs.), *Threats to Mangrove Forests*, Cham: Springer International Publishing, 2018, v. 25, p. 699–715.

praticada na comunidade do Sessenta, evidenciando a influência da proximidade ao ambiente costeiro.

A comunidade do Miriteua localiza-se na zona rural do município de Bragança. Os comunitários seguem ao tempo da natureza, a sincronia e o relógio biológico para as tarefas do dia. Em casa os trabalhos domésticos, nos quintais as hortas, e na parte mais distante do terreno, as roças. As roças reúnem traços mais tradicionais quando consideramos algumas características como: o mutirão, que é uma forma de organização do trabalho em que vizinhos, comunitários e familiares reúnem-se para a limpeza do terreno, no momento do roçado e queima (prática da coivara), recebendo em troca a limpeza da sua roça.

O mutirão está cedendo lugar para relações mais atuais em que há o pagamento por horas de trabalho para sujeitos reconhecidos na comunidade por realizar tal atividade. No entanto, a plantação da roça, a monitoração, e a colheita ainda estão fortemente baseadas no trabalho familiar. No tocante às roças, o controle das pragas foi o que se revelou mais misterioso e diverso, pois não havia uma prática padrão estabelecida, tinha-se a impressão de que os grupos familiares mais próximos construía as suas próprias estratégias de controle, algumas inseridas em pequenos rituais, simpatias ou remédios caseiros. O principal produto das roças é a farinha de mandioca, que é a base nutricional das famílias.

As roças localizam-se, comumente, em regiões distantes da casa, pois necessitam de amplas áreas para a produção. São cultivadas espécies vegetais de médio porte. Quando chega o tempo de “roçar o mato”, os agricultores miriteuenses levam para a área da roça pedaços de caules da maniva, ou seja, as mudas que darão origem às batatas da mandioca.

A configuração dos espaços utilizados para as hortas e roças nesta comunidade amazônica compõe as dinâmicas e inter-relações familiares, como a definição dos papéis de cada integrante da família nas tarefas. O processo da “queima” acontece posteriormente à “roçada”, os dois são atividades necessárias para “limpar o solo”. Depois, outros instrumentos amplamente conhecidos na região, a enxada e o paneiro feito de “guarumã”, servem como as principais ferramentas para o cultivo da maniva. O primeiro, para escavar o chão onde serão colocadas pequenas porções do caule da maniva, e o segundo, para o carregamento e deslocamento de produtos em diversas etapas da produção.

Da mesma forma, o papel que cumpre cada integrante da família está evidenciado no processo circular de elaboração da farinha. Tanto homens como mulheres fazem parte do processo de assoreamento do rio, estágio em que há interferência em uma parte de um rio para depósito da mandioca recém-retirada das roças. Após alguns dias em água corrente para o amolecimento, as cascas são retiradas e direcionadas para a alimentação de animais domésticos como cavalos e porcos. A mandioca descascada volta à água para limpeza e escoamento da toxidez, esse é apenas o primeiro passo para tornar a mandioca consumível.

A poucas horas de distância está a comunidade da Chapada, localizada na zona rural do município de Tracuateua (vizinha de Bragança). Nesta comunidade, semelhante ao Miriteua, pratica-se a agricultura familiar mediante a divisão de papéis sociais geracionais e de gênero. Após todos os processos anteriores, a mandioca em poucos dias é levada a casa do forno, lá é amassada, por pressão é vertido todo o líquido, para ser torrada em um forno de cobre na elaboração da farinha, que se trata do produto final. A cadeia de comércio rural inicia-se a partir daqui.

Enquanto nas roças se cultiva a mandioca, recurso básico para fazer a tradicional farinha, nas hortas cultivam-se hortaliças como o conhecido e requisitado cheiro verde, a chicória, a alface, entre outros vegetais, que posteriormente serão comercializados na feira de Bragança.

Nas comunidades da região bragantina o trabalho nas hortas mantém um padrão. Em diferentes localidades facilmente pode-se observar o cultivo das mesmas espécies, com pouca variação, dispostos em “lêras” (galerias retangulares no chão contendo a terra preparada para

o plantio). Outra característica comum à olericultura local é o cercamento da área da horta devido à proximidade das casas, a cerca previne dos ataques de animais domésticos (galinhas, patos, porcos, etc.).

Diferentemente das roças, as hortas em suas técnicas e configurações atuais, majoritariamente voltadas para a comercialização, como acontece na comunidade do Miriteua, apontam para origens mais recentes, onde há o uso de sementes escolhidas e preparadas com químicos para o fortalecimento e sucesso da plantação, e o controle de pragas se revela assustador, a depender da facilidade de acesso a toda sorte de inseticidas encontrados nas lojas agropecuárias e supermercados da região.

O tabaco, também produzido na agricultura da região em regime familiar, é um produto essencial consumido no cotidiano de trabalho. Assim como o “chibé”, mistura de água com farinha de mandioca, é a alimentação dos trabalhadores pobres de toda a zona rural da microrregião bragantina.

A comunidade do Sessenta localiza-se na zona rural do município de Tracuateua. Para chegar a esta comunidade é necessário “viajar” por terra firme, passar pelos juncos, salsas e “mamuré”, até que nela se chegue e se perceba que a mesma encontra-se próxima às florestas de manguezal. Os comunitários estão adaptados a este tipo de ecossistema, de forma que resistem e subsistem mediante a prática da extração do caranguejo, principal recurso marinho que faz parte da economia solidária do manguezal.

A prática desta atividade se dá pela proximidade às florestas de manguezal. A localização das “tocas” ou galerias do caranguejo, geralmente com auxílio do “gancho”, constitui parte do cotidiano de um caranguejeiro, que mesmo em época inundada transporta-se até os manguezais à procura da subsistência do dia.

O comércio justo não faz parte dessa economia solidária, cabe mencionar que o preço de um caranguejo é de aproximadamente um real. Preço que não compensa o excessivo esforço físico do trabalho. O que se pode marcar é a presença de um comércio altamente explorador, que ao impor suas demandas, ameaça as economias baseadas na solidariedade, sem desconsiderar que essas economias não são estanques.

O esforço no trabalho na roça, na horta e na extração de caranguejo têm em comum a manutenção dos saberes e de relações sociais através da subsistência. A existência da troca vai além da exploratória, em certa medida, trata-se de uma troca energética com o território, como espaço físico, que influencia nas percepções sociais e molda os modos de viver convertendo em uma territorialidade única, ao mesmo tempo em que a paisagem vai sendo reconfigurada e recebe na materialidade do espaço significados que possibilitam a existência humana. Esses espaços tornam-se lugares de memórias e de vida.

Miriteua, comunidade da Chapada e a comunidade do Sessenta compartilham suas dinâmicas com a terra, o solo, a lama, a mãe da fertilidade, com Gaia. Trata-se de territorialidades, de como a agricultura familiar formata as paisagens e, ainda, de como a procura pela subsistência e a comercialização em pequena escala faz com que algumas comunidades de terra firme se transladem para áreas de manguezais. Esse deslocamento para os manguezais acontece pela relativa proximidade das comunidades dessas áreas e pela diversificação da alimentação e do trabalho local.

É necessário re-pensar o comércio, e vislumbrar outras formas possíveis de relação com o mercado nessa transição entre o rural e o urbano, considerando como centrais os sujeitos envolvidos na atividade, e que garanta a sobrevivência da população da região como “fazedores da energia” mais essencial ao ser humano: o alimento. A criação de políticas públicas, o incentivo a organização dos trabalhadores do campo, a criação de vias de comunicação e escuta das comunidades produtoras, e o controle do mercado de forma a possibilitar o acesso dos pequenos produtores familiares às feiras e zonas de comercialização, nos parecem aspectos cruciais para o reconhecimento por parte do Estado.

Nessa prática de repensar, poderíamos considerar outros sujeitos e instituições urbanas como a Universidades e seu papel na construção de memórias do campo, assim como pela via da extensão e suas parcerias, possibilitar formações necessárias à comunidade trabalhadora. O reconhecimento do conhecimento ecológico local dessas culturas resistentes, diferenciadas e a inclusão nas políticas públicas dos modos de viver multifacetados, precisam ser reconfigurados e ir além do reconhecimento legal constitucional como a unidade mais básica da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo**, 1998 (Hucitec, v. 1).











A FÍSICA DA ARGILA: UM ESTUDO VISUAL SOBRE A PRODUÇÃO DE CERÂMICA NA COMUNIDADE VILA QUE ERA

Samuel Antonio Silva do Rosario¹
Carlos Aldemir Farias da Silva²

O presente ensaio visual faz parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas da Universidade Federal do Pará. Tal pesquisa tem como temática o ensino de ciências, em especial o da Física, por meio do processo de fabricação de peças artesanais de argila na comunidade Vila Que Era, no município de Bragança, estado do Pará.

O processo de construção de uma peça de cerâmica envolve diversos saberes tradicionais que são transmitidos por meio da observação e dos gestos aprendidos, passados de geração a geração e marcados pela oralidade nas comunidades que detém esse conhecimento³. Na maior parte das vezes, costuma obedecer às seguintes etapas de produção: coleta da argila, modelagem da peça, secagem e queima dos objetos. Neste ensaio, focaremos em uma dessas etapas, especificamente, na fase de queima das peças a partir de um conjunto de fotografias. Os registros fotográficos foram realizados pelo primeiro autor deste ensaio durante o processo de fabricação das peças de cerâmica. A ação de fotografar, nesta pesquisa, apoia-se em Collier Jr. e Collier (1990), quando tratam do conceito de fotografia como método de pesquisa. Para os autores, a câmera deve ser empregada na pesquisa como um auxílio à observação, uma vez que a cultura contemporânea fez com que nos tornássemos observadores pobres e “a fragmentação da vida moderna torna difícil responder à visão por inteiro” (COLLIER JR. e COLLIER, 1990, p. 5, tradução nossa).

A argila é recolhida às margens do rio Caeté, que banha a comunidade, modelada pelo ceramista e transformada em objeto. Após o período de secagem, se inicia a etapa da queima da cerâmica. Josias Furtado, um dos ceramistas colaboradores desta pesquisa, relata⁴ com orgulho que conseguiu aprimorar sua produção após vários testes. Comenta que no passado a peça ficava muito tempo no forno, pois ainda não tinha o domínio do tempo de queima de cada peça e, por esse motivo, havia muitas perdas. Após algumas experimentações, percebeu que alcançaria a temperatura ideal no dia seguinte se organizasse suas peças por ordem de espessura e deixasse o forno esquentando no dia anterior à queima. Dessa forma, percebeu que era necessário apenas manter o fogo aceso durante todo o período desejado para que o processo fosse mais rápido e, assim, diminuísse o tempo de queima e também o número de perdas das peças.

¹ Professor do Instituto Federal do Pará (Campus Marabá Industrial), doutorando em Educação em Ciências e Matemáticas pela Universidade Federal do Pará; mestre em Linguagens e Saberes na Amazônia pela UFPA; especialista em Matemática e Ciências Naturais pela FCV e em Ciências Biológicas pela FAERPI, graduado em Matemática pela UEPA e em Ciências Biológicas pela UNIASSSELVI. E-mail: samuel.rosario@ifpa.edu.br

² Professor da Universidade Federal do Pará onde atua no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: carlosfarias1@gmail.com

³ Almeida (2010) afirma que, diferentemente do senso comum, os saberes da tradição arquitetam compreensões com base em métodos sistemáticos, experiências controladas e sistematizações reorganizadas de forma contínua. Para Bastos (2013), esses saberes representam a manifestação de um conhecimento que, nem sempre, encontra-se sistematizado nos livros acadêmicos.

⁴ Anotações registradas em diário de campo durante a pesquisa. Constitui-se ressaltar que em pesquisas de abordagem qualitativa, dentre os principais instrumentos ou técnicas que ajudam a desvendar os fenômenos e fatos sociais destacam-se as observações e as entrevistas, entre outros (OLIVEIRA, 2010).

Nessa experimentação diária, o ceramista procura sempre aprimorar as práticas de seu ofício e, mesmo carente de ferramentas, desenvolve maneiras de utilizar os fenômenos físicos a seu favor, empregando seus saberes em conjunto com seus sentidos, especialmente, a visão e o tato (LÉVI-STRAUSS, 2008). Consegue ainda, estabelecer bases importantes para sua prática sociocultural. Nessa perspectiva, é notório que as noções de temperatura, calor e equilíbrio térmico estão bem estabelecidas para o ceramista, pois desenvolveu outras estratégias de pensamento para encontrar a temperatura ideal para queima de suas peças mesmo sem conhecer os conceitos físicos, discutidos na academia. Essa habilidade para observar, experimentar, entender, utilizar e manipular fenômenos físicos em práticas socioculturais são discutidas por autores como Claude Lévi-Strauss (2008) e Conceição Almeida (2010) nos livros *O pensamento selvagem* e *Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição*, respectivamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Ed. Livraria da Física. 2010 (Coleção Contextos da Ciência).

BASTOS, Sandra Nazaré Dias. **Etnociências na sala de aula: uma possibilidade para aprendizagem significativa**. In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013. Anais do XI Congresso Nacional de Educação, Curitiba, 2013. p. 6192-6202.

COLLIER, John Jr.; COLLIER, Malcom. **Visual anthropology: photography as a research method** [Antropologia visual: fotografia como método de pesquisa]. 3. ed. Albuquerque: University of New México Press, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 8. ed. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus, 2008.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

NOTA

Todas as fotografias são de autoria de Samuel A. S. do Rosário.













VÍDEOS ETNOGRÁFICOS



O DOM DE CURAR
THE GIFT OF HEALING

Ana Maria Chaves de Chaves e Luis Junior Costa Saraiva

SINOPSE: A produção fílmica que se apresenta é resultado de uma pesquisa realizada em Soure-Marajó-Pará sobre as experiências sobre o dom de curar a partir da observação etnográfica da Senhora Maria Florinda e do seu cotidiano com suas plantas e seus saberes ligados ao dom de curar.

SYNOPSIS: The film production presented is the result of a research carried out in Soure-Marajó-Pará on the experiences of the gift of healing from the ethnographic observation of Senhora Maria Florinda and her daily life with her plants and her knowledge related to the gift of healing .

PALAVRAS-CHAVE: Soure-Marajó-Pará, saberes, plantas, dom de curar.

KEYWORDS: Soure-Marajó-Pará, knowledge, plants, gift of healing

FICHA TÉCNICA:

Produção: Ana Maria Chaves de Chaves, Luis Junior Costa Saraiva & Maria Florinda.

Operador de Câmera: Ana Maria Chaves de Chaves;

Edição: Jéssica do Socorro Leite Corrêa

Roterista/Texto: Ana Maria Chaves de Chaves & Luis Junior Costa Saraiva

CREDITS:

Production: Ana Maria Chaves de Chaves, Luis Junior Costa Saraiva & Maria Florinda.

Images/Camera person: Ana Maria Chaves de Chaves

Edition: Jéssica do Socorro Leite Corrêa

Scriptwriter/Text: Ana Maria Chaves de Chaves & Luis Junior Costa Saraiva

Assista aqui: <https://youtu.be/o2CfLJs-ROY>

Nova Revista Amazônica

novarevistaamazonica.ufpa@gmail.com